

**Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP**  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Departamento de História

***Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)***

Autor:  
**Elcio Siqueira**

Campinas - 2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**Si75m**      **Siqueira, Elcio**  
**Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na  
Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963) /  
Elcio Siqueira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

**Orientador: Michael McDonald Hall.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.  
2. “Movimento dos Queixadas”. 3. Sindicalismo. 4. Movimento  
operário. 5. Igreja Católica – Perus (São Paulo, SP). 6. Cimento –  
Indústria – História, 1958-1963. I. Hall, Michael M. (Michael  
McDonald), 1941-. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**(cn/ifch)**

**Título em inglês: Better than the master: the for the laboring management in the  
Perus Brazilian Portland Cement Company (1958-1963)**

**Palavras chaves em inglês (keywords):      Perus    Brazilian    Portland    Cement  
Company  
“ Movement of the Queixadas”  
Syndicalism  
Labor movement  
Roman Catholic Church – Perus (São  
Paulo, SP)  
Cement – Industry – History, 1958-  
1963**

**Área de Concentração: História Social**

**Titulação: Doutor em História Social**

**Banca examinadora: Michael McDonald Hall, Cláudio Henrique de Moraes  
Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Rogério Luiz de  
Souza, Paulo Roberto Ribeiro Fontes**

**Data da defesa: 29-04-2009**

**Programa de Pós-Graduação: História**

**Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP**  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Departamento de História

**Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)**

Por **Elcio Siqueira**

Dissertação apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como exigência para obtenção do título de Doutor em História Social (linha de pesquisa História Social do Trabalho) sob a orientação do Prof. Dr. Michael McDonald Hall. Este exemplar corresponde à versão final aprovada pela Comissão Julgadora em 29 de abril de 2009.

Banca Examinadora:

- Prof. Dr. Michael McDonald Hall (Orientador)
- Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
- Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP)
- Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza (UFSC)
- Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes (FGV-RJ)

Handwritten signatures of the exam board members, including Michael McDonald Hall, Cláudio Henrique de Moraes Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Rogério Luiz de Souza, and Paulo Roberto Ribeiro Fontes.

Suplentes:

- Prof. Dr. Samuel Fernando de Souza (UNICAMP)
- Prof. Dr. Jefferson Cano (UNICAMP)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Maria Carneiro Araújo (UNICAMP)

Campinas – Abril de 2009

444332

*Às minhas fofas e ao meu fofo, amados e queridos: Jessilene, Lisandra e Heitor*

*Ao meu querido pai, Roque Siqueira (1932-1989), operário da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, "queixada", bravo entre bravos*

## Resumo

Este estudo analisa a experiência de construção de uma corrente sindical operária de feição democrata-cristã na cidade de São Paulo entre 1954 e 1963 centrada nos trabalhadores da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, localizada no bairro paulistano com este mesmo nome. O movimento conseguiu projeção no plano da política nacional em razão da importância econômica da empresa e do amplo leque de alianças sociais e políticas articuladas pela direção do sindicato operário local. Nos anos de 1959 e 1962, o sindicalismo de Perus realizou um interessante processo de articulação de suas lutas com mobilizações dos trabalhadores da região do ABC influenciados pelo trabalho pastoral desenvolvido por Dom Jorge Marcos de Oliveira, o “Bispo dos Operários”. Dessa iniciativa resultou a formação da Frente Nacional do Trabalho em 1960, associação civil comprometida com a luta por um sindicalismo desatrelado do Ministério do Trabalho. O ponto alto do movimento foi a grande greve de 1962-1963 que visava à desapropriação da Companhia de Cimento pelo Estado de São Paulo para que uma cooperativa operária assumisse a gestão da empresa. Esta paralisação colocou em xeque a administração Carvalho Pinto (1959-1963) e não se esfacelou com o afastamento da maioria dos grevistas da Companhia em agosto de 1962, pois prosseguiu de diversas formas, fora da fábrica, até a reintegração ao trabalho dos operários estáveis no ano de 1969, num total de sete anos e quatro meses de greve legal. Os acontecimentos de 1962-1963, todavia, levaram a direção do sindicato a repensar seu projeto político, levando-a a constituir uma variante brasileira do movimento da Não-Violência afinado com as profundas mudanças pelas quais passou a Igreja Católica do Brasil na década de 1960.

## Summary

This study analyzes the experience of construction of a Democrat-Christian laboring syndical group in the city of São Paulo between 1954 and 1963 centered in the workers of Brazilian Portland Cement Company, located in the district named Perus. The movement obtained projection in the national politics in reason of the economic importance of the Company and because the ample fan of social and politic alliances articulated by the direction of the local laboring union. In the years of 1959 and 1962, the unionism of Perus carried through an interesting process of joint of its fights with mobilizations of the workers of the region of the ABC influenced by the pastoral work developed under the leadership of Dom Jorge Marcos de Oliveira, the “Bishop of the Workers”. The formation of the National Front of the Work (Frente Nacional do Trabalho, FNT) in 1960 resulted of this initiative. FNT was a civil association compromised with the fight for an independent unionism. The high point of the movement was the great strike of 1962-1963 that it aimed at to the dispossession of the Cement Company for the State of São Paulo: the workmen on strike intended that a laboring cooperative assumed the management of the company. This strike challenged the administration of the Governor Carvalho Pinto (1959-1963) and wasn't dissolver with the removal of the majority of the strikers of the Company in August of 1962. Therefore, it continued of diverse forms until the reintegration to the work of a part of laborers in the year of 1969, totalizing seven years and four months of legal strike. The 1962-1963 events, however, had taken the direction of the union to rethink its politician project, being taken it to constitute a Brazilian variant of the movement of Not-Violence conjoined with the deep changes happened in the Church Catholic of Brazil during the decade of 1960.

## **Agradecimentos**

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), do Arquivo do Estado de São Paulo e das bibliotecas e setores de documentação da Câmara Municipal de São Paulo e da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo cujo espírito prestativo e inabalável bom humor propiciaram-me um atendimento muito superior ao que suas condições de trabalho em princípio permitiriam.

A Mario Martins de Lima, funcionário do Arquivo Edgard Leuenroth, antigo dirigente sindical operário que – mais como orientador acadêmico, menos como atendente do AEL - generosamente recorreu à sua extensa experiência política para me ajudar a melhor entender o movimento dos trabalhadores de Perus.

À colega historiadora Larissa Rosa Correa, pela cessão de valiosos documentos do movimento operário de Perus localizados por ela no Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho sediado na cidade de São Paulo.

Ao “meu amigo de fé, meu irmão, camarada (...) cabeça de homem, mas um coração de menino”... Nelson Aparecido Bueno de Camargo, ativo lutador em defesa da memória social de Perus, fornecedor de informações capitais para a presente tese.

Ao Dr. Teófilo Ribeiro de Andrade Filho, protagonista dos acontecimentos tratados neste texto, cujo sincero e preciso testemunho foi indispensável para a finalização desta pesquisa.

Ao meu orientador, Michael McDonald Hall, e aos outros professores de linha de pesquisa, Cláudio Henrique de Moraes Batalha e Fernando Teixeira da Silva, pelos inúmeros e valiosos auxílios e pela paciência com que toleraram minhas limitações.

## Índice

<b>Considerações Preliminares</b>	15
<b>Capítulo I - Introdução</b>	23
<b>Capítulo II – A fábrica: condições de funcionamento da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.</b>	65
2.1. A planta industrial	65
2.2. As duas gestões Abdalla e o período da intervenção federal: 1951-1987	77
2.3. Um subversivo incomum: J. J. Abdalla perseguido pela Ditadura Militar	84
2.4. Pedras de calcário no caminho da administração da fábrica de cimento	88
<b>Capítulo III – Antecedentes e histórias em paralelo</b>	117
3.1. Igreja Católica e Democracia Cristã	117
3.2. Alguns desdobramentos: o PDC e a Vanguarda Democrática	131
3.3. A Diocese de Santo André	150
3.4. Boimondau	154
3.5. João Breno Pinto (1932-2002)	164
3.6. Hamilton José Bianchi (1929-1987)	166
3.7. Maria da Conceição da Costa Neves (1908-1989) e Roberto Cardoso Alves (1927-1996)	176

3.8. José João Abdalla, o “mau patrão”	179
<b>Capítulo IV – Surge o movimento dos “queixadas”</b>	183
4.1. 1958: os “queixadas” entram em cena	183
4.2. O governo Carvalho Pinto e o movimento operário paulista (1959-1963)	207
<b>Capítulo V. Trabalhadores de Perus e Santo André por uma alternativa cristã no movimento operário (1959-1960).</b>	219
5.1. Os “queixadas” vão a Santo André	219
5.2. A (principal) greve de 1959 em Perus e as conquistas de 1960 e 1961	227
<b>Capítulo 6 – O grande assalto aos céus: a greve de 1962</b>	233
6.1. A greve de 1962: considerações gerais	233
6.2. A primeira etapa da Greve: cristãos e comunistas contra Abdalla	238
6.3. O julgamento do TRT em 02 de julho de 1962	253
6.4. Os trabalhadores dividem-se: “queixadas” versus “pelegos”	262
6.5. Conceição da Costa Neves assume a liderança dos “pelegos”	282
6.6. A operação “fura-greve”	301
6.7. Setembro/outubro de 1962: encampação à vista	309



6.8. Os “queixadas” entram em greve de fome	324
6.9. O desfecho	334
6.10. Mas, enfim, por que a Fábrica de Cimento não foi desapropriada em 1962?	345
<b>Capítulo 7 – O movimento de Perus depois da greve de 1962-1963</b>	357
7.1. Os “pelegos” na direção dos “queixadas”	357
7.2. “Pelegos” e “queixadas” rompem novamente	363
<b>Considerações Finais</b>	365
<b>Bibliografia</b>	373

## Considerações Preliminares

O tema desta dissertação é a experiência de construção de uma corrente sindical operária de cunho democrata-cristão nos anos 1950 e 1960 em São Paulo, levada a cabo por militantes sindicais que se congregaram na Frente Nacional do Trabalho (FNT), associação civil constituída em 1960, sob a liderança do advogado Mario Carvalho de Jesus, do líder operário João Breno Pinto, do padre Hamilton Bianchi e do Bispo fundador da Diocese católica de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira.

Trata-se de uma trajetória distinta dos ativistas que, em 1948, tinham organizado e passado a militar na *Vanguarda Democrática* (como André Franco Montoro, Antonio de Queiroz Filho, Paulo de Tarso, Teófilo Ribeiro de Andrade Filho, Plínio de Arruda Sampaio e outros). Essas personalidades tinham um passado comum de militância no movimento estudantil dos anos 30/40, nos marcos da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Nada obstante, Mario Carvalho de Jesus (figura aglutinadora da futura FNT) era outro dos membros da JUC que, no mesmo período, atuavam politicamente nesse tradicional centro de formação jurídica. A relação de amizade e de proximidade política e filosófica dentre todos não seria abalada por décadas. Entretanto, determinados eventos ocorridos na segunda metade da década de 1940 levariam a uma diferenciação de trajetórias dentro do referencial comum, de matriz democrata-cristão.

Assim, em 1947, Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto e Franco Montoro seguiram para o *Encontro da Democracia Cristã Latino-Americana* em Montevideú, Uruguai. No mesmo ano, Mario Carvalho de Jesus seguiria para a França para conhecer o trabalho do *Padre Lebret* e dos *Padres Operários* juntamente com dois colegas do Largo São Francisco; recém formados como ele. Dr. Mario acompanhou de perto o movimento sindical da França (desatrelado do Estado, ao contrário do Brasil de então, como destacaria futuramente em seus escritos). E, mais importante ainda, o jovem advogado

trabalhou na “Comunidade do Trabalho” de Boimondau. Situada nas proximidades de Lyon, tratava-se de uma cooperativa operária que geria uma fábrica de caixas de relógio de grande projeção na economia francesa.

De sua parte, Montoro retornou do Uruguai decidido a construir a *Vanguarda Democrática*, calcado numa visão de que o Partido Democrata Cristão (PDC) criado em 1945 guardava uma enorme distância entre prática real e programa formalmente aprovado. A via escolhida pelo seu grupo foi, essencialmente, a político-partidária. A *Vanguarda* decidiu, por fim, ingressar na seção paulista do PDC, na qual colheu muito sucesso em sua estratégia de forçar mudanças no conjunto do Partido a partir da colocação em prática de uma autêntica política democrata-cristã em São Paulo, Estado no qual, dentro da agremiação, se tornou a força hegemônica em 1954. O sucesso do grupo não foi completo, pois se instaurou, nos quadros do partido em São Paulo, a diferenciação entre *democrata-cristãos* autênticos e *pedessistas* (políticos abrigados na legenda, sem compromisso efetivo com o ideário democrata-cristão).

No ano anterior, 1953, um problemático vereador do PDC, *pedessista* (no sentido acima assinalado), elegeu-se Prefeito de São Paulo, e desta posição se projetaria na política nacional para disputar e ganhar as eleições para Governador realizadas em 1954: Janio da Silva Quadros.

As espetaculares vitórias de Janio em 1953 e 1954 colocaram em xeque o esquema político majoritário em São Paulo desde o retorno da democracia em 1945-46, cujo principal dirigente era Adhemar de Barros. Instaurou-se, desta forma, a polarização ademarismo *versus* janismo que marcaria a política paulista por mais uma década. Janio Quadros saiu do PDC para seguir rota própria pouco depois de eleito Prefeito, deixando os dirigentes egressos da *Vanguarda Democrática* na difícil situação de criticar quotidianamente o polêmico Governador, mas de acabar aliando-se a ele nos momentos críticos em nome do combate ao clientelismo ademarista.

Em 1958, Carlos Alberto de Carvalho Pinto tornou-se o candidato situacionista para a disputa seguinte a Governador. Advogado formado na Faculdade do Largo São Francisco (como Janio Quadros, Mario Carvalho de Jesus, Montoro e a maioria dos líderes da *Vanguarda Democrática*), filho de aristocrática família paulista, Carvalho Pinto fora nome indicado pelo PDC paulista para o cargo de Secretário de Finanças do Prefeito Janio que o conduziu para a mesma função no Governo do Estado tão logo se elegeu Governador. Tal circunstância permitira a Carvalho Pinto converter-se em personagem central da política de moralização da máquina administrativa posta em prática por Janio, dando-lhe bases para se apresentar como seu herdeiro político em São Paulo.

Em paralelo, ao contrário de Janio, Carvalho Pinto mantivera uma política pessoal de boas relações com a liderança paulista do PDC que, em meados dos anos 1950, tinha transformado em prioritárias as bandeiras do planejamento da ação de governo e da descentralização administrativa. Portanto, para a liderança democrata-cristã, a candidatura do antigo Secretário de Finanças pareceu ideal para o desenvolvimento de sua política. Vale ressaltar a mentalidade de planejamento já se implantava na Prefeitura de São Paulo por obra de uma sociedade de pesquisas criada pelo Padre Lebrecht (o mesmo da “Comunidade do Trabalho” de Boimondau) que se tornara especialista internacional em planejamento econômico, credenciado pela ONU e pelo Vaticano.

Nesse ínterim, o Dr. Mario Carvalho de Jesus viera de volta da França em 1950 e se tornara advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde conheceu João Breno Pinto em 1953. Operário de uma metalúrgica do bairro da Lapa, Breno fora procurar a assistência jurídica da entidade logo após ter sido demitido por causa de sua participação na grande greve ocorrida naquele ano na cidade de São Paulo. Antes disso, em 1950, Mario Carvalho de Jesus participara da fundação da *Unilabor*, cooperativa operária de produção de móveis fundada no bairro do Ipiranga inspirada diretamente na experiência de Boimondau.

Em 1954, João Breno Pinto obteve emprego na Companhia Brasileira de Cimento Portland (CBCPP) de Perus, bairro paulistano onde morava desde 1949. Nesse mesmo ano, insatisfeito, o Dr. Mario desligou-se do sindicato dos metalúrgicos, mas retornaria à advocacia trabalhista pouco tempo depois, justamente no sindicato dos trabalhadores da Portland Perus. No mesmo ano de 1954, outra personagem central da presente dissertação, Dom Jorge Marcos de Oliveira, fora empossado como o primeiro bispo da então criada Diocese de Santo André, município onde várias circunstâncias levaram-no a se preocupar com as condições de vida e de trabalho dos operários do ABC paulista. Como o episódio dos funcionários de uma fábrica lançados à própria sorte com a repentina bancarrota da empresa; fato que motivou D. Jorge a iniciar uma luta nacional em prol do estabelecimento em lei de prioridade para o pagamento de encargos sociais.

Enquanto isso, no outro lado da Região Metropolitana de São Paulo, o trabalho de base desenvolvido em Perus começou a dar sinais mais claros de pujança em 1957, numa mobilização que contou com importante apoio do então deputado estadual André Franco Montoro. Em 1958, ocorreu a espetacular paralisação de quarenta dias na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus. O movimento iniciou-se pouco depois da vitória de Carvalho Pinto para o Governo do Estado e da vitória particular de Montoro (candidato dos sindicalistas) em Perus contra o proprietário da Fábrica de Cimento, o deputado José João Abdalla. Desde os primeiros momentos, a greve tomou a forma da emergência de uma nova liderança, democrata-cristã, no cenário sindical paulista. Vitoriosos em sua “pareda”, os líderes sindicais de Perus foram chamados a acompanhar outras greves operárias na região do ABC nas quais faziam-se presentes religiosos e militantes leigos ligados a Dom Jorge Marcos de Oliveira. Desse trabalho conjunto, que se estenderia a outras localidades, resultaria a criação da FNT em 1960.

O período delimitado pelas semanas em que Carvalho Pinto era o Governador eleito (ainda não empossado) e pelos últimos dias de seu mandato (outubro de 1958-janeiro de 1963) foi aquele em que se ocorreram as principais ações da corrente sindical democrata-cristã paulista. Carvalho Pinto foi também o principal governante chamado a

se posicionar em face do projeto de desapropriação da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus para que a mesma passasse para o controle de uma cooperativa operária pensada conforme o padrão de “Comunidade do Trabalho” de Boimondau e da *Unilabor*. Esta proposta surgiu no calor da greve iniciada na Companhia de Cimento de Perus em maio de 1962, e foi apresentada ao Governo do Estado e ao Governo Federal em função da intransigência patronal que se manteve inabalável mesmo depois de meses e meses de paralisação.

Nesta altura da exposição, vale ressaltar que Carvalho Pinto nunca teve uma ligação mais forte com o PDC, embora chegasse, mais à frente, a ser alçado à condição de Ministro da Fazenda de João Goulart na qualidade de filiado indicado pelo partido. Seu governo em São Paulo, entretanto, foi entendido como um instrumento para a aplicação de elementos centrais do programa do PDC, como foi o caso do *Plano de Ação do Governo do Estado* (PAGE), primeiro plano estratégico de governo posto em prática no Brasil, elaborado sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio. Nesse contexto, a forte atuação do PDC paulista nos níveis superiores da equipe de gestão de Carvalho Pinto e em sua base social e política de apoio transformaria a desapropriação da Fábrica de Cimento, durante meses, num tema cotidiano de discussão no Palácio dos Campos Elíseos, com Montoro e Queiroz Filho empenhando-se pessoalmente em prol das reivindicações dos operários de Perus.

De sua parte, os ativistas sindicais que se reuniam na FNT mantinham, de longa data, uma relação de amizade e de companheirismo com os militantes da antiga *Vanguarda Democrática*, com os quais não tinham diferenças programáticas dignas de atenção. Todavia, as diferenças de enfoque eram claras: o Dr. Mario Carvalho de Jesus e os ativistas da FNT priorizavam a intervenção no movimento operário; as lideranças vindas da *Vanguarda Democrática* seguiam essencialmente pelo caminho da política institucional.

Para que os principais aspectos da temática eleita sejam adequadamente expostos, a “Introdução” (Capítulo I) retomará as questões acima expostas, concentrando-se em aspectos conceptuais e metodológicos. O Capítulo II discutirá as condições de funcionamento da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, palco e objeto de disputa das principais ações ora historiadas. O Capítulo III (“Antecedentes”) trata das condições que, dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, propiciaram o surgimento da Doutrina Social e da Democracia Cristã, referências fundamentais da *Vanguarda Democrática* e da FNT. No Capítulo III, são também examinadas as trajetórias pessoais de alguns personagens chave do drama tratado. O Capítulo IV cuida da emergência do movimento dos “queixadas” a partir da greve de 1958 em Perus. O Capítulo V cuida da intervenção dos sindicalistas de Perus no ABC paulista em 1959-1960. O Capítulo VI discorre sobre a tentativa de implantação de uma “Comunidade do Trabalho” em Perus, em meio à prolongada greve de 1962-1963.

A dissertação não dedicou muitos esforços para o período posterior a esta greve porque, de um lado, o PDC esfacelou-se de um modo tão completo em 1963-1966 que sequer conseguiu definir posição conjunta em relação ao Golpe Militar e acerca da ida para a ARENA ou para o MDB, depois da extinção dos partidos decretada pela ditadura que se instaurara no país. Tais vicissitudes obrigaram os sindicalistas a repensar suas articulações no plano político-institucional e suas concepções de ordem programática, uma vez que se tornara difícil existir uma corrente sindical democrata-cristã descolada de um partido democrata-cristão ou de uma significativa corrente orientada nesse sentido dentro do MDB. Nesse quadro, os líderes da FNT evoluíram na direção da Não-Violência e da luta em prol dos Direitos Humanos, abandonando de fato o referencial democrata-cristão de forma progressiva, mas definitiva. Outra ocorrência marcante foi o afastamento da figura de D. Jorge Marcos de Oliveira das lutas de Perus após a greve de 1962-1963 que, somado ao fato da FNT não ter consolidado suas ligações com o movimento sindical do ABC paulista, relegou para um passado distante a conjugação

de esforços dos movimentos sociais de ambas as regiões. É disso que tratam o Capítulo VII e as “Considerações Finais”.

-o0o-

A última ordem de questões imprescindíveis a estas Considerações refere-se à ligação do próprio autor com seu objeto de pesquisa. Morador em Perus durante muitos anos (a partir do terceiro ou quarto dia de vida); filho, sobrinho e primo de operários da Fábrica de Cimento (“queixadas”, todos os três), habituei-me a ver no Dr. Mario Carvalho de Jesus um modelo de homem sério, competente e honrado; convicção que se reforçou ainda mais no transcorrer de minhas pesquisas sobre a história de Perus.

Embora eu o tenha conhecido somente quando já tinha dezoito anos, o Dr. Mario é um personagem integrante de minha infância. Causava-me forte impressão o modo como meu pai sempre se referiu a ele; e houve, pelo menos, uma vez que meu pai foi consultá-lo acerca de questões jurídicas antes de fechar um negócio importante da família. Portanto, é realmente difícil, para mim, não me referir a Mario Carvalho de Jesus como o “Dr. Mario”.

Diversos momentos das lutas operárias e do cotidiano de trabalho chegaram ao meu conhecimento pelos relatos de meu pai ao retornar do serviço ou pela janela de casa, de onde era possível ver concentrações operárias diante da portaria principal da Fábrica. Adulto, participei ativamente de movimentos em prol da preservação do patrimônio cultural de Perus e Cajamar cujo componente central é o patrimônio da Fábrica de Cimento e dos empreendimentos coligados.

O desafio desta dissertação, portanto, é tratar com isenção e objetividade fatos de que fui testemunha ocular desde os mais tenros anos de minha vida, acontecidos numa indústria que conheci mais de perto quando, ainda pequeno, levava marmita para meu pai na hora do almoço.



## Capítulo I - Introdução

A História, na sua concepção moderna (...) foi criada como uma área do conhecimento humano que deveria ter como combate justamente o território da memória. A História, no seu sentido moderno, naquilo que ela se inaugurou no século XVIII pelo pensamento iluminista — e é esta História da qual nós somos herdeiros até hoje, a História dita científica —, ela justamente se opõe à memória porque, segundo a filosofia do iluminismo, a memória é fonte de erro. A memória, como é subjetividade, é uma construção que é pessoal, ela é fugaz, ela não tem a possibilidade de estabelecer um território de verificação, ela é totalmente frágil no sentido de que ela é muito subjetiva. E, ela é sujeita a erro porque, na medida em que a memória não é sujeita a nenhum critério de verificação, ela pode ser sujeita a erros imensos, a preconceitos incalculáveis. E a idéia que o pensamento iluminista tem, com relação ao território da memória, é que o território da memória é um território que nunca passou pelo crivo da razão. Quer dizer, a memória nunca se enfrentou com a verdade dos fatos. Por esta razão que o rei poderia ser de origem divina, por exemplo; que os dogmas da igreja poderiam ser absolutamente aceitos pela maioria das pessoas porque eles não eram sujeitos a nenhum tipo de contestação do ponto de vista da verdade.

Edgar de Decca. História: História, memória e interpretação. Exposição proferida durante o II SEAD — Porto Alegre, 1º de novembro de 2005 (texto disponibilizado durante o curso de Teoria da História do IFCH/UNICAMP, nível de pós-graduação, 1º semestre de 2006).

-o0o-

Para todos nós há uma **zona de penumbra entre a história e a memória**; entre o passado com um registro geral aberto a um exame mais ou menos isento e o passado como parte lembrada ou experiência de nossas vidas. Para os seres humanos individuais, essa zona se estende do ponto onde as tradições ou memórias familiares começam – digamos, da foto de família mais

antiga que o familiar mais velho pode identificar ou explicar – ao fim da infância, quando se reconhece que os destinos público e privado são inseparáveis e se determinam mutuamente. ('eu o conheci um pouco antes do fim da guerra'; 'Kennedy deve ter morrido em 1963 porque foi quando eu ainda estava em Boston'). A expansão dessa zona pode variar, bem como a obscuridade e a imprecisão que a caracterizam. Mas, sempre há essa terra de ninguém no tempo. É a parte da história cuja compreensão é mais árdua para os historiadores, ou para quem quer que seja (...). Mas isso não se aplica só aos indivíduos, mas também às sociedades. O mundo em que vivemos é, ainda, em grande medida, um mundo feito por homens e mulheres que cresceram no período de que trata esse livro, ou imedia-tamente antes.

Eric J. Hobsbawm. A Era dos Impérios (1875-1914). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988, 3ª edição, pp. 15-16. Grifos meus, ES.

-oOo-

Examinando questões às quais as paixões e angústias humanas fazem um vasto acompanhamento emocional, não é fácil guardar sempre a imparcialidade e a justiça. Nisto pusemos todo o nosso empenho. Pelo que podemos retomar a velha fórmula de que o humanismo francês se honra de ter feito um lugar-comum, e apresentar nosso livro como um livro de 'boa fé', cuja única preocupação é a verdade.

Jacques Maritain. Humanismo Integral: uma nova visão da ordem cristã. S. Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1942, pg. XII.

O objeto desse estudo é o movimento operário na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, empresa geralmente considerada como a responsável pela efetiva implantação desse ramo da indústria no Brasil, cujo funcionamento estendeu-se de 1926 até 1987. Dentro de tal intervalo, a pesquisa focou-se no período delimitado pelos anos de 1958 e de 1963 que corresponde, aproximadamente, à época na qual as lutas dos trabalhadores de Perus e Cajamar conquistaram projeção nacional sob a bandeira da desapropriação da Companhia para que se instaurasse uma cogestão

Estado/Operários que forneceria cimento a baixo custo para a sociedade. Os limites temporais correspondem aos quarenta dias da greve de 1958 (primeira paralisação geral do complexo produtor de cimento) e ao final da grande greve iniciada em 14 de maio de 1962.

Tal demarcação exige algumas explicações, especialmente porque, a partir de 1980, o sindicato da categoria assumiu novo programa político no qual a bandeira da cogestão é substituída pela da *autogestão operária* que, implantada na Fábrica de Cimento, significaria a antecipação de um núcleo da futura sociedade socialista, nos marcos da ordem burguesa. Todavia, como será exposto oportunamente em mais detalhes, a empresa administrada pela família Abdalla na década de 1980 tinha se reduzido a uma pálida lembrança da potência econômica que tinha sido até meados dos anos 1970: o complexo produtor de cimento - que incluía as pedreiras de calcário da Companhia em Cajamar e a Estrada de Ferro Perus-Pirapora (EFPP) - tinha diminuído seu quadro de funcionários de 1.200-1.500 para algumas poucas centenas de operários ainda na época da administração federal; a produção da empresa despencara brutalmente a partir de 1975, para nunca mais retornar a seus níveis históricos; o maquinário empregado – superado tecnologicamente – reduzira-se a sucata improdutivo em razão do completo esgotamento de sua vida útil. Por outro lado, na década de 1980, o sindicalismo local ressentia-se da instauração de uma fissura entre a base do movimento – interessada num acordo com o novo patrão (“Toninho” Abdalla) que propiciasse condições para que empresa continuasse funcionando – e a direção do sindicato, entusiasmada pelo projeto autogestionário socialista.<sup>1</sup>

Em contraste, o período em que o sindicalismo peruense-cajamareense propunha-se a lutar pela cogestão operária, sem nenhum viés claramente socialista, foi uma era em que os trabalhadores de Perus encontravam tamanho eco em tantos setores sociais que, aos olhos dos segmentos politicamente conservadores e reacionários, a tomada

---

<sup>1</sup> Ver Gonçalves, Adilson José. *“Perus”: a Violência dos Pacíficos - uma nova arma para uma velha luta*. São Paulo, SP: PUC, 1989, dissertação de mestrado em História, pp. 257-258.

da Fábrica de Cimento pelos operários tornou-se, por vezes, um “fantasma” muito próximo de se concretizar. Isto é verdadeiro principalmente para 1962, ano em que os operários de Perus e Cajamar acossaram o Governo Carvalho Pinto com sua greve pela encampação da Companhia pelo Estado de S. Paulo; mobilização que, derrotada, com grande parte dos trabalhadores proibidos de retornar ao trabalho na Companhia, prosseguiria de diversas formas fora da Fábrica até a reintegração dos operários estáveis em 1969 por decisão da Justiça do Trabalho.

Com isso, acumulara-se um enorme passivo para a empresa, pois todo o intervalo de tempo fora reconhecido pelos juízes federais como de greve legal (sete anos e quatro meses), cabendo um completo ressarcimento, devidamente atualizado, aos trabalhadores reintegrados. O fracasso das tentativas de negociar com a direção da Companhia alguma forma de efetivar o pagamento dos débitos trabalhistas levou o sindicato da categoria a propor, através de ação judicial de falência, a nomeação de uma administração idônea. O acolhimento da pretensão operária, em decisão da Justiça do Trabalho proferida em julho de 1973, motivou pronta reação do Governo Federal que, logo no dia seguinte, decretou intervenção na Companhia.

Parece razoável pensar que a medida não se constituiu numa atitude imediatista, forçada pela precipitação dos acontecimentos, pois o exame da documentação do DOPS (preservada no Arquivo Público do Estado de S. Paulo) permitiu verificar que a polícia política, há anos, vinha acompanhando atentamente o que se passava nas empresas do Grupo Abdalla. Pouco depois, em 1974, as indenizações trabalhistas foram finalmente pagas pela administração federal e se instaurou um clima de certa tranqüilidade que perdurou até o retorno da empresa à família Abdalla, em 1980.

Nesta altura, cabe mencionar o historiador britânico Edward Palmer Thompson (1924-1993) que mostra como tradições e proposições políticas podem assumir conotações muito diversas das originalmente atribuídas quando reapropriadas pelos movimentos sociais. Nessa linha de raciocínio, poderíamos ressaltar para o caso em tela que foi a

“moderada” bandeira da cogestão operária - empunhada pelos operários de uma grande usina cimenteira em plena vitalidade - que mais provocou receios entre os defensores da ordem estabelecida; não a cogestão socialista defendida numa fábrica agonizante.<sup>2</sup>

Ora, a *Violência dos Pacíficos*, estudo acadêmico sobre o movimento operário em Perus que inspirou diretamente esta dissertação, tratou da progressiva emergência do projeto político socialista no sindicalismo de Perus, cujo ponto teria sido a luta pela imediata implantação da autogestão nos anos 80.<sup>3</sup> Em continuidade direta a tal escrito, a decisão de concentrar a pesquisa na outra ponta da mesma história teve evidente inspiração em Thompson: estudar as incongruências, lacunas político-programáticas do movimento em 1957-1963 significaria buscar os momentos em que formulações políticas “democrático-burguesas” foram assumidas, testadas e resignificadas pelas ações coletivas do segmento da classe operária em questão.

Esta inversão de foco implicou no exame de questões embaraçosas. É fato que, em 1962-1963, o sindicato de Perus conseguiu promover a mobilização de amplas camadas sociais e de diversos setores da base de sustentação política do Governo Carvalho Pinto em prol da desapropriação da Companhia. Mas, por que uma ação tão inovadora não teve êxito? A linha de explicação possivelmente mais óbvia tem como foco

#### A Ilusão do Estado Populista

O Presidente da República [João Goulart] aderiu aparentemente à encampação da fábrica. Os grevistas foram ao Rio [de Janeiro] entregar-lhe um relatório e pedir sua intervenção junto ao governo do Estado de S. Paulo no sentido de apressar a encampação. O Presidente afirmou: ‘prometo fazer tudo para que esta luta pacífica de vocês termine com a vitória, porque o movimento da Perus é hoje um símbolo nacional’. O andamento das

---

<sup>2</sup> Esta é uma das idéias fundamentais de Thompson em sua obra mais conhecida: *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

<sup>3</sup> Ver a primeira nota de rodapé desta “Introdução”.

coisas mostrava os limites do Estado Populista. De um lado, o Presidente dialogava com os trabalhadores e reconhecia a legitimidade da greve. De outro, a polícia aliada aos patrões reprimia a greve; o governo estadual fazia o jogo de Abdalla, e o Poder Judiciário amarrava o andamento dos processos. Somente após 120 dias de greve os trabalhadores foram convocados pelo Secretário do Trabalho para a primeira tentativa de conciliação com o empregador. Olhando pelo lado econômico, nem mesmo o fato de as jazidas poderem ser utilizadas por uma indústria estatal e nacional motivou a encampação.<sup>4</sup>

A teoria da “ilusão” deveria ter levado seus formuladores a responder uma questão básica: se o “Estado Populista” tinha todas essas limitações, devemos entender que os trabalhadores de Perus cometeram um erro político ao endereçar a este mesmo Estado o pedido de desapropriação e ao sustentar uma paralisação em prol desse objetivo durante tanto tempo, a um custo tão alto?

- Se a resposta for “sim, foi uma iniciativa errada”, temos um problema: como uma orientação tão fora da realidade foi assumida pelo movimento? E quem foi o responsável pelo prosseguimento de uma greve - por definição - sem possibilidade de vitória, dada a própria natureza do Estado? Os dirigentes do sindicato em bloco ou algum líder em especial? O conjunto dos trabalhadores do cimento? E no que consistiu, exatamente, a “ilusão do Estado Populista”, isto é, quais teriam sido as iniciativas “equivocadas”?
- Se a resposta for alguma coisa como “não, a defesa da desapropriação foi correta, ainda que numa conjuntura adversa”, seria preciso identificar o que deu errado em 1962 para que a fábrica de cimento continuasse nas mãos do patrão, o que novamente poderia colocar em xeque a competência política da liderança do movimento.

---

<sup>4</sup> FNT. *A greve da Perus*. São Paulo: Frente Nacional do Trabalho, *Cadernos de Formação*, série *Vinte Anos de Luta*, maio de 1980, pg. 32.

O sindicato operário de Perus e a Frente Nacional do Trabalho <sup>5</sup> – por tanto tempo tão ligada ao sindicalismo peruense-cajamareense – tornaram-se fonte de inspiração para um extenso espectro de movimentos sociais e de ativistas atuantes dentro e fora de Perus. Em conseqüência, uma segunda fonte de resistências constituiu-se, pois o próprio passar das décadas inevitavelmente contaminaria a discussão dos rumos da greve de 1962 com temas contemporâneos. Historiadores, antropólogos e cientistas sociais são, aliás, alertados em seus cursos de graduação contra os riscos do anacronismo:

Atribuir a uma época ou a um personagem idéias e sentimentos que são de outra época, ou em representar nas obras de arte, costumes e objetos de uma época a que não pertencem [Dicionário Houaiss].

Contudo, militantes dos movimentos sociais (e cidadãos em geral), incluídos os de formação universitária, costumam desconhecer ou mesmo menosprezar sutilezas da Academia. Desse modo, incorporar a idéia de fracasso da luta pela desapropriação da Fábrica de Cimento por conta de erros de condução política implicaria no risco da “referência histórica” - em seu suposto período áureo - ressurgir ligada a idéias vistas como desabonadoras nos tempos recentes, como “ilusão de classe” ou “linha equivocada” na luta contra o Estado “burguês”.

Está fora das pretensões e possibilidades deste estudo a análise da formação e da dinâmica histórico-evolutiva das tradições sociais, principalmente daquelas ligadas às Esquerdas no Brasil. A recente produção de três densos volumes a este respeito, sob a direção de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, é um bom testemunho da complexidade da temática. <sup>6</sup> Para esta exposição, interessa somente ressaltar que,

---

<sup>5</sup> Frente Nacional do Trabalho: organização paralela à estrutura sindical, focada na Doutrina Social da Igreja Católica, constituída em 1960 a partir das lutas de Perus e de algumas outras categorias profissionais.

<sup>6</sup> Ferreira, Jorge e Reis Filho, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil*, Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007, em três volumes: *A formação das Tradições (1889-1945)*; *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*, 2007; e *Revolução e Democracia (1964...)*. Ver também Hobsbawm, Eric e Ranger, T. (org.). *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

dentro da cultura característica da esquerda brasileira, a eventual demonstração do “equivoco” de certa posição de determinada corrente política representa, na maioria das vezes, um golpe de difícil assimilação. Do mesmo modo, “autocríticas”, ainda que inadiáveis, serão proferidas preferencialmente quando (e se) trouxerem ganhos políticos visíveis: admitir erros num contexto em que a competência do grupo ou da liderança está posta em xeque é alguma coisa que simplesmente não acontecesse. O mais provável é que os erros mais bisonhos sejam retificados sem alarde, fora das vistas do público, preservando-se a aparência da continuidade da ação política.

O mesmo vale para as referências “históricas”: se não é possível negar a derrota de determinadas ações, o discurso certamente dará forte ênfase à “combatividade”, ao “compromisso histórico” e à firmeza exemplar demonstradas durante os referidos confrontos, ou deslocará atenções para a iniquidade e para a opressão enfrentadas naquele momento. Nesse contexto, a reivindicação de se ligar “historicamente” a uma vitoriosa tradição de lutas - ou (o que dá no mesmo) de ter fundado uma nova a partir da reavaliação das tradições anteriores - é fonte indispensável de autoridade e segurança psicológica. Diga-se de passagem, ligar-se a uma “tradição vitoriosa” é praticamente uma redundância, pois fracassos em série despertam muito pouco entusiasmo. A verdade não é um elemento desconhecido nessas discussões, mas nelas adentra somente na medida em que interessa.<sup>7</sup>

Nesse sentido, o principal problema do projeto finalizado nesta dissertação é que, ao contrário da maioria das pesquisas acadêmicas, o tema eleito não necessariamente despertou simpatias na região onde se passaram os principais acontecimentos. Isto forçou a pesquisa a se converter, desde o mestrado, num projeto de história oral e de análise de discurso às avessas: a partir da percepção de resistências dos agentes sociais em tratar de certos assuntos e de lacunas na documentação é que foram identificados os núcleos temáticos, pesquisados recorrendo-se ao exame de outras

---

<sup>7</sup> A política e o debate ideológico são casos clássicos de aplicação da “arte de discutir de modo a vencer por meio lícitos ou ilícitos”, tratada de forma bastante esclarecedora na clássica obra de Arthur Schopenhauer *Como vencer um debate sem precisar ter razão*. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 1997.



fontes disponíveis. “Resistências” que, diversas vezes, concretizaram-se em atitudes nada sutis, como recusas diretas a responder perguntas durante entrevistas que sequer foram registradas devido à impossibilidade de chegar a um acordo com os depoentes a respeito do documento que seria produzido ao final. A generosidade nas permissões de acesso a documentos particulares foi igualmente afetada por variações no estado de humor de seus controladores. Nada que a historiografia desconhecesse. Paul Thompson adverte para a

Cautela [que] deve experimentar o historiador que, em algum arquivo, se vê diante de uma coleção de documentos empacotados: escrituras, contratos, livros de registros de empregados, cartas, etc. Certamente **não** é por acaso que esses documentos e registros vieram a estar a dispor do historiador. Houve um objetivo social por trás de sua criação, tanto quanto de sua posterior preservação. Os historiadores que tratam esses achados como depósitos inocentes, como objetos lançados numa praia, estão simplesmente enganando a si próprios. (...) O processo de descartar e confundir as memórias para ajustar-se a necessidades modernas, que tem sido identificado como uma forma de conquista genealógica na tradição africana possui seu equivalente, nos países ocidentais, na prática de adulteração sistemática, ainda que semiconsciente, das coleções de registros. (grifos do texto original).<sup>8</sup>

Um caso paradigmático de readaptação da “memória” conforme conveniências é o de Civitella Val di Chiana, cidadezinha da Toscana que, durante a II Guerra Mundial, fora palco de um massacre perpetrado por tropas nazistas a título de retaliação pelo assassinato de soldados alemães por membros da Resistência Italiana. No pós-guerra, surgiu uma memória “oficial” do evento que tratava as vítimas como mártires do combate contra o fascismo na Península em eventos regularmente realizados. A questão de fundo, porém, é que os moradores de Civitella, em sua maioria (incluídos os familiares das vítimas e os próprios assassinados), integravam a “zona cinzenta” formada pelos cidadãos italianos que conviviam sem maiores problemas com os fascistas, ou simpatizavam com Mussolini, *Il Duce*. Em conseqüência, logo que a

---

<sup>8</sup> Thompson, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 145-146.

correlação de forças na política nacional alterou-se de forma mais acentuada, emergiu na cidade outra “memória” cujos discursos emotivos e arrogantes vazavam a pretensão de expressar a verdade ao culpar não os alemães, mas a Resistência pelas mortes ocorridas em 1944.

Tudo leva a crer que a ação que levava à morte de soldados alemães fora realmente executada de forma canhestra e não tinha nenhum sentido do ponto de vista militar ou político. O mais interessante, porém, é que a fúria dos discursos de Civitella recai sobre os erros da Resistência, não sobre as atitudes dos soldados alemães que, indiscutivelmente, foram aqueles que dispararam armas contra pessoas indefesas, como se fosse natural e eticamente admissível que os nazistas tenham agido como agiram depois de provocados. Prosseguindo em sua análise, Alessandro Portelli mostrou o quanto elaborações posteriores aos acontecimentos, bem como certos mitos – tais como o do “bom alemão”, filiado à imagem universal do “bom soldado”, imprescindível à obsessiva vontade de achar um jeito de não condenar em bloco as tropas nazistas - misturaram-se às lembranças do que efetivamente possa ter ocorrido no fatídico dia do massacre.<sup>9</sup>

Na contramão desses alertas, há uma grande preocupação nos estudos teóricos sobre história oral em comprovar a fidedignidade e a riqueza desse tipo de fonte para o conhecimento em ciências sociais.<sup>10</sup> Nada na presente dissertação é dito em sentido diferente, posto que os vieses, as omissões, as falas em “off” (isto é, não registradas a pedido dos próprios depoentes) e mesmo afirmações conscientemente falsificadas (cuja ocorrência a bibliografia específica já tinha previamente alertado) constituem-se em excelente material para entender a real inserção do personagem histórico nos eventos considerados e, em conseqüência, devem ser entendidos como parte da “verdade”

---

<sup>9</sup> Portelli, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política e senso comum* IN Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1996.

<sup>10</sup> Além das obras de Thompson e Ferreira & Amado (já mencionadas), leia-se, por exemplo, Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1979.

revelada pelas falas dos participantes em processos históricos passados. A única possível contribuição da presente pesquisa para este debate seria a de ressaltar que o campo clandestino dos vieses e silêncios pode ser mais revelador do que as afirmações realizadas de forma “oficial” pelos mesmos agentes sociais.

Vale acrescentar que houve casos em que os depoentes demonstraram realmente desconhecer detalhes chave de eventos nas quais sua participação ficou registrada em fotos e outras referências materiais. “Detalhes chave” (entenda-se bem), assim compreendidos na perspectiva da reconstituição presentemente realizada, não pelos agentes históricos; discrepância perfeitamente explicável pelas diferenças de importância atribuídas aos acontecimentos pelo pesquisador contemporâneo e pelas pessoas que deles participaram. Para tais casos, a decisão tomada foi a de desistir das entrevistas, visto que, nas questões de maior interesse para a pesquisa, seria gasto tempo enorme explicando o que tinha ocorrido para quem se fizera presente nos próprios acontecimentos... Nessas situações, retornar para a análise textual e iconográfica era claramente mais pertinente.

A dissertação de mestrado apresentada na UNESP de Araraquara foi o balanço da primeira etapa das pesquisas. No Capítulo I, procurou-se situar a história de Perus e de Cajamar dentro da história do Estado de S. Paulo para compreender com mais propriedade o processo de formação do completo regional de produção de cimento entre 1909 e 1926. O Capítulo II analisa o funcionamento da Fábrica procurando entender a inserção da empresa ao longo na evolução do ramo produtor de cimento no Brasil, cujo momento crítico coincidiu com a transferência de controle da gestão majoritariamente canadense para o conglomerado liderado pelo deputado federal José João Abdalla em 1951.

A mudança de composição acionária coincidiu com a implantação de um projeto de operação (elaborado pela gestão anterior) que praticamente dobrou a capacidade de produção final da indústria, com a instalação do Forno IV. Entretanto, não houve

nenhuma ampliação nos equipamentos que processavam previamente as matérias-primas: exceto pelo Forno 04, a planta da Fábrica continuou a mesma.

Em conseqüência, foi imposta uma sobrecarga de trabalho aos equipamentos. A manutenção preventiva acabou; as máquinas só recebiam trocas de peças e outros serviços quando não tinham mais nenhuma condição de funcionar. Do ponto de vista da direção da Fábrica, havia completo sentido em tudo isso, pois a Companhia aumentara a produção enormemente numa conjuntura em que o preço real do cimento subiu mais de 30%.

Por outro lado, tudo indica que, desde o final da década de 1940, estava já patente para a direção da Fábrica que as jazidas de calcário (principal matéria-prima) dificilmente sustentariam a produção pelo tempo demandado pela renovação integral dos equipamentos e pela operação do novo maquinário enquanto ainda estivesse dentro de seu período de vida útil.<sup>11</sup> Portanto, se, no longo prazo, a planta de Perus estava condenada, a ampliação da capacidade promovida nos termos ditados pela administração canadense, e postos em prática por José João Abdalla, objetivava lucrar o máximo possível enquanto a empresa fosse competitiva. A força de trabalho não tomou conhecimento de qualquer discussão nesse sentido, como mostra a insistência com que, no discurso operário, os “critérios técnicos” – supostamente tão respeitados na administração canadense – opõem-se à “má gestão” e à “falta de manutenção” de Abdalla.

No terceiro capítulo da dissertação, é apresentada uma *hipótese geral* para o curso tão característico que o movimento operário assumiria na Companhia de Cimento a partir do final da década de 1950. A idéia essencial é que o sindicato da categoria soube conferir *status* de luta política coletiva à resistência realizada pelos operários contra as medidas tecnicamente tão questionáveis que o aparato de direção da empresa tomava

---

<sup>11</sup> As fábricas de cimento não compram matérias-primas não processadas de outras porque os custos descritos nas planilhas de produção são tão baixos que os gastos de transporte, por distâncias um pouco além de um estreito limite, já tornariam antieconômica a operação.

no dia-a-dia, cujo resultado mais imediato era a deterioração muito notória das condições de trabalho. A disputa pelo controle da gestão da Fábrica teria estado no centro das mobilizações operárias em Perus, desde a primeira grande greve em 1958 que questionou diretamente os preços do cimento praticados pela empresa. Em 1960-1961, teria se instaurado uma *dualidade de poder dentro da Companhia*, com a implantação de um conjunto de medidas técnicas discutidas pelos trabalhadores praticamente à revelia da direção industrial. A greve de 1962, portanto, teria sido o momento em que os dois poderes antagônicos lançaram-se a um embate definitivo pelo controle de Perus.

Uma última ordem de questões apontadas no Capítulo III diz respeito aos “pelegos”, operários que “furaram” a greve de 1962 em seu 100º dia. “Pelegos” assumiram a direção do sindicato operário em 1964 com a intervenção ministerial decretada pelo governo do Golpe. Em 1965, os operários demitidos dois anos antes (incluídos os líderes da greve) foram impedidos pelo Ministério do Trabalho de participar das eleições sindicais. Composta somente por “pelegos”, a nova direção liderou nova greve no mesmo ano de 1965, derrotada graças a uma pesada intervenção policial. Foi quando a diretoria decidiu chamar de volta o advogado do sindicato, o Dr. Mario Carvalho de Jesus, principal liderança das greves de 1958 a 1962, demitido pela junta interventora empossada em 1964. Realizada a reconciliação na categoria, a diretoria “pelega” lideraria importante greve em 1967 e tomou as providências para que fosse decretada a falência judicial da empresa que resultaram na intervenção e no confisco federal de todo o complexo cimenteiro em 1974. Em 1973, encerrara-se o período de paz no seio do movimento: o advogado da entidade foi novamente demitido, o que provocou tal comoção na categoria que o próprio presidente pediu intervenção no sindicato, cuja sede ficaria fechada durante anos. Uma comissão de trabalhadores (sem os “pelegos”) seguiria liderando a categoria, promovendo - no plano internacional - uma campanha pelo fim da intervenção no sindicato. Em 1974, foram pagas as indenizações pela greve de 1962-1969. Em 1977, duas chapas se enfrentaram nas eleições do sindicato, com a

derrota definitiva dos “pelegos” locais que desapareceram como uma corrente organizada.<sup>12</sup>

Questões que permaneceram em aberto, para a pesquisa de doutorado:

- **A - O papel da liderança do sindicato de Perus.** A pesquisa tomou como seu pressuposto a noção, defendida por André Gorz e de Cornelius Castoriadis, de que a empresa capitalista caracteriza-se por uma disputa permanente pelo controle técnico do processo de trabalho e acerca do conteúdo efetivo das tarefas realizadas durante a jornada de serviço. Disputas que, no limite, podem levar à desestruturação e à subversão da empresa pelos trabalhadores. Nessa perspectiva, existe uma *luta informal* (termos de Castoriadis) no cotidiano de trabalho contra a imposição de disciplinas e medidas técnicas tidas como descabidas pelos trabalhadores.<sup>13</sup>

Uma das bases para a resistência informal realizada nas empresas foi referida por Dalmo de Abreu Dallari ao assinalar que o trabalho é condição essencial para a vida humana e que as tentativas de depreciá-lo advêm de pessoas que não trabalham, nunca trabalharam (pelo menos, não no sentido de trabalhar dura e penosamente) e, no entanto, são consumidores privilegiados do trabalho alheio. Em sentido contrário, firmou-se, conforme Dallari, a partir da resistência popular no século XIX, uma ética do trabalho: mesmo reconhecendo que parte do seu trabalho destina-se a sustentar a ociosidade de outros, os trabalhadores entendem que é seu dever trabalhar duramente; donde a contrapartida do trabalho como um direito conquistado pela luta popular e

---

<sup>12</sup> Siqueira, Elcio. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*. Araraquara, SP: [s. d.], 2001, UNESP. Dissertação de Mestrado em Economia (área: História Econômica) apresentada no Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras. O texto integral foi disponibilizado pela Biblioteca Digital da UNESP no endereço

[http://lib2.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030080P0/2001/siqueira\\_e\\_me\\_arafcl.pdf](http://lib2.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030080P0/2001/siqueira_e_me_arafcl.pdf)

O mesmo foi feito pelo GT “Mundos do Trabalho”, da ANPUH, no endereço

<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/elcio.pdf>.

<sup>13</sup> Castoriadis, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985; Gorz, André (org.). *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2ª edição, 1989.

revolucionária, fato estranho para quem enxergasse na atividade laboriosa apenas um instrumento de exploração:

O 'direito ao trabalho' (...) foi uma conquista a partir da qual [ampliou-se] a possibilidade de apresentar novas reivindicações em favor do trabalhador como pessoa humana... [tais como] a limitação da jornada de trabalho, o direito a férias e ao descanso remunerado.<sup>14</sup>

A ética do trabalho dá as referências para que se queira um salário *justo* em troca de um *trabalho honesto*. Entretanto, *sem se matar*. Contra a imposição de ritmos extenuantes e de tarefas que ultrapassam o tanto de esforços visto como “justo”, os trabalhadores resistem como podem aos desmandos dos encarregados “carrascos”. Simultaneamente, reclamam dos “folgados”, dos bajuladores, dos que - nos mesmos cargos e sob as mesmas chefias - têm a cumprir uma carga de trabalho menor e “daqueles incompetentes” que recebem promoções em detrimento dos que se mostram capazes. Todos estão aquém do limite “justo” de esforços; são verdadeiros “parasitas” dos colegas. Essas reclamações não acontecem em relação aos chefes competentes e “justos” e às promoções de funcionários de destacado desempenho profissional.

Mas, o que é esse tanto “correto” de trabalho já que os patrões sempre querem exigir mais pagando menos? Castoriadis responde que todo acordo acerca dos ritmos e tarefas é uma solução provisória baseada na correlação de forças do momento; bem como estabelece a distinção entre a luta “explícita” dos trabalhadores (manifesta nas greves, passeatas, levantes populares, revoluções, cujo eixo está em reivindicações econômicas e políticas) e a luta “implícita” realizada no cotidiano das empresas, marcada pelo permanente conflito acerca do conteúdo da hora de trabalho que, se pode levar o funcionário a desgastar-se absurdamente no cumprimento de suas tarefas; também pode fazê-lo passar grande parte do tempo fingindo que trabalha.

---

<sup>14</sup> Dallari, Dalmo de Abreu. *O trabalho integra a condição humana* in *O avanço da ciência e a utopia do ócio*, Caderno 2 Especial de Domingo, 10.03.1996, de *O Estado de S. Paulo*.

No dia-a-dia, luta-se pela liberdade de ir ao banheiro fora de determinados horários, de sentar um pouco e relaxar quando não há serviço, por uns minutos de pausa para o café. A chance de retirar-se da seção para tratar de problemas que afetam o serviço pode ser muito importante: o trabalho torna-se um pouco mais interessante, surgem novas chances para furtar-se aos palpites infelizes da chefia imediata, fica mais fácil mostrar responsabilidade e competência, pois se irá tratar diretamente com quem decide. Questões que podem tornar-se tão prementes que ensejam as chamadas greves “selvagens”. “Selvagens” no sentido de se pautarem por questões concretas e imediatas do dia-a-dia, não por reivindicações “explícitas” - formatadas em conformidade com o figurino rotineiro dos sindicatos.

Esta vertente subterrânea da luta popular foi descoberta pelo patronato através de quedas de produtividade e do crescimento alarmante da incidência de faltas, erros, abandono voluntário do emprego, e pela sabotagem pura e simples. Constatada a ineficácia do recrudescimento das medidas de cunho repressivo, muitas empresas desenvolveram projetos de reestruturação desde a década de 1960, até chegar à reengenharia e à “qualidade total”. Esses programas partem sempre das mesmas constatações: as pessoas não trabalham pensando apenas em dinheiro; sentem-se desmotivadas por rotinas que nunca se alteram, ambientes desagradáveis, pela falta de perspectiva profissional. Toda vez que lhes é dada a palavra, os trabalhadores reclamam que suas iniciativas em prol do aprimoramento do serviço são boicotadas ou, pior ainda, são apropriadas e usadas contra eles: quantas vezes os chefes recusaram sugestões como absurdas para depois usá-las para propagandear seus discutíveis méritos, continuando a tratar os subordinados como se fossem imbecis, sem falar das ordens absurdas e do tempo gasto pelos próprios trabalhadores no conserto de erros sistematicamente cometidos pela direção e seus agentes? Com os novos programas, os patrões mostram que descobriram algo muito antes já sabido pelos seus funcionários: *depois de o trabalho ter-se tornado completamente estúpido e*



*fragmentado, basta que os trabalhadores restrinjam-se ao que lhes for mandado fazer para que a empresa pare.*<sup>15</sup>

Nas empresas de médio e de grande porte, o adversário imediato dos trabalhadores nessa luta não é o empresário, mas a hierarquia de comando: encarregados, chefias intermediárias, gerentes, etc. que constituem uma camada burocrática preocupada, fundamentalmente, com a manutenção de seus privilégios, não com o “bem” da empresa ou supostos critérios técnicos. Isto é constatável nos muitos casos em que, a despeito das conseqüências sabidamente negativas e da eventual existência de alternativas melhores, decisões arbitrárias devem ser impostas para que se preserve o “prestígio” das chefias junto à direção superior. Sabendo de antemão do que irá acontecer, os trabalhadores cansam de colaborar. Novamente pressionados por prazos de difícil cumprimento, sabem que em pouco tempo terão pela frente mais atritos com as chefias e mais ordens impertinentes. Uma saída é cumpri-las à risca para que a culpa pelos fiascos recaia sobre quem toma decisões. Como nem sempre é possível tomar impunemente essa atitude, uma solução muito comum, segundo Castoriadis, é adotar a medida eficiente enquanto se finge que se está cumprindo as ordens; jogo de faz-de-conta freqüentemente reproduzido pelas direções intermediárias, na premência de apresentar resultados e de esconder a verdadeira situação da empresa à chefia superior.

Nesse clima, conforme o mesmo autor, considerações acerca da “promoção” ou como evitar que os escalões inferiores apareçam “demais” ditam, muitas vezes, o conteúdo daquilo que será ordenado e/ou relatado aos superiores hierárquicos. Desconhecendo a realidade da empresa - que lhe chega através de relatórios de confiabilidade não muito evidente - a direção recorre a pequenas equipes em torno dos dirigentes e a contatos informais nos diversos escalões.

---

<sup>15</sup> Castoriadis, 1985, pp. 94-146. Pignon, Dominique e Querzola, Jean. *Ditadura e democracia na produção* IN Gorz, 1989, p.108-113.

O problema ainda não está resolvido, pois falta distinguir aquilo que é informação “confiável” das tentativas de “queimação” e outros lances sórdidos das “panelinhas” que dominam a vida oficial da empresa. Nesse clima de incertezas que nem sempre se desfazem, para todos os escalões de comando da companhia, ao final, tomar decisões sem base segura, mesmo provocando enormes desperdícios, parecerá preferível a nada decidir, pois dar ordens é prerrogativa essencial daqueles que têm *status*, privilégio associado ao exercício de poder.

Os trabalhadores não se inserem necessariamente de maneira desarmada nesse processo, porque é sempre possível aprender a aproveitar as falhas e contradições geradas pelo jogo de poder dentro da empresa, e porque a experiência lhes ensinou aquilo que realmente funciona nos processos de trabalho: trata-se do *saber prático* referido pelos autores reunidos por André Gorz, com base no qual podem intervir de outra maneira nas disputas dentro da empresa. A concretude de tal ameaça ao domínio do capital é atestada pela constante destruição de profissões através da implantação de novas tecnologias e pela organização dos postos de trabalho de forma tal que possibilite que demissões possam ocorrer sem provocar solução de continuidade no processo de trabalho.

Conforme Castoriadis e André Gorz, a luta “informal” dos trabalhadores contra a estrutura hierárquico-burocrática das firmas, nos termos apresentados, é um dado universalmente presente no mundo dominado pelo capital. Reclamações contra injustiças e arbitrariedades, em termos similares aos referidos, não são - de maneira alguma - desconhecidos da documentação originada pelo movimento operário. Todavia, conforme Castoriadis, a atitude das lideranças populares é o principal obstáculo para que o questionamento direto à ordem burguesa dentro da fábrica venha ao primeiro plano da luta dos trabalhadores, pois há uma tradição centenária no sindicalismo de se ater às questões de jornada de trabalho, salários e benefícios agregados.

Chegamos, enfim, a um autêntico problema de direção, resolvido em Perus graças à atitude criativa e heterodoxa assumida pela liderança do sindicato: *a luta na Fábrica de Cimento seria um caso em que a luta subterrânea referida por Gorz e Castoriadis teria tomado a forma de uma disputa direta pelo controle da companhia, trazendo à tona, de forma explosiva, questões universalmente encontradas sob o capitalismo.* Ou, pelo menos, no mestrado, esta parecia ser a hipótese explicativa que melhor se amoldava ao curso geral dos acontecimentos. Para que deixasse de ser apenas mais uma boa idéia, seria preciso, de partida, buscar uma melhor caracterização da liderança operária.

Esse aspecto revelou-se inesperadamente complicado na pesquisa de doutorado. Em diversos títulos da bibliografia, está relatado que militantes católicos, aglutinados na antiga *Vanguarda Democrática* (Franco Montoro, Queiroz Filho, Plínio de Arruda Sampaio, Paulo de Tarso e outros) vinham trabalhando, desde 1947, para que se implantasse no Brasil uma autêntica corrente política de Terceira Via, afinada com os princípios político-programáticos da Democracia Cristã internacional.<sup>16</sup>

O problema imediato é que, a despeito da documentação primária indicar, de longa data, a estreita proximidade do advogado do sindicato, Dr. Mario Carvalho de Jesus, com os membros mais destacados da Vanguarda Democrática, nenhum documento bibliográfico mencionava-o como parte do grupo. A pesquisa revelou uma base real para essa dissonância, pois, em 1947, André Franco Montoro e Alceu Amoroso Lima dirigiram-se ao encontro da Democracia Cristã latino-americana, em Montevideu, Uruguai, do qual voltaram decididos a fundar a Vanguarda Democrática. No mesmo ano, Mario Carvalho de Jesus, junto com colegas recém-formados na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, deslocou-se para a França para participar da experiência de gestão (técnica e administrativa) de uma fábrica por seus próprios operários na comunidade de Boimondau, próxima à cidade de Lyon, sob a liderança do Padre Leuret, fundador de *Economia e Humanismo*.

---

<sup>16</sup> A *Vanguarda Democrática* não considerava o Partido Democrata-Cristão (PDC), fundado em 1945, uma autêntica expressão de compromisso e prática com os princípios expressos em seu programa. Esse aspecto será discutido adiante.

Como veremos adiante, a despeito de suas duras denúncias acerca das injustiças sociais, este movimento não propugnava um modelo alternativo ao capitalismo, tanto que – na década de 1950 – Lebret viria diversas vezes ao Brasil na qualidade de consultor internacional (contratado pela ONU) com foco no planejamento econômico. Nos escritos do padre, desapareceria progressivamente a própria referência ao cooperativismo operário em favor da idéia de aproveitar o dinamismo do capitalismo como motor de um desenvolvimento que distribuísse melhor os resultados obtidos e, destarte, eliminando as mazelas sociais. Ao fazer isso, estariam sendo propiciadas condições para alavancar um progresso econômico mais dinâmico e consistente.

No ideário de sua corrente, é interessante notar a presença da bandeira (tipicamente democrata-cristã) da *cogestão* (participação dos operários na direção e no lucro das empresas, proposta pelo Papa Pio XI em 1931) e a insistente referência à luta contra as “estruturas injustas” da empresa capitalista (a idéia de que existe um conjunto de mazelas no dia-a-dia de trabalho que demandam enfrentamento na perspectiva da construção do novo homem solidário. O Papa João XXIII utiliza esta expressão na encíclica *Mater et Magistra*, de 1961, mas a idéia básica já fazia parte dos discursos de *Economia e Humanismo* em décadas passadas).

Para esta dissertação, o aspecto fundamental não está tanto nas propostas políticas de Lebret (pouco diferenciadas do ideário geral da Democracia Cristã), mas no fato do Dr. Mario Carvalho de Jesus ter tido a experiência de vê-las postas em prática no seio do movimento operário francês. Ao retornar para o Brasil, em 1950, arrumou emprego no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; de onde, desiludido, sairia em 1953. Retomaria a advocacia trabalhista no ano seguinte, já como procurador jurídico do sindicato operário de Perus.

Deste modo, firmaram-se, efetivamente, vias distintas, pois, enquanto André Franco Montoro e os demais dirigentes da Vanguarda Democrática incursionaram pela via

político-institucional, Mario Carvalho de Jesus direcionou sua militância política e sua vida profissional para o sindicalismo operário.

Nessa via, na segunda metade da década de 1950, Carvalho de Jesus encontraria seu principal parceiro na figura do “Bispo dos Operários”, Dom Jorge Marcos de Oliveira, titular da recentemente criada Diocese de Santo André. Fruto dessa soma de esforços, ao longo de 1959, a Frente Nacional do Trabalho foi criada em 1960.

A FNT significou a experiência de *construção de uma corrente democrata-cristã no movimento sindical paulista* cujo anticomunismo e cujas formulações políticas – em nada tendo de fundamentalmente distintas do PDC paulista, já então liderado por Montoro e Queiroz Filho – serviram, de um lado, como moeda de troca para a construção de um amplo leque de alianças na sociedade no qual os trabalhadores de Perus puderam se apoiar em momentos críticos. De outro, as mesmas fórmulas políticas (especialmente, cogestão + “luta contra as estruturas injustas da empresa capitalista”, na via da construção de uma nova sociedade solidária) fizeram com que, em Perus, o sindicato conferisse centralidade e formato de embate político à “luta informal” visualizada por Castoriadis.

Após o Golpe de 1964, os sindicalistas reunidos na FNT aderiram ao movimento internacional da não-violência devido à descoberta da consonância de suas práticas anteriores com a pregação de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King, conforme relatado em *A Firmeza Permanente*, coletânea editada em 1977. Há que se apontar, também, que o desaparecimento do Partido Democrata-Cristão na década de 1960 – partido que se esfacelou sem sequer ter sido capaz de definir posição conjunta quanto a aderir à ARENA ou ao MDB – criou uma lacuna sem solução para o grupo, tornando-lhe obrigatório repensar suas referências programáticas.

Sob tal perspectiva, o roteiro geral apresentado no Capítulo III da dissertação de mestrado será repassado mais adiante, desta vez com a pretensão de demonstrar tudo que antes fora aventado apenas na qualidade de hipóteses razoáveis.

- **B - As contradições internas da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus e do Grupo Abdalla.** A forma de operação da Fábrica de Cimento levou-a a dois grandes colapsos de produção (1965-1967 e 1975-1976), o segundo dos quais sem via de retorno. No doutorado, o estudo da documentação do DOPS guardada no Arquivo do Estado tornou possível uma melhor compreensão de outra ordem de problemas, de ordem gerencial-administrativa.

As empresas integrantes do império liderado por Abdalla eram geridas de modo a que os resultados financeiros fossem constantemente drenados para a CIBRAPE, *holding* do sistema, conforme certos métodos que autoridades policiais e judiciárias entenderam como temerários e fraudulentos, que resultariam em ações de confisco e na prisão do empresário. Relatórios policiais assinalam como diversas empresas de Abdalla foram definhando, até paralisar por completo, deixando trabalhadores – que já eram vítimas constantes de atrasos de pagamento – abruptamente sem ter de onde prover seu sustento.

O final da década de 1960 foi pontilhado por intervenções promovidas pelos poderes constituídos em companhias de Abdalla reduzidas a frangalhos, antes do mesmo acontecer em Perus.

Antes disso, em 1962, a paralisação grevista começara como uma tentativa de greve geral nas fábricas do conglomerado, sem definição prévia de exatamente quais unidades parariam. Ora, a análise de documentação permite sustentar que a fábrica de Perus vivia efetivamente uma situação de dualidade de poder (tal como sugerido no mestrado). Se tal afirmação corresponder à verdade, a dedução lógica é que o principal risco para o empresário era que algo parecido ocorresse em outras de suas indústrias sob o impulso da greve geral no conglomerado.

No limite, surgiria um cipoal de restrições técnicas e de acordos (de cumprimento, desta vez, inadiável) <sup>17</sup> que criaria restrições tidas como inaceitáveis à continuidade do gerenciamento das empresas em conformidade com o padrão há pouco indicado. Nessa perspectiva, as iniciativas de

1. Isolar a greve em Perus e Cajamar; valendo-se da aflição dos trabalhadores das outras fábricas, com meses e meses de salários atrasados;
2. Logo depois, anunciar o cancelamento puro e simples de todos os acordos previamente estabelecidos em Perus;
3. Por fim, determinar exclusão de todos os operários indesejáveis em agosto de 1962 (cerca de 700, num quadro de aproximadamente 1.100-1.200), em 21 de agosto de 1962...

Adquirem os sentidos precisos de eliminação do principal foco de embaraços à sua administração e de garantir definitivamente que a mesma ordem de problemas não se espalhasse para outras firmas do grupo.

Nada disso significa que, eventualmente, José João Abdalla não pudesse ter agido sob a motivação de fortes ressentimentos contra determinados sindicalistas de Perus, tal como afirmado textualmente na época. Do mesmo modo, deve ser levado em conta o fato de que a opinião de que Abdalla era realmente “o pior dos patrões” não se restringia, de forma alguma, a Perus: consultados informalmente, colegas universitários que pesquisaram outras empresas de Abdalla, ou períodos distintos da história da Fábrica de Cimento, foram unânimes em assegurar que até mesmo os dirigentes sindicais e advogados de outras categorias invariavelmente consideravam “J. J.” o empresário mais difícil de lidar.

---

<sup>17</sup> Uma das principais reclamações dos sindicalistas de várias categorias é que Abdalla assinava seguidos acordos sobre a mesma questão, mas costumava não cumprir nenhum deles.

Entretanto, assinalar uma questão no plano gerencial para que ele tenha agido tal como efetivamente agiu em 1962 possibilita ver em Abdalla não o “mau patrão” dos discursos operários de Perus e das páginas de *O Estado de S. Paulo*, mas como um *empresário basicamente igual a qualquer outro*. Alguém que, para permitir que uma importante unidade industrial permanecesse paralisada durante meses, precisaria de alguma coisa mais relevante do que rixas pessoais, broncas e caprichos.

Além disso, no conglomerado financeiro liderado por José João Abdalla, seus irmãos constavam como sócios acionistas. José João, por ser presidente de empresas e membro do Congresso Nacional, dispunha de assessores e de consultoria jurídica. Isto é, era contra *agentes de instituições* que se confrontavam os sindicalistas de Perus, não a pessoa física do “mau patrão”, em carne e osso. Portanto, exceto pela possibilidade de José João Abdalla ter sido uma personalidade cuja ascendência sobre familiares, associados, assessores, gerentes e chefias intermediárias era de tal magnitude que ninguém tinha condições de chamá-lo de volta à razão (e todos se punham a fazer o que ele decidisse), a pesquisa universitária fará melhor tratando-o como um ser humano comum que, face decisões de capital importância, conseguia se guiar com um mínimo de discernimento.

Tal ponderação é indispensável para que a noção de que existem “bons” patrões sob o capitalismo (implicada no discurso de que o patrão de Perus era “mau” e se comportava movido por impulsos irracionais) seja tratada de forma apropriada: como *categoria de pensamento dos segmentos sociais estudados pelo pesquisador acadêmico*, não como recurso explicativo involuntariamente inserido em seu aparato conceptual.

- **C - A questão da moradia.** O descumprimento de aspectos importantes de convenções trabalhistas, assinadas em 1960 e 1961, foi o motivo imediato para que os operários de Perus entrassem em greve em 1962. O ponto cujo cumprimento pela empresa era rejeitado de maneira mais intransigente era a cláusula que previa descontos em folha de pagamento com vistas à criação de um fundo de construção de



casas próprias para os operários; residências que seriam erguidas numa área pertencente à Companhia em Cajamar.

Os descontos vinham sendo feitos regularmente desde a assinatura de acordo que previra este item; a reclamação dos operários era que nada fora realizado, além disso. Deflagrada a greve em 1962, José João Abdalla demoraria a se manifestar claramente até que - nos primeiros dias de julho, após uma sentença do Tribunal Regional do Trabalho desfavorável aos paredistas - foi distribuída pela Companhia uma circular que anunciava o cancelamento de todas as concessões de anos anteriores. Nas semanas que imediatamente se seguiram, uma das formas de minar a continuidade da paralisação foi a devolução integral dos valores recolhidos para o fundo de moradia para quem comparecesse ao escritório central da empresa, no Centro de São Paulo, atitude realmente incomum no Grupo Abdalla.

Como veremos melhor no exame de um interessante documento de época, embora existissem atritos de diversas ordens para com os trabalhadores, as demissões em massa e a questão da moradia convergiam para uma reivindicação central da empresa: retomar a organização da força de trabalho em nível molecular. Abdalla já tinha perdido um instrumento essencial de gestão ao concordar que as contratações novas fossem feitas pelo sindicato através de sorteio entre os membros das famílias que já tinham membros empregados na Companhia; procedimento impessoal que dificultava a construção de redes de favorecimento com base na lealdade para com a empresa e a figura do patrão. Feito isso, seu controle sobre a mão-de-obra cairia ainda mais com a construção de conjuntos habitacionais cuja propriedade seria de seus ocupantes.

Afinal, como observado por José Sérgio Leite Lopes, o fornecimento de casas a trabalhadores, em contrapartida a aluguel descontado dos salários e de *“obrigações econômicas e não-econômicas geralmente não explicitadas em contrato”* – significa uma interferência direta e visível da companhia sobre o consumo individual de cada funcionário. A cobrança extorsiva de aluguéis não é componente essencial do sistema

de vilas operárias (como os baixos valores cobrados em Perus e Cajamar demonstram), uma vez que o poder ali não se traduz em termos monetários.

Água, lenha e luz elétrica (geralmente fornecidas pela empresa) podem se tornar instrumentos para a promoção de diferenciações entre ou trabalhadores, ou meio de pressão no caso de conflitos com a mão-de-obra empregada (tal como realmente se passou em Perus e Cajamar).

Além do espantinho da perda de residência em caso de demissão – utilizado como instrumento de imposição de disciplina e intimidação - a simples proximidade com o local do trabalho garante a assiduidade e a pontualidade do operário, assim como serve de argumento para a administração exigir horas extras. “Argumento”, ressalta o autor, porque a imposição de medidas como essa é calcada, essencialmente na situação de dependência do trabalhador.

Desde o apito da fábrica até o funcionário que vai de porta em porta chamar os companheiros para o próximo turno, um conjunto de medidas controla o cotidiano fabril, e impulsiona os operários ao trabalho. Aliás, *“a proximidade da vila operária do trabalho é um elemento importante do estado de prontidão permanente para o trabalho a que se tornam submetidos os operários, principalmente no que diz respeito às profissões de manutenção e reparo da maquinaria e instalações fabris.”* Às formas de controle ligadas à organização do trabalho, somam-se as inerentes à moradia: “regras de residência”, normas para mudança de casa ou a obtenção de melhores moradias, permissão para a instalação de escolas, cultos religiosos, salas de leituras, clubes, etc. Os custos de manutenção e reprodução de mão-de-obra, portanto, podem ser controlados e barateados. Assim,

Essas diferentes formas de controle constituem **prerrogativas de um governo local de fato**, e um governo que penetra diretamente nas esferas do trabalho e na moradia de seus

súditos. (...) A luta política local tem necessariamente o poder da empresa por referência, e em períodos críticos polariza-se contra e a favor da empresa. [Grifos do texto original] <sup>18</sup>

Embora referenciado no caso da cidade de Navarro, Pernambuco, a diretriz básica é perfeitamente aplicável, como modelo geral de curso histórico, para o caso ora em estudo, inclusive no que se refere ao plano político-institucional: em 1962, além do sindicato e da FNT, a terceira instituição mobilizada para a resistência operária era o Governo de Cajamar, à frente do qual estava um dos membros da diretoria que dirigira a greve de 1958: o então prefeito, Antonio Garrido. Em 1959, Cajamar se desmembrara em plebiscito do tradicional Município de Santana de Parnaíba graças diretamente ao empenho dos sindicalistas em mobilizar a população local nesse sentido. Na greve de 1962, o apoio do Governo de Cajamar foi essencialmente de ordem política e moral, pois a Prefeitura não dispunha mais do que alguns poucos funcionários. Para a paralisação, seu apoio material restringiu-se à utilização de uma única perua. Mesmo com tais limitações, o Prefeito Garrido tanto fez em prol da luta operária que foi contemplado com reclamação específica no pedido de demissão coletiva que a Companhia de Cimento impetrou judicialmente contra os grevistas. Além disso, Cajamar sofreu violenta ocupação policial a partir de agosto de 1962 que, como veremos adiante, visava exatamente liquidar o “poder operário” ali criado pelos grevistas e desmoralizar as duas autoridades do município: o Prefeito Garrido e o pároco católico, Padre Bianchi.

-o0o-

O principal conjunto documental consultado foi o **Fundo Mário Carvalho de Jesus**, (1919-1995), preservado no Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH/UNICAMP), legado à Universidade pelo jurista que se constituiu na principal liderança do sindicato dos operários de Perus. Durante a pesquisa de mestrado, esse Fundo não pôde ser consultado, pois ainda estava em fase de organização na UNICAMP.

---

<sup>18</sup> Lopes, José Sérgio Leite, *Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa* IN Lopes, José Sérgio Leite *et alli. Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979, pp. 42-59.

Trata-se de um acervo grande ao ponto de – em cinco anos - não ter sido possível consultar todo o material disponível: deu-se preferência às pastas que tratam de entidades e movimentos sociais diretamente afetos à pesquisa sob o assumido risco de ter deixado passar coisas importantes. Existem pastas dedicadas à atuação mais propriamente religiosa e a questões de cunho mais pessoal e intimista do Dr. Mario que – também sob o assumido risco de perder algum elemento importante para esta exposição - foram, no máximo, rapidamente folheadas.

A extensão e complexidade do Fundo Mario Carvalho de Jesus não são acidentais, pois o mesmo sempre manifestou uma preocupação acentuada com o registro de cada passo importante do movimento. Ainda assim, várias lacunas acabaram por ser percebidas.

Foram consultados, a título de exemplo, para o período 1958-1980, cerca de 900 recortes de jornal - cortados, datados e ordenados cronologicamente pelo próprio Dr. Mario. Há nítida predominância de reportagens de *O Estado de S. Paulo* e da versão paulistana do jornal *Ultima Hora*.<sup>19</sup> Existem relativamente poucos recortes do *Correio Paulistano* a despeito do conhecido fato (retratado na próxima ilustração) deste periódico, em 1962, ter promovido uma campanha de apoio aos grevistas de Perus. A *Folha de São Paulo* foi também muito pouco contemplada na coleção.

---

<sup>19</sup> O periódico em questão intitulava-se “ULTIMA HORA” em letras garrafais e sem acento no “u”.



Trabalhadores de Perus encontram apoio no *Correio Paulistano*.<sup>20</sup>

Há explicações para essas diferenças e ocorrências semelhantes em outros itens do acervo: as sedes do sindicato de Perus e da FNT foram invadidas em mais de uma ocasião por forças policiais pouco preocupadas com a preservação do que estivesse ali guardado, de maneira que documentos de todo tipo foram irremediavelmente perdidos. Além disso, foram localizados no Arquivo do DOPS documentos que, em princípio, seria de se esperar que tivessem permanecido sob a guarda do Dr. Mario ou do Sindicato, não da polícia, como folhetos e documentos internos.

Por outro lado, é possível afirmar com segurança que a maioria das pessoas que examinarem detidamente o Fundo Mario Carvalho de Jesus sairá com a impressão de que ele preferia *O Estado de S. Paulo* como fonte diária de informações, numa atitude estritamente igual à dos cidadãos que preferem outros jornais. Disto decorre que, ainda que Dr. Mario, de longa data, tenha se preocupado em preservar com cuidado os registros dos movimentos que acompanhava, é provável que textos de interesse publicados em outros periódicos não tenham ingressado no acervo pela simples razão

---

<sup>20</sup> Este recorte integra o Fundo Mario Carvalho. É preciso assinalar que o corte na parte superior dos numerais da data assinalada em vermelho no recorte (26-9-62) é característica do documento original preservado no AEL.

de que tais veículos informativos não eram componentes usuais do cotidiano de vida e trabalho do jurista.

*Ultima Hora* rivaliza com *O Estado* em número de recortes guardados no Fundo Mario Carvalho de Jesus relativos ao período 1958-1964 ao passo que, a partir do Golpe de 31 de Março, *O Estado de S. Paulo* cresce em número de títulos até o ponto de tornar praticamente absoluto em 1967-1980. Tal ocorrência, em princípio, é explicável pelo progressivo afinamento do *Ultima Hora* na conjuntura do pós-64 e pelas possíveis preferências pessoais de leitura acima referidas. Por outro lado, a sistemática verificação de como o restante da grande imprensa paulistana (*Folha de São Paulo*, *Diário Popular*, *Diário da Noite*, etc.) teria coberto o movimento de Perus esteve sempre (e absolutamente) além das possibilidades da pesquisa realizada em função da própria abundância dos artigos preservados pelo Dr. Mario Carvalho de Jesus em seu acervo.

Tudo isso deve ser explicitado nesta altura da exposição, para que as persistentes citações de *O Estado de S. Paulo* não sejam vistas como comprovação de que o sindicalismo de Perus, no período posterior ao Golpe Militar, realmente não era tão bem coberto pelos outros jornais de maior expressão em São Paulo, conclusão para a qual ainda falta comprovação estatística e documental adequada.

Feitas estas ressalvas, é preciso mencionar a hipótese de que, durante os piores anos da Ditadura Militar, *O Estado de S. Paulo* teria contemplado o sindicalismo de Perus com uma boa cobertura jornalística em razão de preferências e simpatias políticas, conforme colocado em discussão por Adilson José Gonçalves em *A Violência dos Pacíficos*, às páginas 128-130.

Uma importante base documental para tal questão é uma carta dos sindicalistas de Perus à direção de *O Estado*, publicada em 08 de julho de 1964 e preservada, como recorte, no Fundo Mario Carvalho de Jesus. A referida carta foi inserida na matéria “*Trabalhadores agradecem ao Estado*”:



Uma comissão de operários da 'Perus', integrada pelos senhores João Breno Pinto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo; Antenor Pedroso da Silva, Eurípedes Rama Pardal e Onofre Mariano de Freitas, esteve ontem na redação deste jornal, acompanhada do advogado Mario Carvalho de Jesus para agradecer à direção do 'Estado' a atenção dispensada por esta folha a suas reivindicações. Recebidos pelo Sr. Cesar Tácito Lopes Costa, assistente de direção do 'Estado', a comissão fez-lhe entrega do seguinte ofício:

Os abaixo-assinados constituem os representantes dos trabalhadores da 'Perus', vítimas do mau patrão J. J. Abdalla e que hoje compareceram à audiência da 22ª Vara de Conciliação e Julgamento no processo que envolve direitos de mais de 230 operários, havendo outro em curso na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento onde 501 operários estáveis foram suspensos pelo mau patrão para obter na Justiça do Trabalho a sacramentação da união comuno-corrupora que fez para destruir o nascente movimento sindical de inspiração cristã.

Queremos manifestar a VV. SS. o melhor agradecimento, a nossa admiração pela coragem com que o 'Estado' vem enfrentando há longos anos o peleguismo vermelho ou amarelo. Neste instante, aparentemente afastado o perigo comunista, assistimos ao fortalecimento do peleguismo amarelo, sendo no caso presente assinalado pela intervenção no nosso sindicato, através da nomeação do chefe do escritório do mau patrão para as funções de interventor.

Precisamos contar com VV. SS. na luta contra os corruptores, e VV. SS. contem conosco na luta contra o comunismo, porque as soluções cristãs afastarão para sempre o bolchevismo de nossa terra se, ao mesmo tempo, forem afastadas a injustiça, a corrupção, tarefa tão bem começada pelo Presidente Castelo Branco ao cassar os direitos políticos de J. J. Abdalla que se vangloriava de ter uma cadeira cativa no Congresso.

Saudações trabalhadoras e sempre patrióticas.

Está claro, primeiro, que o agradecimento dirige-se à atitude previamente tomada pelo jornal. Quanto ao futuro, os sindicalistas dizem que precisam contar com o apoio de *O Estado*, oferecendo antecipada e incondicionalmente seu engajamento na luta (alegadamente comum) contra o comunismo e a corrupção.

No aspecto cerimonial, é significativo que a comissão tenha sido recebida no Salão Nobre, mas que o funcionário credenciado na ocasião como representante da instituição seja um *assistente*: um funcionário comum que, ainda que graduado, não dispunha de prestígio e poderes inerentes à condição de dirigente da empresa e, portanto, nada poderia fazer além de receber o ofício. Por conseguinte, não ficou caracterizada nem barganha, nem aliança para os tempos vindouros.

Por outro lado, a base para a aliança proposta a *O Estado de S. Paulo* não se restringe à aversão conjunta ao comunismo, nem à identificação da subversão com a corrupção ("união comuno-corruptora"), mas claramente se estende ao apoio ao Golpe de Estado, de quem se cobra o prosseguimento da tarefa ("bem iniciada") por meio de uma medida de exceção (a cassação do deputado J. J. Abdalla).



É interessante considerar, também, aquilo que poderia ter sido relatado, mas não foi: não é falado que a intervenção no sindicato, a invasão da sede da entidade e da FNT, a prisão de sindicalistas de Perus e do próprio Mario Carvalho de Jesus foram medidas tomadas logo nos primeiros momentos pela Ditadura que se instaurava. A omissão de todos estes aspectos não pode ser entendida como expediente acidental ou desinteressado, uma vez que dela resulta a apresentação dos líderes operários como homens coerentemente empenhados na defesa da aplicação mais rigorosa dos ditames da ordem.

Gonçalves também não vê a carta como elemento capaz de comprovar algum tipo de aliança dos sindicalistas com *O Estado de S. Paulo*. Entretanto, tendo podido consultar o acervo do Dr. Mario Carvalho de Jesus em época anterior ao envio para o Arquivo Edgard Leuenroth, anotou que os próprios sindicalistas consideravam muito boa a cobertura que o movimento de Perus encontrava neste periódico, nesta época específica.

Esta idéia será aqui assumida nos mesmos termos em que aparece na *Violência dos Pacíficos*, na qual está patente que a pujança da resistência operária em Perus e Cajamar - em contraste com o acentuado retrocesso do sindicalismo em nível nacional, no período imediatamente seguinte ao Golpe – é que gerava espaços nos noticiários antes mesmo, aliás, do Golpe de 1964.

Há que se assinalar, também, a controversa figura do proprietário da Companhia (o “mau patrão” J. J. Abdalla) que tantas vezes ofuscou as iniciativas do sindicalismo peruense-cajamareense nas páginas de *O Estado*. Entretanto, antes de se assumir alguma teoria persecutória, seria pertinente perguntar se o “mau patrão” não foi, de fato, uma personalidade de extraordinária projeção na sociedade brasileira, de modo

que seu espaço na cobertura jornalística também decorreria essencialmente de seus próprios méritos e iniciativas.<sup>21</sup> Esse ponto será adiante retomado.

De imediato, cabe assinalar os resultados obtidos na primeira tentativa de fotografar, com máquina digital, os jornais preservados no Arquivo do Estado de S. Paulo, em 2003. Foram escolhidas, a título de experiência, edições de 1962 do *Ultima Hora* que correspondem aos primeiros meses da greve realizada em Perus naquele ano. Semanas depois, no Arquivo Edgard Leuenroth, tornou-se imperativo alterar o roteiro de consulta ao Fundo Mario Carvalho de Jesus previsto para o dia porque, logo de início, fora constatada grande dissonância entre o material fotografado no Arquivo do Estado e os recortes do mesmo jornal - relativos aos mesmos meses - guardados na UNICAMP.

Naturalmente, não é admissível esperar que o Dr. Mario (ou qualquer outro agente histórico isolado) tenha conseguido examinar sistematicamente - sem falhas, todo dia - o noticiário de sua época, pois tal tarefa implicaria em disponibilidade de tempo, recursos financeiros, condições minimamente adequadas para preservar os textos selecionados, etc.

No campo da sociedade civil, quem talvez consiga realizar esse trabalho a contento são as entidades mais bem estruturadas para tanto, como algum tipo de centro de documentação mantido por movimentos sociais ou igrejas.

Do mesmo modo, não seria motivo de surpresa que, no acervo montado pelo agente histórico isolado, fosse constatada a ausência de artigos referentes a eventos de menor importância ou mesmo que tenham se perdido documentos de importância capital: o cidadão comum não necessariamente raciocina como o futuro pesquisador acadêmico nem dispõe de uma visão retrospectiva que lhe possibilite perceber, no calor dos

---

<sup>21</sup> Em Perus e Cajamar, circula à boca pequena uma história de que *O Estado de S. Paulo* teria acentuado interesse em desacreditar publicamente José João Abdalla em razão, supostamente, de uma antiga rixa entre este empresário (de família de origem síria) e a família Mesquita (judaica?), proprietária do jornal.

acontecimentos, tudo aquilo que seria interessante registrar, muito menos poderia ser criticado se perdesse documentos. Afinal, a ausência de boas condições para guarda e preservação de documentos e o desconhecimento de como proceder corretamente são problemas encontrados pelos pesquisadores por toda parte, e se constituem numa justificativa fundamental para a criação de centros e projetos de preservação histórica.

As lacunas notadas em 2003, porém, não necessariamente podem ser abarcadas por tais ressaltos. Para tratar disso, é indispensável uma rápida menção ao fato de que, no início da greve de 1962, o movimento realizava-se em conjunto com os operários de outras fábricas geridas pelo Grupo Abdalla, liderados por sindicatos de orientação comunista. Após algum tempo, foi celebrado acordo à parte que isolou a greve na usina de cimento e na vizinha indústria COPASE. Tendo tais fatos em mente, e sob risco de se estar fazendo excessiva cobrança de rigor, não é pertinente deixar de apontar que as matérias do *Ultima Hora* que não foram incorporadas ao item correspondente do Fundo Mario Carvalho de Jesus são justamente aquelas que melhor retratam a presença de dirigentes comunistas nesta fase da luta.

Algo semelhante é perceptível nos registros relativos à greve na Fábrica de Biscoitos Aymoré, ocorrida em 1960. Trata-se de empresa sediada na cidade de São Paulo, sob administração britânica, que se tornaria palco da primeira greve liderada pela FNT, imediatamente após sua fundação. Embora esse movimento social esteja fora da pauta deste estudo – pois sua importância e complexidade demandam um projeto de pesquisa específico - cabe observar que as 200 páginas de documentação da pasta do Fundo Mario Carvalho de Jesus dedicadas à Aymoré apresentam um conteúdo informativo de tal modo descontínuo e incoerente que, em pouco tempo, ficou evidente que a redação de um relato acerca dos 156 dias desta greve somente se tornaria realizável caso fosse identificado outro acervo informativo que servisse como linha mestra. Ocorrências semelhantes em outras pastas de interesse do Fundo motivaram o exame das edições de *O Estado de S. Paulo* e do jornal *Ultima Hora* relativas a estes intervalos de tempo:

- Outubro a dezembro de 1958 (greve em Perus);
- Janeiro a dezembro de 1959 (greves no ABC apoiadas pelos sindicalistas de Perus);
- Maio de 1962 a janeiro de 1963.<sup>22</sup>

No caso de *O Estado*, não houve problemas, pois as edições destes anos já tinham sido microfilmadas. A coleção do *Ultima Hora* paulistano, preservada no Arquivo do Estado, por sua vez, ainda não foi objeto do mesmo procedimento, de modo que vários meses não puderam ser pesquisados, seja devido ao estado de conservação (ruim a ponto de dificultar o manuseio), seja porque não estavam disponíveis para consulta quando das visitas; seja porque as edições correspondentes a certos meses simplesmente não integram o acervo do Arquivo do Estado.

Nos períodos assinalados, *O Estado de S. Paulo* dedicava substancial espaço para o movimento operário (duas ou três páginas inteiras por edição). Eram tanto elaboradas notas (pequenas, mas substantivas) como outras matérias relativamente extensas que aparecem numa página exclusiva ou, em menor número de vezes, no editorial (página 03: “Notas e Informações”).

A título de exemplo, tome-se o mês de novembro de 1960, iniciado com uma greve nacional dos transportes (marítimos e ferroviários), confrontada diretamente pelo Governo Federal. Seguiram-se greves de vários segmentos operários importantes na cidade de São Paulo. Por volta do dia 15, a capital paulista tornou-se palco de uma rebelião pacífica de soldados e oficiais da Força Pública. Nesta altura, nas páginas do *Diário Popular* e de *O Estado* foi abertamente discutida a conveniência de decretar Estado de Sítio (ambos os jornais posicionaram-se pelo “não”), enquanto *O Estado de*

---

<sup>22</sup> Consultas sistemáticas aos demais grandes jornais paulistanos estavam fora das possibilidades de pesquisa, mesmo para os intervalos acima apontados.

S. Paulo, momentaneamente, tornou-se parecido com uma edição rotineira do *Ultima Hora* em termos de espaço destinado à cobertura do movimento operário.<sup>23</sup>

Em 1962, como de práxis, *O Estado* cobriu os primeiros meses da paralisação de Perus com suas pequenas notas, passando a dedicar matérias maiores a partir do momento em que a greve passou a direcionar as ações de pressão para o governo Carvalho Pinto. Esse padrão de passagem das notas para matérias mais extensas e mais bem situadas repetiu-se em outras oportunidades.

Assim, até onde foi possível verificar nas coleções de jornais do Arquivo do Estado, o aparecimento de matérias substanciosas no noticiário de *O Estado de S. Paulo* revelou-se bom indicador do impacto na conjuntura política da mobilização sindical que estiver sendo pesquisada.

Outro aspecto a ressaltar é que, embora inferior a *Ultima Hora* em termos de espaço e destaque, a cobertura de Perus e movimentos mais diretamente aparentados em 1958-1960 e 1962 por *O Estado de S. Paulo* não é claramente inferior em termos de qualidade informativa à realizada pelo mesmo jornal nos anos posteriores ao Golpe de 1964, como seria o caso de se esperar caso se adotasse a tese de algum acerto conspirativo entre as direções da empresa jornalística e do sindicalismo peruense-cajamarense.

Esse aspecto integra a ocorrência mais ampla, igualmente revelada pela análise documental, de que – estritamente em termos de conteúdo informativo - a cobertura sindical feita por *O Estado de S. Paulo* em 1958-1962 deixa bem pouco a desejar, se comparada à do *Ultima Hora*. É importante ainda destacar que, para o período 1964-1980, a pesquisa sofreu a contingência de analisar somente as centenas de recortes

---

<sup>23</sup> A comparação refere-se ao padrão habitual do *Ultima Hora*, não às edições de novembro de 1960 que não estavam disponíveis quando foi realizada consulta ao Arquivo do Estado. As edições do *Diário Popular* deste mês foram consultadas a título de gerar contraponto a *O Estado*.

(basicamente de *O Estado*) deixados pelo Dr. Mario, sem poder aquilatar o peso da cobertura sindical de *O Estado de S. Paulo* no conjunto do noticiário deste periódico.

A única cobertura privilegiada da qual, sem dúvida, é possível tratar foi a propiciada pelo *Ultima Hora* em 1958-1963 sob a batuta de Itamaraty Martins, jornalista, editor da coluna *Ronda nos Sindicatos*. Em 1958, aliás, foi justamente Itamaraty Martins quem conferiu o apelido de “queixadas” aos operários de Perus devido a seu espírito de luta e união.<sup>24</sup>

As duas últimas grandes fontes de informação consultadas foram o já mencionado Acervo do DOPS, preservado no Arquivo do Estado, e a coleção do jornal *Novos Rumos*, semanário editado em 1958-1964 pelo antigo PCB (Partido Comunista Brasileiro) na cidade do Rio de Janeiro. Esta coleção integra o *Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro – ASMOB*, preservado pelo CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP), sediado no Prédio da Reitoria, na Praça da Sé. *Novos Rumos* foi uma fonte especialmente importante para sustentar que as características das lutas operárias em Perus e Cajamar, durante o período coberto pelo periódico, estavam muito longe de destoar do conjunto do movimento sindical nesta época.

Uma lacuna que não foi possível reparar diz respeito ao procedimento aberto em agosto de 1962 pelo Departamento Jurídico do Estado (atual Procuradoria Geral do Estado), por determinação direta do Governador, para estudar a *viabilidade da encampação da Companhia Brasileira de Cimento Portland do ponto de vista legal* e ao processo 324.016-62, aberto pelo mesmo setor, que resultou em parecer acerca da constituição de uma *Cooperativa do Trabalho nos moldes da Unilabor (fábrica autogestionária de móveis estabelecida no bairro do Ipiranga, conforme o padrão de*

---

<sup>24</sup> “Queixada” é uma espécie de porco do mato cuja característica destacada por Itamaraty Martins é a de só enfrentar os inimigos em bandos grandes e coesos: sozinho, o “queixada” foge em busca dos demais; reunidos, investem com extrema fúria para um combate até a morte.

*Boimondau*). A Cooperativa seria uma forma de empregar os grevistas de Perus enquanto as pendências jurídicas não chegassem a resultado final.

Ambos os expedientes são citados na documentação primária e, pelas datas em que foram abertos, deveriam estar à espera processamento no *Arquivo Intermediário* do Arquivo do Estado, provavelmente no *Fundo Gabinete do Governador*. Pedido de consulta endereçado ao Governador José Serra foi protocolado em 21 de fevereiro de 2007 e, até o fechamento da dissertação, não teve resposta. A única informação oficial é que, seis dias depois, fora encaminhado à Secretaria de Estado da Cultura para se avaliar a viabilidade técnica do pedido.

A importância desses documentos é que, nos primeiros dias de dezembro de 1962, o parecer negativo do Departamento Jurídico à encampação da Fábrica de Cimento foi o argumento utilizado por Carvalho Pinto para recusar a medida proposta pelos sindicalistas de Perus. Depois disso, a criação da Cooperativa do Trabalho, com apoio do Estado, integrou o centro das iniciativas dos grevistas pelo resto de 1962, e até o final de janeiro seguinte. O parecer jurídico contrário à desapropriação, junto com os documentos que eventualmente lhe tenha propiciado fundamentos, talvez lançasse alguma luz nas gestões de bastidores que a direção regional do PDC, pelo que tudo indica, realizou junto ao Executivo Estadual nestes meses.

-o0o-

Os recortes de jornal preservados no Fundo Mário Carvalho de Jesus foram colados em folhas de papel, conforme modelo reproduzido na próxima ilustração. Exceto por alguma matéria que, por coincidência, tenha sido encontrada no AEL e nas coleções de jornais do Arquivo do Estado, esta dissertação não pôde confirmar a correção dos dados referenciais dos recortes do Fundo Mario Carvalho de Jesus (página e data), embora também não tenha surgido nada que gerasse quaisquer dúvidas nesse sentido.



De qualquer forma, para deixar patentes as diferenças de procedência, foi adotada a seguinte forma de citação:



- *O Estado de S. Paulo*, AEL-MCJ, 08.09.62, para indicar que se trata de documento do Fundo Mario Carvalho de Jesus preservado no AEL;
- *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 08.09.62, pg. 16, para assinalar material consultado no Arquivo Público do Estado de S. Paulo. Nesse caso, a responsabilidade pela correção de dados referenciais do documento é única e exclusivamente desta dissertação.

Os documentos do Acervo do DOPS são citados no padrão “DOPS, 50A -115 -153 a 154”, utilizando-se a própria nomenclatura estampada nos mesmos. O jornal *Novo Rumos* é citado como “*Novos Rumos*, 02.10.62, pg. 05”, tal como “*Notícias de Hoje*, 08.07.58, pg. 12”, periódico do PCB em São Paulo. Ambos foram pesquisados somente no CEDEM, da UNESP, embora exista cópia integral do acervo do ASMOB no Arquivo do Estado.

## Capítulo II – A fábrica: condições de funcionamento da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.



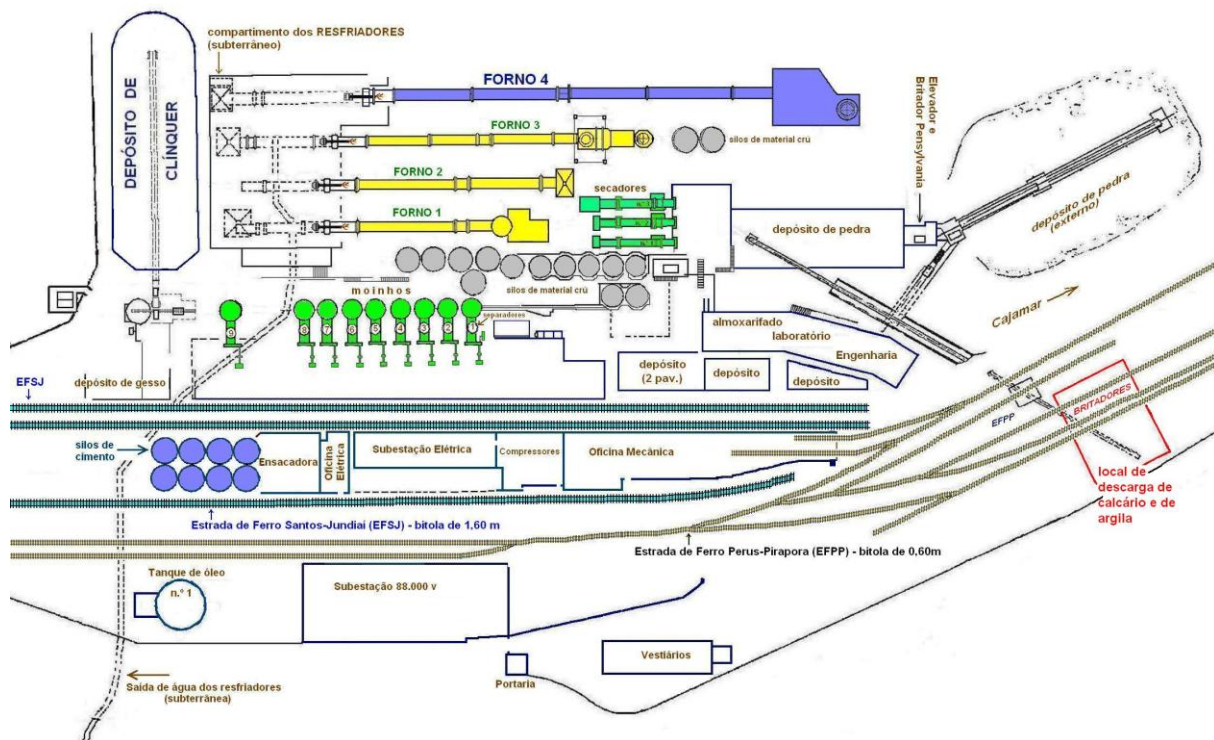
Fábrica de Cimento Portland Perus (2002)

Fonte: Instituto de Pesquisa em Ecologia (IPEH). *Projeto "O Rio pelos Trilhos"*, 2003. Foto de João Valente Filho.

### 2.1. A planta industrial

A transferência de controle acionário dos capitais canadenses que tinham dominado a empresa desde 1924-1926 para o conglomerado financeiro liderado por José João Abdalla em 1951 coincidiu como uma mudança técnica de fundamental importância: a administração canadense tinha elaborado no final da década de 1940 um projeto de

ampliação da capacidade produtiva de 204.000 toneladas/ano para 360.000 toneladas/ano com a instalação de um quarto forno. José João Abdalla encontrou o “4” encaixotado, pronto para ser montado, e decidiu implantar o plano canadense.



Fonte: Desenho 1999 da CBCPP, versão de 20/09/1950, integrante do acervo do Sr. Nelson Aparecido Bueno de Camargo.

Conforme já tratado na dissertação de mestrado, a iniciativa canadense estava em sintonia com a contínua expansão da demanda de cimento verificada no Brasil após a II Guerra Mundial (que forçara a retomada das importações desse produto) e com o debate dentro da liderança desse segmento da indústria que, em 1953, elaborou um plano de recuperação da auto-suficiência nacional. A meta foi atingida em 1961-1962: 0% de importações, 13 novas unidades (com capacidade nominal de exatas 1.672.000 toneladas/ano), 1.682.000 toneladas/ano de ampliações nas 14 usinas pré-existentes no ano de 1953, perfazendo um parque capaz de produzir 5.264.000 toneladas/ano, com aproximadamente 10% de capacidade ociosa.

O grande problema, em Perus, era que o projeto canadense não previa nenhuma ampliação no maquinário que alimentava os fornos com “farinha crua”, ainda que expandisse em cerca de 80% a capacidade nominal da planta.

Em conseqüência, ampliar a produção para patamares próximos aos da capacidade nominal implicaria necessariamente numa sobrecarga de trabalho nos equipamentos que tornava impraticável a preservação dos ciclos normais de desligamento para manutenção preventiva. Os novos gestores não tiveram problemas em se adaptar a tal lógica: sob J. J. Abdalla, as reclamações de que não havia mais manutenção e de que os procedimentos técnicos adequados não eram mais seguidos tornaram-se um tema central do discurso operário. Assim, João Breno Pinto, eletricista e dirigente “queixada”, diretor do sindicato em diversas gestões, declarou ao historiador Wesley Martins Fernandes que, sob os canadenses, a política era manter o almoxarifado capacitado a suprir a demanda pelos dez anos seguintes, enquanto a administração seguinte teria entendido tal circunstância como razão para dispensa de gastos nessa rubrica pelo mesmo período.<sup>25</sup>

Outro testemunho nesse mesmo sentido é o de Antonio Nobre, o “Chorão”, operário empregado no setor de manutenção que se tornaria diretor do sindicato e um dos principais líderes “queixadas”. “Chorão” relatou que, numa situação que requeresse um eixo de **oito** polegadas e houvesse apenas peças de *quatorze* polegadas em estoque, a determinação da empresa era que o eixo maior fosse “*comido*” (termo de “Chorão”) no torno até se ajustar. Parafusos com diâmetro adequado - mas de comprimento excessivo para determinado conserto - teriam os excessos cortados, ignorando-se quaisquer outras considerações. Outro aspecto importante na fala de Antonio Nobre é que os trabalhadores não tinham acesso ao projeto de ampliação da fábrica e às discussões nesse campo entre a direção superior e os engenheiros, embora fosse de

---

<sup>25</sup> Fillippini, Ana Maria e Fernandes, Wesley Martins. *Vozes Operárias*. Trabalho de avaliação semestral em curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da FFLCH / USP, 1992.

seu conhecimento que algo nesse sentido era conversado nos níveis hierarquicamente mais elevados da administração.<sup>26</sup>

Como resultado, entre os operários, ficou uma imagem positiva da administração canadense, em oposição ao alegado descaso dos procedimentos técnicos da gestão Abdalla, como é nítido neste depoimento de Antonio Maria Pereira Filho, presidente do sindicato de Perus na gestão “pelega” de 1965 a 1973:

Ao tempo em que a Fábrica pertencia ao grupo canadense, havia uma preocupação constante com a eliminação do pó... Aquela organização dispunha de equipamentos coletores de pó... Era uma preocupação constante a manutenção e conservação daqueles equipamentos, bem como de todas as máquinas, sempre com o objetivo de diminuir a quantidade de pó lançado no meio ambiente... Com a aquisição da Fábrica de Cimento Perus pelo Grupo J. J. Abdalla, a preocupação com a extinção da poluição foi relegada o segundo plano, chegando mesmo a paralisar todos os exaustores e equipamentos empregados na subtração do pó... O pó gerado pela Fábrica passou a poluir não só a Fábrica bem como as áreas circunvizinhas, o que gerou reclamações e providências aproximadamente desde 1963, empenhando-se nesse trabalho a Sociedade Amigos do Bairro de Perus na pessoa de seu presidente que é atualmente o Sr. Orlando de Barros. O Grupo Abdalla, ao retirar todos os equipamentos destinados a suprimir o pó, diminuiu o número de trabalhadores, técnicos e engenheiros. **A supressão dos equipamentos coletores de pó, a falta de manutenção preventiva das máquinas e a instalação de um quarto forno horizontal [constituem] a principal causa do aumento da poluição ambiental** [tendo], em conseqüência, gerado o atual estado de protestos da parte da Sociedade Amigos do Bairro de Perus como também processos [... solicitando] o adicional de insalubridade. (grifos do texto original)<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Durante a pesquisa de mestrado, o Sr. Antonio Nobre mostrou-se muito surpreso quando eu lhe apresentei algumas plantas gerais da fábrica. Ele me explicou que os trabalhadores da manutenção (como os demais operários da fábrica) tinham acesso somente a desenhos muito antigos de peças individuais. Esta lacuna foi suprida pelo senhor Nelson Aparecido Bueno de Camargo, empresário gráfico, expressiva liderança comunitária de Perus, que preserva uma interessante documentação que ele conseguiu retirar da biblioteca da Fábrica de Cimento antes que esta fosse deliberadamente **destruída** no final da década de 1990 a mando do Grupo Abdalla.

<sup>27</sup> Depoimento (datado de 28 de junho de 1973) ao Capitão do Exército Antonio Kuiakowski, prestado na sede do 39º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Osasco, integrante do acervo do DOPS preservado no Arquivo Público do Estado de S. Paulo sob a classificação *DOPS 50A -115 -153 a 154*.

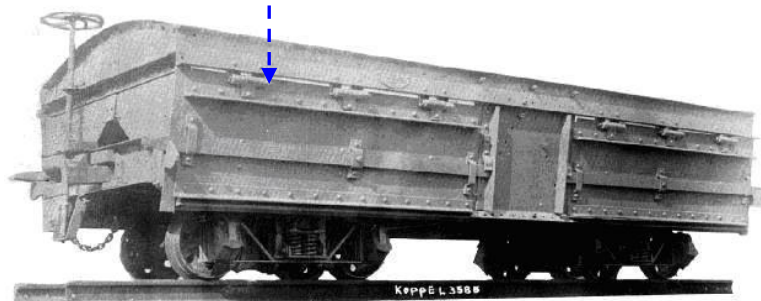
A retirada dos coletores de pó pela administração Abdalla com o objetivo de reduzir o quadro funcional é reportada, também, por João Breno Pinto que observou que, antes de Abdalla, a poluição da Fábrica não era um problema com a gravidade que teria anos depois. Antonio Nobre explicou em seu depoimento que a supressão dos coletores eliminara uma significativa demanda de dias para reparos e manutenção desses equipamentos, durante os quais o trabalho dos fornos teria que paralisar-se. A novidade, na pesquisa de doutorado, foi a clareza com que Antonio Maria Pereira Filho relacionou o conjunto da metodologia de operação de Abdalla com a poluição sobre Perus.

Para o período em que trabalhou na fábrica (1967-1986), o testemunho de Antonio Nobre foi eloqüente ao tratar de seu trabalho da Seção de Manutenção. Tendo que realizar, diariamente, consertos por toda a fábrica, pôde construir uma visão ampla de seu funcionamento. Na pesquisa de mestrado, com uma planta geral da fábrica em mãos, Antonio Nobre descreveu as ocorrências atendidas pela “Manutenção” seção por seção; procedimento que evidenciou um padrão coerente de operação sob Abdalla. Em resumo, duas seções eram objetos de cuidados primorosos: a subestação elétrica (de onde as máquinas mais importantes eram comandadas) e o laboratório químico que controlava toda a produção através de coletas de amostras feitas de hora em hora ao longo de toda a cadeia produtiva que permitiam indicar os ajustes que se impunha realizar para que o cimento saísse conforme os padrões internacionais de qualidade. Enquanto isso, todas as demais seções eram ajustadas para funcionar no máximo; desligamentos de máquinas só ocorriam quando estas quebravam.

Na verdade, isso não se constituía de fato num problema, porque os equipamentos não estavam organizados numa linha contínua de produção: para cada etapa, havia conjuntos de silos que permitiriam a permanência do abastecimento da fase seguinte enquanto eventuais reparos fossem realizados. Portanto, uma grande parte da usina poderia estar paralisada e, mesmo assim, o atendimento das encomendas muito

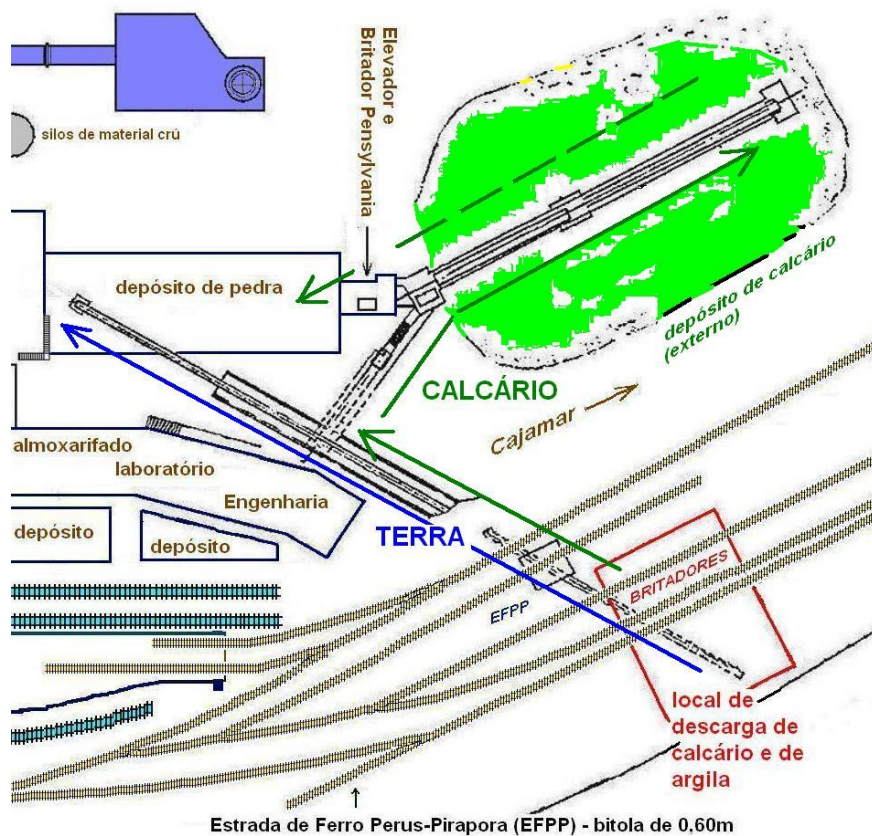
provavelmente não seria afetado. Uma rápida passagem em revista pela fábrica permitirá ver isso com clareza.

As vagonetas da Perus-Pirapora vindas de Cajamar (com calcário) e do Sítio Santa Fé (com argila) tinham suas **laterais** abertas quando passavam sobre um conjunto de **britadores** construídos em nível abaixo do leito ferroviário.



Gôndola Koppel para transporte de minério

Fonte: sítio (não oficial) da EFPP: [http://www.geocities.com/estrada\\_de\\_ferro/perus-pirapora.htm](http://www.geocities.com/estrada_de_ferro/perus-pirapora.htm)



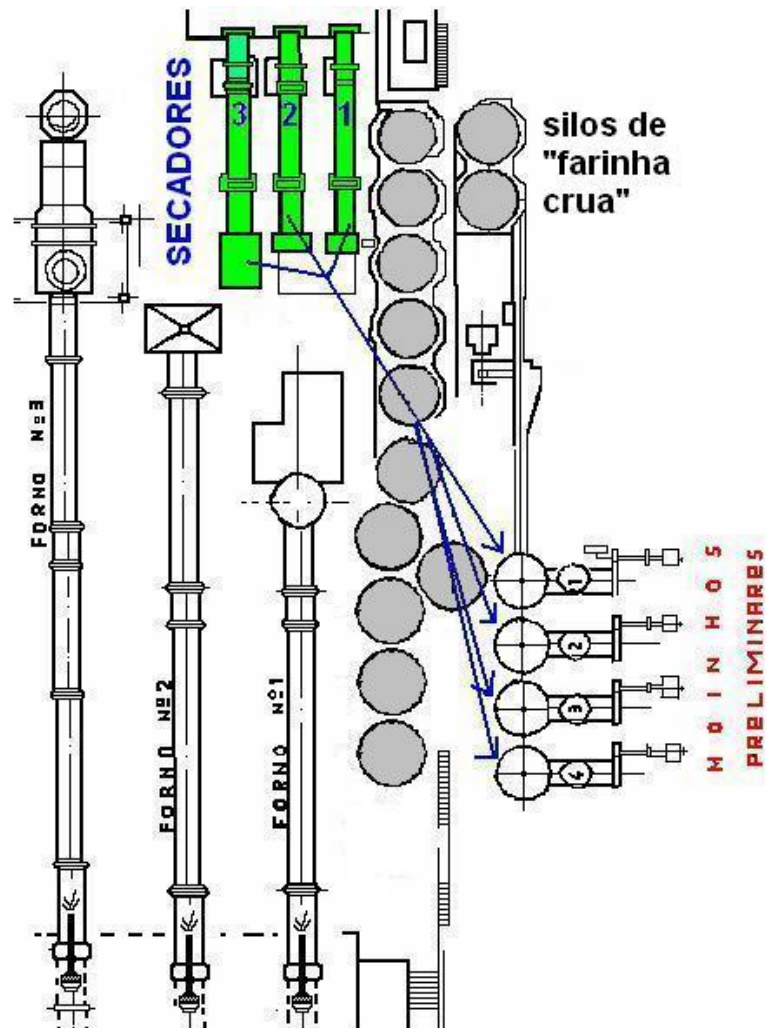
Antes de ser enviado para Perus, o calcário passava por uma primeira britagem em Cajamar. Na fábrica, era novamente batido logo após a descarga. Em seguida, as pedras passavam - sucessivamente - por uma esteira subterrânea, por um elevador e por uma esteira suspensa até serem lançadas no **Depósito Externo**, capacitado a receber cerca de 35.000 toneladas (material suficiente para quase **um mês** de trabalho, segundo assegurou Antonio Nobre). Por baixo deste depósito, outra esteira subterrânea captava minério para alimentar um Britador *Pennsylvania* que o reduzia a pedaços de 2,0 a 2,5 cm. Do *Pennsylvania*, o calcário subia por um elevador de catracas até uma esteira para lançamento no Depósito Interno, coberto, com capacidade nominal de 5.200 toneladas, onde era feita a mistura com argila.

Conforme o relato de Antonio Nobre, na hipótese de pane nos britadores de entrada, o material do Depósito Externo permitiria que se realizassem reparos sem afetar a rotina

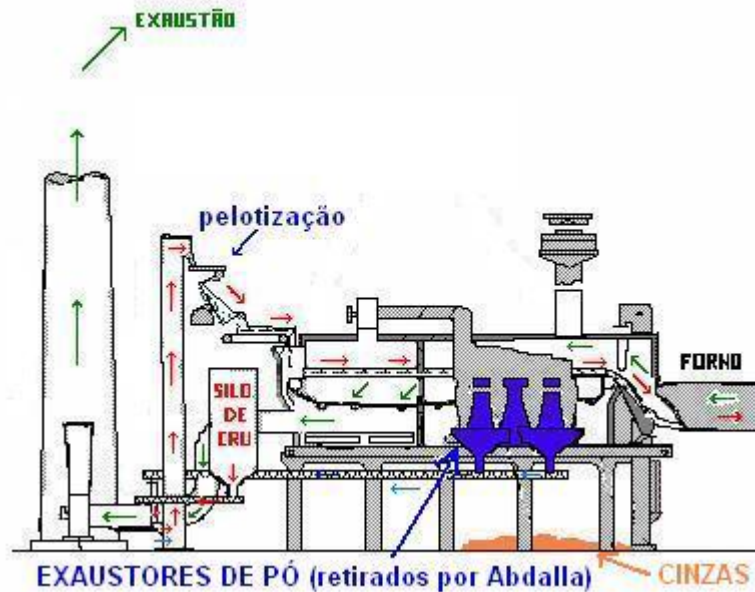


do restante da usina. Além disso, como os britadores tinham uma capacidade que superava largamente o consumo diário da fábrica, não havia necessidade de forçá-los. A manutenção de todo o setor era simples, sem que fosse preciso realizar reparos com frequência.

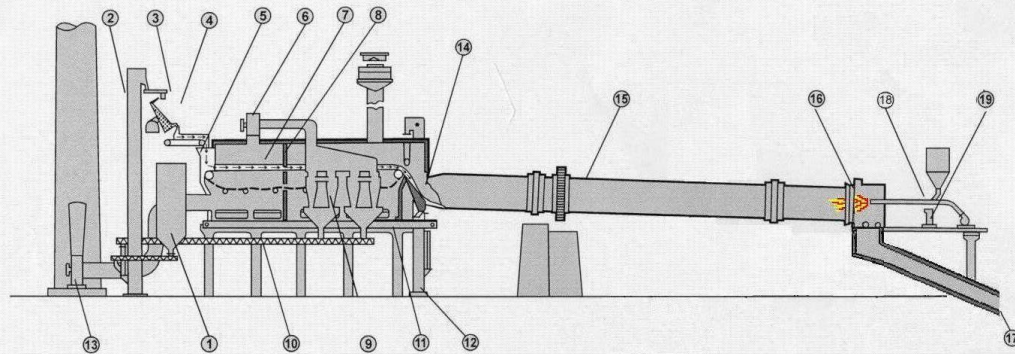
Do Depósito Interno, o calcário e a argila eram enviados através do elevador 17 para os **secadores**, cilindros rotatórios com 3,8 metros de diâmetro por 12/14 metros de comprimento, aquecidos pela queima de óleo combustível em maçarico. Deste local (mostrado na figura adiante), o material era bombeado para os moinhos de cru (ou **preliminares**, numerados de 01 a 04) que o reduziam a pó fino, tipo talco. Cumprida essa etapa, a “farinha crua” resultante era armazenada em silos (indicados na cor cinza) que alimentariam os fornos. Como na fase anterior, o material armazenado nos silos continuaria suprimindo as etapas seguintes de produção em caso de algum problema nos secadores, sem comprometer a continuidade do trabalho.



Na etapa seguinte, a “farinha crua” era misturada à água (operação conhecida como pelotização) para ser lançada no formato de pelotas nas extremidades dos fornos cilíndricos giratórios. Era nesta fase que ocorria a reação química do calcário com a argila, a temperaturas de 1.380 a 1.600 graus. Na outra extremidade dos fornos, o material processado (a esta altura convertido em bolotas muito duras denominadas “clínquer”) era lançado num grande compartimento subterrâneo para resfriar.



### ESQUEMA DA INSTALAÇÃO ACL DE PELOTIZAÇÃO E CLINQUERIZAÇÃO



- |  |   |  |
|--|---|--|
| 1- Silo de alimentação                     | 9 - Ciclonos coletores de pó                | 17 - Resfriador                            |
| 2 - Elevador do silo                       | 10 - Transportador helicoidal de pó         | 18 - Sistema de combustão do forno         |
| 3 - Alimentador                            | 11 - Arrasto para perdas da grelha          | 19 - Painel principal de controle do forno |
| 4 - Pelotizador do tipo de prato inclinado | 12 - Elevador para retorno da grelha        |  |
| 5 - Tremonha alimentadora da grelha        | 13 - Ventilador nº 2                        |  |
| 6 - Ventilador nº 1                        | 14 - Terminal da alimentação resfriada a ar |  |
| 7 - Grelha transportadora ACL              | 15 - Forno ACL                              |  |
| 8 - Sépito de interceptação                | 16 - Terminal da descarga                   |  |

Fonte: desenho da Allis Chalmers (adaptado). Reproduzido de Simonsen, 1967, figura 7.2.

As elevadas temperaturas dentro dos fornos eram geradas por chamas em maçarico dispostas nas extremidades opostas às recâmaras. Do ponto mais perto das chamas

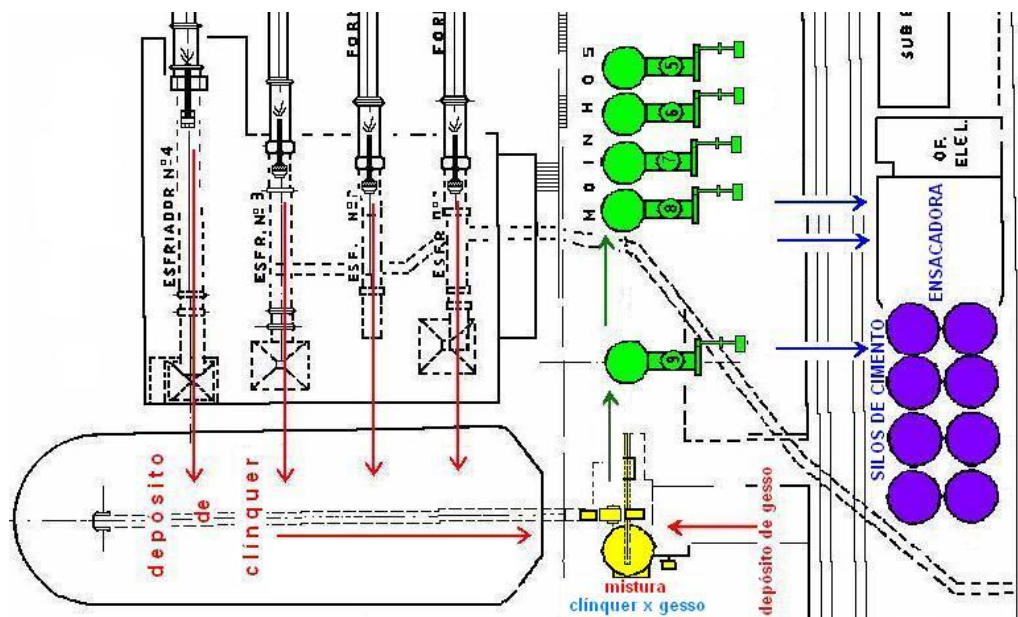
até a metade do forno, as faces interiores eram revestidas com tijolos refratários; revestimento que, com o tempo, poderia soltar-se – formando “manchas” - ou desabar de forma generalizada. Para ambos os casos, seria preciso manter os fornos em rotação durante *quarenta e oito horas*, até que esfriassem ao ponto de permitir a entrada de turmas de reparos. Daí em diante, os trabalhos tomariam mais dois ou três dias (para uma mancha) ou de dez a quinze, na hipótese de dano generalizado. Antonio Nobre observou enfaticamente que não havia medidas preventivas contra esse tipo de ocorrência, nem era possível estimar quando aconteceria tanto em Perus como em qualquer usina que operasse com este tipo de forno rotativo.

Na etapa seguinte (resfriamento em compartimentos subterrâneos) era usada água oriunda de uma abundante fonte natural sob a própria fábrica. O clínquer resfriado descia por gravidade para um grande depósito:



Depósito de clínquer em operação. Década de 30. Acervo do Sr. Mário Sergio Bortotto.

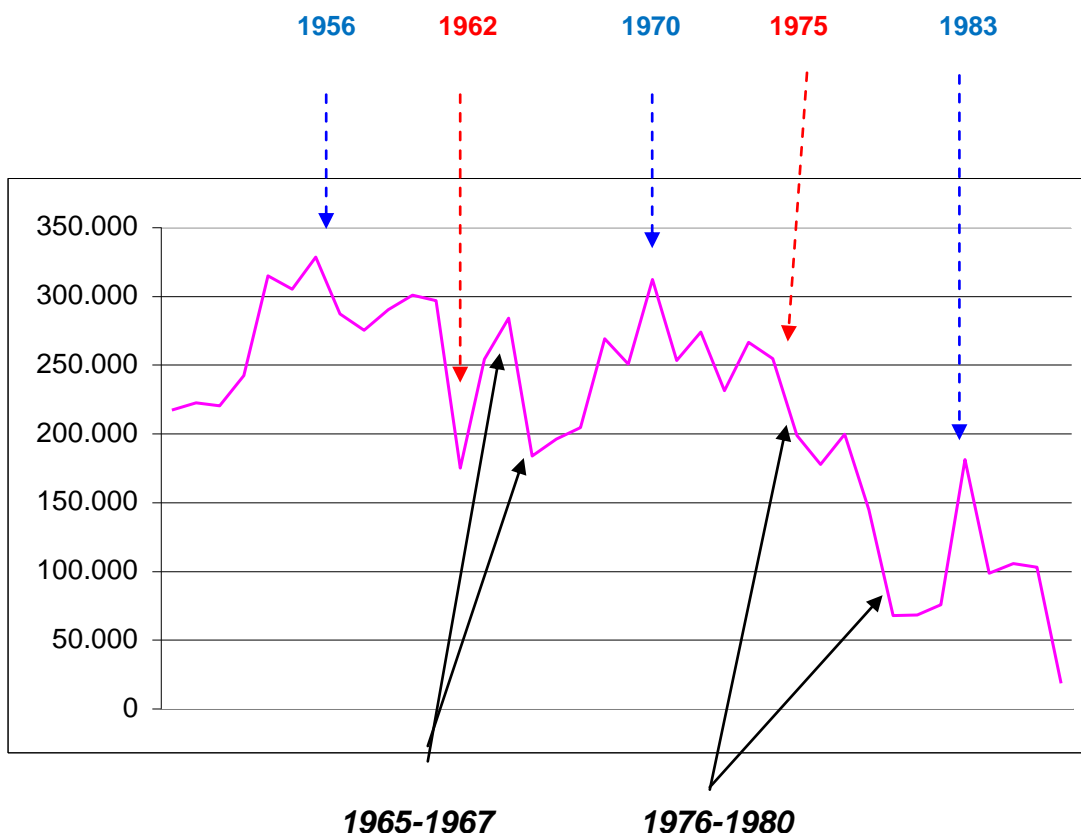
Deste local, esteiras levavam clínquer para um britador onde era feita a mistura com gesso. Daí, o material seguia para os moinhos de cimento (05 a 09), dentro dos quais era reduzido a um fino pó que era bombeado para a ensacadora e seus **silos de cimento** pronto.



## 2.2. As duas gestões Abdalla e o período da intervenção federal: 1951-1987

Os resultados da metodologia de operação de Abdalla são parcialmente visíveis no gráfico abaixo.

Produção da Companhia Brasileira de Cimento Perus (1950-1987), em toneladas/ano.



1965-1967

1976-1980

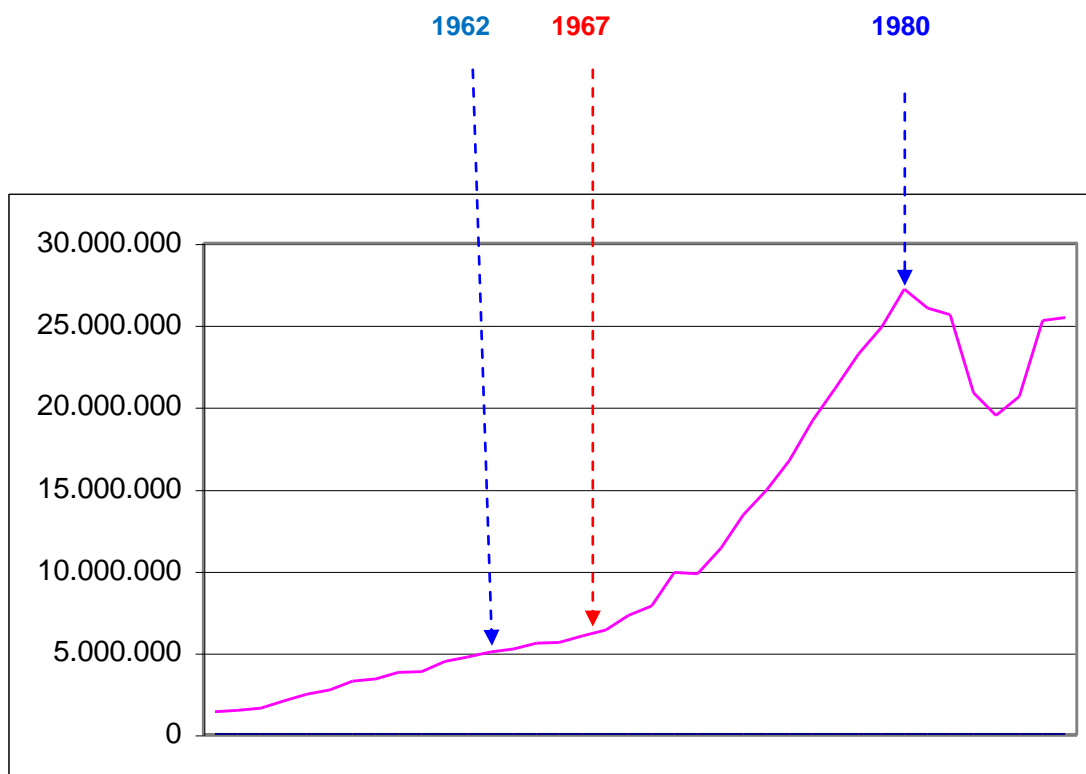
Fonte:

Boletins da Associação Brasileira de Cimento Portland; *Relatórios Anuais* do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

A violenta inflexão registrada em 1962 é obviamente explicável pelos cem dias de greve e pelas compreensíveis dificuldades de recomposição do quadro de operários. Muito diferente é a queda registrada em 1965-67, pois, para 1967, o relatório anual do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento registra *queda na capacidade produtiva da empresa: de 360.000 para 220.000 toneladas anuais*. Além disso, é importante ressaltar

que retrações de demanda constituíam-se num problema que a indústria cimenteira do Brasil há muito desconhecia: entre 1950 e 1980, o consumo de cimento progrediu, sem nenhuma queda anual, de 1.385.797 para 27.192.183 toneladas/ano. 1965-1967 foi, a propósito, o começo de um período especialmente favorável ao setor, conforme apresentado a seguir.

**Produção de Cimento no Brasil (1950-1987), em toneladas/ano.**



Fonte: *Relatórios Anuais* do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento

Estamos, portanto, diante de um **colapso de produção** obviamente decorrente do padrão técnico de operação vigente desde a década anterior, ao qual se seguiu uma fase de recuperação (1969-1975) e um novo colapso na segunda metade da década de 70 da qual a empresa não mais se recuperaria, exceto por 1983, ano em que as pedreiras da companhia em Cajamar foram desativadas junto com a ferrovia a vapor que trazia o calcário para Perus. A partir deste momento, a empresa reduziu-se a moer

material parcialmente processado (“clínquer”, adquirido de outra indústria do setor) para misturá-lo com gesso e embalá-lo sob sua marca, até o fechamento em 1987.

Quanto aos motivos de executar de forma tão planejada e implacável a exploração do acervo da empresa até reduzi-lo literalmente a ruínas, a pesquisa de mestrado indicou que a dificuldade central estava na limitação das reservas de calcário sob dois aspectos essenciais:

- Quantidade insuficiente para sustentar a produção pelo tempo necessário à *amortização dos investimentos iniciais* eventualmente direcionados para a renovação completa do parque instalado e para *operação no período em que os novos equipamentos estivessem dentro de sua vida útil*, sob pena de um patrimônio de milhões de dólares simplesmente parar de funcionar por falta de matéria-prima.

Nesse aspecto, é preciso distinguir as décadas de 20/30 - período em que as 100.000/150.000 toneladas anuais de Perus chegaram a representar cerca de 50% do atendimento à demanda nacional - dos contextos posteriores. De acordo com Simonsen, o problema central nos primeiros anos do empreendimento estava na irregularidade de composição das reservas de pedra calcária. Questão enfrentada com sucesso graças à intervenção de Luiz Flores de Moraes Rego (1896-1940), renovador da Engenharia de Minas no Brasil que, em 1930, elaborou um plano de mineração que fez deslanchar a produção de cimento em Perus.

Na década de 1950, a Companhia permanecia a empresa mais bem posicionada para atender a demanda da Região Metropolitana de São Paulo (principal segmento do mercado nacional) numa conjuntura em que o setor cimenteiro impôs *umentos reais* de preços da ordem de 30 a 40%. Nesse contexto, o projeto técnico adotado por José João Abdalla repunha Perus na liderança do setor ao elevar sua produção para 280/300 mil toneladas anuais: somente a Companhia Nacional de Cimento Portland em Mauá



(RJ), com 476 mil toneladas/ano e a usina da Votorantin próxima a Sorocaba (620 mil toneladas/ano) superavam-na no Brasil. <sup>28</sup>

No período do *boom* de consumo de cimento de 1967-1980, houve não apenas a instalação de novas plantas cimenteiras, mas também a adoção de tecnologias que eliminavam a fase de mistura de matérias-primas semiprocessadas em água assim como faziam o calor dos fornos (que antes era expelido pelas chaminés) retornar ao começo para realizar a *pré-calcinação* dos materiais que ingressavam na cadeia produtiva, como ilustrado no esquema abaixo.

---

<sup>28</sup> Note-se a importância de alguns detalhes técnicos da cadeia produtiva:

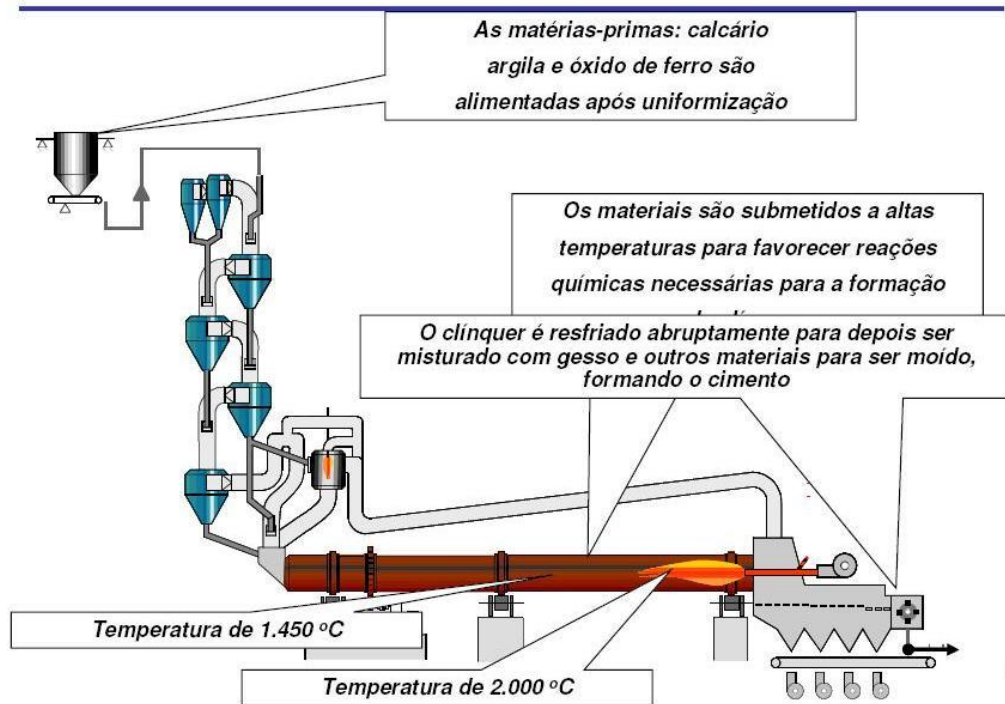
- 1. ° - Na década de 1950, a grande maioria das usinas de cimento no Brasil realizava a mistura de calcário e argila pulverizados em água para certificar-se que a “farinha crua” não apresentasse irregularidades de composição. Isto encarecia a produção, pois a umidade resultante representava cerca de um terço do peso da pasta levada aos fornos;

- 2. ° - Perus, por sua vez, dispunha de um minério cuja composição permitiu adotar um equipamento que dispensava o recurso à mistura em água para formar a “farinha crua”. Havia apenas uma adição mínima de água à “farinha crua” um pouco antes de o material chegar aos fornos para facilitar sua entrada. Ora, como gastos com energia eram o principal item (cerca de 35%) nas planilhas de custo da indústria cimenteira no Brasil dos anos 50/60, deve-se inferir que os custos unitários de produção em Perus eram especialmente vantajosos;

- 3. ° - As fábricas de cimento da época estudada eram essencialmente poluidoras térmicas: não se sabia – na verdade - o que fazer com o ar quente vindo dos fornos, de forma que era expelido para a atmosfera e, nisso, carregava o pó que tingia de cinza as áreas próximas às usinas.

A discussão sobre tecnologia e custos de produção na indústria cimenteira nos anos 1950/60 é feita com muita propriedade em Simonsen, Mario Henrique. *A Indústria de Cimento no Brasil e seus custos de desenvolvimento: estudo realizado para o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento e Associação Brasileira de Cimento Portland*. Rio de Janeiro: CONSULTEC, 1967.

## O Processo de Produção do Cimento Portland



Fonte: *Fabricação do Cimento Portland e co-processamento de resíduos industriais nos fornos de produção de cimento*. Texto disponível em <http://www.dcm.puc-rio.br/download/Aula%20Cimento%20IEM.pdf>

A diferença mais pronunciada em relação ao esquema de funcionamento da usina de Perus é de ordem conceptual, com a substituição da chaminé emanadora de pó e ar quente por um *pré-aquecedor de quatro estágios* (indicados em azul) que opera basicamente a partir dos gases captados do forno rotatório.

Considerando, ainda, que cada geração de equipamentos produtores de cimento é maior que a anterior (aspecto que, por si mesmo, implica em custos unitários de produção mais vantajosos), em meados dos anos 60, a renovação de componentes essenciais do maquinário e de tecnologia não poderia mais ser protelada sem o

enfrentamento simultâneo da questão do fornecimento de matérias-primas, sob pena da empresa inviabilizar-se completamente no mercado.

- Disposição desfavorável das jazidas de calcário de Cajamar, profundamente mergulhadas no subsolo. A exploração do minério ali encontrado realizava-se a céu aberto em grandes buracos (semelhantes a crateras lunares) cada vez mais profundos, enfrentando crescentes problemas com os custos gerados pela drenagem de água e pelo transporte do fundo da frente de lavra para o nível do solo. Tal situação, somada à irregularidade de composição química da reserva, implica que a **reserva economicamente explorável** é bastante inferior ao conjunto do corpo mineral: O *Anuário Mineral Brasileiro*, edição de 2005, aponta para Cajamar uma reserva **medida e lavrável** de 11.830.000 toneladas contra 19.000.000 de reserva **inferida**.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Departamento Nacional de Produção Mineral. *Anuário Mineral Brasileiro*, Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2005.



**Pedreira de calcário de Cajamar em atividade (2002).**

Fonte: Instituto de Pesquisa em Ecologia (IPEH). *Projeto "O Rio pelos Trilhos"*, 2003. Foto de João Valente Filho.

A percepção desses fatores, pelo menos em suas linhas gerais, é a única explicação razoável para o projeto de ampliação deixado pela administração canadense e para a própria decisão de vender a usina para Abdalla. Nessa altura, é possível que uma diferença institucional tenha se manifestado: a operadora canadense dispunha, em razão de suas ligações com a *Lone Star Cement Company*, de um corpo técnico e gerencial capaz de identificar com antecedência situações como a de Perus, que provavelmente não teria recomendado investimentos no sentido da renovação global de equipamentos. Caso tal hipótese tenha se verificado, a manutenção do controle da planta industrial de Perus reduziu-se, na década de 50, a uma simples questão de conveniência face às alternativas de negócios colocadas no mercado. Por sua vez, um

grupo financeiro de horizonte mais limitado e sem vocação de focar-se num rol determinado de atividades econômicas (como parece ser o caso das empresas Abdalla) certamente se pautaria por outras considerações.

Considerando esses fatores, o retorno da Companhia em 1968-1975 aos patamares de produção anteriores ao colapso de 1965-1967 pode ser considerado o derradeiro esforço para extrair o máximo possível da empresa enquanto fosse competitiva no mercado, antes que ocorressem coisas como o colapso final de 1976-1980 que, em retrospecto, parece perfeitamente lógico e antecipável.

### **2.3. Um subversivo incomum: J. J. Abdalla perseguido pela Ditadura Militar**

Os prontuários DOPS 52Z-0-1758, 52Z-9-6265 e 52Z-9-6266, disponibilizados para consulta pelo Arquivo do Estado de S. Paulo, são cópias do mesmo documento: uma espécie de “ficha corrida” de José João Abdalla datada de 04 de julho de 1970 que condensa informações oriundas de jornais ou originadas de relatórios policiais sobre este parlamentar cassado à primeira hora pelo regime de 31 de março de 1964.

O primeiro registro é de 1944: indiciamento por transporte ilegal de gasolina, seguido por página e meia de citações esparsas até o anúncio da cassação de seu mandato de deputado federal pelo *Diário da Noite* do dia 16.06.1964. Em seguida, a Usina Miranda, de Pirajuí, é mencionada várias vezes, até que surge um radiotelegrama de 28.12.1966 que noticia uma ordem judicial de prisão do empresário originada do processo de falência da empresa. Em 04.01.1967, é decretada falência da Usina Miranda.

Em novembro de 1968, o Tribunal de Justiça de São Paulo nega pedido de *habeas-corpus* contra a ordem de prisão de José João Abdalla por gestão fraudulenta da Usina Miranda. Na seqüência, são reproduzidos Boletins do Serviço Nacional de Informações

(SNI) que relatam que a *Secretaria da Segurança Pública colocara fotos de Abdalla nos principais jornais na condição de foragido* e acionara órgãos policiais dos demais Estados no mesmo sentido. Um trecho da página 07 do relatório é ainda mais significativo:

É do seguinte teor um dos parágrafos do Boletim Informativo n.º 305 do SNI, de 26.12.1968: o ex-deputado J. J. Abdalla, que ainda se encontra foragido, está em vias de ver seus bens confiscados pelo Governo, através do Ato institucional n.º. 5, pois o Exército já está apurando as origens de sua grande fortuna, uma das maiores do país, tudo levando a crer que o seu locupletamento foi ilícito.

Este momento é retratado com mais precisão pelo prontuário 52Z-0-585.11083A do DOPS, páginas 15 e 16:

Informação com data de 27 de dezembro de 1968 esclarece que J. J. Abdalla, que ainda se encontra foragido, está em vias de ter seus bens confiscados pelo Governo, através do Ato Institucional n.º. 5, pois, para tanto, o Exército está apurando a origem de sua grande fortuna, tendo solicitado dados sobre a Perus ao advogado dos trabalhadores, **Mario Carvalho de Jesus**, tendo, porém, o referido advogado advertido as autoridades que a fábrica de Perus não pertence mais a Abdalla, mas sim aos operários que são credores de mais de dez milhões de reais. (grifos do texto original).

Voltando ao prontuário 52Z-0-1758, lemos que a mesma ordem de preocupação predomina nas páginas seguintes. 08.04.1969: “*Correio da Manhã*” publica montante de bens e de dívidas para com o Estado. Seguem-se *Boletins do SNI*:

16.04.1969: J. J. Abdalla está desaparecido. Nem mesmo os militares da Quarta Zona Aérea encarregados de sua prisão e incomunicabilidade sabem informar seu paradeiro.

12.05.1969: a Subcomissão Paulista da CGI conseguiu apurar o montante das dívidas do chamado Grupo Abdalla às Fazendas da União, dos Estados de São Paulo, Guanabara e do Rio Grande do Sul. Abdalla acha-se preso em Cumbica.

06.08.1969 – Diário da Noite informa que habeas-corpus suspendeu sentenças anteriores contra Abdalla que é libertado.

Citações de relatórios posteriores a esta data registram claramente que a vigilância sobre o empresário continuou. Assim, a questão permanece: por que um regime tão anticomunista e antipopular incomodava-se com um cidadão integrante dos setores sociais privilegiados pela ordem política instaurada em 1964?

A resposta, na verdade, é facilmente dedutível pela leitura do restante do prontuário 52Z-0-1758 que registra que, em 14.05.1969, foi designado representante do Banco do Brasil para administrar uma *fábrica de Abdalla confiscada pelo Estado em Americana*; sua primeira missão foi atualizar os salários dos empregados e pagar os atrasados. O mesmo assunto é tratado em texto copiado do *Boletim Informativo* do SNI nº. 11, de 13.01.1970:

Serão levadas a leilão dia 02.02.1970, na sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Americana, bens penhorados da Fábrica de Tecidos Carioca, pertencente ao Grupo Abdalla, por solicitação dos empregados daquela firma.<sup>30</sup>

Em julho de 1967, os trabalhadores da *Potassa e Adubos Químicos do Brasil S. A.*, de Santos (também pertencente a J. J. Abdalla), prosseguiram greve originada por atraso de pagamento que deveria ter ocorrido no dia 3. No dia 8 seguinte, a firma foi fechada pelo Departamento de Polícia Federal. No dia 12 de fevereiro de 1969, o *Boletim 36 do SNI* informou que toda a área da empresa fora mandada a leilão pela da Justiça do Trabalho para pagamento de vários anos de acúmulo de dívidas para com os seus trabalhadores.

As informações coligidas - que se abstêm de tratar de outros negócios de “J. J.” - seguem um padrão preciso:

---

<sup>30</sup> Carioca: uma das fábricas que, em parceria com a usina de Perus, entrara em greve em 1962 junto com a Usina Miranda e a Tecelagem Japi, de Jundiaí, contra atrasos de pagamento!

1. *Inexistem insinuações de que haveria intenções ou atos “subversivos” da parte dos trabalhadores.* Esta omissão, combinada à fria descrição dos fatos, gera impressão de os redatores do prontuário reconhecem que os operários estavam apenas reivindicando o cumprimento da lei e a defesa de direitos legítimos;
2. Embora o termo não seja usado, é patente que, nos casos acompanhados, o “subversivo”, aos olhos dos policiais, era Abdalla que geria suas empresas de uma forma tal que os trabalhadores eram praticamente obrigados a entrar em greve antes que seus direitos fossem definitivamente comprometidos por falências duvidosas.

No âmbito civil, uma investigação semelhante tinha sido iniciada em 1965 no âmbito do Ministério do Trabalho. Já naquele ano, o Ministro da Indústria e Comércio, Paulo Egídio Martins, determinara intervenção na Companhia Urano de Capitalização, de Abdalla. “*Em 1969, ficou constatado que, através da holding CIBRAPE, suas 32 empresas não pagavam quaisquer impostos.*”<sup>31</sup>

Conseqüentemente, a intervenção federal na Companhia de Cimento Portland Perus decretada no ano de 1973, na esteira de ordem judicial de falência, consubstanciava a repetição de uma história já bem conhecida pelo DOPS e pelo SNI. E, diga-se de passagem, o acompanhamento sistemático dos fatos mais importantes havidos em Perus desde 1962 (registrado no prontuário 52Z-0-1758) é uma boa explicação de porque, em 1973, a União pôde agir tão prontamente, decretando intervenção no dia seguinte à decisão do juiz encarregado do processo falimentar. Reproduzindo o padrão das ações anteriores, logo que chegaram, os interventores federais fizeram questão de, publicamente, enfatizar que sua prioridade era o pagamento dos débitos trabalhistas. Os textos do Dr. Mario Carvalho de Jesus e de Adilson José Gonçalves são claros ao assinalar que a administração governamental foi bem recebida pelos operários dentre

---

<sup>31</sup> Abreu, Alzira Alves de & Beloch, Israel (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro, s.d.: Forense-Universitária/FINEP, 1º volume, pg. 1, verbete *Abdalla, J. J.* Os grifos são meus, ES.



os quais os grevistas de 1962-1969 tiveram suas indenizações integralmente pagas no dia 14 de novembro de 1974.

#### **2.4. Pedras de calcário no caminho da administração da fábrica de cimento**

Entre 1973 e 1975, os administradores nomeados pelo Governo da República obtiveram índices de desempenho aos melhores anos da Fábrica, ganhando dos operários o reconhecimento de que

A Comissão Interventora está executando um trabalho sério, a ponto de ter aumentado a produção em quase 30%, além de ter assinado contrato com firma especializada para a instalação de filtros que acabarão com a poluição. Se mais a Comissão não fez é porque ainda está com muitos elementos da antiga administração ainda em postos de comando. Temos agora a certeza de que a poluição em Perus terminará, assumindo o Governo Federal a responsabilidade da Fábrica de Cimento.<sup>32</sup>

Na verdade, a soma dos esforços de Abdalla, dos operários e dos interventores nomeados pela União caracteriza a continuação de um problema tratado, em teoria, por Steindl que anotara que

Nos poucos estudos realizados sobre custos não existem, até os níveis de utilização atingidos no período de prosperidade, sinais de 'rendimentos decrescentes'. Parece que, a fim de fornecer um motivo pelo qual o custo marginal deveria elevar-se, precisamos alegar circunstâncias excepcionais, tais como o prolongamento da jornada de trabalho para a mão-de-obra empregada, de modo a tornar necessário o pagamento de horas extras; a redução na vida útil dos equipamentos, devido a não realização de reparos e manutenção, como consequência do funcionamento contínuo sem paralisações temporárias; desperdício de matéria-prima, trabalho defeituoso e danos causados às máquinas devido à aceleração

---

<sup>32</sup> Abaixo-assinado subscrito por 3.500 pessoas – operários da fábrica, seus familiares e lideranças comunitárias de Perus e Cajamar - ao Presidente Ernesto Geisel, enviado em 1º de Maio de 1974, reproduzido em Jesus, et alii, 1977, pg. 83.

do seu funcionamento, ultrapassando os limites que garantem a coordenação regular do processo de produção (...). Devemos esperar, portanto, que o custo marginal não aumente até que a capacidade prática seja atingida, mas que, a partir daí, seu crescimento seja vertiginoso.<sup>33</sup>

Para o caso de Perus, é possível derivar do pensamento de Steindl a hipótese de que *inexistindo uma significativa capacidade ociosa à qual se pudesse recorrer para que as encomendas fossem atendidas nos prazos acertados com os clientes (especialmente depois da quebra de produção de 1965-1967)*, restavam somente duas alternativas:

1. Manter níveis de funcionamento danosos aos equipamentos (Gestão Abdalla). Isto elevaria os custos marginais, o que – por sua vez – obrigaria a forçar ainda mais o maquinário, reduzindo drasticamente sua vida útil;
2. Reduzir o nível de atividade da Fábrica.

Um pouco das dificuldades dessa ordem ficou retratada numa entrevista concedida em 21 de março de 2001, no prédio do Ministério da Fazenda da Av. Tiradentes, em São Paulo, pelo Dr. Miguel Correia Leite, funcionário do Ministério da Fazenda que, desde 1979, tornara-se responsável pela gestão das pessoas jurídicas incorporadas ao patrimônio da União no Estado de S. Paulo; circunstância que o transformou num profundo conhecedor de Perus. Conforme relatou,

A manutenção da fábrica era muito precária [no período da administração José João Abdalla]. Era difícil um mês em que se conseguiram os quatro fornos funcionando. Geralmente, havia um ou dois parados por problemas de manutenção.

A queda da produção em 1976-1980 foi assim explicada pelo Dr. Miguel:

Outra coisa que aconteceu - não posso lhe precisar bem a data [refere-se agora ao período da administração federal] - mas havia ao lado da Fábrica um bairro chamado Jardim do

---

<sup>33</sup> Steindl, Joseph. *Maturidade e Estagnação do Capitalismo Americano*. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983, pp. 19-20. Coleção “Os Economistas”.

Russo. E como os fornos não tinham filtros, a quantidade de cimento já em pó que saía pelas chaminés era muito grande... Em virtude de nenhum dos fornos possuírem filtros, grande parte do cimento saía pelas chaminés e se depositava em cima das casas deste Jardim do Russo. Vinha uma chuva ou garoa, e soldava todo o telhado [que, com novas chuvas] acabava cedendo. Calculava-se, na época, que quase oitenta toneladas de cimento eram perdidas todo mês. Houve uma tentativa de instalar filtros fabricados no Brasil, mas não funcionou. Caso fossem colocados filtros eletrostáticos, que era o que se deveria fazer, a economia com cimento não mais perdido amortizaria o investimento.

Elcio Siqueira: Mas isto, durante o período de confisco...

Sim. Logo em seguida, [eu] já estava aqui... O problema das oscilações na produção foi devido, em parte, à campanha da população do Jardim do Russo que foi muito grande. A Igreja participava do movimento que reivindicava ou filtros ou que se providenciasse outra solução, do jeito que estava não poderia ficar... A administração [federal, no período do confisco] passou, então, a trabalhar com dois fornos alternativos. Funcionava o “4” mais outro, o “1” ou o “2”, mas nunca os quatro.

Elcio: Ah! Por isso é que teve essa queda na produção nos anos 70!

Exatamente. Foi para poder atender os reclamos da população com relação aos prejuízos que tinha nas residências. Com dois fornos funcionando, mesmo os dois pequenos, ou o “4” mais um, reduzia-se bastante a quantidade de cimento poluidor. E tinha mais um aspecto: o vento sopra sempre na direção do Jardim do Russo. [enfático] Toda e qualquer coisa que saísse pelas chaminés iria para lá. A queda na produção foi exatamente por isso. Retornando à questão das perdas de cimento, os filtros eletrostáticos, se instalados, evitariam todo o problema. Segundo os técnicos, nem precisaria ser essa empresa Onoda. [empresa japonesa que vistoriara a Fábrica nessa época]. A Onoda, além de instalar os filtros, eliminaria três fornos (só ficaria o “4”) entendendo que, mesmo assim, poderia triplicar a produção. A qualidade do cimento produzido [em Perus] era de primeira, e obtinha-se esse cimento com facilidade porque o calcário era muito bom, e é bom até agora. O interesse do Ministério da Fazenda, porém, era de alienar. Fizemos uma concorrência, só apareceu um Consórcio que deu preço mínimo que era do próprio Grupo Abdalla. Eles mantiveram essa Fábrica por mais um ano, um ano e pouquinho, resolveram desativar de vez e venderam o equipamento como sucata. Em Cajamar, vão vender agora uma jazida muito boa para comercialização como pedra britada, não como calcário.

Elcio: O senhor recebeu alguma avaliação sobre o estado das jazidas no período do confisco?

Existiam duas grandes jazidas. Na época da concorrência, uma empresa que fez pesquisa em Cajamar encontrou minério até duzentos metros de profundidade. E, na frente da COPASE [em Gato Preto], existe uma elevação chamada Morro do Rosário que tem um calcário de primeiríssima ordem, com muito pouco enxofre (elemento químico que atrapalha a fabricação de cimento), que seria excelente para uma fábrica. Eu não sei bem porque esses grandes grupos cimenteiros não se interessam [por essas áreas], pois hoje é tecnicamente possível montar uma fábrica que não polui nada, que pode ser ajardinada, ter até flores plantadas, pois os filtros não permitem a saída de resíduo nenhum. Mas, não aparece e São Paulo, que é o maior centro consumidor, está a apenas dez quilômetros.

É importante observar que a redução da intensidade de funcionamento da fábrica, por sua vez, gerava outra ordem de pressões no seio da comunidade regional.

Perus tem desemprego

O problema social que poderá provocar a demissão de 950 funcionários da Fábrica de Cimento Portland Perus - já anunciada pelo interventor Aurélio Castelo Branco, e confirmada por seus assessores - é o que está preocupando, agora, os moradores da região, a maior parte deles ligados à fábrica e alguns trabalhando desde a fundação, há 53 anos.<sup>34</sup>

Poucos depois, em 1981, constituiu-se uma equipe de moradores que auxiliaria a CETESB a controlar a poluição da Fábrica. Um dos problemas verificados foi a

Insegurança dos próprios Vigilantes Comunitários.

Os vigilantes temiam ser identificados com postura favorável ao fechamento da fábrica. Como se recorda, a comunidade já sofrera pressões por parte dos caminhoneiros, desempregados em decorrência da queda de produção resultante da paralisação do Forno 04. Como tal pressão foi conseqüência do próprio movimento contra a poluição, os

---

<sup>34</sup> Matéria da *Folha de São Paulo*, 21.09.1977, reproduzida em CETESB. *Os vigilantes comunitários como experiência de participação dos moradores em um caso de poluição*. Trabalho apresentado no 12.º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Camboriú, SC, 20 a 25 de novembro de 1983, p. 2.

vigilantes pensaram que o mesmo poderia suceder a eles. Isto fica demonstrado na carta aberta publicada no Jornal 'Folha Regional' com a finalidade de esclarecer a opinião pública, principalmente a dos moradores de Perus, e dirimir dúvidas, desmentindo notícias inverídicas e comentários malévolos que têm sido espalhados, o grupo de Vigilantes Comunitários reafirma o seguinte:

'O objetivo geral e único de nossas reuniões com a CETESB e os diretores da Companhia Nacional de Cimento Portland Perus é trabalhar no sentido de que os responsáveis pela fábrica instalem um moderno sistema de controle de poluição causada pelo pó de cimento lançado na atmosfera e que tanto prejudica a população de nosso bairro. Nunca, em momento algum, os Vigilantes Comunitários sequer levaram a hipótese do fechamento da fábrica e as atas de nossas reuniões comprovam estas afirmações. Desejamos que o povo de Perus e, principalmente, os empregados da fábrica de cimento, fiquem cientes de nossos propósitos. Somos todos conscientes (...) da gravidade do problema social da atualidade brasileira e nunca pensaríamos em agravar ainda mais esse problema.'<sup>35</sup>

Os Vigilantes precisavam apelar a tanta ênfase porque, dentro do movimento contra o pó, existia de fato um grupo de comerciantes, de feição direitista e reacionária, que defendia abertamente o fechamento da fábrica como forma de extirpar os "dois males de Perus": o pó de cimento e o "foco de subversão". Tais cidadãos opunham-se à atuação dos padres católicos e de movimentos eclesiais que, em 1973, tinham dado partida ao movimento numa passeata duramente reprimida pelo DOPS, episódio aproveitado como pretexto para a subsequente expulsão de missionários estrangeiros.

36

Ora, se as pressões da comunidade em defesa dos empregos que periclitariam com a queda de funcionamento não eram nada desprezíveis, e se *a fábrica dificilmente conseguia pôr os quatro fornos em operação tanto no período final de Abdalla como durante a maior parte do período da administração federal* (conforme assinalado pelo Dr. Miguel Correia Leite), é forçoso concluir que a queda de 1976-1980 ocorreu não em

---

<sup>35</sup> CETESB, 1983, p. 4-5.

<sup>36</sup> Para a atitude do grupo de comerciantes, não encontrei um documento claro, de forma que tomo a liberdade de evocar meu próprio testemunho pessoal.

razão de cálculos políticos, mas devido tanto a custos marginais enormes implicados na manutenção do patamar de produção de 1968-1975 quanto à própria incapacitação dos equipamentos depois de tanto tempo de funcionamento em níveis danosos à sua conservação.

Essa hipótese foi confirmada por Antonio Nobre em seu depoimento que descreveu a situação vigente em toda a planta no ano de 1977 em diante nesses termos:

Muitas vezes, você pega uma máquina e troca uma parte dela. Ela trabalha três/quatro dias e estoura lá na frente porque a capacidade de alimentação e sustentação do material, com duas ou três peças novas, dobra e o lado lá na frente não agüenta. (...) Em diversas máquinas que a gente viu na fábrica, você trocou a inicial dela, ela que-brava no meio depois de dois/três dias. Parava, trocava meio, quebrava fim. Perdiam-se sete/oito dias no mês com aquela máquina sem ser produtiva. Por quê? Porque era uma máquina velha, uma máquina que estava remendada, que não tinha mais condições de funcionamento para três/quatro meses consecutivos.

-o0o-

O único aspecto propriamente econômico – mas de inestimável importância política – cujo debate não pôde ser finalizado na pesquisa de mestrado foi a questão de *como a cooperativa operária enfrentaria o problema da limitação da reservas de calcário caso tivesse se efetivado a desapropriação da Companhia*.

Uma das poucas pistas refere-se a um debate na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, realizado no dia 18 de setembro de 1962, em cujo panfleto convocatório está escrito que:

- 1 – A Perus possui jazidas ainda não exploradas superiores a **05 milhões de toneladas** conforme consta no Depto. Nacional [de] Produção Mineral.
- 2 – O Governo de São Paulo tem de integralizar a quota de cerca de 5 bilhões de cruzeiros na formação do capital da 'COSIPA'.

3 - A 'COSIPA' exigirá, anualmente, dentro em breve, de 100.000 a 150.000 toneladas de calcário semelhante ao existente nas pedreiras da 'Perus.

4 – A 'COSIPA', não conseguindo de particulares, nas imediações de S. Paulo, forneçam a pedra calcária, está em vias de adquiri-la em Guapira, a mais de 250 km de distância, sendo que os 104 km iniciais deverão ser perseguidos por estrada de rodagem. Isso importará num gasto anual, no transporte de pedra, de aproximadamente Cr \$ 500.000.000,00.

5 – O Governo do Estado poderá desapropriar a "Perus" com fundamento na utilidade pública (Dec. Lei n.º 3.365, art. 5.º, letras "b" e "f") por se tratar de "defesa do Estado" (...) aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais (...) com o simples depósito inicial do valor do capital registrado da 'Perus', que é de apenas Cr \$250.000.000,00, ficando o acerto final para quando o Poder Judiciário se pronunciar a respeito do valor real dos bens desapropriados. É claro que o governo poderá compensar o débito fiscal da 'Perus', de propriedade do mau empregador e deputado **J. J. Abdalla**, tem para a Fazenda Estadual, no montante de 500.000.000,00.

6 – A 'COSIPA' economizará cerca de 1/2 bilhão de cruzeiros anuais, somente no transporte de pedra.

7 – A escória do alto-forno da 'COSIPA' poderá ser aproveitada para fazer cimento de qualidade semelhante ao tipo "portland", a exemplo do que se faz em Volta Redonda. (A escória tem ainda utilidade na fabricação de adubo).

8 – Com uma só cajadada o Governo do Estado, com base na lei e na doutrina social cristã, dará solução ao problema dos trabalhadores da 'Perus' em greve desde 14 de maio e resolverá, com grande economia e saber, o fornecimento de calcário para a 'COSIPA', mostrando, finalmente, ser possível a **reforma da estrutura** dentro da lei.

São Paulo, dia da Independência, 1962.

[assinam:]

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, Frente Nacional do Trabalho, Prefeito Municipal de Cajamar; Presidente da Câmara Municipal de Cajamar; Centro Acadêmico Oswaldo Cruz; Grêmio Politécnico; Centro Acadêmico XI de Agosto; Centro Acadêmico Filosofia da USP; Centro Acadêmico XXII de Agosto; Centro

No *Plano Diretor de Mineração para a Região Metropolitana de São Paulo*, a EMLASA estimaria a reserva cajamarense de calcário em cerca de 21 milhões de toneladas no ano de 1979. Em conseqüência, é lógico supor que os 05 milhões de toneladas referidos no volante de 1962 dissessem respeito à reserva identificada como passível de exploração econômica naquele momento.

Tomando por base uma produção média anual de 280.000 toneladas de cimento e a *média nacional de 1,3 toneladas de calcário consumidas na produção de cada tonelada de clínquer*, as contas são:<sup>38</sup>

- $280.000 \times 1,3 = 364.000$  toneladas de consumo médio anual de calcário;

5.000.000 de toneladas de calcário divididos por  $364.000 = 13,736 = \pm 14$  anos.

Deste modo, inconscientemente, os sindicalistas de Perus estavam afirmando que a fábrica não tinha condições de operar por mais de década e meia. Em retrospectiva, considerando o colapso de produção de 1975/76 e o subsequente desmoronamento da tonelagem despachada pela Companhia, torna-se evidente que foi basicamente isso que de fato aconteceu.

No mestrado, o estudo da questão não pôde ir muito além dessa conta matemática. Retomando no doutorado a partir deste exato ponto, valeria assinalar que o uso de algum tipo de escória de alto-forno na produção de cimento é feito no Brasil desde

---

<sup>37</sup> *Novas razões para a desapropriação da 'Perus'*. Panfleto guardado pelo operário "queixada" André Bueno de Camargo, encarregado de britador, integrante do acervo documental de seu filho, Nelson Aparecido Bueno de Camargo. Outra cópia do mesmo documento foi localizada na Pasta "Greves de 1962 e 1967" (ASP d15) do Fundo Mario Carvalho de Jesus, no AEL.

<sup>38</sup> O percentual de gesso na composição final do cimento disponibilizado no mercado é relativamente baixo, de maneira que – para os presentes cálculos – podemos considerar o índice simplificador de 01 tonelada de clínquer pronto = 01 tonelada de cimento.



1952, de forma que, nesse aspecto, o folheto acima reproduzido não mencionava nada de novo.<sup>39</sup>

Nos dias de hoje, estão disponíveis no mercado brasileiro nove tipos básicos de cimento portland, três dos quais produzidos com escória de alto-forno:

- *Cimento Portland Comum com adição (CP I – S; 1 a 5% de adições diversas);*
- *Cimento Portland Composto com Escória de Alto-forno (CP II – E, com 6 a 34% de adição de escórias);*
- *Cimento Portland de Alto-forno (CP III, com 35 % a 70% de escórias de alto forno).*

40

Dessa forma, não parece descabido pensar que alguma alternativa técnica pudesse ter sido identificada para que a Companhia de Perus reduzisse sua taxa de consumo de calcário. Os ganhos de racionalização das reservas realizados, porém, talvez fossem perdidos na hipótese da empresa passar a fornecer calcário à COSIPA, conforme sugerido nos itens 03 e 04 do citado folheto, porque as quantidades ali mencionadas (100 mil a 150 mil toneladas de calcário) representavam alguma coisa entre 30 e 40% da estimativa de consumo anual da mesma matéria-prima em Perus. No entanto, nada impediria que – durante um bom tempo – as necessidades de calcário da siderúrgica fossem compatibilizadas com a redução da taxa de consumo de matéria-prima básica em Perus: seria tão-somente uma questão de acertos de atividades dentro de um planejamento comum.

---

<sup>39</sup> Entrevista do engenheiro Renato José Giusti, presidente da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), publicada na *Revista Engenharia* n.º 565, ano 62, novembro de 2004. Disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://www.brasilengenharia.com.br/>

<sup>40</sup> Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda & Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. *Nota Técnica Conjunta n.º 07 SEAE/MF - SDE/MJ*, de 31 de janeiro de 2006, Brasília, DF. Consultar também o sítio da ABCP.

Um passo adiante propiciado pela pesquisa de doutorado foi encontrar, na pasta “Laudos Técnicos” do Fundo Mário Carvalho de Jesus o relatório mencionado pelo advogado em seu texto de 1977. Elaborado por *TECNICON Industriais Consultores Ltda.*, o documento intitula-se *Questões formuladas sobre a pedreira calcária da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus*. Vale ressaltar as respostas a três questionamentos:

1 – Qual o montante aproximado das jazidas?

Conforme dados que poderão ser compulsados no Departamento Nacional de Produção Mineral, Divisão de Fomento (...). O Relatório Oficial de Pesquisas, da própria Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus, as reservas atingem cerca de 5 milhões de toneladas, sem que sejam consideradas as jazidas limítrofes.

(...)

7 – Quais as providências ou medidas que deveriam ser tomadas no interesse nacional para que as ditas reservas tivessem um aumento substancial de vida e aproveitamen-to?

Há necessidade de modernização da lavra das jazidas adotando-se a mecanização adequada ao sistema de exploração em profundidade. Convém ressaltar que a natureza compacta das reservas da Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus, facilita a adoção dessa modalidade extrativa. Outra providência é o beneficiamento da pedra calcária mediante separação por flutuação do silicato de magnésio.

8 – Adotadas todas as medidas, qual a duração da vida das jazidas, tendo como base a atual produção de cimento?

Com essas providências, pode-se multiplicar a duração das jazidas algumas vezes. Na base da produção atual de 1.000 (mil) toneladas por dia, isto significaria o acréscimo de vida das jazidas em muitas dezenas de anos.

As observações a apresentar são óbvias:

- Há um evidente absurdo na resposta “8”: o de afirmar que a modernização do processo de lavra e a adoção do beneficiamento de minério (resposta “7”)

“*significariam o acréscimo de vida das jazidas em muitas dezenas de anos*” na base da produção atual de 1.000 toneladas por dia. Ora, como essa ampliação no tempo de uso das reservas poderia ocorrer, se o resultado de 1.000 toneladas/dia x 365 dias são 365.000 toneladas de consumo anual?

Na verdade, adotando esses números, retornaremos à conta feita no mestrado: 05 milhões de toneladas divididos por 364.000 toneladas consumidas por ano = 13,698 = **±14 anos de vida útil** das reservas do mesmo jeito.

Até onde a matemática possa de fato servir para elucidar alguma coisa, a expansão da vida útil das reservas só poderia ocorrer em duas hipóteses:

- a) Corpo mineral explorável mais amplo do que o conhecido na época;
- b) Menor consumo do minério extraído.

O laudo contratado pelos sindicalistas não era a palavra definitiva sobre o calcário da Companhia, pois o *Plano Diretor de Mineração de Cajamar* cita reavaliações das reservas de calcário em curso pouco depois da compra do complexo cimenteiro pelo Consórcio Chohfi-Abdalla, em 1980.<sup>41</sup> Uma iniciativa importante da nova gestão foi a elaboração de um plano de reforma das instalações industriais da Companhia, em Perus, do qual restaram algumas plantas que se encontram atualmente integradas ao acervo do Sr. Nelson Aparecido Bueno de Camargo. O projeto não foi executado, mas os estudos indicam, por si mesmos, que a questão das dimensões das jazidas de calcário de Cajamar não estava ainda finalizada.

Os motivos para a não execução da reforma das instalações da Companhia não são difíceis de deduzir. Em primeiro lugar, é preciso encarar com algumas precauções a estimativa de DNPM para o ano de 2005 (reserva medida e lavrável de 11.830.000 toneladas de calcário) porque a exploração da área (interrompida em 1983) foi cedida

---

<sup>41</sup> EMPLASA. *Plano Diretor de Mineração de Cajamar*. São Paulo: 1982. Pp. 16.

pelo Grupo Abdalla uma década depois à mineradora ENGEXPLO que usa a rocha para a produção de brita comum, atividade muito menos exigente quanto à composição química do minério. Como o DNPM consolida estatísticas com base em relatórios dos empreendedores, a parcela aproveitável para a produção de cimento talvez não tenha sido estimada com a maior precisão possível.

Além disso, vale assinalar que, em 1996, apenas 15 das 54 usinas de cimento em atividade no Brasil tinham uma capacidade instalada inferior a 300.000 toneladas/ ano – situação totalmente inversa à de 1962, quando as 280.000/300.000 toneladas anuais de produção faziam de Perus a quarta maior unidade do setor no país, numa época em que principal usina de cimento em território nacional (Votorantim, SP) dispunha de 620.000 toneladas/ano de capacidade nominal. Tamanho que, no caso da indústria cimenteira, é aspecto capital devido à acentuada redução dos custos unitários de produção em escala maior, e máquinas de porte superior. A próxima tabela trará mais alguns elementos para esta discussão.

### Fábricas de Cimento no Brasil, por região (1996)

Capacidade instalada (ton./ano)	1. <sup>a</sup> AC, AM, PA, RO, RR, AP	2. <sup>a</sup> MA, PI	3. <sup>a</sup> CE, RN, PE, PB, AL	4. <sup>a</sup> SE, BA	5. <sup>a</sup> MG, GO, TO, DF	6. <sup>a</sup> RJ, ES	7. <sup>a</sup> SP, MS, MT, PR	8. <sup>a</sup> SC, RS	Total
- 100.000	-	-	-	-	02 (02 MG)	01 (RJ)	-	-	03
100.001 a 200.000	-	01	03	-	01	01 (ES)	02 (02 SP)	-	08
200.001 a 300.000	-	-	02	01	01 (GO)	-	-	-	04
300.001 a 400.000	02	-	01	02	02 (MG e DF)	-	02 (SP e MS)	01 (RS)	10
400.001 a 500.000	-	-	-	01	01 (MG)	02 (02 RJ)	02 (MS e SP)	-	06
500.001 a 600.000	-	-	02	-	03 (02 MG 01 DF)	-	01 (SP)	03 (02 RS 01 SC)	09
600.001 a 700.000	-	-	-	-	02 (MG e GO)	02 (RJ e ES)	01 (PR)	-	05
700.001 a 800.000	-	-	-	-	-	01 (RJ)	-	-	01
900.001 a 1.000.000	-	-	-	-	-	-	01 (SP)	-	01
1.000.001 a 1.300.000	-	-	-	-	04 (04 MG)	-	01 (SP)	-	05
+ 2.000.000	-	-	-	-	-	-	02 (SP e PR)	-	02

Fonte: Melero, Roberto Aparecido Lopes. *A indústria cimenteira no Brasil*. São Paulo, SP: USP, FFLCH, tese de mestrado em Geografia Humana, 1996, p. 93-94.

São nítidas duas linhas de derivação: usinas menores tendendo a se concentrar nas regiões economicamente menos dinâmicas e crescente número de unidades nas linhas inferiores, correspondentes aos maiores patamares de produção. Bom sinal de tal situação é a decisão do BNDES, já na década de 80, de não apoiar projetos inferiores a 700.000 toneladas/ano.<sup>42</sup>

Portanto, em tese, projetar - nos anos 80, para o Estado de São Paulo - uma fábrica de porte inferior ao patamar mínimo adotado pelo BNDES seria uma decisão já um tanto dissonante da realidade do mercado: usinas menores ainda poderiam manter-se nas regiões mais distantes e menos desenvolvidas do Brasil sob a proteção dos custos de transportes mais elevados que as fábricas das regiões centrais teriam que enfrentar. Ou, em termos um pouco mais precisos, considerando o alto grau de centralização do capital no setor, as grandes empresas controladoras da produção de cimento (Votorantim, João Santos, Camargo Correia) dispunham da possibilidade de relegar o atendimento das demandas de áreas menos expressivas do mercado nacional para suas unidades menores, de forma a disputar as parcelas principais do mercado com usinas de desempenho mais remunerador.

Nesse contexto, também em tese, não seria necessariamente descabido projetar uma usina de dimensões abaixo do patamar de 700.000 toneladas/ano em Perus, nos anos 80. Considerando que o cimento – tal como ocorre com as indústrias de papel e aço - é produto de características padronizadas em seus diversos tipos e de preços de fábrica também convencionados (ou impostos pelas empresas líderes), a principal questão é que, sob preços FOB (*Free on Board*) basicamente fixos, produzir em usinas de porte inferior acarretaria custos unitários de produção menos vantajosos, bem como ocupação de menores parcelas do mercado. O problema se desloca, portanto, para se saber se o investimento na nova fábrica seria uma forma adequadamente remuneradora de destinação do patrimônio disponível em Perus e Cajamar, ainda que a

---

<sup>42</sup> Prochnik, Victor. *A dinâmica da indústria de cimento no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia Industrial, 1983, dissertação de mestrado, pg. 90.

unidade industrial resultante fosse menos competitiva do que o padrão então dominante no ramo cimenteiro.<sup>43</sup>

Para prosseguir no raciocínio, vale lembrar que existe uma diminuição de cerca de 10% entre a estimativa das reservas cajamarenses adotada pela EMPLASA para 1979 (21 milhões de toneladas) e os 19 milhões de toneladas de calcário citados no *Anuário Mineral Brasileiro* de 2005. Portanto, para fins de simplificação de cálculos, é admissível trabalhar com a idéia de que a situação vigente na década de 1980 não destoasse radicalmente das 11.830.000 toneladas de reserva lavrável mencionadas no documento de 2005 do DNPM.

Assim sendo, será suposto – de forma otimista - que as 11.830.000 toneladas de calcário cajamarense pudessem ser integralmente processadas numa nova fábrica capaz de produzir 400.000 toneladas/ano. Isto torna possível pensar nos seguintes quadros para a década de 1980:

- 400.000 toneladas x 1,3 toneladas de calcário por tonelada de cimento = 520.000 toneladas/ano.

$$11.830.000 \div 520.000 = 22,75 = \pm \mathbf{23 \text{ anos de vida útil das reservas}};$$

- Considerando 20% de capacidade ociosa.

$$80\% \times 400.000 = 320.000.$$

$$320.000 \times 1,3 = 416.000 \text{ toneladas/ ano.}$$

$$11.830.000 \div 416.000 = 28,43 = \mathbf{28 \text{ a } 29 \text{ anos}};$$

- **Mantendo o patamar de produção dos anos 50/60:**

---

<sup>43</sup> A dinâmica dos setores oligopolizados é discutida exaustivamente por Steindl, Josef. *Maturidade e Estagnação do Capitalismo Americano*, estudo já citado.

$280.000 \times 1,3 = 364.000$  toneladas/ano.

$11.830.000 \div 364.000 = \mathbf{32,5 \text{ anos de vida útil.}}$

Nas três situações, há que se considerar o prazo demandado pela amortização dos investimentos e o limite da vida útil dos equipamentos. No caso da própria usina de Perus, note-se que - se tomarmos a crise de 1975/1976 como data aproximada do final da vida útil do parque instalado em 1926 - chegaremos a 50 anos para que o maquinário se exaurisse, nisso incluída a sobrevida propiciada por substituições de parcelas do equipamento. Os números a adotar em projetos de plantas industriais, porém, são menores, como apontam as planilhas de encargos básicos da indústria brasileira de cimento apresentadas por Simonsen em 1967, nas quais constam:

1. *Custos de amortização de 6,8 a 10%* que implicam num intervalo de tempo de 10 a 14 anos para que os investimentos iniciais fossem recuperados;
2. *Taxas de depreciação de 03 a 08%* que significam que os equipamentos tinham, nominalmente, vida útil de 12,5 a 35 anos.<sup>44</sup>

Para a hipótese bastante óbvia de as novas instalações fabris não terem matéria-prima para operar por mais do que 25 a 30 anos, caracteriza-se o pronunciado risco de um grande acervo industrial – contabilmente amortizado, mas em condições técnicas de funcionamento - acabar imobilizado devido à carência de seus insumos básicos.

A possibilidade de compra de calcário bruto de outras empresas de cimento não é, de fato, uma alternativa a considerar: no setor cimenteiro, a regra básica é que toda corporação tenha sua própria reserva a uma distância relativamente curta de sua unidade industrial. Não porque as demais se recusem a vender pedra para as outras (embora isso, é claro, possa ocorrer), mas, essencialmente, porque os preços do

---

<sup>44</sup> Simonsen, 1966, cap. II, p. 10.



calcário e do produto final são tão baixos que a vinda de matérias-primas de áreas pouco mais distantes facilmente tornaria a operação antieconômica.

Outro ponto a considerar, nos três cenários sugeridos, são os crescentes custos de extração e transporte para a superfície em frentes de lavras cada vez mais fundas. Em conseqüência, se for pertinente aceitar a existência de alguns padrões razoáveis de lógica econômica, será natural afirmar que a manutenção em funcionamento da usina de Perus a partir da década de 80 era alguma coisa realmente muito difícil e que nada há de misterioso e absurdo (do ponto de vista empresarial) nas decisões de “Toninho” Abdalla de administrar a fábrica reavida em 1980 na perspectiva do fechamento e de deixar em projeto a nova indústria que seria construída em seu lugar.

Resultado: no fim das contas, as decisões gerenciais mais importantes tomadas por José João Abdalla e por seu sobrinho “Toninho” revelaram-se muito coerentes do ponto de vista estritamente econômico (e na perspectiva dos próprios interesses), desautorizando acusações abstratas de “má gestão”.

Em termos mais incisivos, ignorando as supostas funções sociais da empresa, “Toninho” e José João Abdalla não eram “maus” cidadãos. Eram somente “patrões”, empresários como quaisquer outros.

-o0o-

A viabilidade econômica do empreendimento é tratada neste capítulo porque, de fato, envolve considerações específicas de ordem técnica e econômica que devem ser apresentadas à parte do curso concreto dos embates sociais em Perus, uma vez que seguem lógicas distintas da seqüência em que se apresentaram as falas dos agentes históricos estudados.

Vale ressaltar que os comentários aqui expressos basearam-se, principalmente, nos boletins da ABCP e do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC), e em *A Indústria de Cimento no Brasil e seus custos de desenvolvimento*, estudo realizado em

1966 por Mario Henrique Simonsen a pedido do SNIC que envolveu equipe multidisciplinar de técnicos superiores, assim como consultas diretas às empresas. Portanto, os critérios de análise e os dados referidos são os presentes nos próprios debates do ramo cimenteiro no período apreciado. Ou, em outros termos, na década de 1960 não seria difícil encontrar alguém que pudesse apresentar essas mesmas contas e considerações no calor dos acontecimentos.

Como, então, o sindicato de Perus pôde entender como sustentável uma posição tão frontalmente contrária a parâmetros básicos da indústria de cimento?

Para esta questão, vale recordar que a política pauta-se por uma racionalidade que lhe é própria, não por parâmetros científicos – como, aliás, toda pessoa com alguma formação técnica provavelmente já teve a oportunidade de descobrir através de experiências irritantes.

Portanto, os sucessos (e fracassos) do movimento de Perus decorreram de sua capacidade de enfrentar questões colocadas em situações e conjunturas políticas concretas, nas quais apresentar referências de ordem técnica só teria sentido na medida em que galvanizasse energias sociais em prol dos trabalhadores.

É nesse sentido que aqui serão evocadas as colocações introdutórias de Arthur Schopenhauer em *Como vencer um debate sem precisar ter razão*: na vida real, podemos repentinamente nos envolver em debates nos quais talvez só venhamos a tomar conhecimento e aquilatar todos os aspectos envolvidos ao longo da própria discussão, de forma que nos sentimos propensos a sustentar posições sem termos realmente certeza de que estamos certos, pois a experiência anterior já nos indicou o quanto é desaconselhável admitir precipitadamente que o adversário está com a verdade de seu lado. Schopenhauer demonstra o quanto há de espetáculo teatral e jogo psicológico nessas situações, de forma que agradar ao público que acompanha a contenda com lances imaginosos ou usar expedientes que abalem a autoconfiança dos

antagonistas pode fazer com que os argumentos esgrimidos adquiram um grau de eficácia desproporcional ao seu mérito intrínseco.

Por conseguinte, é sob o ponto de vista de Schopenhauer que devemos reexaminar o debate na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, realizado no dia 18 de setembro de 1962 (já mencionado), durante o qual o Dr. Mário foi aparteado por um estudante que lhe disse que *a desapropriação interessa a Abdalla*.

Dr. Mário: por que você pensa assim?

Estudante: estou informado de que as jazidas de pedra calcária estão no fim. Se o governo desapropriar a PERUS, Abdalla será o beneficiado.

Dr. Mário: quem lhe deu essa informação?

Estudante: Todo o mundo sabe...

Em seguida, segundo o Dr. Mario

Os operários que trabalham nas pedreiras deram a melhor resposta:

- Moço, lá tem pedra para cem anos.

Convidamos o aparteante para ver as pedreiras de Cajamar. E, como a notícia de que a desapropriação beneficiava Abdalla se espalhou, pedimos um laudo a engenheiros; eles confirmaram a existência de grandes reservas de pedra calcária em Cajamar.<sup>45</sup>

Schopenhauer já tinha advertido o quanto a autoconfiança característica de quem possui prestígio é impactante nos debates públicos e em conversas particulares.

No caso em tela, o próprio termo “estudante” já é revelador, pois o referido jovem é apresentado como um dos presentes, na pior acepção possível: um desconhecido, um inominado, mais um... Teria efeito diferente escrever algo como *“fulano de tal, Presidente (ou diretor) do Centro Acadêmico XI de Agosto tomou a palavra para*

---

<sup>45</sup> Jesus et alli, 1977, pp. 68.

*sustentar com propriedade que...*” Na contramão disso, sequer ficamos sabendo se o “estudante” poderia ter assumido a condição mais respeitosa de “*Estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco*”.

“O estudante”, provavelmente, tentou golpear a pessoa que ocupava o centro das atenções (Dr. Mario) procurando, em primeiro lugar, colocá-lo em contradição, uma vez que a medida proposta pelos operários (a encampação da Fábrica) teria o surpreendente efeito de beneficiar Abdalla ao invés de golpear seus interesses. Com isso, não apenas Mario Carvalho de Jesus, mas a própria reunião de estudantes para apoiar a luta dos grevistas foi colocada em xeque: ao invés de congregados em torno de uma causa justa, os demais estudantes se viram diante da possibilidade de se descobrir como um bando de tolos ludibriados por um político qualquer.

Feito isso, “o estudante” apresentou um argumento que lhe parecia irrefutável: a proximidade do fechamento da fábrica de cimento em razão do esgotamento da reserva de calcário. Como, provavelmente, ele tinha alguma noção dos obstáculos interpostos pela legislação então em vigor para que se consumasse uma medida de desapropriação, deveria lhe parecer evidente que a Fábrica só sairia das mãos de Abdalla caso o poder público arcasse com custos exorbitantes para ficar com uma fábrica que logo não teria condições de operar, disso resultando a contradição que já assinalara.

Ora, como o questionamento direcionava-se, de fato, à própria motivação da reunião e ao grau de competência tanto da mesa de debate como dos outros mais que compareceram, Dr. Mario percebeu prontamente que não deveria responder com longas e monótonas falações. Ao invés disso, *precisamente como Schopenhauer recomenda para estas situações*, recorreu a uma resposta curta e incisiva:

Quem lhe deu essa informação?

Trata-se do recurso ao *argumento de autoridade* (descrito por Schopenhauer) cujo efeito imediato certamente foi colocar toda a audiência do lado do “competente jurista”, contra “o estudante”.

Embutida na réplica do Dr. Mario existe a idéia de que “o estudante” não poderia ser o detentor do conhecimento e da competência com as quais ele tentava apresentar-se. Teria efeito muito diverso pedir ao *estudante* (sem as aspas) que fundamentasse melhor suas colocações. Nessa hipótese, este teria conseguido exatamente o que procurava: uma tribuna privilegiada entre seus pares que lhe permitisse argüir com autoridade contra o famoso jurista, num lance memorável que lhe daria ascendência sobre os colegas.

Dr. Mario inviabilizou esta pretensão ao se valer de um flanco aberto pelo próprio “estudante” que usara a expressão “estou *informado*”. Ora, a concordância verbal de informar é “quem informa, informa *alguma coisa* a alguém”. Portanto, ao *utilizar a voz passiva* (“estou informado”), o “estudante” tinha sido especialmente infeliz, pois revelara – de forma *duplamente acentuada* (no verbo e no tempo verbal) - que ele não era a fonte das informações que pretendia colocar em debate. Do ponto de vista retórico, o problema não está neste fato em si mesmo (para diversos assuntos, sem passar vexame, o Dr. Mario poderia revelar que também se informava junto a outras pessoas), mas na pretensão de *desafiar uma autoridade sem usar uma linguagem afirmativa de sua própria competência na questão em pauta*.

É essencial assinalar que, além do carisma, da habilidade e da simpatia pessoal do Dr. Mario, devemos levar em conta dois aspectos centrais:

- A prévia identificação da maioria dos presentes com a luta dos operários de Perus,

- O fato fundamental de que *era do interesse do conjunto da platéia que sua própria condição de pessoas lúcidas e competentes fosse restaurada num momento tão crítico do evento.*

Portanto, para a maioria da platéia, lançada entre os cenários representados pelo “jurista” e pelo “estudante”, a primeira alternativa era a mais adequada ao momento. Assim, “o estudante” que pretendia surpreender Dr. Mario num lance de ousadia é que se viu aprisionado numa situação que não previra, pois a pronta resposta do advogado colocara-o numa situação delicada contra a maioria dos que assistiam ao debate.

Nessa altura, provavelmente tendo contra si olhares reprovadores e irônicos vindos de toda a platéia, a resposta do “estudante” foi a pior possível:

Todo o mundo sabe...

Ou seja, de um lado, ele abdicou da condição de pessoa especialmente sábia, visto que a argumentação que tinha iniciado era, na verdade, uma coisa que *qualquer um* poderia dominar. Em segundo lugar, renunciou à carga de novidade e ao *glamour* de argumento heterodoxo que embutira em seus pronunciamentos iniciais. Mais uma vez, o problema não é o conteúdo, em si mesmo, das informações, mas a maneira como são inseridas na discussão: os posicionamentos do Dr. Mário, eventualmente, poderiam, em tese, estar dentro aquilo que fosse do conhecimento geral do povo; porém, “o estudante” não soube, em seu discurso, trabalhar tal ordem de questões de forma a favorecê-lo.

Em seguida,

Os operários que trabalham nas pedreiras deram a **melhor resposta**:

- Moço, lá tem pedra para cem anos.

Convidamos o apanteante para ver as pedreiras de Cajamar.

“Melhor resposta” em vários sentidos. Ao entrar em cena neste preciso momento, os operários, primeiro, sucederam o Dr. Mario no papel de antagonistas do “estudante”. Mostravam, assim, que o advogado tinha sustentação social para suas iniciativas e que os operários eram capazes de ingressar no palco de discussões utilizando sua própria palavra. Nessa conformidade, o movimento em Perus apresentava-se como autêntico, pois os operários demonstravam perfeita consciência do que faziam. Não eram, portanto, manipulados e, por extensão, não existia nenhuma manipulação dos presentes, como fora insinuado pelo “estudante”. Por outro lado, ao ser questionado não mais pelo “jurista”, mas por *trabalhadores*, o “estudante” rebaixava-se diante dos colegas, pois se tornou patente que pessoas destituídas, em princípio, de qualquer conhecimento especial eram capazes de lhe fazer frente. O “estudante” se tornara o “moço” da fala operária...

Para piorar a situação do rapaz, os operários tiveram o discernimento de apelar para uma ocorrência prática: segundo disseram, existia sim matéria-prima em quantidade capaz de manter a fábrica operando; as “pedras” estavam lá para quem quisesse vê-las, eram dados da realidade. Isto é, *“o estudante” sequer detinha o conhecimento empírico que não exigia nada especial de ninguém, nem mesmo experiência prática em alguma atividade específica...*

Dessa forma, o argumento de que “todo o mundo sabe” (apresentado pouco antes pelo “estudante”) foi ampliado de modo bastante desfavorável (*utilizar o argumento do adversário contra ele mesmo*, novamente dentro do espírito schopenhaueriano). Pouco importava que o “estudante” eventualmente estivesse do lado da verdade: ele perdera o momento de fazer girar a seu favor a engrenagem argumentativa própria do debate; a convicção de estar certo, nessa altura, só poderia servir para reforçar seu próprio sentimento de impotência e derrota.

O derradeiro golpe foi o convite – conjunto dos operários e do Dr. Mario fortalecido (“*convidamos*”) - para que “o estudante” fosse visitar Cajamar; “estudante” agora

reduzido ao sentido de *aquele que ainda não sabe*, a quem cabe peregrinar até a verdade segundo as orientações dos verdadeiros detentores do conhecimento...

O final do relato, que apresenta a conseqüência prática desta altercação, é também digno de atenção cuidadosa:

E, como a notícia de que a desapropriação beneficiava Abdalla se espalhou, pedimos um laudo a engenheiros; eles confirmaram a existência de grandes reservas de pedra calcária em Cajamar.

Revelador: o “fundamento técnico” foi procurado somente *depois* que a necessidade social se apresentou sem que, como vimos, o laudo apresentasse qualquer coisa nova.

A última frase do texto epigrafado é um clássico arremate schopenhaueriano: “eles confirmaram a existência de grandes reservas...”; exemplo do expediente de *inserir um argumento na discussão de forma que pareça assumir um sentido diverso do estritamente enunciado*, pois falar no grande porte das jazidas não é o mesmo que sustentar peremptoriamente que havia matéria-prima em quantidade adequada às necessidades da Companhia (esta sim é que seria a resposta mais desejável contra as afirmações do “estudante”).

O debate na Faculdade de Direito do Largo São Francisco ilustra de forma lapidar que o procedimento correto de pesquisa é buscar a recuperação dos debates acerca da encampação de Perus nos termos reais em que aconteceu. “Reais” nos sentidos precisos de não necessariamente agradáveis e de não necessariamente realizados por pessoas situadas acima do bem e do mal.

Por outro lado, podemos trabalhar com a idéia de que a desapropriação da Fábrica de Cimento foi tema de movimento semelhante ao “petróleo é nosso”, das décadas de 1940/1950, cuja viabilização exigiu o surgimento de tecnologias inexistentes na época, como as hoje utilizadas para a localização e para exploração de reservas situadas



milhares de metros abaixo do fundo do mar, sob lâminas de água de dois a três quilômetros, ou ainda maiores.

O fato de a PETROBRAS ter avançado - como nenhuma outra empresa - na busca de petróleo em alto mar, até conquistar a (por enquanto relativa) auto-suficiência de abastecimento de petróleo para o Brasil, é um expressivo sinal da distância entre realidade e objetivos quando foi constituída. Ou seja, *a própria vitória do movimento social, ignorando considerações técnicas pertinentes, é que tornou possível a busca das soluções tecnológicas necessárias.*

No caso de Perus, a documentação é clara ao assinalar que o movimento tinha algo concreto a oferecer: a possibilidade de uma importante fábrica fornecer produto a preços inferiores aos praticados pelas indústrias cimenteiras no centro econômico do país. Empresas que se notabilizavam pelas tarifas artificialmente elevadas impostas ao mercado.<sup>46</sup>

Do ponto de vista técnico, tratava-se de um instrumento de política econômica potencialmente muito vantajoso *desde que*, naturalmente, existisse vontade política de enfrentar setores fundamentais do capital no âmbito governamental (questão que, por enquanto, podemos desprezar).

Ainda nesta linha de raciocínio, vale lembrar que o problema fundamental da Fábrica de Cimento não era precisamente a “falta de manutenção” dos equipamentos, mas a sobrecarga de trabalho que recaía sobre o maquinário que alimentava os fornos, advinda do superdimensionamento do setor de fornos com a instalação do “4”. Deste modo, medidas como redução planejada da tonelagem produzida e ampliação do maquinário disposto nas etapas anteriores à queima de “farinha crua” certamente

---

<sup>46</sup> Neste trecho, “cartel” foi propositalmente evitado porque, nas décadas de 1950 e 1960, este termo não aparece no discurso operário de Perus com a frequência, a centralidade e a carga negativa aos quais estaria associado nos anos 80. Ver Jesus, Mario Carvalho de & Equipe dos Queixadas. *A Máfia do Cimento*. São Paulo, SP: Edições Loyola, s. d., 2.<sup>a</sup> ed. revisada.

estariam entre as primeiras alternativas consideradas pela cooperativa operária que assumisse a gestão da empresa em parceria com o poder público.

Não seria possível, naturalmente, garantir o funcionamento da empresa pelos “cem anos” do discurso operário; mas é factível que a vida útil da Companhia pudesse ser dilatada por prazo que justificasse investimentos de capital público demandados pela operação da planta de Perus nos termos defendidos pelos sindicalistas.

Não foram instituídas, porém, as condições políticas que viabilizassem a procura das soluções técnicas necessárias. Além disso, não é ocioso advertir que estas últimas observações valem para a cogestão defendida nos anos 60, não para a fábrica em ruínas da década de 1980.

-o0o-

A última ordem de considerações a discorrer neste ponto refere-se ao fato de que conceitos como custos de produção, margens de lucros, vida útil dos equipamentos e limites para exploração das jazidas de matérias-primas são questões estranhas ao discurso operário em Perus: por exemplo, na totalidade das fontes consultadas e das interpelações diretas aos trabalhadores do cimento, existe a persistente idéia da excelência do calcário cajamarense, diversamente do afirmado consensualmente pelos estudos de cunho técnico consultados.

A distância da fala operária em relação aos conceitos estruturadores dos discursos técnicos é bem representada por um ofício em papel timbrado do Sindicato, datado de 14 de setembro de 1962, no qual a entidade sustenta que<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Este ofício está preservado no item “Correspondência” do “Dossiê Greves de 1962 e 1967”, do Fundo Mário Carvalho de Jesus, e é dirigido ao “Sr. Secretário” sem especificar pasta e governo. Há várias rasuras. Na segunda página, a data (14 de maio de 1962) é diferente da colocada na folha inicial. Exceto por Antero Floriano dos Santos, todos os técnicos citados no texto assinam o ofício junto com João Breno Pinto, presidente da entidade. Como a desapropriação da fábrica estava sendo discutida junto ao Governo do Estado na época exata da data do documento, parece seguro afirmar que a terminologia “Secretário” indica que o destinatário era membro do secretariado de Carvalho Pinto, provavelmente o

Existindo um 'boato' de que a encampação da 'Perus' seria desejada pelo empregador, o deputado Abdalla, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de S. Paulo declara o seguinte, no 123º dia de greve:

1 – Fosse exata a informação, o empregador não teria, há cerca de um mês, quando a idéia da encampação começou a tomar corpo, contratado com a deputada Conceição da Costa Neves a maneira de 'furar' a greve, com o concurso da polícia que prendeu, espancou e continua a atemorizar e a prender trabalhadores que se recusam a 'furar' a greve.

2 – Convocou os trabalhadores encarregados do serviço de 'sondagem' [isto é] de pesquisar as reservas de pedra calcária, em Gato Preto e Cajamar, [sendo] ouvidos os seguintes empregados: Mario Abreu de Oliveira, com 15 anos de serviço; Antero Floriano dos Santos, Bento dos Santos, ambos com 15 anos de serviço também; Olímpio Pinto, com 27 anos de serviço e Cleveland Inácio, com 33 anos de serviço, chefe da 'sondagem', obtendo deles a seguinte declaração conjunta:

a) Grande percentagem de pedra existente é de boa qualidade para fabricação de cimento; mas toda a pedra existente é aproveitada para vários fins, inclusive para formação de concreto armado;

b) As perfurações chegam a alcançar 100 a 115 metros, não se aprofundando mais porque não foi preciso. Mas, é certo que a rocha continua abaixo do nível alcançado. Em certos pontos montanhosos, a perfuração inicial foi de 100 metros e, depois do nível do solo, aprofundou-se mais 100 metros; e assim, em certos pontos as reservas de pedra vão a 200 metros de profundidade.

c) A pedreira que foi até agora mais explorada atingiu apenas a profundidade de 30 metros aproximadamente.

d) Existem 7 pedreiras mais conhecidas e, dessas sete, apenas duas são exploradas.

e) Pelos anos de exploração das pedreiras (mais de 30 anos), os declarantes estimam que as reservas conhecidas dêem para fornecer pedra durante mais de **150 anos**, para a fabricação do cimento.

---

Secretário da Justiça, ao qual estava subordinado o Departamento Jurídico do Estado, responsável pela elaboração de parecer acerca da viabilidade da encampação de Perus.

f) Além da pedra calcária para cimento, existem três pedreiras para fabricação de cal, sendo que apenas uma delas é explorada.

3 – O Sindicato foi obrigado a divulgar tais declarações porque existe uma onda generalizada, sobretudo no meio universitário, de que os trabalhadores estariam fazendo o jogo do patrão – o deputado Abdalla.

4 – A verdade é uma só. E o que aqui foi dito poderá ser provado pelo exame das pesquisas e pelo que consta no Departamento Nacional de Produção Mineral, onde certamente nem tudo está declarado.

Embora preserve um tom sensato, sob o ponto de vista das colocações de cunho econômico e técnico (já expostas nesta dissertação), a argumentação do Sindicato possui duas falhas insanáveis:

1. Não considera a escala crescente de custos de extração à medida que atingisse maiores profundidades. Calcário é uma rocha metamórfica que se decompõe com facilidade em contato com água, de modo que o subsolo em que há predomínio desse mineral é caracterizado por grande incidência de cavernas. Bom sinal disso é que, nos anos 1980, ocorreu o fenômeno do “buraco de Cajamar”: estudos do IPT comprovaram que a excessiva extração de água por uma empresa industrial – *situada justamente nas proximidades da principal pedreira de calcário da Companhia de Cimento* - tinha provocado desabamentos em cavernas subterrâneas, refletidos nos afundamentos e colapsos observados na superfície.

Portanto, a continuação da atividade mineratória implicaria em custos cada vez maiores com bombeamento de água e transporte de minério do nível de extração até o ponto em que fosse embarcado para a fábrica em Perus, no nível do solo. Assim, quaisquer que fossem as tecnologias empregadas, haveria um ponto para além do qual a exploração fatalmente iria se tornar antieconômica;

2. A variação de composição das jazidas, já referida, mas que é preciso frisar, pois se constitui em outro fator a restringir a parcela das reservas que poderia converter-se em matéria-prima para fabricação de cimento.

Enfim, operários pensam como operários, enquanto administradores, engenheiros e outros técnicos pensam como seus respectivos pares: esta barreira não foi desfeita em Perus, o que fragilizou os discursos em prol da expropriação da Fábrica de Cimento.

## Capítulo III – Antecedentes e histórias em paralelo

### 3.1. Igreja Católica e Democracia Cristã

O objetivo de toda Igreja é propagar sua mensagem. Entretanto, dependendo do entendimento que se tenha dessa mensagem, a instituição pode eleger a defesa de sua unidade interna, a busca de maior influência no âmbito do poder de Estado, a ampliação do número de adeptos ou do volume de recursos financeiros disponíveis como metas prioritárias de sua ação imediata; preocupações que facilmente podem conduzir à adoção de métodos inconsistentes com seus objetivos primordiais. Claro está que *“a defesa de interesses organizacionais não é necessariamente contrária à adoção de uma fé sincera, nem significa que a pura crença só ocorra fora da igreja institucional”*. De qualquer forma, as decisões finais da instituição Igreja refletem preferências valorativas e conflitos internos nos quais determinados interesses são preteridos em função de outros. Por exemplo, a proximidade com as elites sociais e políticas era parte fundamental do modelo de política eclesiástico vigente na Igreja Católica do Brasil no começo do século XX. Décadas depois, o predomínio de uma compreensão diversa do cristianismo poderia fazer com que a proximidade com as elites passasse a ser compreendida como embaraço à missão de lutar por justiça social, em conformidade com os termos em que a questão se recolocara. De modo semelhante, a Igreja romana só passou, realmente, a se preocupar com sua fraca inserção nos meios populares a partir dos anos 1920 e 1930 em razão do avanço do visível protestantismo e do espiritismo que quebrou o monopólio espiritual junto ao

conjunto dos brasileiros que (ao menos no nível das aparências) o catolicismo desfrutara desde os primeiros momentos da ocupação portuguesa do país.<sup>48</sup>

Ainda no caso da Igreja Católica,

Dizer que a Igreja é uma instituição internacional é afirmar o óbvio. Porém, com muita freqüência, a importância dessa assertiva é subestimada. Particularmente desde a reafirmação da autoridade do Vaticano sobre as Igrejas nacionais no século XIX, Roma tem determinado os parâmetros do permissível dentro da Igreja (...). Pode promover, desencorajar ou proibir diferentes teologias e práticas pastorais. O papel do Papa enquanto líder da Igreja é muito mais do que formal (...). Os meios mais importantes através dos quais o Vaticano exerce influência no desenvolvimento de Igrejas nacionais são as nomeações episcopais.<sup>49</sup>

Nesse sentido, prossegue Mainwaring, o acentuado declínio institucional da Igreja do Brasil na segunda metade do século XIX foi revertido no contexto dos esforços do Vaticano no sentido de retomar controle de suas Igrejas nacionais. Foi uma reforma comandada por conservadores colocados diretamente sob ordens e sob a liderança do Papa Pio IX (1846-1878). Homens intolerantes em relação à maçonaria e aos demais grupos religiosos, muito enfáticos na prescrição do respeito à hierarquia, do celibato e no uso dos trajes clericais. Processo que gerou choque com o governo imperial, materializado na prisão de dois bispos e no rompimento de relações oficiais entre Brasil e Vaticano. A intensidade desse embate revela-se pelo fato de que - embora, em tese, o catolicismo condenasse a separação entre Igreja e Estado - a ocorrência disso no Brasil foi vista como positiva pelo episcopado reformista, pois significou o fim da subserviência de sua Igreja em relação ao governo.

Sentindo-se ameaçada nestes episódios, a Igreja brasileira aprofundou os caminhos da reforma apoiando-se num clero estrangeiro e num esforço moralizador das próprias

---

<sup>48</sup> Mainwaring, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989, pp. 42-48. A menção ao “nível das aparências” é de minha responsabilidade, ES, não do texto citado.

<sup>49</sup> Mainwaring, 1989, pg. 31.

práticas que teve o condão de melhorar sua imagem perante a sociedade e de aumentar o controle episcopal sobre as atividades clericais. Com a proclamação da República, a Igreja viu consolidar-se seu afastamento dos principais círculos do poder. Assim, a consolidação das reformas internas continuou como preocupação principal do episcopado até que, por volta de 1916, **Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra** (1882-1942) bispo de Recife e Olinda, futuro arcebispo do Rio de Janeiro, projetou-se como o líder eclesiástico que melhor expressava uma nova política de imiscuir-se nos negócios de Estado e de reforçar a presença da Igreja na sociedade por meio de um catolicismo vigoroso e renovado. O auge dessa linha de ação ocorreu durante o primeiro governo Vargas (1930-1945). Vale ressaltar que, se durante os anos 20, os líderes eclesiásticos já vinham trabalhando diretamente com a administração federal e deram apoio a Epitácio Pessoa (1918-1922) e Artur Bernardes (1922-1926), sob Getúlio (fortemente apoiado pelo episcopado brasileiro, por padres e militantes católicos leigos) a afinidade política entre governo e Igreja foi extraordinária, ainda que não sancionada em nenhuma deliberação formal.

D. Leme sancionou o fim da República Velha em 03 de outubro de 1930 quando, na condição de mediador entre as forças varguistas e governistas, convenceu o então Presidente Washington Luiz a entregar o poder aos revolucionários, acompanhando-o na subsequente jornada para a prisão no Forte de Copacabana com o objetivo de preservar sua integridade física. Depois disso, componente do círculo de amigos pessoais de Vargas, D. Leme obteve financiamento oficial para escolas católicas e desenvolveu intensa disputa com o educador Anízio Teixeira (1900-1971), principal defensor do ensino laico e gratuito. Por outro lado, a acentuada ênfase dos bispos na preservação da ordem, no nacionalismo, no patriotismo e no anticomunismo coincidia perfeitamente com a orientação de Vargas, enquanto a Consolidação das Leis do Trabalho foi saudada como a concretização da doutrina social da Igreja, doutrina por meio da qual seriam afastados os males oriundos do liberalismo e do comunismo.



Assim, ainda que não de direito, a Igreja Católica do Brasil recuperava o papel de igreja oficial *de facto*.<sup>50</sup>

Na implantação dessa política, D. Sebastião Leme agia sob influência e com o apoio direto do Papa Pio XI (1922-1939). A Igreja, no Brasil e no mundo, permanecia uma força conservadora. A elaboração de uma doutrina social mais progressista iniciara-se sob Leão XIII (1878-1903), especialmente através da *Rerum Novarum* (1891). Ainda que marcasse a aceitação tardia do mundo moderno pela Igreja (após um século inteiro de combates contra toda sorte de mudanças políticas), propusesse uma ordem social mais justa e reconhecesse a existência de um movimento social legítimo dos trabalhadores, esta encíclica ainda conservava muitos elementos conservadores (ao afirmar, por exemplo, que “*greves ameaçam a tranqüilidade pública*”<sup>51</sup>). Dentre os papas seguintes, Pio X (1903-1914) repudiava adaptações à modernidade; Benedito XV (1914-1922) e Pio XI eram essencialmente líderes conservadores. O comunismo foi condenado numa encíclica de 1937, numa época em que a Igreja alinhou-se às forças conservadoras por toda a Europa. Na Espanha, os bispos insistiram no apoio às forças de Franco durante a Guerra Civil, enquanto a ação de D. Leme no Brasil espelhava-se na política que o próprio Pio XI promovia na Itália, no sentido de usar o Estado para atingir metas da Igreja em contrapartida ao apoio a Mussolini, firmando-se um clima de cordialidade que seria abalado somente pela propensão do fascismo a não tolerar a autonomia eclesial.<sup>52</sup>

Uma das preocupações centrais da Igreja brasileira neste período foi a de constituir uma significativa militância católica leiga, oriunda da classe média, nisso também em

---

<sup>50</sup> O papel de D. Leme em 1930 e as disputas contra Anízio Teixeira são descritos em sua *Biografia* disponível no CPDOC: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_sebastiaoleme.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_sebastiaoleme.htm)

<sup>51</sup> Leão XIII, *Rerum Novarum*, pg. 33, in Sanctis, Frei Antonio de. *Encíclicas e Documentos Sociais*. São Paulo, SP: Edições LTr, 1971. Continua o Pontífice, na pg. 34: *nem a justiça nem o bem público consentem que danifiquem alguém na sua fazenda nem que invadam os direitos alheios sob pretexto de não sei que igualdade (...). Intervenha, portanto, a autoridade do Estado e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução...* [grifos meus, ES].

<sup>52</sup> Mainwaring, 1989, pg. 43-44.

conformidade com o Vaticano, de onde Pio XI recomendou, na encíclica *Ubi Arcano Dei*, de 1922, a criação de organizações que congregassem o apostolado leigo. Para tanto, cumpriu grande papel o *Centro Dom Vital*, pequeno instituto de formação fundado por Jackson de Figueiredo (1891-1928), colaborador direto de Dom Leme, em 1922. De 1928 a 1940, Alceu Amoroso Lima (1893-1983) tornou-se a figura mais expressiva da entidade. Iniciativas semelhantes foram patrocinadas por D. Leme nos anos seguintes, visando diversos segmentos sociais (confederações católicas no Rio de Janeiro e em Recife, Círculos Operários, Ação Universitária Católica, etc.), até a aprovação papal dos estatutos da Ação Católica Brasileira, criada em 1935.<sup>53</sup> Mainwaring deixa patente que Dom Sebastião Leme foi bem sucedido também na tarefa de formar a liderança que o sucederia.

Nos anos 1950, surgiram setores na Igreja Brasileira que, hoje, poderíamos chamar de “progressistas” que, entretanto, permaneceriam minoritários por muito tempo, como demonstra a declaração que a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), reunida no final de maio de 1964, divulgou em 02 de junho seguinte:

O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e **evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra**. Seria, além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas, e, de modo especial, da liberdade religiosa e da civil. Logo após o movimento vitorioso da Revolução (...) de uma a outra extremidade da Pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, **agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação**, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.

---

<sup>53</sup> Verbete “Ação Católica Brasileira in CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, [s. d.].

Crítério. A Revolução, segundo afirmam seus dirigentes mais qualificados, teve a intenção de arrancar o País ao comunismo, e de fazer valer a justiça, o direito e o bom senso. Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, o critério de correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas saneadoras e as penas li não são atribuições da força, como tal, mas de outros valores, sem os quais a força não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania. Que os acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vendeta. Mercê de Deus, muito nos tem tranqüilizado a palavra oficial, quer a do Comando Revolucionário, quer a do Senhor Presidente da República, desde que, eleito pelo Congresso Nacional, assumiu a responsabilidade de Supremo Magistrado. Contudo, **ao reconhecer as inevitáveis dificuldades do momento e as melhores intenções do Governo**, cumpre-nos declarar que não podemos concordar com a atitude de certos elementos, que têm promovido mesquinhas hostilidades à Igreja, na pessoa de Bispos, sacerdotes, militantes leigos e fiéis. Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimentos de orientação católica, tenha havido **facilidades e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância**, ou outros que foram vítimas de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou da apreciação inadequada dos fatos. Mas, na medida em que estas falhas chegaram ao nosso conhecimento, antes mesmo da Revolução, jamais nos omitimos no sentido de advertir e corrigir os culpados, fossem leigos ou sacerdotes.

Acusações. Por outro lado, **não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que Bispos, sacerdotes e fiéis ou organizações, como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes**. Isto se deve, às vezes, à própria tática comunista, outras vezes a certos elementos inconformados com a atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do Clero e do Laicato, que pregam a sã doutrina, seja contra o comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção e de degradação dos valores morais. É profundamente lamentável que tradicionais e acirrados inimigos da Igreja e alguns órgãos da imprensa do País levem ao pelourinho da difamação e da calúnia Bispos e Sacerdotes, e cheguem ao extremo de se vangloriarem do título de defensores e orientadores da consciência católica. Contra esta abominação levantamos nossas vozes de autênticos Pastores. Estamos onde sempre estivemos, em defesa dos sagrados direitos de Deus e da Pátria. Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e

democráticas. Mas esta condenação não será possível apenas com a condenação teórica e a **repressão policial do comunismo** e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas. Nossas tradições cristãs e a sagrada instituição da família, assim como o sentimento religioso do povo não devem servir para acobertar aqueles que corrompem os costumes, ou se entregam aos abusos do capitalismo liberal (...).

Apelo. Fazemos apelo a todas as forças vivas da Nação, para que, pondo de lado os interesses egoísticos, colaborem com as autoridades constituídas na tarefa ingente de reconstrução da Pátria. **Esperamos que os responsáveis pelos destinos temporais do Brasil aceitem, defendam e cumpram os princípios do Evangelho e as normas da Doutrina Social Cristã**, não só porque esses princípios são os nossos, mas porque constituem a base fora da qual não há, nem poderá haver, ordem social, segurança, estabilidade e verdadeiro progresso (...). [grifos meus, ES].<sup>54</sup>

É interessante assinalar, de passagem, a similaridade de linguagem e conceitos desta Declaração da CNBB com a *“Carta de Agradecimento” dos sindicalistas de Perus a O Estado de S. Paulo*, publicada em 08 de julho seguinte, menos de quarenta dias depois:

55

- *“Aparentemente afastado o perigo comunista”;*
- *“Tarefa tão bem começada pelo Presidente Castelo Branco”;*
- *“As soluções cristãs afastarão para sempre o bolchevismo de nossa terra”.*

A diferença mais notória é que, enquanto os sindicalistas saudavam a cassação do mandato de José João Abdalla como medida saneadora “bem começada” (portanto, que deveria ser continuada e aprofundada), os bispos recomendavam aos militares ponderação e discernimento nas medidas persecutórias seguintes.

---

<sup>54</sup> Texto publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira*, junho de 1964, pp. 491-493, reproduzido em Floridi, Ulisse Alessio. *O Radicalismo Católico Brasileiro: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil*. São Paulo, SP: Hora Presente, 1973, pp. 213-216.

<sup>55</sup> Ver atrás na “Introdução”, pp. 53-54.

Mas, voltando à questão de Mainwaring: como a Igreja Brasileira, uma instituição tão controlada por conservadores, pôde se transformar no principal pólo de resistência à Ditadura Militar no país, a partir justamente do período mais duro do regime, entre 1968 e 1973? Esta pergunta está diretamente relacionada com o objeto de pesquisa dessa dissertação, porque, no Fundo Mario Carvalho de Jesus, a pasta “Militância Político-Religiosa” mostra o quanto (nesta exata época) tornaram-se centrais na atuação do advogado dos operários de Perus os temas da Não-Violência (chamada de “*Firmeza Permanente*”) e dos Direitos Humanos, em conformidade direta com os escritos de Dom Hélder Câmara (1909-1999), arcebispo de Olinda e Recife, arauto da nova Igreja transformadora, que ocupam grande espaço neste item do acervo e têm nítida influência sobre os materiais desta mesma pasta redigidos pelo Dr. Mario.

Como observa Michael Löwy, o ponto central da análise de Mainwaring é o papel da “base” – os milhares de leigos, clérigos, membros de movimentos pastorais como a JOC e a JUC, as inúmeras Comunidades Eclesiais de Base em formação no final da década de 60<sup>56</sup> – cujo testemunho de fé, atualizado à luz dos problemas sociais que tinham decidido enfrentar, vinha propiciando condições para que, primeiro, surgisse uma fração diferenciada, minoritária, dentro da congregação. No caso de São Paulo, o processo seguiu para mais adiante, pois Mainwaring descreve uma Igreja que já mudara bastante nos níveis inferiores da Arquidiocese, de forma que a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns como Arcebispo de São Paulo em 1970 propiciou uma excepcional comunhão de vontades e visões entre direção e base da Igreja.<sup>57</sup>

As mudanças na Igreja do Brasil integravam-se a uma evolução mais amplamente vivida pela Igreja Romana, dentro da qual um momento crítico foi o pontificado de João

---

<sup>56</sup> Löwy, Michael. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação* in Ferreira, Jorge e Reis Filho, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil*, Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007, volume III, *Revolução e Democracia (1964...)*, pp. 308-310.

<sup>57</sup> Mais uma vez, um aspecto relacionado ao tema da dissertação, pois o Dr. Mario Carvalho de Jesus parece ter tido especial afinidade com o novo líder da Arquidiocese.

XXIII (1958-1963), autor da encíclica *Mater et Magistra*, promotor do Concílio Vaticano II.

Editada em 1961, exatamente no dia do 70º aniversário da *Rerum Novarum*, *Mater et Magistra* causou visível constrangimento no episcopado conservador do Brasil. Uma boa motivação para proceder à sua análise é justamente o balanço que João XXIII apresenta das sete décadas de Doutrina Social da Igreja, pois freqüentemente atribui um colorido às encíclicas de seus antecessores divergente daquilo que se poderia, em princípio, deduzir da exata leitura dos mesmos textos. Na verdade, o Santo Padre, por vezes, refere-se mais à repercussão social e política dos escritos, nisso, de certa forma, antecipando a sugestão de E. P. Thompson de que as mais moderadas idéias políticas podem, eventualmente, assumir um significado real muito diverso do originário quando assimilados e relidos no calor das dinâmicas sociais.

Segundo João XXIII, *Rerum Novarum* notabiliza-se pelo rompimento com a noção de que as leis econômicas nada têm a ver com as leis de natureza moral. Em 1891, enquanto enormes riquezas acumulavam-se nas mãos de poucos, a grande massa de trabalhadores era reduzida a condições de miséria sempre mais agudas. “*Como conseqüência natural, presas de um profundo descontentamento*”, os trabalhadores sublevavam-se contra essa situação, assimilando com mais facilidade “*doutrinas subversivas que ofereciam remédios piores que os males a serem curados*”. Nesse contexto, Leão XIII alertara que o trabalho não é uma mercadoria qualquer, visto que nele a grande maioria dos homens encontra sua fonte de subsistência. Desse modo, a fixação do salário deve pautar-se, também, pelas normas da justiça e da equidade porque, do contrário,

Ainda que o contrato de trabalho fosse livremente concertado entre as partes, a justiça seria fundamentalmente lesada. Acresce que **a propriedade privada, inclusa a dos meios de produção, é um direito natural** que a todos compete e que o Estado não pode, sob qualquer pretexto, suprimir. Contudo, como a propriedade privada comporta, pela sua própria natureza, uma **função social**, o exercício desse direito deve levar em conta, não

apenas o proveito do indivíduo, mas a utilidade de todos (...). O Estado, por sua vez, cujo fim é a realização do bem comum na ordem temporal, não pode, em hipótese alguma, desinteressar-se dos problemas econômicos. Pois a sua ação oportuna é imprescindível para que (...) haja uma produção suficiente de bens materiais (...) e para que sejam salvaguardados os direitos de todos os cidadãos, principalmente os mais fracos. (...) Como não lhe é lícito, em nenhum caso, subtrair-se ao dever de contribuir ativamente para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. [grifos meus, ES].<sup>58</sup>

Ainda segundo João XXIII, a *Rerum Novarum* foi importante porque também afirmou o direito natural dos trabalhadores unirem-se corporativamente em associações, com ou sem patrões, e de nelas articularem-se livres de interferências externas em prol dos seus interesses; bem como afirmou que operários e empregadores devem inspirar-se nos princípios da solidariedade humana e da fraternidade cristã em suas relações mútuas, furtando-se tanto à ilimitada concorrência prescrita pelos *liberais* (termo de João XXIII) quanto à luta de classes promovidas pelos marxistas.

Prosseguindo, o Pontífice assinala que Pio XI, na *Quadragesimo Anno* (1931), de um lado, reafirmou o caráter de direito natural da propriedade, realçando, ao mesmo tempo, seu aspecto social e suas obrigações, enfatizando o imperativo de temperar o contrato de trabalho com elementos tirados do contrato de sociedade, de modo que, nas palavras de Pio XI, “os operários e os empregados sejam associados à propriedade e à gestão da empresa, ou participem, de algum modo, dos lucros que ela proporciona”. Por outro lado, na visão deste Papa, o caráter ao mesmo tempo individual e social do trabalho, tornava obrigatório que as situações da empresa e da economia em geral devessem ser consideradas quando da fixação dos salários.<sup>59</sup> Este Papa também se notabilizou como aquele que afirmou a oposição absoluta do cristianismo ao comunismo na *Divini Redemptoris*, de 1937. Pio XII (1939-1958), foi notável ao sustentar que o direito que tem o homem de usar os bens materiais para sua própria

---

<sup>58</sup> João XXIII, *Mater et Magistra*, in Sanctis, 1971, pp. 229-230.

<sup>59</sup> Idem, ibidem, pg. 232. Sob o nome de cogestão, a participação dos trabalhadores na direção da empresa seria uma das mais características bandeiras da FNT. No plano ideológico, estas assertivas doutrinárias de Pio XI puderam ser usadas como sustentação de esforços no sentido de viesse à luz a situação econômico-financeira real de empresas confrontadas pelos sindicalistas.

sustentação é anterior a qualquer outro, inclusive ao de propriedade privada. Este, ainda que seja um direito natural, de modo deve frustrar a disposição divina de “*que os bens materiais criados por Deus sejam postos equitativamente à disposição de todos, segundo as exigências da justiça e da caridade*”.<sup>60</sup> Por fim, reafirmadas as diretrizes fundamentais dos antecessores, João XXIII podia, então, passar a “*estabelecer com toda clareza a doutrina da Igreja em torno dos novos e graves problemas da hora atual*”.<sup>61</sup>

Assim, se no âmbito econômico cabe prioridade à iniciativa privada dos indivíduos na persecução dos interesses comuns, “também é necessária a participação do poder civil para a promoção de um justo acréscimo de produção que favoreça o progresso da vida social e, em conseqüência, beneficie o conjunto dos cidadãos”. Mas, trata-se de uma intervenção baseada no *princípio da subsidiaridade*, no sentido de fomentar, estimular, suprir e complementar. Por outro lado,

O progresso social deve andar de par com o desenvolvimento econômico para que o aumento da riqueza nacional aproveite, equitativamente, a todas as categorias sociais, sem exceção. É necessário, pois, velar e pôr em ação todos os meios para que os desequilíbrios entre as classes devidos à disparidade de fortuna, não só não se agravem, mas sejam reduzidos na medida do possível. (...) Conclui-se daí que a prosperidade econômica de um povo deve medir-se, não tanto pela soma total dos seus bens e riquezas, como pela justa repartição deles, segundo os preceitos da justiça para que todos os cidadãos possam progredir e se aperfeiçoar.<sup>62</sup>

No mesmo sentido, no que diz respeito ao bem comum no nível mundial, deveria ser banida a concorrência desleal entre as economias dos países, para que se criassem condições para um entendimento mútuo visando tanto uma frutuosa cooperação, como uma contribuição eficaz para o desenvolvimento das nações economicamente mais

---

<sup>60</sup> Pio XII, *Discurso ao Congresso Internacional da Juventude Operária Católica (1950)* in Sanctis, 1971, pp. 199-202.

<sup>61</sup> João XXIII, *Mater et Magistra*, in Sanctis, 1971, pg. 232.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, pp. 244-245.



fracas.<sup>63</sup> No título **A EMPRESA, Justiça nas estruturas**, da necessidade “*daquele que produz*” de “*encontrar no próprio trabalho um meio de aperfeiçoamento pessoal*”, o Papa afirma que

Vem daí que, se as estruturas e o funcionamento de um sistema econômico são de natureza a comprometer a dignidade humana dos trabalhadores, a enfraquecer neles o senso de responsabilidade, a retirar-lhes toda a iniciativa pessoal, tal sistema é, a Nosso juízo, injusto, ainda que as riquezas produzidas atinjam um nível elevado e sejam distribuídas em conformidade com as leis da justiça e da equidade.<sup>64</sup>

O tema da participação dos trabalhadores na vida da empresa é retomado adiante, quando João XXIII observa não ser possível fixar regras rígidas acerca da natureza e da amplitude dessa participação, embora seja claro que tal medida é indispensável nas companhias privadas e estatais para que possam converter-se em verdadeiras comunidades humanas, cujo espírito marque profundamente as relações, as funções e os deveres de cada um de seus membros. Isto

Requer que as mútuas relações entre empregadores e os empregados sejam marcadas pelo respeito recíproco, pela estima e pela boa vontade. Exige, igualmente, uma colaboração leal e efetiva de todos à obra comum. Que eles não vejam no trabalho um simples instrumento de ganho, mas uma tarefa que lhes foi confiada e um serviço em benefício de toda a comunidade. É necessário, pois, que a voz dos trabalhadores seja ouvida e que eles sejam admitidos a participar do funcionamento e do desenvolvimento da empresa. (...) Daí, de modo nenhum é lícito concluir que aqueles que nela trabalham diariamente devam ser tidos na condição de meros e silenciosos executores de ordens, sem a possibilidade de opinar ou de fazer valer sua experiência, inteiramente passivos diante das decisões que afetam suas pretensões e a organização do trabalho.<sup>65</sup>

A encíclica sustenta que o progresso tecnológico exige dos trabalhadores aptidões e qualificações mais sofisticadas, daí deduzindo que eles devam dispor de meios e do tempo indispensáveis para se instruírem e se atualizarem, de modo a aperfeiçoar sua

---

<sup>63</sup> Idem, ibidem, pg. 246.

<sup>64</sup> Idem, ibidem, pp. 246-247.

<sup>65</sup> Idem, ibidem, pp. 248-249.

cultura e sua formação moral e religiosa. Em conseqüência, prescreve o imediato prolongamento dos anos de estudo para formação geral e profissional dos jovens.

João XXIII alerta, ainda, no item **A PROPRIEDADE, Divórcio entre propriedade e direção**, para a notória

Separação sempre mais acentuada entre o papel desempenhado pelos donos do capital e o desempenhado pelos que exercem funções diretivas. Isso cria sérias dificuldades aos poderes que devem permanecer vigilantes para que os objetivos dos dirigentes das principais empresas, especialmente daquelas que possuem maior influência na vida econômica do país, não se afastem das exigências do bem comum. A experiência demonstra que essas dificuldades não são menores, quer os capitais necessários às grandes empresas tenham origem privada, quer provenham do erário público.<sup>66</sup>

A sociologia de João XXIII ainda tratará dos “*novos aspectos da questão social*” como o relacionamento da agricultura com outros setores da economia, do êxodo rural, necessidade de aparelhar física e culturalmente o campo, da proteção aos preços agrícolas, do seguro social e previdência para os trabalhadores rurais, desequilíbrios regionais dentro dos países, do desequilíbrio entre terra e população, das políticas da ONU para alimentação e desenvolvimento econômico, do respeito da igreja à personalidade dos povos, e de orientações especificamente pastorais como o papel dos leigos e a tarefa fundamental de humanizar a civilização moderna à luz do cristianismo.

Assim, o debate realizado nos quadros da Companhia de Cimento Portland Perus em 1961, por iniciativa dos operários, acerca de melhores padrões de operação da planta industrial e o estabelecimento de certo padrão de convivência cordial com a direção empresarial, poderiam facilmente aparecer aos olhos de seus protagonistas como ações apoiadas diretamente nas últimas palavras do Vaticano. Antes disso, porém, é preciso considerar outras ordens de transformações operadas dentro do meio católico, no intervalo entre os pontificados de Leão XIII e João XXIII, no campo da política programático-partidária desenvolvidas por leigos.

---

<sup>66</sup> Idem, ibidem, pp. 251-252.

Os primeiros passos em prol da criação de uma corrente política democrata-cristã remontam à agitada conjuntura política de 1848, dados por religiosos e pensadores católicos reunidos na revista *L'ère Nouvelle*. O grupo propunha a reconciliação da Igreja com o povo e a aceitação da democracia pelo catolicismo, nos marcos de um programa baseado no entendimento entre capital e trabalho através da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e de sua livre associação. Iniciativas deste tipo, todavia, não encontraram eco junto à maioria católica que seguia aliada a segmentos políticos conservadores em sua atitude de defender a Igreja contra a secularização do Estado. Tal situação começou a mudar de maneira significativa somente sob o pontificado de Leão XIII, promotor da grande renovação doutrinária expressa na encíclica *Rerum Novarum*. O mesmo Papa não demorou, no entanto, a alertar que os cristãos deveriam se restringir a uma “ação social benéfica ao povo”, estranha à política, posicionamento que contribuiu para que partidos democrata-cristãos surgissem na Europa apenas depois da I Guerra Mundial. Tais formações políticas, porém, permaneceriam minoritárias, e em breve seriam sufocadas pela ascensão do fascismo. Grandes partidos democrata-cristãos, presentes em diversos países do continente europeu, são um fenômeno vinculado ao final da II Guerra Mundial e à significativa participação de cristãos na Resistência durante o conflito. O ponto em comum entre estes diversos partidos esteve no fato de se apresentarem e se entenderem como diferentes das demais agremiações por formularem a idéia da autodenominada *Terceira Via* que, em resumo, oferecia-se como alternativa entre o capitalismo liberal e a doutrina socialista revolucionária. A proposta, naturalmente, assumiria características diferenciadas conforme o momento e a situação que devesse enfrentar. Mas, os pontos principais eram a insistência sobre os valores familiares e sobre o papel das comunidades intermediárias, o respeito pela propriedade privada, a busca da participação nas relações de trabalho e o pluralismo político.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Mayeur, Jean-Marie. *Partidos católicos e democrático-cristãos europeus*. In: Bobbio, Norberto; Matteuci, Nicola; Pasquino, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, 1999, p. 898. Citações feitas por Coelho, Sandro Anselmo. *O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da*

Para a execução dessa grande reviravolta, foi muito importante o trabalho do filósofo francês Jacques Maritain (1882-1973) com obras como *Humanismo Integral* (1936), *Cristianismo e Democracia* (1943), *Princípios de uma política humanista* (1944), *O Homem e o Estado* (1951) e outras.<sup>68</sup> Exilado durante a *República de Vichy* nos Estados Unidos, Maritain assumira posição de proa muito antes disso no seio da nascente democracia-cristã européia em função de defender a estreita similaridade do cristianismo com a democracia e de sustentar com segurança e propriedade que era possível e necessário elaborar um *programa laico* para toda a sociedade com base nos princípios cristãos e na Doutrina Social da Igreja.

A maneira como os processos mais amplos de transformação da Igreja Católica e como as formulações genéricas acima referidas inseriram-se na concatenação de energias sociais que produziram as lutas em Perus é tema do próximo item, quando será acompanhada - na medida do que foi possível identificar - através do estudo de alguns personagens representativos da história aqui relatada.

### **3.2. Alguns desdobramentos: o PDC e a Vanguarda Democrática**

Magda Barros Biavaschi observa que a liderança eclesiástica teve papel relevante na construção do ordenamento trabalhista brasileiro. Assim em 1941, cinqüentenário da *Rerum Novarum*, esta encíclica teve duas publicações integrais pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em meados de maio, sob patrocínio do Governo Federal, realizou-se o *1º Congresso Brasileiro de Direito Social*, na cidade de São Paulo, com aproximadamente 500 participantes. A comissão executiva do evento era

---

*terceira via brasileira (1945-1964)* in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, SP, v. 23, nº 46, pp. 201-228, 2003.

<sup>68</sup> Busetto, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo, SP: UNESP, 2002, pp. 26-28.

presidida por Antonio Ferreira Cesarino Junior (1906-1992), advogado, médico e economista, professor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco concursado em 1938 para a recém criada cadeira de “Direito Social”. Foram de sua autoria os livros pioneiros sobre a matéria no país: *Direito Social Brasileiro* (1940) e *Direito Processual do Trabalho* (1942). Cesarino Junior presidiria em 1954 o primeiro Congresso Mundial de Direito do Trabalho. Sob sua orientação, formaram-se as primeiras gerações de advogados e de juízes trabalhistas em São Paulo,<sup>69</sup> dentre os quais Mario Carvalho de Jesus. Cesarino Junior elaborou pareceres em resposta a consultas dos sindicalistas de Perus nos anos 60 e, bem antes disso, em 1945, vivera a experiência de fundar e presidir o Partido Democrata-Cristão (PDC), do qual em breve se desfilariaria em função das dificuldades de dirigir uma agremiação dessa natureza.

Em 1942 – conforme o relato do jurista Arnaldo Lopes Sússekind (1918-), ministro do Tribunal Superior do Trabalho aposentado, ex-ministro do Trabalho no Governo Castelo Branco - a Comissão nomeada por Vargas para elaborar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tomou a *Rerum Novarum* como *fonte material* para seus trabalhos, isto é, como uma de suas inspirações filosóficas fundamentais, junto com os pareceres de Oliveira Viana e Oscar Saraiva, convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as discussões do *Congresso de Direito Social*, de 1941. Sússekind fala com a autoridade de ter sido membro da comissão redatora da CLT e, a propósito, rejeita com veemência a idéia de que a Consolidação das Leis do Trabalho teria sido decalcada da *Carta Del Lavoro*, de Mussolini, afirmando que é mais plausível sustentar que a CLT tenha se inspirado no modelo sindical soviético da época, visto que o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931 (regulamenta a organização dos sindicatos operários e patronais, introduz a unicidade sindical), fora redigido por juristas abertamente de esquerda, tais como Evaristo de Moraes (fundador do Partido Socialista

---

<sup>69</sup> As referências específicas a Antonio F. Cesarino Junior constam da “Biografia” disponibilizada em <http://www.institutocesarinojunior.org.br/>, entidade que é a Seção Brasileira da “*Société Internationale de Droit du Travail et de la Sécurité Sociale*”. As demais informações foram colhidas em Biavaschi, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil (1930-1942)*, São Paulo, SP: Editora LTr e Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007, pp. 125-126.

Brasileiro), Joaquim Pimenta (comunista) e Agripino Nazaré, outro socialista confesso. Sússekind assinala que a unicidade sindical não é um princípio especificamente fascista e entende que o rótulo acabou estendendo-se à CLT por conta de críticas sem fundamento oriundas dos comunistas. Produzidas depois do fracasso do levante armado de 1935, tais críticas visariam desacreditar, segundo assevera, aquele que teria sido o principal sucesso de Getúlio Vargas.<sup>70</sup>

O começo dos anos 1940 foi também a fase em que Alceu Amoroso Lima iniciou seu retorno às antigas posições liberais que defendera antes de sua conversão ao catolicismo no final da década de 1920, guinada que lhe possibilitara conquistar uma posição de liderança junto ao laicato católico. Daí em diante, sempre ao lado de D. Sebastião Leme, empreenderia intensa campanha pela afirmação de uma postura ativa dos católicos nas grandes questões nacionais. Assim, em 1932, participara da criação da Liga Eleitoral Católica tornando-se seu secretário-geral.<sup>71</sup> Simpático à Ação Integralista Brasileira (AIB), evitaria maior associação com essa organização. Como professor, opusera-se à corrente renovadora do ensino reunida no movimento *Escola Nova*, liderado por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Também combateu de forma intransigente a ANL (Aliança Nacional Libertadora), frente de esquerda constituída em 1935. Nesse mesmo ano, tornou-se dirigente nacional da recém-criada Ação Católica Brasileira. Com a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, foi nomeado reitor da Universidade do Distrito Federal, onde patrocinou o desmonte da estrutura criada por Anísio Teixeira na perspectiva de uma universidade laica dirigida sob uma ótica de esquerda. O passar dos anos, todavia, trouxe-lhe novos elementos para reflexão. Em 1944, já como professor de literatura da Universidade do Brasil e da PUC do Rio de Janeiro, participou da fundação da Livraria Agir, visando ampliar as publicações católicas. Em 1945, tomou parte do I Congresso

---

<sup>70</sup> Entrevista concedida a Biavaschi, 2007, pp. 115-118.

<sup>71</sup> A Liga Eleitoral Católica (LEC) apoiava candidatos que, independentemente de filiação partidária, assumissem compromisso de defender posições consideradas fundamentais pela Igreja Católica na Constituinte de 1933, tais como a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às escolas públicas e a pluralidade sindical.

Brasileiro de Escritores, marco na redemocratização do país. No mesmo ano, colaborou com a fundação do Partido Democrata Cristão (PDC), redigindo o manifesto de lançamento sem, contudo, filiar-se à nova agremiação.<sup>72</sup>

A atitude de Alceu Amoroso Lima em relação ao PDC, o afastamento de Cesarino Junior da direção do partido e a não-adesão de expressivas lideranças do meio católico eram motivados pela grande distância entre as ações efetivamente tomadas pelo partido e os princípios programáticos de sua própria carta de fundação e da Democracia Cristã européia. Não foi por outra ordem de motivos que, em 1947, nenhum dirigente da agremiação foi convidado para o *I Congresso da Democracia Cristã na América*, realizado na cidade de Montevidéu. Pelo Brasil, compareceram o jurista Heráclito Sobral Pinto (1893-1991), Amoroso Lima e um jovem professor universitário convidado por este último para ir ao evento no Uruguai: André Franco Montoro (1916-1999).

Formado advogado pela Faculdade do Largo São Francisco - e em Filosofia e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento - Montoro apresentou tese de doutorado nesta última instituição, destacando a função social da propriedade. Idéia, de fato, que não era nova, posto que se remetia às doutrinas de São Tomás de Aquino (1225-1274) e às grandes encíclicas de Leão XIII e de Pio XI que já tinham afirmado a incompatibilidade do capitalismo individualista e liberal com a Doutrina Social da Igreja. Contudo, como ressalta, “*essa evolução ainda não tinha sido inteiramente incorporada nem dentro, nem fora da Igreja*”: um dos membros de sua banca se recusou a comparecer após tomar conhecimento do texto e os demais, para não se comprometer, deram-lhe apenas nota sete.<sup>73</sup> Em função de seu ativismo no

---

<sup>72</sup> Cf. Alceu Amoroso Lima in “Biografias”, CPDOC: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/ev\\_biografias.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/ev_biografias.htm).

Em 1945, a Editora Agir publicou *Cristianismo e Democracia*, obra de Maritain de 1943 que apresenta para a Resistência Européia sua visão sobre a sociedade democrática que renasceria das cinzas da derrota nazi-fascista. Alceu Amoroso Lima traduziu e prefaciou esta edição, assim como traduziria *O Homem e o Estado*, do mesmo autor, publicada pela Agir na década seguinte.

<sup>73</sup> Montoro, André Franco. *Memórias em linha reta*. São Paulo, SP: SENAC, 2000, pp. 60-61, *op. cit.* Esse livro resultou de entrevistas concedidas, em 1999, pelo deputado Franco Montoro a equipe técnica

meio acadêmico, Montoro tornara-se liderança nacional da JUC (Juventude Universitária Católica). Na Faculdade de Direito, numa época em que por lá passou uma legião de personalidades fadadas a obter projeção no cenário político, Montoro buscara construir uma terceira alternativa (o grupo *Arcadas*) àquilo que chama de dois *partidos* que então disputavam a liderança no Centro Acadêmico XI de Agosto (*Conservador e Reação Acadêmica*). Em 1947, seguiu para a cidade de Montevideu como representante da democracia cristã de São Paulo, junto com Alceu Amoroso Lima e Sobral Pinto (advogado que se notabilizara como o defensor de líderes comunistas aprisionados sob condições degradantes em 1935). De volta ao Brasil, Alceu Amoroso Lima passou alguns dias em São Paulo para redigir, junto com Montoro, o manifesto do *movimento* (não um partido) que os três delegados brasileiros tinham decidido fundar: a *Vanguarda Democrática*.<sup>74</sup>

Restrita a São Paulo, a *Vanguarda Democrática* contou com a participação ativa de Antonio Queiroz Filho (1910-1963), de Clóvis Garcia, Helena Junqueira, João de Arruda Sampaio e outros em sua primeira etapa. Queiroz Filho, outro advogado formado no Largo São Francisco (1931), fizera notável carreira no Ministério Público do Estado de S. Paulo. Fez especialização em Direito Comparado na Sorbonne, em Paris. Tornou-se professor da PUC de São Paulo, fundada em 1946 a partir da junção da Faculdade de Filosofia de São Bento (onde Montoro se doutorara) com a Faculdade Paulista de Direito. Foi militante da Ação Católica Brasileira e participou igualmente do movimento *Economia e Humanismo* inspirado pelo padre Lebret. Exerceu o cargo de Secretário de Estado na Justiça nos Governos Janio Quadros e de Carvalho Pinto, que também o

---

encarregada de editar sua autobiografia. As primeiras dezoito horas resultaram numa primeira versão que seria revista e, provavelmente, bastante ampliada pelo Sr. Montoro. Porém, infelizmente, antes disso, o repentino falecimento do deputado impediu a continuação dos trabalhos. Os familiares mais próximos decidiram publicar a primeira versão do texto, mantendo a fala em primeira pessoa.

<sup>74</sup> Montoro assinala que Sobral Pinto e Alceu Amoroso Lima declinaram do papel de organizadores e líderes efetivos do grupo devido à suas confessas dificuldades de se conduzirem no jogo político. O encontro no Uruguai é referido por André Franco Montoro como um “divisor de águas” em sua vida. Ver Montoro, 2000, pg. 62 e 65-67. A militância acadêmica é tratada nas pp. 44-46.



nomeou Secretário da Educação. Eleito deputado federal em 1954,<sup>75</sup> foi candidato ao cargo de vice-governador em 1962. Até seu precoce falecimento, liderou o trabalho iniciado com a *Vanguarda Democrática*, lado a lado com Montoro.



Anúncio de campanha publicado no *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 06.10.1962, pg. 03.

Em 1947, no Estado de S. Paulo, o PDC seguia dirigido por políticos distantes de seu programa, afinados com o clientelismo ademarista. Nesse ano, foi eleito apenas um vereador na Capital, número posteriormente aumentado para quatro vereadores em função da cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro. Nesta bancada pioneira na Câmara Municipal de São Paulo, um nome se destacaria bastante nos anos seguintes: Jânio Quadros (1917-1992). Em 1949, os militantes da *Vanguarda Democrática* por fim ingressaram no partido. Embora, no início, a atuação do grupo fosse marcada mais propriamente pela defesa e difusão de princípios gerais do que pela elaboração de um programa de transformação da realidade brasileira, sua simples presença no PDC paulista caracterizava existência de duas categorias: os *pedecistas* e os *militantes democrata-cristãos*. Os primeiros interessados apenas em dispor de

<sup>75</sup> Cf. biografia disponibilizada na Internet pela *EMEF Prof. Queiroz Filho*, da Prefeitura de São Paulo.

legenda partidária para disputar eleições; os segundos efetivamente compromissados com a implantação real da Democracia Cristã no país.<sup>76</sup>

Essas diferenças tornaram-se mais evidentes à medida que o partido foi melhorando seu desempenho no Estado. Em 1951, Montoro elegeu-se vereador em São Paulo e, no ano de 1953, aconteceram as emblemáticas eleições nas quais, contra todos os prognósticos, Janio Quadros tornou-se prefeito da Capital com sua surpreendente campanha do “tostão contra o milhão”, expressão criada para retratar a disparidade entre sua frágil coligação e o poderoso esquema ademarista. Lastreado numa série de polêmicas manifestações em prol de greves operárias, bem como num autêntico movimento em prol da moralidade na política, contra o clientelismo ademarista, Janio conseguiria, desde então, dividir a política estadual em dois campos (janismo *versus* ademarismo) e derrotou novamente Adhemar de Barros em 1954, tornando-se Governador do Estado, enquanto Montoro elegeu-se deputado estadual e, ato contínuo, assumiu a Presidência da Assembléia Legislativa logo em sua posse como parlamentar. Janio e Montoro tinham se conhecido na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde Quadros ingressara em 1935 (um ano depois de Montoro) e se tornaria Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto. Em 1945, filiou-se à União Democrática Nacional e só mudaria para o PDC em razão de não ter obtido legenda para se candidatar em 1947. Durante o período como Prefeito, Janio testemunhou a ascensão de Montoro e Queiroz Filho à liderança hegemônica no PDC paulista, e logo iniciaria uma longa série de atritos, motivados por suas pretensões de preservar a possibilidade de composição com o Presidente Vargas nas eleições seguintes, à revelia do posicionamento do Partido que se colocava nacionalmente no campo liderado pela UDN. O PDC romperia com o Prefeito Janio que, eleito Governador por outra legenda, demitiu Montoro do cargo de professor concursado da USP a título de retaliação, obrigando-o a recorrer (vitoriosamente) à Justiça.<sup>77</sup> Daí para frente, sob o comando da

---

<sup>76</sup> Busetto, 2002, pp. 90,91 e 99, *op. cit.*

<sup>77</sup> Esse é o relato de Montoro (2000, pp. 94-96) que diz que, “pelas vias travessas da política antiga”, descobriu que o Prefeito comparecera a uma reunião secreta com Getulio Vargas no Rio de Janeiro. É

antiga *Vanguarda Democrática*, o PDC paulista viveu um cotidiano de divergências com Janio, alternadas com composições às vésperas de enfrentar as urnas. Destarte, interessado em angariar forças para seu projeto presidencial, Janio desde 1956 esboçou reaproximação com o PDC paulista. Janio e o PDC apoiariam Prestes Maia na eleição paulistana de 1957, com o Partido Democrata-Cristão preocupando-se em esclarecer para a opinião pública que a aliança não significava uma reaproximação com o janismo, mas se devia à aceitação, pelo candidato, de um programa mínimo para a cidade. Nesse mesmo ano, Janio fechou acordo que resultou na nomeação de Queiroz Filho para a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e, um mês depois, na nomeação de outro quadro do PDC como presidente do Instituto de Previdência do Estado.<sup>78</sup>

Em 1958, conseqüentemente, o PDC paulista integrou-se à campanha de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910-1987) como candidato situacionista para a sucessão do Governador Janio Quadros. Descendente de famílias tradicionalmente ligadas ao antigo PRP (Partido Republicano Paulista), dentre seus antepassados, consta um deputado estadual pelo PRP (seu pai), um vice-presidente do Estado (o avô materno) e o tio-avô Rodrigues Alves, eleito duas vezes Presidente do Brasil durante a República Velha. Também formado advogado no Largo São Francisco em 1931, empregou-se como procurador da Prefeitura da Capital. Durante o Estado Novo, foi assessor jurídico do Prefeito Prestes Maia e permaneceria nessa função sob outro prefeito até 1947, quando se tornou professor da Faculdade Paulista de Direito. Foi nomeado Secretário de Finanças pelo Prefeito Janio, por indicação de Queiroz Filho, e permaneceria na função até ser transferido pelo próprio Janio para o cargo de Secretário de Finanças do Estado, no qual teria destacado papel ao comandar com sucesso a reforma administrativa pretendida pelo Governador como uma de suas metas prioritárias. Na condição de filiado ao PDC, seria nomeado Ministro da Fazenda em

---

curioso que Montoro não tenha mencionado, para este episódio, a discordância de Janio quanto à indicação de Queiroz Filho para a disputa de vice-governador citada no *Dicionário Histórico-Biográfico* (CDPOC, s. d., pg. 2848).

<sup>78</sup> Busetto, 2002, pp. 122-123, *op. cit.*

1963. Meses depois, posicionou-se a favor do Golpe de Estado. Elegeu-se senador pela ARENA de São Paulo em 1966. Em 1974, sofreu derrota ao tentar reeleger-se.<sup>79</sup>



*Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 18.09.1958, pg. 09.

Diversos aspectos facilitaram a adesão do PDC à campanha de Carvalho Pinto em 1958, a começar pelas boas relações que, à parte de Janio, ele sempre manteve com os líderes de feição mais propriamente democrata-cristã. Sua notoriedade como saneador das finanças do Estado carregava credibilidade ao discurso de que suas propostas pautavam-se muito mais pelo critério técnico-administrativo do que pelo

<sup>79</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico*, s. d., pp. 2747-2749.

partidário conforme o *slogan* “mais administração e menos política”. Além disso, Carvalho Pinto parecia representar a possibilidade real de construir uma alternativa ao populismo clientelista do ademarismo e ao exacerbado personalismo de Janio. Na eleição de 1958, Queiroz Filho foi candidato a vice-governador, quando contou com o apoio de algumas lideranças sindicais católicas para divulgar seu projeto de regulamentação, no Congresso Nacional, da participação dos operários nos lucros das empresas, prevista na Constituição de 1946.<sup>80</sup>

Vencida a eleição, para o governo Carvalho Pinto, foram nomeados os *democrata-cristãos* Antonio Queiroz Filho (Secretaria da Educação), Plínio de Arruda Sampaio (Subchefe da Casa Civil), Teófilo Ribeiro de Andrade Filho (Presidente da Caixa Econômica do Estado) e Ruy Pinho (Serviço de Cooperação aos Municípios). Com a saída de Queiroz Filho para a Presidência Nacional do PDC no final de 1959, a Secretaria da Educação continuou sob a direção dos pedessistas. Plínio de Arruda Sampaio, por sua vez, foi coordenador do *Plano de Ação do Governo do Estado* (PAGE), texto de 1959 que daria início à primeira experiência de plano estratégico de governo no Brasil.

Outra iniciativa da administração diretamente identificada com os democrata-cristãos foi o *Plano de Revisão Agrária*. Elaborado por comissão coordenada pelo Secretário da Agricultura, José Bonifácio Coutinho Nogueira, propunha a taxaçoão coibitiva e progressiva sobre as áreas improdutivas e mal aproveitadas em território paulista, prevendo o investimento do que fosse arrecadado em assentamentos de trabalhadores rurais. Os resultados práticos da proposta agrária, porém, não foram animadores. Além disso, o Governo Carvalho Pinto pouco fez no sentido de efetivar um processo de descentralização político-administrativa e quase nada realizou para institucionalizar meios de participação popular na vida da administração pública, itens consagrados no ideário democrata-cristão tanto quanto a moralidade pública e o planejamento das ações governamentais. Todavia, o ineditismo da experiência do Plano de Ação, a

---

<sup>80</sup> Busetto, 2002, pp. 128-138.

pressão de setores liberal-conservadores contrários a quaisquer reformas e o receio de acabar fortalecendo orientações de fundo político comunista ou clientelista foram considerações que levaram a liderança do PDC paulista – diferentemente do que tinha feito durante as gestões de Janio Quadros na Prefeitura e no Estado – a se furtar de críticas públicas a Carvalho Pinto.<sup>81</sup>

Na virada dos 50/60, o acirramento do debate acerca de temas como nacionalismo ou superação do subdesenvolvimento do país provocou o surgimento de campos distintos de formulação político-programática no interior dos principais partidos com assento no Congresso Nacional, como a “*Ala Moça*” do PSD, o “*Grupo Compacto*” do PTB ou a “*Bossa Nova*” da UDN. O PDC não se furtou à regra, como se tornou patente na campanha de 1960. Queiroz Filho e Montoro (presidente e secretário geral do PDC Nacional) tiveram o cuidado de encaminhar a aliança do partido com Jânio através da discussão de um programa mínimo, por fim aceito pelo candidato. Em seguida, porém, mantiveram uma atitude reticente em relação ao polêmico líder. Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio, por sua vez, participaram ativamente da campanha de Jânio, impulsionando a criação de comitês populares como forma de ganhar força dentro do partido para os posicionamentos nacionalistas e reformistas que vinham ganhando espaço, por exemplo, através da ascensão da Juventude Democrata Cristã; processo que, em São Paulo, tinha o sentido de pôr em xeque a liderança do grupo propriamente democrata cristão dentro da seção paulista. Em 1961, A XIX Convenção Nacional do PDC, realizada no mês de abril na cidade de Curitiba em homenagem ao primeiro governador eleito pela legenda (Ney Braga), foi marcada pela presença de três correntes:

---

<sup>81</sup> Busetto, 2002, pp. 140-146 e 154-155, *op. cit.*

- Uma tendência conservadora - agregada em torno de Juarez Távora com o apoio de Monsenhor Arruda Câmara<sup>82</sup> - acentuadamente anticomunista e reticente em relação a projetos de cunho nacional-desenvolvimentista para o país;
- O segmento nacionalista-reformista (centro-esquerda) basicamente composto por lideranças da seção paulista (Paulo de Tarso, Plínio de Arruda Sampaio, Moraes Neto, Chopin Tavares de Lima, Roberto Cardoso Alves), com grande peso dentro da Juventude do partido;
- A tendência centro-reformista, majoritária no PDC paulista, que congregava a maioria dos ativistas oriundos da Vanguarda Democrática (Montoro, Queiroz Filho, Clóvis Garcia) e outros mais recentes (como Sólon Borges dos Reis e Aloysio Nunes Ferreira). Esta última tendência, principalmente nas figuras de Queiroz Filho e Montoro, acabou funcionando durante a Convenção como conciliadora das demais correntes partidárias.<sup>83</sup>

A XIX Convenção Nacional do PDC aprovou a *Declaração de Curitiba*, documento que orientaria a ação partidária no período seguinte; previa a “*extensão do direito de propriedade para todos os homens*”, por meio de reforma agrária adaptada às peculiaridades regionais, pela eliminação do latifúndio e do minifúndio improdutivos, com justa distribuição de terras que possibilitasse a organização dos trabalhadores rurais em comunidades democráticas de produção, criando-lhes condições sociais e econômicas estáveis que lhes propiciassem o bem-estar social e o aumento da

---

<sup>82</sup> Juarez do Nascimento Fernandes Távora (1898-1975), oficial tenentista nos anos 1920, participou de levantes militares no Rio de Janeiro e São Paulo, antes seguir com a Coluna Prestes. Tomou parte da Revolução de 1930 e, depois, foi nomeado ministro por Getúlio Vargas.

Religioso e político de Pernambuco, Alfredo de Arruda Câmara (1905-1970) ficou conhecido como “o padre-jagunço do Pajeú” por sempre andar armado. Foi revolucionário em 1930. No ano seguinte, combateu os militares do 21º Batalhão de Caçadores que se insurgiram, no Recife, contra o Governo Lima Cavalcanti. Foi constituinte em 1934 e deputado federal em 1935-1937. Um dos fundadores do PDC, Câmara tornou-se seu presidente nacional. Constituinte em 1946 pelo Partido Democrata-Cristão, Alfredo de Arruda Câmara reeleger-se deputado federal mais quatro vezes por este partido, e outras duas pela ARENA.

Fonte: <http://blogdosenadinho.blogspot.com/2008/02/conhea-historia-de-alfredo-bezerra.html>

<sup>83</sup> Busetto, 2002, pp. 159-176, *op. cit.*

produtividade. Também era proposta, a reforma da estrutura das empresas que propiciasse ao trabalhador a participação nos lucros, na propriedade e na gestão (pontos, aliás, de consenso entre todas as correntes pedecistas). A participação nos lucros, especificamente, já era objeto de iniciativas legislativas de parlamentares federais do PDC (Paulo de Tarso e Queiroz Filho) em prol de sua regulamentação.<sup>84</sup>

No contexto da crise provocada pela renúncia de Jânio, o PDC defendeu a tese do respeito à constituição e agiu pela posse de Goulart de forma muito discreta. As lideranças partidárias - em especial as centro-reformistas - assumiram orientação moderada, enquanto Plínio Sampaio, Chopin Tavares de Lima e Roberto Cardoso Alves assinaram o manifesto da *Frente pela Legalidade Democrática* que, liderada pelo deputado estadual udenista Abreu Sodré, colocava-se contra o veto militar a João Goulart. Após reafirmar que a melhor solução seria o retorno de Janio, Ney Braga participou do movimento pela legalidade ao lado dos governadores Leonel Brizola (RS) e Mauro Borges (GO). Carvalho Pinto permaneceu silencioso. Com o parlamentarismo instaurado, Franco Montoro assumiu o Ministério do Trabalho e da Previdência Social em nome do PDC. O novo ministro conseguiu estabelecer o 13º salário (projeto paralisado no Congresso), o salário-família (previsto na Constituição de 1946, mas sem regulamentação), as primeiras eleições de trabalhadores para os órgãos dirigentes da Previdência Social (IAPI, IAPC, IAPM, etc.), o planejamento de uma política habitacional extensiva às classes trabalhadoras e pioneiramente, iniciou o reconhecimento de sindicatos rurais. A administração de Montoro foi saudada pela ala nacionalista-reformista do partido como “*a realização dos ideais da Democracia Cristã no país*”. Montoro esteve no Ministério de 08 de setembro de 1961 a 12 de julho de 1962.<sup>85</sup>

Em março de 1963, realizou-se nova Convenção Nacional do PDC em Águas da Prata, cidade do interior paulista. O tom do encontro foi conferido pela ala centro-esquerdista. Ney Braga fez o discurso que encerrou o encontro, falando como um democrata-cristão

---

<sup>84</sup> Idem, ibidem, pp. 179-180. Como veremos, a ação dos “queixadas” seguia a linha básica do PDC.

<sup>85</sup> Idem, ibidem, pp. 192-194.



nacionalista-reformista. Pouco depois, entretanto, em entrevista a jornais, disse ser favorável à *Aliança para o Progresso*, contra a revolução cubana, admirador fervoroso de Carlos Lacerda, que julgava Francisco Julião “um bobo” e que tinha as maiores restrições contra Leonel Brizola. Meses depois, dois membros do PDC seriam nomeados ministros por João Goulart: Paulo de Tarso (Educação) e Carvalho Pinto (Fazenda). O intento de Goulart ao nomear Carvalho Pinto era o de demonstrar aos setores empresariais e conservadores disposição de combater a inflação sem tomar medidas radicais na área financeira.<sup>86</sup>

As figuras de Ney Braga e Carvalho Pinto remetem ao problema da relação sub-reptícia de segmentos do partido com o *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)* e com o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)*, apontados pelo historiador e cientista político René Armand Dreifuss como as organizações promotoras do planejamento estratégico, do financiamento e da coordenação das ações que culminariam no golpe de 1964. Ambas as lideranças recebiam recursos dessas entidades, como também Juarez Távora. Aliás, é pertinente ressaltar que, dentre diversas outras fontes provedoras de dinheiro, os referidos institutos eram sustentados pelo *Konrad Adenauer Stiftung*, órgão da União Democrata-Cristã da Alemanha.<sup>87</sup> Perpetrado o Golpe Militar, mais uma vez, Montoro assumiu posição de prudência e expectativa, Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio tornaram-se perseguidos políticos sob o novo regime, e duas figuras de primeira grandeza do PDC logo se tornaram ministros no governo oriundo do rompimento da ordem democrática: Juarez Távora (empossado no dia 15 de abril de 1964) e Ney Braga, a partir de novembro de 1965.

Em síntese: de longa data, o Partido Democrata-Cristão estava perpassado por toda ordem de contradições internas, as quais somente se agravaram a partir de 1960 à medida que a conjuntura política deteriorava-se, quando derivou para um processo de autodestruição enquanto coletivo no cotidiano da vida política. A mera e formal

---

<sup>86</sup> Idem, ibidem, pp. 208-213, *op. cit.*

<sup>87</sup> Coelho, Sandro Anselmo, 2003, pp. 217-218, *op. cit.*

aprovação de resoluções partidárias mais de acordo com posicionamentos clássicos da Democracia Cristã Internacional em nada serviu para reverter o esfacelamento realizado no dia-a-dia. Em outros termos, não houve – num período especialmente crítico da política brasileira - um real processo de confluências e de refinamento de práticas e de experiências à luz do programa elaborado por Alceu Amoroso Lima e Cesarino Junior em 1945. Assim, não parece surpresa que acabasse tornando-se impossível à legenda resistir à extinção dos partidos decretada pelo governo militar, a ponto de sequer conseguir definir um posicionamento conjunto acerca de escolher caminho para ARENA ou MDB.

O fracasso, na verdade, estendeu-se à própria pretensão de constituir uma corrente democrata-cristã no Brasil que fosse realmente digna desse nome, uma vez que até mesmo os membros da antiga *Vanguarda Democrática* mostraram-se incapazes de definir posicionamento comum nos críticos episódios da posse de Goulart e do golpe de estado. A guinada de Mario Carvalho de Jesus na direção da Não-Violência nos anos seguintes à vinda da ditadura militar e, posteriormente, para o debate de uma variante do socialismo mais adaptado à realidade brasileira pode ser apresentada, portanto, menos como questão de ordem estritamente pessoal, mais como outro indício do fracasso completo da Democracia Cristã no Brasil. De sua parte, Montoro seguiu caminho para a “social-democracia brasileira”. Ambos buscaram a “terceira via” - diferenciada do liberalismo e do comunismo - em outras faixas do espectro político.

Antes disso, porém, ainda durante o regime democrático nascido no pós-guerra, os *democrata-cristãos* e *pedessistas* de São Paulo sofreriam outro revés de particular interesse para esta dissertação. Enfraquecido com sua renúncia à Presidência da República em 1961, Janio Quadros recusou-se a apoiar José Bonifácio Coutinho Nogueira, candidato lançado pelo Governador Carvalho Pinto às eleições de 1962. Quadros decidiu-se por sua própria candidatura, admitindo retirar-se do pleito caso Carvalho Pinto apoiasse Queiroz Filho, Francisco Castro Neves ou Dom Jorge Marcos

de Oliveira, Bispo de Santo André para sucedê-lo no Governo. Mesmo assim, o Governador manteve sua indicação.<sup>88</sup>

O resultado de 03 de outubro foi:

- Adhemar de Barros (PSP-PSD) – 1.249.414 votos;
- Janio Quadros (PTN-MTR) – 1.125.941 votos;
- José Bonifácio (PTB-UDN-PR-PDC) – 722.823 votos;
- Cid Franco (PSB) – 36.653 votos.

Essa derrota teve repercussão direta sobre a greve de Perus, visto que Janio e José Bonifácio tinham se manifestado publicamente a favor da greve, enquanto José João Abdalla era figura das mais proeminentes dentro do ademarismo. Portanto, assim que se caracterizou publicamente a vitória de Adhemar de Barros, agregou-se um sério complicador à luta pela encampação, pois passou a pairar a real possibilidade de cancelamento sobre medidas eventualmente favoráveis ao movimento que, por ventura, Carvalho Pinto tomasse.

Já tinha havido meses de contínua paralisação, passeatas freqüentes no Centro de São Paulo (passando em frente ao *Palácio do Governo* do Estado, nos Campos Elíseos), debates públicos e 150.000 assinaturas colhidas para um memorial em prol da encampação.<sup>89</sup> Se for correto pensar que tudo isso objetivava construir uma co-relação de forças favorável no plano político-institucional, restaria considerar ações especificamente desenvolvidas nesse nível.

É do que trata o texto abaixo:

Faz mais de quarenta anos, Montoro, que assimilamos os mesmos princípios (...). Tudo ficou bem claro quando conhecemos o Padre Lebrecht, na década de 1940, e quando conheci, na França, em 1948, com Nelson Abraão e Vicente Marotta Rangel, o trabalho dos

---

<sup>88</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico*, s. d., pp. 2748.

<sup>89</sup> O número de assinaturas consta em FNT, maio de 1980, pg. 31.

padres operários, o movimento Economia e Humanismo, bem como a liberdade sindical. Recordo-me ainda - é sempre preciso rever as raízes - que muitas vezes nos reunimos na sua casa, Montoro e Lucy, para darmos um passo qualitativo - era preciso que aqueles que tivessem vocação entrassem na vida pública. A Constituição de 1946 era um convite tentador e a mensagem da democracia cristã surgia para recolher a generosidade daqueles que acreditavam no terceiro caminho. Optei pela vida sindical e, depois de alguns anos de advocacia trabalhista como assessor do Sindicato dos Metalúrgicos, fui trabalhar com os “queixadas” da “Perus” (...). Você, Montoro, optou pela ação político-partidária (...). Mas foi nas greves da “Perus” em 1958 (46 dias) e 1962 (quase sete anos) que Montoro e “Queixadas” cimentaram laços a ponto de Montoro proclamar o resultado eleitoral dizendo: “Foi a vitória do tostão contra o milhão” (...). Em 1962, Montoro, você era Ministro do Trabalho e deixou uma ponta de dúvida entre os “queixadas” que julgavam que você tinha poderes para resolver a greve (...). **Deixando [você] o Ministério e nós prosseguindo na greve, reunimo-nos em sua casa, por mais de uma vez.** Tudo parecia bloqueado e afirmo, convencido, que a descoberta do método da não-violência lastreou a nossa fé e pudemos enfrentar o Grupo Abdalla. **Naquela ocasião, você liderou o grupo de parlamentares que via na desapropriação da “Perus” a saída fora da rotina para a solução do problema social. Sabemos do seu empenho, ao lado de Queiroz Filho, junto ao Governador Carvalho Pinto, reivindicando a desapropriação.** A nossa esperança chegou a ganhar corpo quando o então desembargador Sylos Cintra assumiu o Governo de São Paulo e declarou “ser viável a desapropriação da ‘Perus.’” [grifos meus].<sup>90</sup>

Ora, exceto por uma rápida passagem por Cajamar, não há menção da presença de Queiroz Filho na greve de Perus nem no AEL nem no acervo do DOPS. Quanto ao noticiário de *O Estado de S. Paulo* e *Ultima Hora* sobre a paralisação de 1962, Queiroz

---

<sup>90</sup> *Carta Aberta a Montoro e aos Trabalhadores de Perus* in Jesus & Equipe dos Queixadas, s.d., pp. 06-08. *Economia e Humanismo* é um movimento distinto dos *Padres Operários*, organização criada a partir da atuação de *Jacques Loew* (1909-1999), advogado francês que, após uma crise religiosa, decidira se tornar justamente um dominicano (como Leuret). Em 1940, enviado a Marselha para realizar uma pesquisa sobre as condições de vida dos estivadores do porto, ficou de tal modo impressionado que decidiu compartilhar a vida daqueles operários em todos os aspectos, vivendo *com* eles e *como* eles para sensibilizá-los: tornou-se estivador assalariado e foi morar numa casa alugada. Alguns portuários e sacerdotes se juntaram, formando um grupo de evangelizadores, como preferiram ser chamados, e começaram a Missão Operária São Pedro e São Paulo - Mopp. O grupo ficou famoso, nos anos 50/60, como os padres operários que trabalhavam nas fábricas de Paris. Houve momentos de dificuldades geradas pela Igreja oficial, mas a amizade particular de Jacques Loew com o papa Pio XII ajudou a superar as etapas mais difíceis e o grupo pôde espalhar-se pelo mundo, inclusive para o Brasil. Esses dados são do PIME (Pontifício Instituto Missões Exteriores), disponíveis no endereço <http://www.pime.org.br/mundoemissao/evangoperar.htm>

Filho e Montoro são figuras também quase ausentes nestas páginas. Em princípio, nenhuma surpresa, porque acima se fala de articulações de bastidores.<sup>91</sup>

De qualquer modo, nos primeiros dias de dezembro de 1962, como veremos, um parecer negativo do Departamento Jurídico do Estado constituiu-se alegação de Carvalho Pinto, diante de uma comissão de parlamentares enviada oficialmente pelo Diretório Regional do PDC aos Campos Elíseos, para anunciar sua decisão final contrária à proposta de encampação.

Embora as discussões especificamente jurídicas sempre tenham estado fora das possibilidades e ambições desta pesquisa, é certo que, em toda a documentação examinada, não foi encontrado nenhum óbice aparentemente intransponível para que fosse efetivada a desapropriação da Fábrica de Cimento em 1962 (até porque a Fábrica e os empreendimentos anexos foram de fato confiscados em 1973/1974). Mas, teria havido alguma falha nas articulações de bastidores? Exceto pela descoberta de alguma documentação desconhecida ou de uma sensacional falha de análise nos acervos pesquisados, não é pertinente considerar que essa questão venha a ser respondida.

Afinal, por que razão alguém revelaria uma falha de importância capital - cometida por si mesmo - para o grande público? O documento redigido pelo Dr. Mario acima reproduzido representa, talvez, a única possibilidade de romper este tipo de barreira: *divergências posteriormente aos acontecimentos mantidos sob silêncio*, pois estas considerações integram a cobrança de coerência que, na década de 80, os “queixadas” endereçaram ao Governador André Franco Montoro, reivindicando uma tardia encampação da Fábrica de Cimento. Repare-se que, a despeito da referência a Mario

---

<sup>91</sup> A única possibilidade que a pesquisa encontrou para romper esta barreira de silêncio foi o pedido de exame do processo aberto no Departamento Jurídico em agosto de 1962 para avaliar a possibilidade legal de encampação da Fábrica de Cimento. Este pedido, como já tratado no Capítulo I (Introdução) não teve resposta do Governo do Estado até o fechamento da presente dissertação, e o mesmo aconteceu com o pedido de consulta ao processo no qual, entre dezembro de 1962 e janeiro de 1963, foi discutida a proposta de empregar os grevistas numa Cooperativa do Trabalho até que a questão jurídica da paralisação fosse resolvida. Essa documentação (se ainda existir, se é que foi realmente constituída, se é que seja substancial caso tenha sido criada na época...), pela data, integraria a faixa de documentação que o Arquivo do Estado ainda não pôde deixar em condições de consulta.

Carvalho de Jesus e Montoro terem dividido angústias na residência deste último (“*Tudo parecia bloqueado e afirmo, convencido, que a descoberta do método da não-violência lastreou a nossa fé*” – sinal do companheirismo que os irmanava naquele momento), a cobrança para agir e resolver recai unicamente sobre Montoro que

- “Deixou uma ponta de dúvida ao sair do Ministério do Trabalho”,
- “Liderou o grupo de parlamentares”,
- “Empenhou-se ao lado de Queiroz Filho”.

Portanto, a coincidência de propósitos surge como razão adicional para que Montoro devesse ter sido mais eficaz, não para que *Mario Carvalho de Jesus apresente-se como implicado em alguma iniciativa tomada por Montoro*: pelos frios termos do texto, só podemos inferir que, se ele (Montoro) errou em alguma coisa, foi por sua conta. Dr. Mario restringe as menções de si mesmo aos papéis de representante da demanda social e de cobrador de coerência, eficácia e atitude.

Perdida, portanto, esta que parece ter sido a última chance de descobrir o que tenha se passado nos bastidores da greve de Perus, resta observar que, a se confiar nas afirmações ora analisadas do Dr. Mario Carvalho de Jesus – e seja lá o que tenha exatamente ocorrido neste mundo de sombras - permanece o fato de que a direção paulista da Democracia Cristã merece, pelo menos, o crédito de não ter-se furtado a insistir em apoiar o movimento de Perus nas difíceis condições reinantes nos últimos meses do governo Carvalho Pinto. Ou seja, “combateu o bom combate”,<sup>92</sup> como seria de se esperar de bons cristãos.

---

<sup>92</sup> “Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé”: *Segundo Livro de Timóteo*, Capítulo 04, versículo 07.

### 3.3. A Diocese de Santo André

Depois de acompanhar Alceu Amoroso Lima convidando André Franco Montoro para o Encontro democrata-cristão de Montevideu em 1947 para, no retorno, redigir conjuntamente o manifesto da *Vanguarda Democrática*, as atenções agora serão focadas em outro pupilo de Dom Sebastião Leme: Jorge Marcos de Oliveira (1915-1989), o “Bispo dos Operários”, primeiro prelado a dirigir a Diocese de Santo André.

É de conhecimento da historiografia o trabalho pastoral liderado por D. Jorge Marcos no ABC, a partir de sua chegada a Santo André em 1954, que contribuiu de forma extraordinária para a emergência do “sindicalismo autêntico” naquela região, nos anos 70; do mesmo modo que o papel do Bispo no apoio às greves de Perus e na criação da FNT aparece com propriedade na bibliografia já elaborada. Contudo, as principais greves em cujo apoio, junto com os padres da Diocese, D. Jorge se tornou o “Bispo dos Operários” são tratadas com um grau aprofundamento que a pesquisa ora apresentada não considerou satisfatório. Isto não seria questão a tratar neste projeto se as consultas documentais não tivessem deparado com três curiosas linhas de evidência:

1. Um número significativo de referências que, ainda que esparsas, sugeriam uma relação entre os trabalhos sindicais de Perus e dos religiosos de Santo André mais profunda do que ações de apoio importantes (sem dúvida), mas ocasionais;
2. O texto “*Raízes da Não-Violência no Brasil, na faixa sindical*”, de autoria de Mario Carvalho de Jesus, que integra “*A Firmeza-Permanente*” (coletânea de 1977), em cujo ponto 03 está anotado que

De 1955 a 1960, o grupo responsável pela fundação da Frente participou de vários movimentos coletivos, entre os quais as greves na **Rhodia** e na **Tecelagem Santo André**; na **Perus**, em 1958, na Usina **Miranda** em 1959. [grifos do original].

3. O *prontuário do Dr. Mario no DOPS* (espécie de “ficha corrida”) documento 52-Z-0-11.083, atualizado até 1976, que inicia com o apoio do sindicato de Perus aos têxteis do ABC e só menciona ocorrências em outras regiões a partir do final da página 04, caracterizando o estranho fato de que, nos dois anos seguintes à greve de 1958 em Perus, a atenção da polícia política centrou-se naquilo que o Dr. Mario fazia em Santo André e nas proximidades, não entre “queixadas”.

Mesmo que não seja admissível esperar que os agentes históricos, em seus textos, sempre reproduzam com rigorosa precisão o peso de cada ocorrência significativa de suas trajetórias (segundo critérios que eles mesmos adotem), ainda assim é interessante que as duas greves de Santo André, citadas em “2” (ambas ocorridas em 1959) tenham ganhado precedência formal sobre a greve acontecida um ano antes, em Perus, principal pólo de atuação do Dr. Mario Carvalho de Jesus ao longo de sua vida. A quebra na ordem cronológica indicaria alguma importância particular conferida aos eventos no ABC? No caso do DOPS, os policiais teriam conferido uma atenção às atividades de Dr. Mario em Santo André dissonante de sua importância real?

Essas questões permaneceram em aberto durante muito tempo. Nenhuma iniciativa de pesquisa junto à documentação preservada no AEL mostrou-se satisfatória para solucioná-las, até que, à falta de opção menos trabalhosa, foi finalmente decidido consultar a coleção do *Ultima Hora* no Arquivo do Estado, relativa ao período de janeiro a dezembro de 1959. Surpreendentemente, a greve da Rhodia – descrita pela bibliografia como a primeira marcada pela forte atuação dos padres e do Bispo de Santo André – surge com presença dos sindicalistas de Perus praticamente à primeira hora. Coisas semelhantes ocorreriam em movimentações posteriores até que, durante a greve da Tecelagem Santo André, a Fábrica de Perus entrou em greve em apoio aos companheiros têxteis do ABC enquanto o envio de extensa ajuda material e a



participação de “queixadas” em outras ações tomaram a feição de movimento conjunto, largamente além do que se poderia, mais comumente, chamar de “solidariedade”.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1915, seminarista desde os treze anos, Jorge Marcos de Oliveira ingressou no Seminário Central da Imaculada do Ipiranga, São Paulo/SP, em 1934, aos dezenove anos. Ordenado padre em 1940, retornou ao Rio de Janeiro, onde o Cardeal D. Leme designou-o professor do Seminário de São José e diretor das *Obras das Vocações*. Tornou-se assistente da Ação Católica masculina, setor juvenil. Prosseguiu estudos sobre a Doutrina Social da Igreja, tendo participado ativamente do Centro Dom Vital. Em 1946, aos 31 anos, foi nomeado bispo pelo Papa Pio XII. Tornou-se Bispo Auxiliar de D. Jaime de Barros Câmara, sucessor de D. Sebastião Leme, e logo começou a trabalhar em favelas, iniciativa arrojada e pioneira, cuja envergadura não tinha precedentes na Igreja do Brasil. Em 1954, foi deslocado das favelas para Santo André, onde se tornou o primeiro Bispo da Diocese que então se constituía. No ABC, sensibilizado pelo quadro social que encontrou, a ação de D. Jorge focou-se, de um lado, no trabalho assistencial junto a crianças desamparadas através da fundação da *Associação Lar Menino Jesus* (ativa até os dias de hoje) e, de outro, em sua intensa e direta participação no movimento operário.<sup>93</sup>

Maria Blassioli Moraes aponta que, no contexto da Guerra Fria e da luta contra o comunismo, a Igreja brasileira incentivou a multiplicação das dioceses onde faltavam sacerdotes e havia necessidade de sua instalação. Assim, no caso da criação da diocese do ABC, além do grande número de habitantes que a região já possuía, é perceptível que a concentração elevada de trabalhadores e a expansão local do PCB pesaram sobremaneira na decisão do Vaticano. Ressalte-se que Santo André fora a cidade onde, em 1947, através da legenda do PST, o Partido Comunista tinha conseguido eleger o prefeito e a maioria dos vereadores, depois impedidos de tomar posse; fatos de que D. Jorge tinha muita clareza:

---

<sup>93</sup> Martins, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *Igreja e movimento operário no ABC, 1954-1975*. São Paulo, SP e São Caetano do Sul, SP: Editora HUCITEC: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994, pp. 62-64.

Quando fui nomeado para Santo André, Santo André lutava muito contra o movimento comunista, os sindicatos eram todos comunistas. Santo André tinha eleito prefeito comunista e toda a câmara comunista que tinha sido vetada pelo governo, e aqui estavam os prefeitos interventores, os prefeitos nomeados ou substituídos.<sup>94</sup>

Na ação concreta de Dom Jorge Marcos e dos religiosos que liderava, contudo, as rivalidades com os comunistas sempre foram colocadas em segundo plano toda vez que estavam em jogo os interesses dos trabalhadores. Nas horas mais críticas, o Bispo surgia como um aliado importante para os operários em luta, pois poderia se valer de sua posição na hierarquia católica e de sua progressiva ascendência na política regional para que as reivindicações dos trabalhadores se fizessem ouvir por empresários e autoridades.<sup>95</sup> Um testemunho bastante eloqüente da autenticidade dos compromissos dos religiosos de Santo André com os interesses populares foi a repetição, nesta cidade, da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* no dia 28 de abril de 1964, evento entendido por D. Jorge Marcos de Oliveira primordialmente como uma manifestação contra sua atuação junto com o clero local.<sup>96</sup>

De acordo com Blassioli Moraes, no longo prazo, o enfrentamento da repressão política durante o regime militar e de pesadas críticas vindas do próprio meio católico parece ter levado D. Jorge a refletir acerca de suas antigas posições a respeito dos comunistas e da luta operária:

O nosso movimento aqui [no ABC] não era só da JOC, ele era muito amplo. Então, eu tinha relacionamento com todo o grupo sindical, quer ligado ao grupo religioso, quer não, como os grupos chamados de extrema, sobretudo o pessoal do PC do B, Parti-dão, que eram – alguns deles – uns santos homens. E muitos ainda são. Admiráveis, continuam no ideal.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup> Moraes, Maria Blassioli. *A Ação Social Católica e a Luta Operária: a experiência dos jovens católicos em Santo André (1954-1964)*. São Paulo, SP: [s.n.], 2003. Dissertação de Mestrado em História pela USP, pp. 12-13. A fala de D. Jorge foi reproduzida de Martins, 1994, pg. 8.

<sup>95</sup> Moraes, 2003, pp. 171 e 173, *op. cit.*

<sup>96</sup> Moraes, 2003, pp. 180-181.

<sup>97</sup> Moraes, 2003, pp. 185.

### 3.4. Boimondau

Mário Carvalho de Jesus (1919-1995) nasceu em Araguari, Minas Gerais. Coursou Direito na Faculdade do Largo São Francisco (como tantas outras personalidades já referidas), onde se integrou à Juventude Universitária Católica (JUC) por volta de 1942. Foi o próprio Dr. Mario que explicou que os militantes da JUC, uma vez formados, continuavam em contato com a Ação Católica e que, nessa época, muitos padres assistentes da organização foram bastante influenciados pelo movimento de *Economia e Humanismo* do Padre Leuret. Em 1947 (no mesmo ano em que Franco Montoro dirigiu-se ao encontro democrata-cristão em Montevideú), Mario Carvalho de Jesus e dois outros colegas (Vicente Marota Rangel e Nelson Abrão) foram à França, onde os três trabalharam na fábrica de caixas de relógio de Boimondau, em Larbrelle, nas proximidades de Lyon, onde aproximadamente cem pessoas viviam uma experiência comunitária, pois eram todos donos da empresa. Tratava-se de um estágio de dez horas por dia, remunerado com o salário de aprendiz, e que “*lhes foi muito útil como exemplo de que se pode buscar a integração dos trabalhadores na empresa*”. Voltando ao Brasil, Dr. Mario foi advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de 1950 a 1953 e de lá saiu, conforme declarou ao DOPS, por duas razões: as disputas entre os dirigentes sindicais que tinham tendências ideológicas diferentes “*e só se uniam para conservar o poder sindical*”; e a remuneração que não lhe parecia condigna. Ficou cerca de ano e meio completamente afastado das entidades sindicais. Em 1954, foi procurado em casa por José Laurindo Machado, presidente do sindicato dos operários na indústria de cimento (de Perus), que queria contratá-lo para atuar pela entidade. Dr. Mario afirma que vacilou, e que só decidiu aceitar quando Machado revelou que era

membro da Congregação de São Vicente de Paulo (associação católica para jovens trabalhadores) como ele, Mario Carvalho de Jesus.<sup>98</sup>

Em sua passagem pelo sindicato dos metalúrgicos, Dr. Mario conheceu, em 1953, o operário João Breno Pinto (futuro presidente do sindicato de Perus) que conseguiu emprego na Fábrica de Cimento também no ano de 1954; João Breno que também precisou recorrer à condição de vicentino para obter vaga na empresa, como será visto adiante. Em 1957, o deputado Franco Montoro foi chamado a uma assembléia dos operários de Perus onde, passado um ano, seria desencadeada a paralisação que projetou nacionalmente os “queixadas”, cujo auxílio seria requisitado no ano seguinte pelo Bispo de Santo André. Por essa via, chegaremos à greve de 1962 na qual, a certa altura, seria discutida a criação de uma Cooperativa do Trabalho nos moldes da Unilabor, empresa cujo modelo inspirador foi justamente Boimondau. Portanto, é inadiável analisar mais detalhadamente aquilo que Dr. Mario encontrou em sua passagem do pela França.

A figura central deste ponto é o religioso francês Louis-Joseph Lebreton, O. P. (1897-1966).<sup>99</sup> Nascido de uma família de marinheiros num povoado à beira-mar da Bretanha, o jovem Lebreton ingressou como cadete na Marinha espelhando-se no pai, carpinteiro naval da esquadra. Participou intensamente da I Guerra Mundial. Findo o conflito, retornou à academia naval para cursos superiores de aperfeiçoamento, com destacado desempenho. Estava na condição de primeiro oficial de bordo e Cavaleiro da Legião de Honra quando decidiu solicitar baixa para se tornar membro da Ordem Dominicana. Em 1929, precisou interromper o último ano de teologia por questões de saúde. Mandado

---

<sup>98</sup> Jesus et alli, 1977, pp. 91-92; e depoimento prestado ao DOPS em 09 de dezembro de 1975, fls. 01 e 02, integrante de OS 1709, extenso dossiê produzido pelos agentes do DOPS, preservado no Arquivo do Estado, Acervo do DOPS, Setor de Ordem Social, Séries Nominais. Para maior facilidade de entendimento, este documento será referido daqui em diante como *Dossiê Mario Carvalho de Jesus*.

<sup>99</sup> “O. P.” é a abreviatura de *Ordo Praedicatorum* ou *Ordo Fratrum Praedicatorum*, expressões latinas que significam Ordem dos Pregadores, mais conhecida como Ordem Dominicana. Assim sendo, a rigor, Lebreton não deveria ser chamado “Padre”, como ocorre no Brasil, e sim “Frei” porque, de fato, era um frade, membro do clero *regular*, não do *secular*. Em todo caso, aqui se utilizará o tratamento “padre” para Lebreton porque é este o uso consagrado nas fontes e na bibliografia.

para recuperação à pequena cidade de St. Malo, Bretanha, tomou conhecimento da acentuada degradação das condições de vida e de trabalho da comunidade de pescadores. A primeira reação de Louis-Joseph Lebret foi a de impulsionar o surgimento de uma associação. Porém, percebendo a atuação de grandes empresas no sentido de monopolizar os melhores lugares para pesca e a frágil situação dos pescadores em face dos mecanismos de mercado, Lebret iniciou um trabalho do qual resultaram novas legislações em 1938, 1941 e em 1945 que forçaram reformas nas empresas pesqueiras da França, bem como lhe permitiu adquirir um conhecimento profundo das grandes questões da economia que lhe forneceu bases para sustentar discussões sistemáticas com a Organização Internacional do Trabalho e com a Sociedade das Nações.

A continuação desses esforços levou à formação, em 1942, de um centro de estudos com o mesmo nome de uma revista que passara então a editar: *Economia e Humanismo*. Em 1953, integrou-se a grupos de alto nível dentro da Organização das Nações Unidas com o objetivo de enfrentar as desigualdades sociais através da discussão de uma nova ética do desenvolvimento. O próprio Vaticano nomeou-o seu representante para várias conferências da ONU. Dentro da Igreja Católica, a ação de Lebret propiciou-lhe grande influência junto a diversas conferências episcopais do mundo. Monsenhor Roncalli, o futuro Papa João XXIII, por exemplo, tornou-se bastante amigo de Lebret no período em que foi Núncio Apostólico na França. Assim, não é de se estranhar que idéias de Lebret estejam presentes na *Mater et Magistra*,<sup>100</sup> nem que ele tenha se tornado uma das figuras centrais do Concílio Vaticano II. De modo semelhante, a contribuição de Lebret à encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, de autoria do Papa Paulo VI (1963-1978), foi reconhecida publicamente pelo Pontífice como homenagem ao dominicano, falecido pouco antes. Além disso, com a finalidade

---

<sup>100</sup> Não há condições de desenvolver esta questão no presente texto. De qualquer forma, a título de exemplificação, vale apontar que o capítulo da *Mater et Magistra* dedicado aos “*novos aspectos da questão social*” guarda, de fato, extrema semelhança (nos termos e na forma de ordenamento dos assuntos) com *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente* (1958), *Manifesto por uma Civilização Solidária* (1959) e *O drama do século XX: Miséria, Subdesenvolvimento, Inconsciência e Esperança* (1960).

de realizar pesquisas, debates e cursos, o Padre Lebret esteve em diversos países da América Latina, no Daomé, no Senegal e no Vietnam. Ao Brasil, veio diversas vezes, e recebeu da Universidade de São Paulo o título de *Doutor Honoris Causa*.<sup>101</sup>

#### Louis-Joseph Lebret definiu economia humana

Enquanto pesquisa, como a disciplina, especulativa e prática, da passagem, para uma determinada população, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, segundo o ritmo mais rápido possível, com o custo financeiro e humano o menos elevado possível, sem esquecer a solidariedade que deve existir entre todas as populações.

Nessa definição, como aponta Lebret, a dificuldade conceptual está em “menos” e “mais humano”, pois o abastado e o necessitado, o materialista e o espiritualista por certo teriam opiniões diferentes acerca das mesmas situações. De qualquer forma, é possível encontrar um terreno comum como a melhora dos níveis de alimentação, redução das “doenças de massas”, construção de condições de vida coletiva para que as relações humanas sejam mais fraternais e para que as pessoas possam desenvolver-se no plano intelectual, artístico, moral e da dignidade da vida. A mais fundamental necessidade, contudo, consiste em ser mais do que é, a partir de tudo que já tenha adquirido e das potencialidades de si mesmo e do meio social em que vive. Como essa necessidade será sempre relativa a uma pessoa e ao meio em que ela vive, torna-se inapropriado procurar entendê-la apenas de acordo com critérios quantitativos de consumo, prazer ou conforto. Nessa linha de entendimento, “*a civilização da economia humana será uma civilização do desenvolvimento integral harmonizado*”, no qual a valorização dos recursos seja promovida em função das necessidades de todas as camadas sociais, respeitando sua multiplicidade e sua diversidade. Para que isso ocorra, é necessária uma planificação que a abarcasse desde as unidades territoriais elementares até o conjunto mundial. Lebret insiste que não é pertinente propor um modo único de planificação, mas, muito ao contrário, uma grande variedade, levando-se

---

<sup>101</sup> O'Driscoll, Mary. *Louis Joseph Lebret: Un Profeta para nuestro Tiempo*, pp. 01-04. Texto disponível no link <http://www.op.org/codal/lebret.htm>

em conta as possibilidades, estruturas atuais, os tipos específicos de necessidade, os estágios técnicos e culturais, a qualidade e intensidade dos esforços espontâneos ou a incrementar, etc. de cada lugar.<sup>102</sup>

Lebret faz críticas ao capitalismo e ao comunismo. Vê no capitalismo um regime marcado pelo direito exclusivo que os detentores de capital detêm de decidir sobre a orientação dos investimentos decorrentes do lucro. Isto o tornaria, especialmente em sua primeira fase liberal, um regime incapaz de conduzir à satisfação ordenada das necessidades; criador de exploração e opressão, contra as quais não podem deixar de haver reações de camadas sociais e de povos, através de um sistema complexo de tensões mais ou menos lentas ou destruidoras. Quanto ao comunismo, a maior falha seria a sua concepção de pessoa, na qual o homem individual pouco significa; o que abre espaço para a prática de uma selvageria aperfeiçoada e tecnicamente calculada que se revela muito parecida à perpetrada na primeira fase do capitalismo. Apesar disso, Lebret pondera que a humanidade deveria se inspirar na planificação econômica e na nacionalização de alguns setores feita pelos soviéticos, como forma de acelerar o seu desenvolvimento.<sup>103</sup>

A ligação dessas colocações genéricas de Lebret com as discussões apresentadas nos itens anteriores deste texto pode ser estabelecida acompanhando este estudo de Sandro Anselmo Coelho:

Em fins de março de 1963, na cidade paulista de Águas da Prata, outra convenção do PDC confirmou a sua Terceira Via numa linha de defesa das reformas de base. As tendências conservadoras intrapartidárias não conseguiram impedir que Paulo de Tarso Santos e Plínio de Arruda Sampaio tivessem sucesso em eleger Ney Braga, contra Franco Montoro, presidente nacional do partido. Eles estavam convencidos de que o governador do Paraná, pelo que sua administração vinha apresentando, estava em inteiro acordo com as suas idéias reformistas, ao contrário de Franco Montoro, que era mais moderado nestas

---

<sup>102</sup> Lebret, Louis-Joseph. *Manifesto por uma civilização solidária*. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1962, p. 16-17 e 89. Grifos do texto original. Desde a página anterior, até a próxima, esta dissertação se baseou nas indicações da **Nota 32** do texto de 2003 de Sandro Anselmo Coelho.

<sup>103</sup> Lebret, 1962, pp. 27, 38, 40-41.

questões. Não nos furtamos a dizer ainda que todo este intrincado quadro de mudanças em que o PDC estava inserido teve como resolução a construção de uma Terceira Via que se aproximou de um movimento internacional denominado Economia e Humanismo, surgido pelas mãos do padre francês Louis-Joseph Lebret. No Brasil, o padre dirigiu a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS). Segundo Dennison de Oliveira:

Esse grupo se destinava a forjar uma mentalidade de planejamento na periferia do capitalismo que fosse capaz de erradicar os piores excessos do populismo e do próprio capitalismo, contribuindo para afastar o perigo do comunismo, cuja atuação era tida como mais eficaz em áreas pauperizadas.<sup>104</sup>

Enfim, como Queiroz Filho (militante muito afinado com Montoro desde o final dos anos 1940) também surgiu atrás como uma liderança influenciada por *Economia e Humanismo*, as seguidas referências jornalísticas de vindas do Lebret a São Paulo para discutir com lideranças democrata-cristãs são igualmente reveladoras de que o PDC - ou, ao menos, suas seções paulista e paranaense - era uma formação política sensibilizada pelos trabalhos do religioso bretão. O *Plano de Ação* elaborado sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio em 1959 pode ser apontado como outro bom sinal da repercussão da idéia de planejamento, central no raciocínio de Lebret. Em sentido semelhante, Szmrecsányi e Claro anotaram que, na década de 40, Lebret estabeleceu contatos com a elite católica no Brasil, especialmente com lideranças regionais da ACB, e foi recebido por líderes políticos e militares da UDN. Entretanto, quando o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi colocado na ilegalidade em 1947, o

---

<sup>104</sup> Citação feita por Coelho, Sandro Anselmo, 2003, pp. 217, *op. cit.* A Nota 33 esclarece que o texto de Oliveira foi extraído de Oliveira, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: UFPR, 2000, p. 69. Na mesma nota, Coelho menciona ainda outros dois autores se remetem à influência do padre Louis-Joseph Lebret na política brasileira. Kadt aponta que movimentos e grupos brasileiros, como a JUC e a Ação Popular, pautavam-se por considerações deste padre (Kadt, Emanuel de. *Paternalism and populism: Catholicism in Latin America*. In: *The Journal of Contemporary History*. Vol. 2, numerous 4. London: The Institute of Contemporary History, 1967, pp. 99 e 102). Rogério Luiz de Souza também menciona a atuação de Lebret junto à SAGMACS. Souza, Rogério Luiz de. *A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)*. Curitiba, PR: [s.d.], 2001, UFPR, tese de doutoramento em História, pg. 95.



Padre Lebret manifestou sua discordância perante os bispos brasileiros quanto a tal medida.<sup>105</sup>

Szmrecsányi e Claro tratam da experiência em Boimondau. Escrevem que, criada a associação *Economia e Humanismo* em Marselha, por vinte leigos e vinte religiosos católicos, o grupo tentou – sem sucesso - estabelecer relações com o governo de Vichy, até o rompimento definitivo dessa perspectiva em 1943. Existem, também, indicações de que o movimento estabeleceu contatos com a Resistência, pois Marcel Bardu (um de seus líderes) foi perseguido e capturado pela GESTAPO. No contexto dos anos 1945-46, quando a Igreja Católica contribuiu para a aglutinação de forças políticas em diversos países europeus através dos Partidos Democrata-Cristãos, o MRP (*Mouvement Républicain Populaire*), democrata-cristão, originado das fileiras da Resistência e interlocutor de *Économie et Humanisme*, constituiu-se como a segunda maior bancada no Parlamento Francês nas eleições de novembro de 1945, ficando atrás apenas do PCF. Os autores ressaltam que, aos olhos dos líderes do MPP, o passado de proximidade de Louis-Joseph Lebret com o regime de Vichy não era um problema, pois credenciava seu movimento como politicamente de direita, ainda que socialmente de esquerda.<sup>106</sup>

Em 1944, fora criada a fábrica de caixas de relógios em Boimondau, França. No ano de 1947, a empresa juntou-se a onze outras pequenas cooperativas para constituir a *Entente Communautaire*, planejada, gerida e operada por trabalhadores manuais (seus co-proprietários). As condições econômicas reinantes na Europa do pós-guerra possibilitaram que estas experiências sobrevivessem por algumas décadas. Os projetos de Boimondau e da *Entente* pretendiam colocar suas companhias no centro das transformações sociais e transformar o trabalho num meio de educação dos indivíduos,

---

<sup>105</sup> Szmrecsányi, Maria Irene de Queiroz Ferreira & Claro, Mauro. *Between capitalism and socialism: a french model of a self-managing network of companies in the brazilian industrialization of the mid-twentieth century*. Comunicado apresentado no XIV Congresso Internacional de História Econômica, Helsinki, Finlândia, agosto de 2006, pg. 09.  
Acessível em <http://www.helsinki.fi/iehc2006/papers2/Claro.pdf>

<sup>106</sup> Szmrecsányi e Claro, 2006, pp. 08, *op. cit.*

na perspectiva de um movimento que avançaria até a transformação e toda a sociedade. Especificamente em relação a Boimondau, em 1952, o capital da companhia era 15,62 vezes maior do que o aporte inicial, com sua produção representando 15% do total da produção francesa de caixas de relógios, índice que se elevava a 28% se considerado apenas o segmento de modelos de mais alta qualidade.<sup>107</sup>

Diretamente referenciada neste projeto, em 1954, no bairro do Alto do Ipiranga, São Paulo, numa área de 3.200 metros quadrados com uma capela consagrada ao Cristo Operário, foi constituída a **Unilabor**. O fundador foi o padre dominicano João Batista Pereira dos Santos, nascido na França. Em 1947, ele se encontrara com o padre Lebret que tinha vindo ao Brasil para um curso de dois meses sobre *Economia e Humanismo*. Lebret convidou-o para ver seu trabalho na França, onde frei João Batista trabalhou como operário em Boimondau, onde aprendeu como a companhia fora organizada.<sup>108</sup>

A Unilabor (UL) nasceu no bojo de um projeto maior, idealizado no início da década de 50 por frei João Batista, que, convidado para dirigir um núcleo religioso no Alto do Ipiranga, preferiu trabalhar em prol de um projeto mais amplo. "*Frei João pretendia criar uma comunidade no centro da qual funcionaria uma fábrica, cuja existência guiaria a da própria comunidade*", segundo Mauro Claro. Em 1952, Frei João Batista conheceu Geraldo de Barros, artista concreto interessado em integrar a arte à sociedade por meio da indústria. Barros, o engenheiro Justino Cardoso e o operário ferramenteiro Antônio Thereza, tornaram-se os três sócios fundadores da Unilabor dois anos depois. A meta basilar era resgatar a dignidade do trabalhador partindo justamente da produção industrial. Assim, segundo Claro, "*a empresa fundamentou-se em dois tipos de racionalidade: formal ou operativa, e substantiva*". Na primeira, destacava-se a organização necessária a uma empresa capitalista, com o caráter sistematizador e de divisão do trabalho; pela segunda, a percepção intelectual autônoma do processo, ou seja, o acesso do cooperado à compreensão de todas as etapas de produção.

---

<sup>107</sup> Idem, ibidem, pp. 11-13.

<sup>108</sup> Szmrecsányi e Claro, 2006, pg. 06.

Embora acompanhasse de perto o trabalho, Frei João Batista não era cooperado, nem procurava interferir nas decisões. Assembléias gerais dos participantes decidiam todas as questões técnicas e administrativas. A liberdade de expressar opiniões e participar de todo o processo, assim como a boa remuneração, era considerada muito gratificante, de forma que muitos deixaram seus antigos empregos para se integrar ao projeto. Vários empregados tinham sido artesãos e, portanto, traziam consigo o conhecimento técnico e prático, que se unia à teoria e conhecimento das artes, levados por Geraldo de Barros e outros. Segundo Claro, "*Essa união se expressava nos móveis, que aliavam poucas cores a formas fortes e de fácil percepção*". Conforme o Padrão UL - criado entre 56 e 57 - eram produzidos componentes isolados, conjuntos e subconjuntos, o que permitia ao comprador escolher os módulos e montá-los de acordo com alguma das várias combinações oferecidas. Com o padrão consolidado, a Unilabor lançou um catálogo com suas peças e variações, que, no dizer de Mauro Claro eram consumidas principalmente pela "*classe média esclarecida*". Apesar de ter alcançado relativo sucesso (chegou a ter 100 funcionários e 05 lojas), no início da década de 60, a cooperativa começou a se desestabilizar devido a discussões internas sobre a condução da empresa. Não conseguindo suportar o corte de créditos concedidos a pequenas empresas ocorrido em 1964, a Unilabor foi gradativamente definhando, até se dissolver em 1967.<sup>109</sup>

-o0o-

No Manifesto fundador de *Economia e Humanismo*, de 1942, os signatários (em número de oito) afirmam que tinham decidido abandonar os sistemas geradores de ideologia e toda teoria abstrata, preferindo a observação direta dos fatos. Adiante, após descrever o capitalismo como sistema caótico, contraditório e desumanizador, relacionam os "falsos remédios": "estatismo socialista", "dirigismo", "neoliberalismo" e o

---

<sup>109</sup> Agência USP de Notícias. *Pesquisa analisa uma cooperativa urbana*. Matéria acerca do trabalho de Claro, Mauro *Unilabor: desenho industrial e racionalidade moderna numa comunidade operária em São Paulo (1954-67)*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1998, dissertação de mestrado. A matéria jornalística está disponível em <http://www.usp.br/agen/bols/2000/rede515.html>

“neo-socialismo” (tentativa de aplicação de alguma forma atenuada do estatismo soviético). Nos “princípios de solução”, três itens: “corporativismo”, “corporação” e “comunidade”. O restante do texto concentra-se em “economia comunitária” e em “ordem comunitária”.<sup>110</sup>

Na “versão definitiva” do Manifesto (*Manifesto por uma Civilização Solidária*, de 1959), em *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente* (1958) e no *Drama do século XX* (1960), as críticas ao capitalismo e ao comunismo foram mantidas e detalhadas. As considerações iniciais do Manifesto de 1942 receberam grande desenvolvimento na via da construção de um planejamento rumo a um mundo solidário baseado num real conhecimento das situações a enfrentar. Nesse sentido, Lebret alerta para o fato de que as camadas intelectualizadas dos países recentemente descolonizados tendiam a manter, em relação a seus povos, a mesma atitude de descompromisso e de ignorância dos problemas concretos que, antes, fora a marca das potências colonizadoras. A formação, portanto, de verdadeiros corpos de especialistas nesses países é apontada como prioridade. A “economia comunitária” e a ordem social comunitária não são temas exatamente ausentes, mas bastante diluídos nos escritos da segunda metade dos anos 50. Boimondau e a *Entente Communautaire* embora, à primeira vista, pareçam desdobramentos do Manifesto de 1942 (ou, talvez, por isso mesmo...) não são objetos de menção. Ou seja, a realização de rigorosos inquéritos sobre os “fatos econômicos” aparentemente convenceu o Padre Lebret de que o cooperativismo (e, especialmente, o cooperativismo operário) é apenas uma dentre muitas alternativas a se ter em mente - e eventualmente aplicar com muito critério, tal como as demais - no difícil caminho da construção da sociedade solidária.

Em retrospectiva, a predominância dessa atitude de prudência e discernimento não pode ser apontada como fator de limitação política *a priori* porque, como veremos adiante, o curso das lutas operárias em Perus em 1962-63 demonstra que *Economia e*

---

<sup>110</sup> Lebret, Louis-Joseph et alli. *Manifeste d'Economie et Humanisme - Centres d'Etudes des Complexes Sociaux*, 1942.

*Humanismo* não renegou a experiência de Boimondau. Durante a greve de 1962, a entidade criada para distribuir, entre os grevistas, a ajuda material vinda de todo o país era uma “Comunidade do Trabalho”. “Comunidade do Trabalho” nos moldes da Unilabor foi a forma proposta ao Governo do Estado para empregar os operários em greve enquanto perdurasse a pendência com Abdalla. “Comunidade do Trabalho” era a experiência que o Dr. Mario dizia ter participado na França. Na segunda metade da década de 1960, “Comunidade do Trabalho” foi uma fórmula adotada (sem sucesso) na Usina Miranda por sindicalistas ligados à FNT em Pirajuí, interior de São Paulo, para evitar que a empresa fechasse.

A luta contra as “estruturas injustas” da empresa capitalista (expressão da *Mater et Magistra* que Dr. Mario logo incorporou ao discurso do sindicalismo em Perus) não estava, portanto, descartada; inclusive no formato de experiência autogestionária. Tudo dependeria do curso concreto do movimento.

### **3.5. João Breno Pinto (1932-2002)**

Nascido em Piedade do Bagre (atual Felixlândia, MG), morador de Perus desde o ano de 1949, presidente do Sindicato operário cimenteiro em 1962, dirigente desta entidade e da FNT em várias gestões, João Breno Pinto foi apontado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como o “nº 2” do movimento dos “queixadas”, abaixo apenas do Dr. Mario Carvalho de Jesus. Outro aspecto interessante em sua biografia é o período em que trabalhou como metalúrgico na extinta Fundação Progresso, situada no bairro da Lapa (1950-1953), durante o qual travou contato com o PCB e, ao que parece, chegou a se integrar à agremiação clandestina. Em 1953, João Breno Pinto foi demitido junto com dois companheiros de fábrica por causa do papel de liderança dos três, dentro da Fundação, durante a “Greve dos 300 mil”. Encaminhado ao departamento jurídico do

sindicato da categoria, foi atendido por um advogado que, até então, não conhecia: Mario Carvalho de Jesus. Breno surpreendeu-se com as posições do jovem jurista porque, de acordo com suas palavras, até aquela ocasião conhecera somente os discursos dos pelegos e do PCB.<sup>111</sup>

No ano de 1954, Breno conseguiu emprego na Fábrica de Cimento, apresentado por um colega da Sociedade Vicentina - congregação voltada para jovens católicos - que lhe fez uma

Preleção de hora e meia e disse que se dava bem com a direção da empresa, que gozava de prestígio junto a esta, e que sempre fez por honrar seu emprego, sendo considerado operário padrão. Recomendou-me que, por indicar-me, eu tivesse o cuidado de não sujar seu nome, porque sabia que nas outras fábricas eu estava à frente dos movimentos.<sup>112</sup>

Dois anos depois, em 1956, houve eleição da diretoria. Breno foi, nessa ocasião, indicado suplente através do que ele (em depoimento colhido para a dissertação de mestrado) chamou de “*reforma*”, uma composição política com a antiga liderança. Em 1958, Breno se tornaria diretor efetivo do sindicato durante a greve. Na década de 1960, foi candidato a deputado estadual pelo antigo MDB em 1966, além de ter sido preso e torturado pelo regime militar. Em 1981, integrou a comitiva que foi a Estocolmo, na Suécia, acompanhar a entrega do Prêmio Nobel da Paz ao argentino Adolfo Peres Esquivel. Em 1989/1990, no governo da Prefeita Luiza Erundina, trabalhou na Administração Regional de Perus como assessor (já era aposentado nessa altura). No período posterior, atuou na Associação dos Aposentados de Perus. Seu falecimento, em dezembro de 2002, trouxe um prejuízo absolutamente irreparável ao trabalho ora apresentado.

---

<sup>111</sup> Relato registrado em minha dissertação de mestrado (Siqueira, 2001, pg. 155), combinado com informações colhidas no processo referente ao *Projeto de Decreto Legislativo 75/1995*, da Câmara Municipal de São Paulo, convertido no Decreto Legislativo 02/1997 (concessão do título de Cidadão Paulistano a João Breno Pinto).

<sup>112</sup> Depoimento a Valsi, Evanize Pavanelli. *História da Igreja Católica de Perus/SP, Paróquia Santa Rosa de Lima: seus vínculos com a participação popular na visão de sujeitos significativos*. São Paulo, SP: PUC, 1998, dissertação de mestrado em Serviço Social, p. 78.

Com essas informações em mente, foi uma grande surpresa verificar que tanto o acervo do DOPS preservado no Arquivo do Estado como o Fundo Mario Carvalho de carecem de informações específicas acerca da militância de João Breno Pinto no movimento dos “queixadas”, além de nada mencionar acerca do tempo em que, possivelmente, teria sido simpatizante (ou militante) do PCB. Os documentos, muito diferentemente disso, sustentam a pertinência de uma afirmação que, no mestrado, fora observada na fala dos “pelegos”: em 1962, ao menos dentro dos limites de Perus e de Cajamar, o segundo líder “queixada” era o vigário de Cajamar, Padre Hamilton José Bianchi!

### **3.6. Hamilton José Bianchi (1929-1987)**

Uma fonte indispensável para o entendimento da Greve de 1962 é o testemunho do “**Padre dos Operários**”, Hamilton Bianchi, inserido no *Livro de Tombo da Paróquia de Cajamar*. Aberto na virada de 1961 para 1962 pelo padre Murilo Moutinho, fundador da Paróquia, em pouco tempo já é Bianchi quem escreve na condição de Pároco, num tom que revela consciência de presenciar acontecimentos de primeira grandeza. Nascido em Cosmópolis (interior de São Paulo) em 1929, Bianchi tinha sido ordenado padre em 03 de dezembro de 1961 e, portanto, Cajamar era sua primeira designação.

O novo Vigário conduz o leitor para o cotidiano da greve, das assembléias operárias, dos confrontos cara a cara com polícia, “pelegos” e a deputada Conceição da Costa Neves. Um bom indicador do grau do envolvimento com os sindicalistas é dado pelo testemunho da professora Valquiria Aparecida de Freitas Mesquita da Silva – uma pessoa visivelmente muito simpática a Bianchi - que conta que o Padre chegava ao

extremo de fazer ardorosos sermões em defesa dos “queixadas” em missas com uma maioria evidente de “pelegos”.<sup>113</sup>

Bianchi chegou a Cajamar exatamente um mês antes do começo da greve. Nos dias seguintes, a Paróquia promoveu uma “Semana Social” com atividades a cargo de operários, muito elogiados pelo novo pastor. Pouco depois, surge o registro de uma tentativa de trabalho, junto com o Dr. Mario, na indústria de alimentos Paulette, localizada no bairro cajamarense de Jordanésia. Foi frustrada porque a empresa não forneceu carro para transportar Bianchi, motivando registro de reclamação contra os patrões que consideram que padre “*deve ficar na Igreja transmitindo conformismo aos operários*”.<sup>114</sup>

As reivindicações operárias são anotadas em detalhes no espaço correspondente ao primeiro dia de greve; e desaparecem por completo nas páginas seguintes, tomadas pela narrativa em tom épico da luta contra as “**estruturas injustas**” e contra **seus “assalariados”**: **polícia, DEOPS, “pelegos” e “Conceição”**. Nesse estilo, junho de 1962 aparece como o “mês” da traição: um acordo entre comunistas e Abdalla fizera com que três fábricas retornassem ao trabalho. Em votação secreta, 1217 operários de Perus e de Cajamar, contra apenas 06 em contrário, decidem pela continuidade da greve. Mais adiante, é apontado que as vendas a fiado foram cortadas para os grevistas. Bianchi faz empréstimos de dinheiro da Paróquia a esses operários, expediente que lhe valeu reprimendas de seus superiores, registrada no *Livro*.

A folha 25 menciona “*reformar pacificamente as estruturas podres e corrompidas da sociedade*” como objetivo perseguido pela greve. As lideranças sindicais várias vezes são pintadas de modo muito característico: “*ergue-se um grupo de homens dispostos a*

---

<sup>113</sup> As informações extraídas do *Livro de Tombo da Paróquia de Cajamar* e esta fala da Professora Valquiria, aqui reproduzidas, integram minha dissertação de mestrado, pp. 205-209.

<sup>114</sup> A professora Valquiria esclareceu que não havia linhas de ônibus dentro do município e que Bianchi não dispunha de condução própria.



*reformat as injustiças reformando primeiramente os homens*”. Não são apresentados os parâmetros do que seria “justiça” no entender do Vigário.

Mais à frente, quanto aos operários que “furaram” a greve em agosto, o Padre é eloqüente ao citar *“as vaidades de mulheres e crianças desesperadas com a covardia e pusilanimidade dos companheiros traidores”*. A folha 26 frente tem anotada forte repressão policial em Cajamar, com o Prefeito Garrido ativamente envolvido nas atividades grevistas. Na folha 28, é registrada a vitória do “Dr. Jânio Quadros”, de Roberto Cardoso Alves e “Professor Cesarino Junior” nas eleições de Cajamar em 03 de outubro de 1962.

Expulso pela polícia da casa que ocupava em Cajamar, o Padre recebeu um sinal de reconhecimento com a construção em mutirão da nova Casa Paroquial *“símbolo do poder espiritual de homens que não traem os irmãos”* (fl. 26 verso). Entre esses, presbiterianos e seguidores da Assembléia de Deus que “colaboraram efetivamente para a construção da nova casa paroquial”.

Nesse ponto, podemos interromper a leitura do *Livro de Tombo* para examinar um ofício interno do DOPS, redigido pouco depois da operação “fura-greve” e – anos depois - integrado ao *Dossiê Mario Carvalho de Jesus*, no qual é pedida a remoção do Padre Bianchi para outra localidade:

Ilmo. Sr.

Dr. Delegado Especializado de Ordem Social.

DOPS.

Como delegado encarregado do policiamento de um dos setores atingidos pela greve do pessoal da Companhia de Cimento Portland Perus-Cajamar, greve essa que felizmente, para tranqüilidade pública do nosso Estado, já terminou, cabe-me a honra de solicitar as dignas providências dessa Delegacia Especializada, junto a quem de direito, no sentido de

ser removido o Padre Hamilton Bianchi, vigário daquele Município, pelos motivos que passo a expor:

- 1) Terminada a greve, foram despedidos pelo empregador vários operários, exatamente aqueles que exerceram pressão para que a indústria permanecesse com suas atividades interrompidas;
- 2) Estes, em magotes, constituídos em 'piquetes', em estado de desespero, buscam perturbar a ordem pública em Perus, Gato Preto e Cajamar;
- 3) Contam, tais ex-operários, com a ajuda efetiva do aludido pároco que, afastando-se do seu sagrado mister, percorre bares e demais locais freqüentados pelos despedidos a fim de instigar aqueles que estão na labuta, atendendo ao apelo do empregador, para o seu ganha-pão diário, com o objetivo de que os mesmos não compareçam ao serviço;
- 4) Muitas vezes, esse apelo é feito na companhia de agitadores e elementos interessados na alteração da ordem pública e daí choques constantes o que vem em muito prejudicar em definitivo o restabelecimento da paz naquelas três localidades;
- 5) O Padre Bianchi ocupa, diariamente, uma tribuna improvisada no coreto instalado ao lado da Igreja, hipotecando solidariedade aos demitidos malfazejos e, muitas vezes, o referido sacerdote se coloca na referida tribuna ombro a ombro com conhecidos agitadores filiados à doutrina vermelha;
- 6) A linguagem do pároco é idêntica às dos insufladores comunistas, participando ainda [o Pároco] em desfiles pelas ruas da Capital, quando os manifestantes, ao passarem defronte aos escritórios centrais da empregadora, usam a linguagem mais desabrida contra os diretores bem como contra as autoridades constituídas, não poupando principalmente as da Secretaria de Segurança Pública;
- 7) Numa concentração havida em Cajamar - quando o Dr. Carvalho de Jesus atacava um sacerdote porque o mesmo se mantinha, com equilíbrio, afastado das facções em litígio – o referido Padre Bianchi, sorrindo em sinal de aquiescência, dava forças para aquele conhecido profissional de greves mais aumentasse o tom de suas invectivas.

Essas verrinas <sup>115</sup> eram dirigidas frontalmente ao magnífico e sereno jesuíta, Padre Moutinho;

- 8) Não tem pejo, <sup>116</sup> o Padre Bianchi, de comparecer, como o fez da última vez que o Exmo. Sr. Governador recebeu a gente da ‘Frente Nacional do Trabalho’, em Palácio, em companhia dos deputados Luciano Lepera e Germinal Feijó, conhecidos elementos que militam nas hostes bolchevistas.

Ao solicitar tal afastamento, junto às autoridades eclesiásticas, o signatário dessa representação, data vênica, transcreve as benditas palavras proferidas pelo pranteado Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva, <sup>117</sup> de saudosa memória:

O pároco, mais do que ninguém, deve ser um homem perfeitamente equilibrado. E não é fácil encontrar essa linha reta que jamais se desvia da verdade se não lhe sobra espírito de Deus e de oração. Escravo das necessidades públicas, o pároco inacessível às suas ovelhas, sobretudo aos pobres e aos pequeninos poderá ser sábio, mas não terá, com certeza, a influência de um verdadeiro Pastor. Mas, se a pretexto de não insular-se, inacessível, na paz e solidão do plebistério; se por furtar-se ao recolhimento indispensável à solidão e ao estudo, esquece o homem de Deus a dignidade de seu sacerdócio – eis quebrado o equilíbrio, eis prejudicada sua missão apostólica e comprometida a sua santificação (‘Pastorais’, pg. 72).

Departamento de Ordem Política e Social, em 03 de setembro de 1962.

O Delegado Adjunto à Ordem Política

Alcides Cintra Bueno Filho <sup>118</sup>

---

<sup>115</sup> Conforme o Dicionário Houaiss, **verrina** é cada um dos discursos pronunciados pelo político e orador romano Cícero (106-43 a.C.) contra o procônsul romano Caio Verres (c.119 a.C. -43 a.C.); qualquer exprobração ou crítica violenta, geralmente escrita e feita sob forma de discurso; crítica ou reprovação em que se coloque paixão.

<sup>116</sup> **Pejo**: sentimento de vergonha; pudor; falta de traquejo social; timidez, acanhamento.

<sup>117</sup> Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo entre 11.10.1908 e 13.11.1938.

<sup>118</sup> Este policial estava à frente do mesmo setor do DOPS no começo dos anos 70. Conforme apurado pelas entidades de defesa dos direitos humanos, teria partido dele a ordem de colocar um “T” (de “terrorista”) nos prontuários dos cadáveres de militantes de esquerda que chegavam ao IML (Instituto Médico Legal de São Paulo). Ver <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/perus/3.html>

Ignorando as acusações de “comunismo” e elementos de discurso correlatos, restam algumas confirmações: o empenho pessoal do Vigário nas ações diárias da greve, a permanência da ação dos piquetes mesmo após a ocupação policial de Perus e Cajamar, a agitação da população operária com o recurso a alto-falantes. Também chama atenção o apoio do PCB à resistência dos “queixadas” (tratado em ponto específico, adiante) junto com a importância atribuída à liderança do religioso por seus adversários. E o curso da ação policial é claro: expulso o Padre da casa que ocupava, hostilizado permanentemente pelo efetivo da Força Pública que se instalou na cidade com a operação “fura-greve”, restava mandá-lo para fora de Cajamar.<sup>119</sup>

De todo modo, as críticas do delegado de Ordem Política às atitudes do Vigário, em si mesmas, reproduziam colocações parecidas com as dos demais detratores dos “queixadas”. Por exemplo, na sessão da Assembléia Legislativa realizada em 28 de agosto de 1962, a deputada Maria da Conceição da Costa Neves tomou palavra para declarar que

É um péssimo padre esse Padre Bianchi porque assistiu, na presença de toda uma multidão, assistiu esse Dr. Mario Carvalho de Jesus – este sim um pelego explorador dos operários (**não apoiado**)<sup>\*</sup> - assistiu, esse Padre Bianchi, o Sr. Dr. Mario Carvalho de Jesus destratar o Padre Moutinho, tratando-o pelo nome de ‘subordinado pelas abobrinhas do Sr. Abdalla’, são expressões textuais do Dr. Mario Carvalho de Jesus. E esse Padre Bianchi assistiu um ataque a um companheiro de sacerdócio sorrindo, em nossa presença, e foi essa deputada quem disse a ele: ‘V. Exa. Não acha que cigarro é vício e que vício é

---

<sup>119</sup> A hostilização do Padre Bianchi pela tropa policial é documentada em documentos citados adiante, como um ofício do sindicato e da FNT entregues ao Governador Carvalho Pinto em 07 de setembro de 1962. Por outro lado, a circunstância de **Bianchi utilizar, até a ocupação policial de Cajamar, uma casa da Companhia** era decorrência da próxima extensão do patrimônio de Abdalla. **TODO** o bairro Centro do município era sua propriedade: ao instalar-se em 1960, a própria Prefeitura precisou servir-se de um edifício de Abdalla; os bairros de Cajamar-Centro e de Gato Preto foram condenados a uma crônica estagnação pela imobilização de suas terras pela Companhia enquanto Jordanésia e Polvilho (áreas onde outros proprietários abriam loteamentos) vieram a se tornar dinâmicos pólos industriais.

<sup>\*</sup> Manifestação do deputado Roberto Cardoso Alves que, segundo explicara a deputada pouco antes, nesse mesmo discurso, apresentava-se como deputado “queixada” em oposição a ela, Maria da Conceição, que seria a deputada “pelega”.

pecado, e que V. Exa. não devia estar de sacerdócio?’ Nessa hora, ele tirou o cigarro da boca e mandou lá na praça fumando e rindo...

Mais adiante, o deputado Germinal Feijó (um dos parlamentares apontados como “bolchevista” no ofício do DOPS acima mencionado) fez um aparte para ponderar que Maria da Conceição estava se excedendo ao chamar os dirigentes do sindicato de Perus e da FNT de “comunistas”. Ele mesmo podia testemunhar que eram todos católicos praticantes, acrescentando que eram assistidos por sacerdotes da Igreja Católica; observação que provocou imediata resposta da deputada:

O Padre Bianchi não tem nenhuma característica de sacerdote!<sup>120</sup>

As críticas dos “queixadas” ao Padre Moutinho eram motivadas pelo fato de que, em plena greve de 1962, ele firmara um acordo público com Abdalla pelo qual este doou uma extensa área em Perus, vizinha à Via Anhangüera, onde – anos depois – seria construída a Faculdade Anchieta e, mais recentemente, o Centro Pastoral Santa Fé. É evidente que uma transação desse porte teria necessariamente que obter aval de segmentos superiores da hierarquia eclesiástica. Portanto, parece bastante provável que um manifesto de sacerdotes da Arquidiocese de São Paulo em apoio ao colega cajamarense, produzido em setembro de 1962, tivesse em vista alguma coisa maior do que as **críticas públicas** a Bianchi:

A gravíssima obrigação de, com a palavra e mais ainda com o exemplo, fazer brilhar o preceito da justiça e do amor fraterno, alma e base da Doutrina Social da Igreja, levou o Revmo. Padre Hamilton Bianchi a integrar-se na rumorosa greve decretada por seus paroquianos... A ação desenvolvida por nosso irmão no sacerdócio tem provocado ataques e incompreensões, havendo mesmo quem o qualifique de agitador e [de] disseminador do ódio.

Conscientes de que ‘uma doutrina social não se enuncia apenas, mas se aplica na prática, em termos concretos’ (Mater et Magistra), e considerando justas as razões da greve e dos

---

<sup>120</sup> *Ata da 77ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 4ª Legislatura, de 28 de agosto de 1962, publicada no Diário da Assembléia/Diário Oficial de 31.08.62, preservada na Caixa “Greves de 1962 e 1967”, subpasta “Documentos Diversos”, Fundo Mario Carvalho de Jesus, AEL/UNICAMP.*

ideais cristãos que animam a quantos vêm se empenhando na solução do problema, queremos particularmente firmar nossa inteira solidariedade ao Padre Hamilton Bianchi. Sabemos que S. Revma., como bom pastor (...) tem agido sempre à luz da Doutrina Social Cristã (...) para concretizar o ideal de uma comunidade em que todos vivam realmente o verdadeiro amor cristão...

Expressando nossa fraternal solidariedade ao Revmo. Padre Hamilton Bianchi, lembramos a recente proclamação dos Exmos. Srs. Arcebispos e Bispos do Brasil, reunidos na V Assembléia Nacional em julho passado: 'convocamos os homens de todas as classes a realizarem no mundo do trabalho, dos negócios e das profissões, as diretivas da Doutrina Social da Igreja. Fugindo do nivelamento liberticida pregado pelo marxismo, não se caia no egoísmo, na cobiça e na desumana indiferença que caracterizam o capitalismo liberal. Hoje não se pode mais nem errar nem tergiversar. Pois o caminho está aberto e seguro: é a 'Mater et Magistra', código completo de convivência, impregnado de vida sobrenatural, ensinando-nos que a justiça e a bondade cristã hão de vencer o espírito da contradição e de dureza, para se conseguir uma valorização mais serena das coisas'.

São Paulo, 27 de setembro de 1962.

(seguem 29 assinaturas) <sup>121</sup>

A insistente referência à encíclica "*Mater et Magistra*" (apontada como o "verdadeiro" caminho) parecerá endereçada ao público *interno* da Igreja Católica se levarmos em conta que, no Brasil do começo da década de 1960, a maior parte dessa instituição era formada por conservadores; e que o grande impacto da "*Mater et Magistra*" nos meios eclesiásticos brasileiros deveu-se ao fato de que os posicionamentos dos setores ditos "progressistas" da CNBB encontravam, pela primeira vez, respaldo em manifestações superiores da hierarquia romana. <sup>122</sup>

Retomando o Livro de Tombo, vemos que o fim do ano de 1962 chegou com muitas dificuldades. Em dezembro, conforme fl. 29 verso, uma proposta de ajuda do patrão é recusada. Bianchi saúda o posicionamento anotando que "*oito anos de preparação de*

---

<sup>121</sup> *Manifesto de desagravo e solidariedade ao Padre Hamilton Bianchi*. Documento datilografado. AEL-MCJ, Caixa "Greves de 1962 e 1967", pasta "Documentos Diversos".

<sup>122</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, s.d.: verbete *Ação Católica Brasileira*, *op. cit.*

*homens não iam ser jogados fora*” (sic) por tão pouco. O Vigário recusa diversas propostas de atuar como mediador na disputa com Abdalla.

Os registros seguintes deixam claro que o comparecimento à igreja reduzia-se com o distanciamento de “pelegos” e de “queixadas”, revelador do refluxo advindo com a continuação da greve sem perspectiva de vitória. Os escritos tornam-se telegráficos, deixam de ser feitos diariamente. O tom torna-se nitidamente depressivo.

Entre folhas 34 e 35, está anexada uma carta de entidade religiosa dos Estados Unidos perguntando que tipo de ajuda deveria enviar. A resposta registra que a Paróquia assiste a 90-100 das 500 famílias em greve. Seguindo a ordem das perguntas dos padres norte-americanos, Bianchi diz que, quanto a remédios, precisa de fortificantes, vitaminas e medicamentos contra gripe. Em “tecidos”, solicita pano para as mulheres empenhadas nas Comunidades de Trabalho. Em seguida, Bianchi recusa diplomaticamente objetos religiosos como cruzes, terços e outros que, muito piedosamente, lhe são oferecidos. Prefere “*canetas*” para as crianças nas escolas. No fim de 1963, chegam 1020 dólares.

É curioso que Bianchi tenha passado todo o ano de 1962 sem registrar atividades como cursos de casais e celebrações de batismos. Quando começa a fazê-lo, já em 1963, Bianchi parece estar procurando reaproximar-se de sua comunidade através daquelas que seriam as atividades que se esperaria rotineiras em um vigário. Ou talvez lhe faltassem outras coisas para registrar...

A redução do comparecimento às atividades da igreja prossegue. Um dos piores momentos foi uma missa celebrada em cima de um veículo no bairro do Saião com a presença de três ou quatro pessoas. Outro ainda mais duro foi registrado algumas semanas depois: a missa de Primeiro de Maio de 1963, à qual comparecem apenas crianças, para “*decepção e amargura de um vigário de operários*”. (fl. 34 verso)

O quadro político na cidade muda com a eleição de novo prefeito e nova vereança, que tomam posse no princípio de 1964. O Golpe levou os às prisões por quatro dias aqueles sindicalistas que o Vigário chama de “*meus operários*”. Dr. Mario fica detido por 36 horas. Dessa experiência, todos saíram “*mais firmes e de cabeça erguida*”.

Nessa altura, aparece uma carta anexa do Padre Murilo Moutinho (aquele mesmo que fundara a Paróquia e fizera acordo com Abdalla) que pede a Bianchi que **NÃO ABANDONE A PARÓQUIA, COMO VINHA PENSANDO**. Moutinho lembra o colega do papel de liderança que ele, Bianchi, exercera nos acontecimentos, assim como a necessidade de permanecer, pois “*o capitão é o último a abandonar o navio*”.

Na dissertação de mestrado, há uma observação da professora Valquiria de que o tom ameno e cordial da carta esconde uma dura cobrança de coerência: Moutinho, nos termos utilizados por Valquiria, embora respeitasse, não concordava com o colega, preferindo ficar de bem com os ricos para conseguir mais coisas para os pobres.

A reprimenda teve efeito, pois Bianchi prosseguiu na sua Paróquia registrando com menções esparsas no Livro de Tombo os processos judiciais e as demais lutas de “Perus”. Permaneceria em Cajamar até 1977 e, pouco antes disso, em 1975, fora nomeado Monsenhor pelo Papa Paulo VI.

Em 1967, outra vertente de possibilidades de ação pastoral abriu-se com a posse de D. Gabriel Paulino Bueno Couto (1910-1982), primeiro Bispo da Diocese de Jundiaí (repartição eclesiástica à qual a Paróquia de Cajamar passou a se subordinar, no lugar de São Paulo). No novo contexto, Monsenhor Bianchi se tornaria coordenador da Pastoral Diocesana, professor e Vice-Reitor do Seminário Maior Diocesano e organizador de um curso de teologia para leigos. Em 1980, foi nomeado Pároco de Vila Rio Branco (em Jundiaí). Em 1982, tornou-se titular da Paróquia Catedral Nossa Senhora do Desterro e Vigário Geral da Diocese. Em 1986, renunciou a todos esses cargos para se dedicar à evangelização e, como missionário, percorreria os Estados de Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Amazonas e Rondônia, vindo a falecer na cidade de



Porto Velho em 03 de outubro de 1987. Seu corpo foi trazido nos dias seguintes para sepultamento em Jundiáí. Cerca de um ano depois, foi promulgada a Lei Estadual 6.486/89, que inscreveria seu nome numa escola estadual de Várzea Paulista, município abrangido pela Diocese. Outra homenagem importante veio da Câmara Municipal de Jundiáí através da Resolução 454/98 que inseriu a “*Medalha ‘Monsenhor Hamilton José Bianchi’... destinada às pessoas e instituições com destacada atuação na defesa dos Direitos Humanos*” dentre os títulos honoríficos concedidos pela Casa.

123

### **3.7. Maria da Conceição da Costa Neves (1908-1989) e Roberto Cardoso Alves (1927-1996)**

O pioneirismo da médica Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), primeira mulher empossada deputada federal em todo o país, como representante do Estado de S. Paulo no ano de 1933, foi seguido por outra paulista: **Bertha** Maria Júlia **Lutz** (1894-1976), promovida de suplente para titular da Câmara Federal no ano de 1937. Para a Assembléia Legislativa de São Paulo, o pioneirismo coube a duas cidadãs eleitas para a Constituinte Estadual de 1935: Maria Theresa Silveira de Barros Camargo e Maria Teresa Nogueira de Azevedo. Em 1947, no retorno do regime democrático, Maria da Conceição da Costa Neves tornou-se a terceira mulher a ingressar como parlamentar na Assembléia paulista.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> *Biografia de Monsenhor Hamilton José Bianchi*, Diocese de Jundiáí: fevereiro de 1988 (texto cedido gentilmente pela EE “Monsenhor Hamilton José Bianchi”). *Regimento Interno* da Câmara Municipal de Jundiáí, 2005, 10ª. Edição (atualizada até a Resolução nº. 514, de 26.09.2006). Os dados de Bispo D. Gabriel estão no sítio da Diocese: [www.diocesedejundiai.org.br/clero/bispos](http://www.diocesedejundiai.org.br/clero/bispos)

<sup>124</sup> “*A presença da mulher brasileira na política nacional*”. Texto do Desembargador Emeric Lévy disponível na página do Museu da Justiça, integrante do sítio do Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo (<http://www.tj.sp.gov.br>).

Nascida em Juiz de Fora (Minas Gerais), **Conceição da Costa Neves** – como ficaria conhecida – estudou em sua cidade natal entre 1913 e 1921, mudando-se para a capital para construir sua vida profissional. Num primeiro momento, como atriz de comédia sob o nome de “Regina Maura”, período em que foi eleita “Rainha das Atrizes” (1933). Na seqüência, tornou-se monitora da Cruz Vermelha Brasileira, tendo sido diretora da seção paulista entre 1939 e 1945.<sup>125</sup> No ano de 1946, fundou a Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra, focada na ressocialização de pacientes saídos de sanatórios e nas famílias de hansenianos. Nas décadas seguintes, combinou sua atuação parlamentar com este trabalho que a levaria a representar O Estado de S. Paulo em diversos eventos nacionais e internacionais com foco em tal questão. Exerceu mandato de deputada estadual sem nenhuma interrupção de 1947 até 1970. Inicialmente, pelo PTB. Em 1958, passou para as fileiras do PSD. Com a extinção dos partidos imposta pelo regime militar iniciado em 1964, ingressaria no MDB. Entre 1955 e 1962, foi eleita seguidamente para a 1ª Vice-Presidência da Assembléia e, por duas vezes, assumiu a Presidência da Casa na qualidade de primeira brasileira a galgar uma posição desse tipo. Foi Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento por cinco anos, membro da Comissão de Redação durante sete exercícios e, em 1968, foi eleita 1ª Vice-Presidente mais uma vez. Em 1962, tornou-se a recordista de votos entre os parlamentares estaduais eleitos para o mandato 1963-1967: 32.097 sufrágios. A principal marca da deputada era a competência como legisladora: foram de sua iniciativa mais de duzentas leis aprovadas, ou cerca de uma lei para cada mês de mandato. Além disso, em seus dados legislativos, é destacada a importância de uma viagem à União Soviética em 1957; em cujo retorno converteu-se numa ferrenha anticomunista.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> Posto importante porque, justamente nesse exato intervalo de tempo, a Cruz Vermelha criou na cidade de São Paulo uma seção para vítimas de guerra, além de 65 postos de socorros para casos de urgência (com médicos, enfermeiras e todo material necessário) e uma Escola de Enfermagem (1940). Cf. sítio da Cruz Vermelha Brasileira: [www.cvb.org/filiais/saopaulo.htm](http://www.cvb.org/filiais/saopaulo.htm).

<sup>126</sup> Dados do prontuário pessoal de Maria da Conceição da Costa Neves, disponíveis para consulta na Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo.

Consultando os livros resumo das atividades parlamentares, dos volumes de 1955 até os de 1967, a alteração de conduta acima apontada é facilmente observável nos registros de Conceição da Costa Neves, pois, a partir de 1958, aparecem discursos anticomunistas muito duros, sem paralelos nos exercícios legislativos anteriores. Nas coleções de livros resumo correspondentes a cada ano (são muitos, para poder abarcar todos os parlamentares), o número de páginas dedicadas à deputada é invariavelmente maior do que a média dos colegas. Os discursos registrados são poucos,<sup>127</sup> e eram realizados em alguma data ligada a Getúlio Vargas (ocasiões em que a deputada fazia autênticas profissões de fé nos ideais atribuídos a este líder) ou tendo em vista algum evento destacado do “comunismo” no plano internacional ou nacional. O volume principal nos registros da parlamentar, porém, é ocupado por projetos de lei e suas justificativas; textos curtos num português objetivo, mas muito primoroso na estética. Questões do funcionalismo formam a maioria dos projetos consultados, nos quais há nítida priorização de estratos em situação relativamente favorecida: diretores de escola, professores, chefes de seção, médicos. Outro aspecto notório é o número pequeno de atividades reivindicatórias de categorias profissionais tomado como objeto dos projetos e pronunciamentos da deputada. Não aparecem questões sociais, exceto no formato de projetos de lei de patente cunho assistencialista. Tudo, portanto, parece convergir para um perfil político centrado na classe média ligada profissionalmente ao aparelho de Estado, e no assistencialismo como forma de enfrentamento dos problemas dos segmentos menos favorecidos. Para os fins desta dissertação, é preciso salientar dois aspectos que, mais adiante, irão se revelar importantes no perfil da deputada: ela mostrava grande desenvoltura em aparições na TV e parece ter tido o cuidado de evitar a associação de seu nome a episódios desabonadores da política paulista. Ou, nos termos de hoje, diríamos que seu *marketing político* era o de um nome com passado “limpo” e “realizações” no campo social, usado para respaldar o tom moralista de seus discursos em defesa da ordem.

---

<sup>127</sup> Os discursos reunidos por parlamentar nos referidos livros resumo são os *previamente redigidos*, não os realizados no curso das sessões.

A comparação da atuação legislativa de **Conceição** (maneira como a deputada é comumente referida nos documentos de Perus) com Roberto Cardoso Alves pouco revela. Deputado em primeiro mandato (1959-1962), eleito pelo Partido Democrata-Cristão (PDC); o futuramente chamado “Robertão” assumiria em 1962 a condição de porta-voz dos “queixadas” na Assembléia Legislativa paulista, tendo na deputada sua antagonista irreconciliável. De sua parte, Cardoso Alves anexou, ano a ano, um número muito inferior de registros aos livros resumo; e seu foco eram indicações ao Governo do Estado de obras ou serviços requeridos por alguma comunidade, não projetos de lei. Os pedidos vinham de pontos diferentes do Estado, sem que tenha sido possível identificar (com base apenas *nesses* registros) regiões eventualmente priorizadas. Ele escrevia pouco (bem menos que Conceição da Costa Neves), num português correto, mas pobre e sem brilho.

### **3.8. José João Abdalla, o “mau patrão”**

José João (“J. J.”) Abdalla (1903-1978), médico, vereador (1931-1934) e Prefeito da cidade paulista de Birigui (1937-1941), foi constituinte em 1946 pelo Partido Social Democrático (PSD) e Deputado Federal (1946/1950 e 1954/1964) pela mesma agremiação. Foi Secretário do Trabalho sob o Governador Ademar de Barros nos anos de 1950 e 1951.

Líder de extenso império industrial, bancário e agropecuário; em 1951, José João Abdalla adquiriu fábrica, ferrovia, pedreiras de calcário, o Sítio Santa Fé (fazenda de reflorestamento situada em Perus, à beira da ferrovia cimenteira com mais de 10 km quadrados) e terras que cobrem cerca de 60% do território do atual Município de Cajamar, onde o poderio da Companhia era tão presente que, para se instalar em 1960, a Prefeitura precisou que o deputado lhe cedesse uma edificação.

Um elemento com grande ressonância em toda sociedade que invariavelmente fazia parte dos panfletos e comunicados dos “queixadas” era o conceito de “mau patrão”, sonegador e desrespeitador da lei popularmente associado ao deputado José João Abdalla. Com a instauração do regime militar em 1964, a mesma imagem negativa foi essencial para que o empresário fosse incluído na primeira lista de cassações e investigados sob suspeitas de corrupção sem provocar protestos e ressentimentos mais visíveis. Decretada sua prisão em 1965, Abdalla acabou tornando-se foragido, até ser preso e ter grande parte do patrimônio confiscado.

Ainda que diversos outros políticos e empresários brasileiros tenham sido também (ou poderiam perfeitamente) ser objeto de acusações, inquéritos e medidas punitivas semelhantes, o fato que permanece é que há poucos casos de personalidades tão estigmatizadas na história do Brasil como José João Abdalla. Uma falha assumida da pesquisa ora exposta é que não foi possível identificar o momento originário a partir do qual o apelido de “mau patrão” tornou-se tão firmemente conectado a este cidadão. No entanto, o mecanismo social como tal associação sustentou-se ao longo de décadas é facilmente perceptível na documentação estudada.

A questão principal é que os nomes das empresas do deputado que se converteram em objetos de denúncias jornalísticas, processos e condenações judiciais tornaram-se indissociáveis de sua imagem pessoal; e a razão capital para tanto era a própria atitude imperial de “J. J.”

Uma ocorrência invariável no noticiário consultado é o poder extremamente limitado dos advogados credenciados como representantes das empresas de Abdalla em mesas redondas promovidas pela Delegacia Regional do Trabalho e nas audiências da Justiça. Diretores das empresas dificilmente compareciam a estes eventos e a outras tratativas com os trabalhadores. Quando o faziam, a seqüência do noticiário geralmente mostrava que os próprios dirigentes não necessariamente gozavam de situação melhor do que a dos procuradores judiciais, como era o caso de Nicolau e Antonio João

(irmãos e sócios de José João Abdalla), figuras sempre ofuscadas pela do deputado/empresário. Outra regra da documentação jornalística consultada é que poucos gerentes ou chefes são apresentados como “injustos” ou “carrascos” pelos operários, a despeito das inúmeras arbitrariedades denunciadas em todas as firmas de “J. J.” Abdalla de que se tenha notícia. As poucas chefias intermediárias denunciadas surgem na fala operária e na documentação jornalística como meros executores da vontade do empresário.

Nessas condições, como a opinião pública deixaria de imaginar que era em José João Abdalla que se concentravam todos os poderes decisórios em suas empresas e que era por sua determinação direta e exclusiva que aconteciam todas as irregularidades apontadas pela imprensa?

A figura do patrão (ou melhor: *deste* patrão em particular), em conseqüência, torna-se um aspecto essencial para se entender a dinâmica do movimento operário em Perus e Cajamar, pois o simples fato de seu antagonista ser exatamente José João Abdalla ampliava de forma considerável o leque de apoios e alianças na sociedade aos quais os trabalhadores poderiam recorrer.

## Capítulo IV – Surge o movimento dos “queixadas”

### 4.1. 1958: os “queixadas” entram em cena

Em 1957, após três anos daquilo que o Dr. Mário Carvalho de Jesus chamou de “trabalho miúdo” (reflexões junto aos operários sobre os problemas comuns, encaminhamento de reclamações, etc.), o Grupo Abdalla tentou bloquear o trabalho do sindicato de Perus através da transferência de um grupo de empregados (entre os quais, lideranças emergentes) para outra empresa do conglomerado no litoral de São Paulo, a 200 quilômetros da usina cimenteira. Os trabalhadores recorreram à legislação trabalhista que tornava obrigatório o cumprimento desse tipo de ordem somente se houvesse necessidade real de trabalho. Como seriam transferidos operários qualificados para uma unidade que empregava exclusivamente serventes, a comprovação do fato somou-se à união de todos para garantir a vitória sem que se tornasse imperativo recorrer à greve.<sup>128</sup>

Em outubro do ano seguinte, os trabalhadores das cinco indústrias de cimento do Estado de S. Paulo chegaram à época de discutir o ajuste anual de seus salários na Justiça do Trabalho. Em Perus, os sindicalistas iniciaram o mês com o grande triunfo - nas seções eleitorais locais - de seu candidato, André Franco Montoro (do PDC) sobre José João Abdalla (PSD) na disputa para deputado federal; episódio saudado como a versão regional da vitória do “tostão sobre o milhão”, pois tinha o significado de quebra da hegemonia do deputado empresário numa de suas mais tradicionais bases de apoio.

129

---

<sup>128</sup> Jesus et alii, 1977, p. 41-42.

<sup>129</sup> *Carta Aberta a Montoro e aos Trabalhadores de Perus* in Jesus & Equipe dos Queixadas, s.d., pp. 07.

Enquanto isso, os outros quatro sindicatos dos trabalhadores do cimento estavam envolvidos num processo de negociação, no qual as respectivas empresas vinham acenando com significativo aumento salarial, em valores diferentes dos oferecidos em Perus. Segundo o Dr. Mario Carvalho de Jesus, em meados de outubro, as quatro empresas divulgaram comunicado conjunto nos jornais no qual anunciavam que aumentariam o preço do cimento em razão do reajuste que concederiam a seus funcionários.<sup>130</sup> Porém, o reajuste do produto pareceu exagerado aos sindicalistas de Perus, opinião confirmada por um engenheiro amigo do Dr. Mario que demonstrou que bastaria uma elevação de 1/7 do total anunciado para que as despesas extras com salários fossem cobertas.

A questão foi levada para audiência de conciliação na Delegacia Regional do Trabalho, oportunidade que os representantes dos operários de Perus e Cajamar afirmaram que não aceitariam a proposta da Companhia de Cimento de aplicar o mesmo índice das outras quatro fábricas paulistas: queriam 40% - porque, com a majoração do cimento, os empresários estavam ganhando mais - ou 30%, desde que o preço do cimento no mercado retroagisse ao nível de quinze dias antes. O Delegado Regional do Trabalho recusou-se a discutir nesses termos por entender que não competia ao sindicato questionar os preços praticados pelas empresas. Em consequência, o impasse instaurou-se; e se somou à demissão de Gino Rezaghi, trabalhador de Cajamar que tinha declarado publicamente que se recusava a votar pela reeleição de Abdalla para

---

<sup>130</sup> Neste ponto, há uma discrepância na documentação. Em texto de 1977, Dr. Mario afirma que, em **15 de outubro de 1958**, os quatro outros sindicatos dos trabalhadores do cimento no Estado tinham firmado acordo que previa 30% de aumento salarial sob o comando de Luis Menossi, presidente da Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção (à qual o sindicato de Perus estava filiado). Teria sido justamente este o acordo tomado como pretexto para a anunciada elevação do preço do cimento (Jesus et alii, 1977, p. 43). Porém, em **24 de outubro de 1958**, pg. 06, o *Ultima Hora* publicou matéria na qual Luis Menossi declara que

*Atualmente estamos em entendimento com o setor do cimento. Embora o pessoal da "Perus" não aceite os 30% oferecidos, os empregados das outras fábricas (Votoran, Maringá, Itapeva e Santa Rita), onde a situação é diferente, aceitam 25% sobre os salários de outubro do ano passado. Possivelmente chegaremos a um acordo amanhã, pois os patrões já ofereceram 22%.*



deputado federal. <sup>131</sup> Deste modo, fábrica de cimento, pedreiras e ferrovia entravam na primeira paralisação de todo o complexo produtor de cimento.

Para esse episódio, o noticiário do *Ultima Hora* é muito claro: *Democracia Cristã submete-se a teste liderando greve operária na “Perus”*. Tratava-se de uma greve “diferente”, em primeiro lugar pela vinculação da discussão salarial à política de preços do cimento, atitude justificada pelos sindicalistas como sua contribuição para que a *elevação geral de preços fosse contida*. <sup>132</sup>

Outro diferencial era que os “novos líderes” eram quase todos democrata-cristãos. O Dr. Mario (apresentado como “líder máximo” que “sacudia” os operários com uma “linguagem totalmente nova nas entidades de classe”) afirmava a “reforma das empresas” era objetivo do movimento. Uma das formas de conseguir esse intento era a exigência de transformar em realidade a participação nos lucros das empresas prevista na Constituição de 1946. A reivindicação principal, porém, era a defesa da liberdade sindical com o retorno à empresa de Gino Rezaghi, recém-eleito diretor do sindicato. O movimento ainda se destacava pela insistência em afirmar seu caráter pacífico e ordeiro. Deste modo, no primeiro dia de greve, a chegada de um carro da Radiopatrulha <sup>133</sup> foi tomada como pretexto, nos termos de *Ultima Hora*, para uma nova “pregação”: os sindicalistas afirmaram que os policiais eram bem-vindos e seriam respeitados; mas, mesmo se não viessem, não haveria motivos para se preocupar porque “a empresa estaria guardada pelos trabalhadores, pois (...) é patrimônio dos operários”. <sup>134</sup>

Existiam outras razões para que o movimento insistisse em sua atitude pacífica. Na assembléia que deflagrou a greve, os operários precisaram agir com rapidez para evitar que um colega provocasse tumulto durante o discurso do Dr. Mario. Em 16 de outubro,

---

<sup>131</sup> Jesus et alii, 1977, p. 43-44.

<sup>132</sup> Os textos de época consultados não empregam o termo “inflação”.

<sup>133</sup> Radiopatrulha: serviço de ronda ostensiva realizado pela Guarda Civil, corporação policial de caráter civil subordinada ao Governo do Estado de S. Paulo. A Guarda Civil e a Força Pública fundiram-se na década de 1960 para formar a atual Polícia Militar.

<sup>134</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 16.10.1958. Edição vespertina, pg. 09.

segundo dia de greve, um grupo de trabalhadores do Grupo Abdalla, vindos de Americana aparentemente para “furar” a paralisação, foi detido e revistado pela Guarda Civil em frente à fábrica de cimento. Os policiais apreenderam revólveres, punhais e munição.<sup>135</sup> Em paralelo, os operários ocupantes de postos de chefias foram convocados pela empresa para que recolocassem a usina em funcionamento junto com trabalhadores trazidos de outras firmas de Abdalla. Os chefes, contudo, compareceram à “assembléia permanente” instalada na sede do sindicato operário para comunicar sua recusa em cumprir tal ordem.<sup>136</sup>

No dia 19 de outubro, quarto dia de greve, nova assembléia operária reafirmou a disposição de manter a paralisação até a conquista dos 40% e do retorno de Gino Rezaghi. Na ocasião, o presidente do Sindicato, José Laurindo Machado, declarou à imprensa que o Grupo Abdalla tinha obtido um empréstimo para suportar prejuízos decorrentes do prosseguimento da greve. Os operários, portanto, deveriam também se preparar para uma longa resistência. Assim, foi deliberada a criação de “Comitês de Ajuda ao Trabalhador contra o Truste Abdalla” em diversos pontos da cidade de São Paulo; o primeiro dos quais já estava funcionando no gabinete do vereador Joaquim Monteiro de Carvalho (PSB) na Câmara Municipal, e outro se instalaria na residência do deputado André Franco Montoro. A assembléia também deliberou a realização de “comícios relâmpago” junto com parlamentares, para esclarecer a população acerca dos motivos da greve. No plano político, foi aprovado o envio de telegrama aos dirigentes dos Poderes Executivo e Legislativo solicitando-lhes que fossem sustados os sucessivos aumentos no preço do cimento, bem como ficou decidida a realização de visitas às “altas autoridades” (Governador do Estado e Presidentes da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal de São Paulo).<sup>137</sup>

Dez dias depois, em 29 de outubro, constituiu-se o “Banco da Queixada” para gerir os mais de cem mil cruzeiros que já tinham chegado em auxílio aos grevistas. Desse total,

---

<sup>135</sup> *Provocação armada. Última Hora*, Arquivo do Estado, 17.10.1958, pg. 07.

<sup>136</sup> *Última Hora*, Arquivo do Estado, 18.10.1958, pg. 07.

<sup>137</sup> *Última Hora*, Arquivo do Estado, 20.10.1958, pg. 11.

somente a União Estadual dos Estudantes UEE contribuiu com Cr\$ 25.000,00, dentro de sua política de “aliança operário-estudantil”. Estudantes universitários e centros acadêmicos realizaram diversas visitas a Perus e sempre compareciam em grande número às passeatas que os grevistas realizavam regularmente pelo Centro de São Paulo. Quanto ao “Banco”, tratava-se de uma espécie de fundo de greve que atribuía valores monetários aos alimentos e remédios doados para que entrassem na mesma contabilidade dos bens adquiridos pelo sindicato com as doações em dinheiro. Em seguida, as famílias grevistas faziam retiradas mediante a expedição de vales, sob o compromisso de repor logo que fosse possível. Depois da greve, como as reposições foram realmente realizadas, criou-se um fundo de consideráveis dimensões. O Banco continuou atuando como instituição financeira até ser fechado, dois anos depois, pelas autoridades monetárias federais.<sup>138</sup>

Antes disso, no dia 20 de outubro de 1958 (quinto dia de greve), a saca de cimento de 50 quilos já estava sendo negociada a 222,00 cruzeiros no comércio varejista de São Paulo, em contraste com os Cr\$ 195,00 em 30 de setembro. Nesse contexto, temendo que a elevação provocasse paralisação de obras e demissões em massa, os trabalhadores de Perus reafirmaram sua disposição de encerrar imediatamente a greve desde que o aumento de 30 (e não mais) 40 por cento em seus salários viesse acompanhado da readmissão de Gino Rezaghi (a esta altura eleito secretário geral do sindicato) e do congelamento do preço do cimento aos níveis praticados no final de setembro. O Sindicato da Indústria de Construção Civil (patronal) enviou ofício nesse mesmo dia, afirmando seu apoio aos grevistas.<sup>139</sup>

No dia 24.10, por meio de intermediários, o comitê dirigente da paralisação recebeu nova proposta da empresa: 30% de aumento, mais a garantia de 10% a título de premiação para o caso da produção mensal ultrapassar 600.000 sacas. A proposta foi rejeitada em razão da constante falta de óleo para os fornos, o que impediria que se

---

<sup>138</sup> Frente Nacional do Trabalho. *Fundação da FNT*, São Paulo, SP: março de 1980, FNT, pg. 18. *Cadernos de Formação, Série Vinte Anos de Luta.*

<sup>139</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 21.10.1958, pg. 08.

atingissem as 600.000 sacas. Além disso, os sindicalistas frisaram que era muito difícil controlar a produção na empresa. Portanto, a greve prosseguiria até obter 40% nas carteiras profissionais.<sup>140</sup>

Em 28.10, as indústrias de cimento que atendiam a Capital paulista e seus arredores estavam despachando apenas o mínimo necessário para que todas as obras não paralisassem, com a saca de cimento cotada a Cr\$ 233,00. Em contraste, no mesmo dia, a saca custava entre Cr\$ 129,00 e Cr\$ 134,00 no Rio de Janeiro e, na própria cidade de São Paulo, estivera cotada a Cr\$ 120,00 em março de 1958.<sup>141</sup> Na capital paulista subitamente desabastecida do principal insumo da construção civil por conta da greve dos “queixadas”, as encomendas de cimento estavam sendo atendidas com atraso de sete a quinze dias. Vários canteiros de obras ou estavam paralisados ou, com a chegada de cimento, se viam forçados a promover uma aceleração febril nos trabalhos para que as edificações pudessem ser entregues dentro dos prazos contratuais. Nesse quadro, enquanto as companhias produtoras de cimento estavam próximas de atingir o declarado objetivo de igualar o preço do produto importado ao do nacional, as empresas de construção reivindicaram do Governo o tabelamento de preços, sugerindo como alternativas o estabelecimento de taxa especial de câmbio para que as construtoras pudessem importar ou que o próprio Executivo Federal adquirisse

---

<sup>140</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 25.10.1958, pg. 07.

<sup>141</sup> O mercado de cimento tem algumas particularidades incomuns. Por exemplo, o produto é perecível num tempo relativamente curto, circunstância que dificulta a formação de estoques reguladores. Por outro lado, na virada dos anos 50/60, com exceção do Rio Grande do Sul, cujas usinas operavam a 85% de sua capacidade nominal, o padrão vigente no Brasil era operação a 90-95% da capacidade nominalmente instalada. Além disso, o valor unitário do cimento é baixo ao ponto de transformar os custos de transporte num fator de importância decisiva na definição do preço final e da área passível de atendimento por determinada fábrica: até o começo da década de 1990, o conceito predominante no Brasil era que, valendo-se de caminhões e ferrovias para escoar sua produção, uma usina sustentaria preços competitivos num raio de aproximadamente quatrocentos quilômetros; não muito além disso. O mercado cimenteiro estruturou-se, portanto, de forma acentuadamente regionalizada, de modo que existiam limitações objetivas para que as fábricas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro pudessem compensar um brusco desabastecimento em São Paulo. Assim, a referida elevação de preços expressa a combinação de um inegável componente especulativo com uma situação de relativa inelasticidade da oferta. Vale ressaltar que a dinâmica do mercado de cimento no período ora descrito é diferente do quadro instaurado a partir de 1980-1990, quando uma nova geração de plantas cimenteiras passou a operar com enormes taxas de ociosidade e a atender áreas mais amplas em função de outras composições de custos de produção e de transporte. A este respeito, ver Siqueira, 2001, pp. 33-129.

no exterior o cimento indispensável à continuidade das obras públicas, forçando assim uma baixa de tarifas.<sup>142</sup>

No dia 31 de outubro, com a cotação do cimento em São Paulo já na faixa de 240,00 a 250,00 cruzeiros, *Ultima Hora* publicou manifesto dos “mil operários” em greve acerca dos “*Verdadeiros motivos da paralisação da Fábrica de Cimento Perus*”. Embora basicamente reafirme posicionamentos já assumidos, o documento é de especial interesse pela nitidez com que revela a matriz ideológica do movimento e a preocupação de sensibilizar a opinião pública.

Em número de quatro, a primeira razão apontada para o desencadeamento da greve era a perseguição política contra Gino Rezaghi, um dos trabalhadores de Perus que tinham se unido “em torno de um homem”<sup>143</sup> para conduzi-lo à Câmara Federal e não em torno do candidato à reeleição – José João Abdalla. A segunda razão da greve era o grande descompasso entre os baixos salários pagos aos trabalhadores e o enorme faturamento adicional produzido pelas sucessivas elevações do preço do cimento: de abril até o último dia antes da greve (14 de outubro), a empresa passara a ganhar um adicional de Cr\$ 100,00 por cada saca de cimento, sendo que Cr\$ 4,00 por saca seriam suficientes para cobrir o pleiteado aumento de 40% na remuneração dos operários.

No item 03 (“a carestia da vida – o eterno problema”), é dito que

Se as nossas estimativas não estiverem certas, abram-nos os livros da ‘Perus’, das suas associadas e concessionárias na venda do cimento. O argumento deles, os poderosos, é que nada temos a ver com os lucros, devendo os operários sofrer apenas as consequências da incapacidade financeira das empresas, caso os tribunais isentem os empregadores de atender às majorações salariais pretendidas pelos empregados (...). Tudo isso acontece por causa da estrutura em que estamos inseridos. Mas não temos dúvida em afirmar que tudo isso acontece com o sacrifício do direito natural, da doutrina

---

<sup>142</sup> *Vai parar “a cidade que mais cresce no mundo”: crise do cimento no auge! Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 28.10.1958, pg. 05.

<sup>143</sup> O nome de André Franco Montoro não é explicitado.

social cristã e da própria Constituição Federal que assegura ao trabalhador, pelo menos na letra, um salário mínimo familiar (Art. 157, I).

A Justiça do Trabalho do trabalho tem se limitado a conferir aumentos salariais de acordo com o 'aumento do custo de vida', apoiada em cálculos precaríssimos, sujeitando-se a peritos não da confiança pessoal do julgador, mas de órgãos governamentais que se contradizem nas informações prestadas. **Mas, o pior em tudo isso é que o aumento concedido pela Justiça do Trabalho só serve para um período pretérito, quando os trabalhadores precisam de um aumento para o futuro. E o que acontece após a concessão dos aumentos salariais?** Aumentam novamente os preços das utilidades. Resultado: o trabalhador, o chefe de família, está sempre com seu salário desatualizado, continua a correr atrás de uma bola que nunca alcança... (grifos do texto original).

Para contribuir para a superação deste círculo vicioso, o ponto 04 ("em defesa do bem comum") reafirma que os operários concordariam com a proposta "patronal" de 30% de aumento em seus salários desde que o preço do cimento ficasse congelado pelo valor de 30 de setembro de 1958.<sup>144</sup>

No mesmo dia em que o manifesto foi publicado, um protesto de trabalhadores e estudantes no centro de São Paulo contra os aumentos das passagens de ônibus foi violentamente reprimido pela polícia, o que despertou uma nova onda de indignação. Nos dias seguintes, protestos e confrontos prosseguiram pelas ruas da Capital.

---

<sup>144</sup> *Grevistas de Perus: "testemunhamos em defesa dos direitos dos homens". Última Hora, Arquivo do Estado, 31.10.1958, pg. 03.*



*“Povo acochado à ponta de baionetas ganhou as ruas para novos protestos”.  
Ultima Hora, Arquivo do Estado, 1º de novembro de 1958, pg. 01.*

Em Perus, aumentara o contingente de policiais, o que levou os sindicalistas a divulgar nota em que afirmam que não seriam intimidados com esta medida, e que saberiam responder qualquer provocação que viesse a ocorrer de forma tranqüila e pacífica. Além disso, “caso as ameaças persistirem”, o plantão mantido por decisão do sindicato junto a serviços essenciais seria desativado, de forma que a fábrica de cimento, suas vilas operárias e uma boa parte de Cajamar ficariam sem luz elétrica, telefone e abastecimento de água.<sup>145</sup>

<sup>145</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 05.11.1958, pg. 05.

Em 03 de novembro, uma audiência de conciliação promovida pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) não chegou a nenhum acordo. A empresa propôs reajuste de 25% a partir do mês anterior sob o argumento de que fora em torno desse índice que fora fechado acordo nas outras fábricas de cimento no Estado; o sindicato manteve sua reivindicação de 40% e, em consequência, recebeu prazo de 24 horas para apresentar aos juízes um memorial que justificasse sua pretensão.<sup>146</sup>

Nesta altura, a cidade de São Paulo ainda estava impactada pela violenta repressão policial que se abatera dias antes sobre o protesto de estudantes e de trabalhadores contra o aumento das passagens de ônibus. Tinham acontecido enfrentamentos e depredações.

No dia 09.11, sábado, uma passeata que o *Ultima Hora* chamaria de “pacífica”<sup>147</sup> do movimento de Perus pelo Centro de São Paulo lançou a “Campanha do Feijão” com o intento de arrecadar alimentos junto à população solidária para que o movimento pudesse resistir “por tempo indeterminado contra o truste do cimento”. As mulheres compuseram “bandeiras” com seus sobretudos e xales para recolher donativos durante o evento.

---

<sup>146</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 04.11.1958, pg. 09.

<sup>147</sup> “Pacífica” num sentido preciso: sem as ocorrências do protesto anterior. *Ultima Hora* assinalou que a polícia praticamente promoveu uma passeata paralela ao destacar um enorme efetivo para seguir a manifestação ao longo de um extenso trajeto pelas ruas centrais da cidade.





Passeata de lançamento da “Campanha do Feijão” em 09 de novembro de 1958.  
*Última Hora*, Arquivo do Estado, 10.11.1958, pg. 09.

No dia 11.11, foi publicada a manifestação do Procurador Regional da Justiça do Trabalho no processo de Perus no TRT na qual é assinalado que a reivindicação de 40% estava acima não apenas da proposta patronal, mas também do índice de aumento do custo de vida apurado nos últimos meses e dos 25% de reajuste salarial adotado nos recentes acordos das outras empresas produtoras de cimento com seus operários. A aceitação pelo TRT dos 40% implicaria, portanto, na visão do Procurador, numa “discriminação” que acentuaria o “dirigismo” da Justiça trabalhista no mercado de trabalho. Assim, por mais que se admitissem os “desproporcionados lucros” da empresa ou os “altos preços” do cimento, não caberia fugir aos “critérios habituais” adotados pelos tribunais para o tratamento desse tipo de questão. Nessa conformidade, a Procuradoria opinava pela adoção da proposta patronal: 25% a partir de outubro. A questão foi apresentada pelos jornalistas ao presidente do sindicato de Perus, acrescentando-se que grandes categorias como metalúrgicos, gráficos, trabalhadores do papel e do papelão e outras tinham fechado acordos entre 22 e 25%. Com “firmeza inaudita”, José Laurindo Machado ofereceu vários casos concretos para demonstrar

que soldadores, mecânicos, almoxarifes e operários estáveis de “Perus” recebiam salários muito abaixo da média ou mesmo do mínimo vigente em outras categorias profissionais para as mesmas funções. Tratando-se, conseqüentemente, de uma companhia que combinava baixos salários e “lucros além do normal”, não haveria motivo para não conceder os 40% ou para não adotar a proposta alternativa de aumento de 30% combinado com redução do preço do cimento.<sup>148</sup>

Em termos bem menos sofisticados, o Presidente do TRT declarara na audiência de conciliação de Perus que “o único critério a ser abraçado para o julgamento de dissídio coletivo era o de saber qual o aumento do custo de vida verificado e que o resto era demagogia”. Em resposta posteriormente encaminhada por escrito, o Dr. Mario Carvalho de Jesus retrucou que, para rebater o “desavisado julgador” não utilizaria os princípios cristãos, da doutrina social cristã ou mesmo da Constituição Federal que previa expressamente o combate ao abuso do poder econômico que tenha por fim “dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros”. Dr. Mario preferiu assinalar que o TRT vinha concedendo aumentos salariais, liberando de seu cumprimento as companhias de capacidade econômica comprovadamente insuficiente. Como “em lógica, não se pode, diante de um mesmo fato, propor silogismos diferentes”, se os empregados deixam de receber quando as firmas não podem pagar, era evidente que as mesmas não poderiam se eximir quando sua situação fosse inversa, como era o caso de Perus.<sup>149</sup>

A atitude dos sindicalistas perante a Justiça do Trabalho relaciona-se com a decisão, já anunciada nesta altura dos acontecimentos, de não se submeter à deliberação do TRT caso essa lhes fosse desfavorável. Ao assumir tal postura, o sindicato de Perus integrava-se à luta de muitas categorias profissionais contra o Decreto-Lei 9.070, de 15 de março de 1946, que proibira de greves em setores da economia considerados essenciais e determinara que paralisações ocorridas em desarmonia com os prazos e

---

<sup>148</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 11.11.1958, pg. 09; e 12.11.1958, pg. 06.

<sup>149</sup> *Será que o resto é demagogia? Ultima Hora*, 12.11.1958, Arquivo do Estado, pg. 09.

procedimentos definidos em seu texto autorizariam a cessação dos contratos de trabalho. Os grevistas de Perus e Cajamar declararam, porém, que se espelhavam em greves ocorridas em 1957 que, ignorando ameaças de demissão, tinham prosseguido depois de julgamentos desfavoráveis pela Justiça do Trabalho até conquistar desfechos satisfatórios.

Em 20 de novembro, quinta-feira, data do julgamento no TRT, o dia iniciou-se com a notícia de que uma eventual recusa dos 40% seria respondida pelos sindicalistas com a continuação da greve e com gestões junto ao Poder Público para que fosse feita a desapropriação da Companhia com o fito de transformá-la em uma sociedade cooperativa, gerida pelos próprios operários. Além disso, desde o dia anterior já se sabia que a empresa entrara com processo judicial de demissão por falta grave contra 264 trabalhadores (inclusive o Presidente e vários dirigentes do sindicato) alegando que a paralisação grevista fora deflagrada em desconformidade com o rito previsto no Decreto-Lei 9.070.<sup>150</sup>

No TRT, a posição vitoriosa foi a dos 03 magistrados que votaram pelos 30%. Houve 02 votos pelos 25% e 01 único voto pelos 40%, dado pelo juiz revisor do processo. O *Estado de S. Paulo* e *Ultima Hora* observaram que a votação implicava na total desmoralização da posição de reajustar salários pelo índice oficial de aumento do custo de vida (então apurado em 15%). Não foi determinado prazo para que os trabalhadores encerrassem a greve, embora o TRT entendesse que o não cumprimento de sua decisão daria à empresa o direito de tomar “providências que entender de seu interesse”, nos termos do Decreto-Lei 9.070. No dia seguinte (21, sexta-feira), o sindicato distribuiu nota à imprensa em que afirmava que os operários tinham jurado que só retornariam ao trabalho com todos os companheiros, sem demissões. Outro ponto levantado é que um dos juízes que tinham votado pelos 30% exercia o cargo de diretor da Fábrica de Cimento Ipanema e, portanto, estava legalmente impedido.

---

<sup>150</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 19.11.1958, pg. 08; e 20.11.1958, pg. 06 e 09. No AEL-MCJ há cópia da denúncia da Companhia na Caixa “Greve de 1958”.

Também foi informado que a entidade tinha acertado com parlamentares a apresentação de projeto de desapropriação da Fábrica de Cimento e da Estrada de Ferro Perus-Pirapora na segunda-feira, dia 24.11.<sup>151</sup>

A aproximação desse momento crítico provocara intensas preocupações no meio sindical. Numa reunião de sindicatos acontecida às vésperas do julgamento no TRT na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, as entidades reafirmaram seu integral apoio aos grevistas de Perus. Contudo, vários dirigentes observaram que “há momentos exatos para iniciar um movimento e momentos exatos para terminá-lo”. Para a edição de sábado, 22.11, do *Ultima Hora*, José de Araújo Plácido, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, declarou que

Em nome do Pacto de Unidade Intersindical, visitamos a assembléia dos operários de Perus. Aliás, não era bem uma assembléia, mas uma reunião de família de trabalhadores e associados, bem como de operários de outras empresas (...). Pelo que pude observar, está mais do que provado que os operários da Perus precisam realizar assembléias mesmo, e que a aceitação ou não da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, reajustando os salários em 30%, precisa ser resolvida em escrutínio secreto. Na reunião de sexta-feira, até criança votou. **Quem dirige a assembléia é o advogado da classe, que não dá aos operários oportunidade de discutir, debater.** Precisa haver votação secreta, repito, pois, dessa forma, a vontade dos trabalhadores se manifestará livre e democraticamente. (grifos meus, ES).

Outra manifestação importante na mesma edição do *Ultima Hora* foi a de Lourival Portal da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Comércio de Minérios no Estado de S. Paulo:

A continuação da greve é uma insensatez. Os dirigentes do movimento estão levando os trabalhadores para o abismo. A greve é justa, justíssima. Porém, diante do julgamento do Tribunal (...) e do fato do Decreto 9.070 ainda estar em vigor, é uma loucura prosseguir na greve. O patrão poderá demitir todos os seus empregados, estáveis ou não, e ainda recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho que, certamente, reduzirá os 30%. (...) Como

---

<sup>151</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 21.11.1958 pg. 09; e 22.11.1958, pg. 07.

membro do Partido Democrata Cristão, não admito que se envolva esse partido na condução da greve dos operários da Perus. Se continuarem tentativas de envolver esse partido em movimento puramente sindicalista, poderão surgir novos problemas para o PDC, pois os trabalhadores, cedo ou tarde, acabarão condenando a política partidária, mesmo democrata-cristã, como condenam a política partidária comunista, janista e ademarista nos sindicatos.

Essas falas demandam alguns comentários:

1. A composição da assembléia. O sindicalismo de Perus, de fato, mobilizava a família operária em sua globalidade. Há, inclusive, uma história em Perus e Cajamar de que o Dr. Mario, em certa oportunidade, ao tomar conhecimento de que parte das mulheres estava questionando a participação dos operários no sindicato, não teve dúvidas: chamou todas para a assembléia! Existem até mesmo registros fotográficos de casais de mãos dadas, vestidos com suas melhores roupas, dirigindo-se para uma reunião geral na sede do sindicato em Perus;
2. A postura do Dr. Mario. Críticas como as do vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos - no sentido de que o Dr. Mario Carvalho de Jesus sobrepunha-se às lideranças eleitas, assumindo na prática a direção dos sindicatos que o contratavam como procurador jurídico – foram formuladas por personagens históricos dos mais variados matizes ideológicos em vários outros momentos da trajetória do advogado. Por exemplo, na “*Informação nº 1.138/76*”, datada de 10 de dezembro de 1976, policiais do DOPS anotaram que “*confundindo várias vezes suas qualidades de Advogado de entidade de classe, [Mario Carvalho de Jesus] transformava-se em verdadeiro líder operário*”. Ignorando seus possíveis méritos intrínsecos,<sup>152</sup> essas críticas testemunham que o Dr. Mario era uma

---

<sup>152</sup> Ver Arquivo do Estado, Acervo do DOPS, *Dossiê Mario Carvalho de Jesus*. Acusações dessa natureza, quando feitas entre as correntes do movimento operário e da esquerda brasileira em geral, perdem credibilidade justamente porque “manipulação”, “falta de democracia”, etc. são mazelas apontadas na prática política dos **outros**, nunca do próprio grupo que faz essas críticas, passando ao

liderança de extraordinária capacidade, independentemente da relação formal que tivesse com os sindicatos que o chamavam;

3. No domingo, 23.11.1958, foi realizada a votação secreta reclamada pelo vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, sob direção de um representante da Delegacia Regional do Trabalho. Votaram somente os associados que, além de estarem em dia com suas contribuições, eram também alfabetizados e filiados há mais de seis meses. A continuação da “parede” foi aprovada por 680 votos a favor contra 05 contrários, mais três votos nulos e um em branco. No dia seguinte, sob o mote de “não temos medo nem do truste nem da foice e do martelo”, *Ultima Hora* noticiou o resultado, registrando a palavra de José Laurindo Machado para quem a votação fora uma resposta aos líderes “pretensiosos” de outras categorias, ligados ao (nominalmente citado) Partido Comunista Brasileiro, que tinham procurado induzir os operários a retornar ao trabalho fazendo, assim, “consciente ou inconscientemente, o jogo do truste do cimento”.

Lamentamos que dirigentes do Pacto de Unidade Intersindical não tenham compreendido a profundidade do nosso movimento. Estamos numa luta contra o decreto antigreve 9.070 sem contar com a efetiva solidariedade de vários sindicatos que sempre criticaram – em palavras – a referida lei.<sup>153</sup>

Nesse íterim, José João Abdalla enviara ofício ao Governador Janio Quadros no qual afirmava que convocara os operários a retornar às suas atividades em função da deliberação do TRT e, em consequência, vinha solicitar do Executivo Estadual a presença do efetivo policial necessário para garantir a “liberdade de trabalho” aos que quisessem voltar. O Governador ordenou protocolarmente que a Secretaria da Segurança Pública garantisse a entrada no trabalho àqueles que assim o quisessem a partir da segunda-feira, dia 24. De sua parte, Janio solicitara que o comando de greve

---

largo do problema central: se as lideranças criticadas têm uma prática tão ruim, como conseguem se postar na linha de frente de grandes mobilizações?

<sup>153</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 24.11.1958, pg. 09.

comparecesse ao Palácio do Governo no dia seguinte ao julgamento. Não podendo apresentar-se na data indicada, os sindicalistas foram aos Campos Elíseos no dia seguinte (sábado, 22.11) quando se avistaram com o Chefe da Casa Civil. Informados do reforço policial em Perus, não manifestaram preocupação, afirmando que as portas da empresa poderiam estar desimpedidas e, mesmo assim, ninguém entraria, pois os operários estavam unidos e não trairiam seus companheiros.<sup>154</sup>

Na noite de segunda-feira, 24.11, com o objetivo de definir uma posição acerca da paralisação de Perus, reuniram-se as entidades que compunham a Ação Católica sob a coordenação de D. Vicente Marchetti Zioni, Bispo Auxiliar do Cardeal Motta, Arcebispo de São Paulo.<sup>155</sup> O presidente do sindicato peruense-cajamarense, José Laurindo Machado, expôs as razões do movimento e pediu que a Ação Católica apoiasse moral e materialmente os grevistas. Aceito o pedido, foi desencadeada uma campanha de arrecadação de fundos entre os membros da Ação Católica e emitida nota pública de solidariedade. D. Vicente Zioni foi indicado como elemento de conciliação entre as partes.<sup>156</sup>

Na terça-feira, 25, a edição matutina do *Ultima Hora* trazia declaração de José Laurindo Machado que informava que, reunidos em assembléia no dia anterior, os trabalhadores de Perus tinham dado prazo até o sábado seguinte para que Abdalla aceitasse integralmente suas reivindicações. Caso contrário, “não estaremos mais dispostos a voltar a trabalhar para um patrão que nos disse: ‘vocês só sabem fazer filhos, querendo justificar a necessidade de maiores salários’”. Os operários iriam, então, pedir a desapropriação da Companhia com fundamento no parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal (“desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por

---

<sup>154</sup> *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 23.11.1958, pg. 26.

<sup>155</sup> Dom Vicente Ângelo José Marchetti Zioni (1911-). Ordenado padre em Roma em 1936, foi Bispo Auxiliar de S. Paulo (1955-1964), Bispo de Bauru (1964-1968) e Arcebispo de Botucatu (1968-1990). Membro de Comissões Pré-Conciliares e Conciliares do Vaticano II, delegado à Conferência Latino-Americana de Medellín, representou a Igreja do Brasil em diversos eventos internacionais. Jornalista, tradutor, fundador de várias publicações, é formado em sociologia. Ver: <http://mail.cnb.org.br/Catalogo/prelado.asp?mat=376>

<sup>156</sup> *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 25.11.1958, pg. 18.

interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”). Aprovada por unanimidade, a proposição foi subscrita por 900 trabalhadores. De sua parte, a empresa anunciara que iniciaria as demissões de quem não retornasse a partir de terça-feira, 25.11. Além disso, 30 a 40 operários especializados já teriam sido contratados para recolocar a fábrica em funcionamento. Foi também informado que o Governador do Estado receberia no mesmo dia, às 15h00, representantes do sindicato de Perus.

Compareceram cerca de 60 operários que reafirmaram sua disposição de se manter em luta. Jânio Quadros falou que “vocês fazem a greve com que sempre sonhei. Se os empregados forem demitidos, o Estado dará emprego a todos”. Além disso, o Governador propôs a realização de mesa redonda no Palácio dos Campos Elíseos no dia seguinte com a presença de representantes dos grevistas e da empresa; sugestão de imediato aceita pelos presentes. Conforme *Ultima Hora*, Jânio agia sob inspiração de D. Vicente Zioni. Falando ao mesmo jornal, o Dr. Benedito Prado Negreiros, chefe do Departamento Jurídico da “Perus”, afirmou que a firma estava na expectativa dos entendimentos que estavam sendo feitos através do Governador Jânio Quadros e de D. Vicente, acrescentando que havia condições para recolocar rapidamente a fábrica em atividade, mas que isso não fora feito em consideração aos intermediários.<sup>157</sup>

A reunião de quarta-feira, 26.11, contou com as presenças do Governador, do Bispo D. Vicente Zioni, mais José João Abdalla, diretores do sindicato, Mario Carvalho de Jesus e o vereador Joaquim Monteiro de Carvalho. Abdalla concordou em conceder os 40%. No mesmo dia, a Casa Civil divulgou nota afirmando que Abdalla atendera aos veementes apelos do Governador Jânio Quadros e de D. Vicente Marchetti Zioni e que, restabelecido o clima de concórdia entre empresa e seus empregados, estes poderiam retornar ao trabalho tranqüilamente. Na noite desse mesmo dia, D. Vicente compareceu a Perus para discursar na assembléia operária, ocasião em que afirmou que o Cardeal D. Carlos Motta recomendava moderação ao manifestar alegria, pois “devemos saber

---

<sup>157</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 25.11.1958, pg. 08 e 26.11.1958, pg. 11.



sofrer e saber vencer”. A reunião deliberou que a volta ao trabalho ocorreria somente depois da assinatura de acordo “preto no branco” que previsse atendimento integral das reivindicações e nenhuma demissão.<sup>158</sup>

No dia seguinte, 27.11, o acordo não pôde ser assinado devido ao posicionamento de José João Abdalla que afirmou que tinha se comprometido com a concessão dos 40% e das demais reivindicações registradas na Delegacia Regional do Trabalho, e que não demitiria ninguém, mas não com o pagamento dos dias parados. Em vista disso, o comando de greve anunciou que a paralisação prosseguiria. No mesmo dia, a empresa foi notificada pelo sindicato que, se não houvesse resolução amigável do litígio até o dia seguinte, os trabalhadores considerariam rescindidos seus contratos e pleiteariam indenização prevista na CLT, junto com a expropriação da Companhia. Passados mais dois dias, a questão foi resolvida, tendo ficado acertado que os dias parados seriam pagos sem considerar os 40%. Para tanto, o Bispo D. Vicente Zioni e o deputado Abdalla conferenciaram na tarde de 29.11 nas dependências da Rádio “9 de Julho” (emissora da Arquidiocese de São Paulo) firmando as bases definitivas do acordo salarial definitivo.<sup>159</sup>

A série de vitórias dos “queixadas” em 1958 ainda não se encerrara porque, em 27 de dezembro, haveria vários plebiscitos para a criação de novos municípios. Em Perus (760 cidadãos aptos a votar), a proposta era a separação de São Paulo; em Gato Preto e Cajamar (389 eleitores), seria votada a emancipação de Santana do Parnaíba. Ainda que grande parte não pudesse votar em razão do analfabetismo, os cerca de 1.200 funcionários da Companhia constituíam-se num contingente que poderia definir os rumos dos acontecimentos nas duas localidades. E foi exatamente isso que a liderança operária interessou-se em fazer. Em Perus, depois de discutir a questão em assembléia, os sindicalistas decidiram sair às ruas distribuindo cédulas negras do “não” aos gritos de “vote no Pelé, vote no Pelé”, enquanto em Cajamar a decisão foi apoiar o

---

<sup>158</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 27.11.1958, pg. 08 (edição matutina) e pg. 08 (edição vespertina).

<sup>159</sup> *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 28.11.1958, pg. 09, e 30.11.1958, pg. 25.

movimento autonomista liderado pelo vereador Waldomiro dos Santos. Em Perus, houve 687 votos “não”, 66 “sim” e 07 em branco. Em Cajamar, a emancipação foi aprovada por 368 a 20, com apenas um voto em branco, abrindo caminho para que o Sr. Antonio Garrido (diretor do sindicato operário cimenteiro), fosse escolhido para o cargo de primeiro prefeito da cidade na eleição realizada em 1959, com o Dr. Mario Carvalho de Jesus eleito vice-prefeito. <sup>160</sup>

-o0o-

No dia 1º de janeiro de 1959, ao realizar o balanço do ano anterior, *Notícias de Hoje* (jornal do PCB na capital paulista) afirmou que “1958 marcou um novo ascenso do movimento sindical em São Paulo” e que o “grande acontecimento na vida dos trabalhadores durante o ano findo” foi a greve na Companhia de Cimento Portland Perus por ter conquistado o conjunto de suas reivindicações, a volta dos demitidos, a não punição dos grevistas e a garantia de reajuste após a decretação de novos valores para o salário mínimo. <sup>161</sup>

Tal reconhecimento é especialmente significativo, uma vez que – num momento decisivo da greve - dirigentes sindicais identificados com o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) e com o PCB tinham colocado em xeque tanto os métodos do movimento operário em Perus como a pertinência de desafiar o Decreto-Lei nº 9.070 nas condições que se apresentavam.

Em retrospecto, é possível afirmar que - tomando por base tão-somente a cobertura jornalística passada em revista nas páginas anteriores - havia sérios motivos para que as preocupações dos líderes comunistas fossem partilhadas por simpatizantes do movimento de Perus que não pudessem acompanhá-lo de perto. Em primeiro lugar, a greve recebeu um afluxo importante de ajuda material, mas também não durou tempo

---

<sup>160</sup> *Ata final de apuração* dos plebiscitos municipais realizados em 27.12.1958. Documento preservado na Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, cópia do qual foi gentilmente cedido pela historiadora Elizete Henrique da Silva. Ver também Siqueira, 2001, pp. 156-161.

<sup>161</sup> *Notícias de Hoje*, CEDEM-ASMOB, 01.01.1959, pg. 04, *op. cit.*

suficiente para que os paredistas chegassem a reclamar perante a imprensa de escassez de gêneros de primeira necessidade.<sup>162</sup> Não ficaram claras, deste modo, as reais dimensões dos auxílios enviados, listados com regularidade pelo *Ultima Hora* - ao menos do ponto de vista de seu *significado social* - porque o noticiário não traz elementos suficientes para caracterizar em que grau a opinião pública efetivamente sensibilizou-se pela causa desses trabalhadores. Por outro lado, a paralisação não se articulou com movimentos em outras empresas. Portanto, permaneceu basicamente isolada em Perus e em Cajamar, com um leque social de apoios aparentemente muito tênue.

Do ponto de vista propriamente político, é estranho que André Franco Montoro não tenha se empenhado em produzir fatos na imprensa favoráveis ao movimento (como pronunciamentos contundentes na tribuna da Assembléia Legislativa, onde estava em final de mandato). Afinal, era de conhecimento público que um motivo essencial da greve foi exatamente o posicionamento dos trabalhadores a favor de Montoro nas eleições ocorridas pouco antes. Ainda que se tenha decidido que tal circunstância tornava mais recomendável que o deputado ficasse fora de cena, permanece o fato de que o Partido Democrata-Cristão não apenas participava do governo do Estado como também era componente de primeira grandeza na coligação situacionista recentemente vitoriosa nas urnas. O que representava este silêncio? O que estava fazendo a liderança democrata-cristã paulista? Novamente, a cobertura jornalística nada informa a respeito.

---

<sup>162</sup> No dia 18 de novembro, 35º dia de greve, o sindicato de Perus distribuiu comunicado à imprensa em que é afirmado que os trabalhadores não estavam passando necessidade e - "para que não passem privações (...) não fiquem impedidos de cumprir suas obrigações legais no pagamento do aluguel, do leite, do pão, da prestação de crediário" - um grupo de "amigos nossos que crêem no movimento sindicalista cristão" estava se propondo a avalizar empréstimos em prol dos operários por meio de notas promissórias. Embora tais afirmações indiquem que a situação estava aproximando-se de certo limiar crítico, está claro também que os riscos apontados ainda não tinham se efetivado. Em todo caso, é lógico inferir do comunicado que a ajuda material recebida pelo movimento não era tão significativa como outros documentos sugerem. AEL-MCJ, "Greve de 1958", subpasta "Comunicados, abaixo-assinados e relatórios".

O Governo Janio Quadros permanecia atento às mobilizações populares, e a melhor prova disso foi a pesada repressão policial que se abateu sobre os protestos contra os aumentos de passagens de ônibus na Capital. Que razões havia para se pensar que o aparato repressivo não poderia ter a greve em Perus como próximo alvo?

Portanto se, para este caso, os elementos para discussão que os agentes históricos dispusessem na época fossem basicamente os apresentados nas últimas páginas, será obrigatório concluir que os dirigentes comunistas (e o sindicalista ligado ao PDC contrário ao envolvimento do partido com o movimento operário) não estavam tão errados em seus temores quanto ao possível desfecho da paralisação em Perus.

Em 21 de novembro, para se utilizar do Decreto-Lei 9070, Abdalla já tinha montado os processos de demissão por falta grave e conseguido uma sentença no TRT que, ao que parece, não o incomodou. E talvez seja verdade que a Companhia estivesse em condições de recolocar a Fábrica em funcionamento com o concurso dos novos operários especializados contratados. Portanto, estava chegando à hora de acionar o aparato policial contra os demais trabalhadores.

Nesse ponto, o grande elemento desestabilizador da situação foi a entrada no palco político do Bispo D. Vicente Zioni, autorizado a falar em nome do Cardeal Arcebispo de São Paulo. Até onde a bibliografia e a documentação consultada permitem perceber, tratava-se de uma iniciativa inédita no país.

A associação da figura inesperada de D. Vicente ao ingresso na cena da greve de outro personagem central (o Governador Jânio Quadros) numa atitude (de antemão) nitidamente favorável aos operários, significava que José João Abdalla não poderia contar com uma mobilização do aparato policial contra os grevistas que não ficasse limitada à escalação burocrática de soldados diante dos portões da Companhia de Cimento. Portanto, repentinamente, deixaram de existir alternativas diferentes do recuo imediato ou de partir para um confronto em condições incertas e inseguras. Todo o esquema que a empresa tinha montado caíra como um castelo de cartas.

Para a liderança operária, a intervenção de D. Vicente Zioni nos últimos dias da greve não poderia ter causado tanta surpresa, pois um “Comunicado à Imprensa” do sindicato redigido em 11 de novembro destaca a (aí, sim) “surpreendente” visita do prelado a Perus, quando fez questão de conhecer residências de trabalhadores.



#### “Artífices da vitória”

Da esquerda para a direita: o vereador Joaquim Monteiro de Carvalho (de pé), José Laurindo Machado (Presidente do Sindicato de Perus), Josimar Moreira (diretor do *Ultima Hora*), o Bispo Auxiliar Dom Vicente Marchetti Zioni e um cidadão não identificado. UH, Arquivo do Estado, 27.11.1958, pg. 01 (edição vespertina) e pg. 08 (vespertina).

Asseverando que “Deus tarda, mas não falha”, o Bispo afirmara na oportunidade que o resultado da “união total” dos operários só poderia ser a vitória integral de suas reivindicações. Dissera também que o movimento de Perus tinha um “sentido novo” que iria ajudar a pregação cristã em dois aspectos: o salário familiar e a participação nos lucros da empresa. E ainda deixou uma declaração escrita aos trabalhadores que não tinham podido ouvi-lo:

Nas vossas reivindicações justas, compreensivas e humanas, mantende-vos sempre com ânimo inalteravelmente sereno e calmo. **As autoridades civis acompanham com simpatia o vosso movimento**; as religiosas, inimigas de toda a violência, aguardam com prudência, não impedindo manifestações de solidariedade para convosco, sinal manifesto de simpatia e reconhecimento. Para que a vossa causa jamais venha a perder as características de uma reivindicação justa, mantende a paz e a ordem, bem como o respeito e o amor até aos vossos inimigos, e Deus vos dará a vitória na justiça. [grifos meus, ES]

O “Comunicado à Imprensa” do dia 11 de novembro ainda tem um item “entrevista com o Senhor Governador”, cujo texto afirma que os sindicalistas tinham recebido convite do Secretário do Trabalho para comparecer ao Palácio dos Campos Elíseos no dia seguinte a fim de tentar resolver o impasse.<sup>163</sup> O noticiário de *O Estado de S. Paulo* e do *Ultima Hora* nada menciona a respeito da reunião do dia 12, embora este último, no dia 17.11, registre o envio de dois caminhões de suprimentos para os grevistas, em nome do Governador do Estado. O anúncio da visita de Dom Vicente no dia 11 de novembro não foi seguido por notícias nos dois jornais.

Em duas comunidades pequenas como eram Perus e Cajamar em 1958, é difícil imaginar que um evento tão inusitado como a visita do Bispo Auxiliar Metropolitano não tenha chegado, de algum modo, ao conhecimento da direção da Companhia de Cimento. Assim, será forçoso concluir que nem a imprensa, nem José João Abdalla foram capazes de avaliar a magnitude das conversações realizadas por D. Vicente Zioni junto ao Governo do Estado de S. Paulo, exceto quando o quadro político já estava completamente revertido em favor dos trabalhadores.

É pertinente, portanto, concluir que, embora os trabalhadores de Perus tenham saído da greve como movimento social persistente e coeso (donde o justo apelido de “queixadas”), o fato realmente novo para o sindicalismo paulista era o rol de opções no

---

<sup>163</sup> AEL-MCJ, “Greve de 1958”, pasta “Comunicados, abaixo-assinados e relatórios”.

campo político-institucional que o grupo de dirigentes deste sindicato tinha à sua disposição.

#### **4.2. O governo Carvalho Pinto e o movimento operário paulista (1959-1963)**

O desenvolvimento adequado do tema do presente item certamente demandaria um projeto de pesquisa próprio. Dentro das limitadas possibilidades desta dissertação, serão feitas algumas colocações consideradas indispensáveis à compreensão das atitudes adotadas pelo Governo Carvalho Pinto em relação à paralisação de 1962 em Perus. O critério para elaboração deste ponto do programa de exposição foi o de focar na análise de episódios que a própria imprensa consultada encarregou-se de apresentar como acontecimentos chave.

A gestão de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto à frente do Estado de S. Paulo é geralmente tida como modernizante, associada a importantes projetos de construção de usinas hidrelétricas, à criação da UNICAMP, FAPESP e CEASA; à constituição do fundo para construção da Cidade Universitária na Capital; a uma ativa política de estímulo à agricultura. No campo político, Carvalho Pinto foi um dos articuladores da candidatura de Janio Quadros à Presidência da República em 1960. Na crise aberta com a renúncia de Janio em 1961, o governador paulista atuou entre os expoentes da implantação do parlamentarismo em resposta à ameaça de guerra civil gerada pelo veto dos ministros militares à posse de João Goulart.<sup>164</sup>

O noticiário apresenta outra marca de Carvalho Pinto: promotor de “soluções” para greves. Assim, em fins de janeiro de 1963, durante uma homenagem de líderes sindicais ao Governador que encerrava mandato, o mesmo pronunciou-se acerca das

---

<sup>164</sup> CPDOC, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, s. d., pg. 2748.

dificuldades que tinha enfrentado, especialmente econômicas, afirmando que sua obra administrativa só fora possível graças ao auxílio dos trabalhadores e que a chefia do Executivo Estadual atuara em cerca de 2.000 greves “procurando com equilíbrio, serenidade e espírito de humanidade, a melhor solução para todos os problemas”.<sup>165</sup>

Os jornais de época sustentam tais afirmações ao documentar a insistência com que, primeiro, o Governo do Estado de S. Paulo procurava solapar os movimentos grevistas com ações repressivas para, em seguida, empregar o Palácio dos Campos Elíseos como palco para o fechamento de acordos, sob sua égide, que encerrassem as paralisações. De sua parte, os líderes sindicais parecem ter compreendido que o recurso à violência policial não tinha forçosamente o significado de recusa definitiva do Executivo à retomada das conversações em algum momento adiante.

Em meados abril de 1959, já sob o governo de Carvalho Pinto, a estação ferroviária de Jundiaí foi ocupada por cerca de duzentos soldados da Força Pública armados com fuzis e metralhadoras com a finalidade de reprimir piquetes dos trabalhadores da Companhia Paulista que exigiam aumento salarial. Na Assembléia Legislativa, foi formada uma comissão parlamentar para acompanhar o caso que fez um ultimato: *concessão de aumento ou encampação da Paulista!* Os trabalhadores em greve se pronunciaram no mesmo sentido:

---

<sup>165</sup> *Líderes sindicais prestam homenagem ao Governador, Diário Oficial do Estado, 29.01.63, pg. 01.*





*Ultima Hora*, 16.04.1959, pg. 01, edição vespertina.

Na mesma edição, *Ultima Hora* noticiou que Carvalho Pinto assumira em pessoa o trabalho de buscar uma solução negociada. Conseguido este intento, coube ao Governador anunciar o final da paralisação.<sup>166</sup> As greves na empresa e pressões no âmbito da Assembléia Legislativa prosseguiriam até que a Paulista foi estatizada no ano de 1961 pelo Governo do Estado.

Em maio de 1959, uma greve de trabalhadores operacionais da Prefeitura de São Paulo foi esmagada em seus primeiros momentos por uma ação enérgica da polícia estadual, combinada com demissões em massa promovidas pelo Prefeito Adhemar de Barros. Essas atitudes motivaram fortes protestos na Câmara Municipal, uma vez que Governador e Prefeito eram notórios adversários políticos e não existiam, portanto,

<sup>166</sup> *Polícia caça a baionetas os ferroviários em greve*, *Ultima Hora*, 14.04.1959, pg. 02; *Ultimato: vitória da greve ou encampação!* 15.04.1959, pp. 01 e 02; *CP no comando dos entendimentos para cessar a greve ferroviária*, 16.04.1959, pg. 04; *Ferrovários vitoriosos voltam ao trabalho: Zona da Paulista em festa*, 17.04.1959, pg. 02. A greve na Companhia Paulista é mais uma prova de que, no período considerado, mobilizações pela estatização de empresas particulares não eram exclusividade do sindicalismo de Perus.

razões evidentes para que Adhemar recebesse um auxílio tão oportuno e eficiente.<sup>167</sup> Meses depois, os servidores demitidos em razão da fracassada greve foram anistiados.



*Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 07.05.1959, pg. 01.

Menos de um mês depois, em junho de 1959, as cidades de Caieiras (vizinha a Perus), Franco da Rocha e Francisco Morato testemunharam outra intervenção grandiosa das forças policiais do Estado contra protestos da população motivados por um aumento de 150% nas tarifas dos trens de subúrbio da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. A ação policial foi especialmente forte em Caieiras, município onde a circulação de trens foi interrompida por piquetes postados na linha que arrancaram dormentes e outros elementos da via ferroviária. Por volta das 12h30 de 1º de junho, justamente quando a presença popular era mais acentuada, um pelotão da Força Pública avançou com baionetas em riste. Foram lançadas bombas de efeito moral, enquanto armas de fogo eram disparadas para o alto. Diversos manifestantes foram agredidos com cassetetes e coronhadas.

---

<sup>167</sup> *Barnabés (sem aumento) voltam hoje ao trabalho: greve foi um fracasso! Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 08.05. 59, pg. 02.



*Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 02.06.1959, pg. 09.

O ano de 1959 encerrou-se com outra grande ação policial de Carvalho Pinto contra o movimento popular. Os trabalhadores da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC, empresa privada) reivindicavam pagamento do tradicional abono de Natal. Depois de várias tentativas de contato com a direção da empresa, com o Governo do Estado e com a Delegacia Regional do Trabalho, 3.000 trabalhadores em assembléia decidiram fazer greve de protesto e, de imediato, seguir em passeata para comunicar a decisão aos que estavam trabalhando. Foi nesse momento que a polícia interveio brutalmente, com centenas de soldados, impedindo a greve.<sup>168</sup>

---

<sup>168</sup> *Governo janista de São Paulo espanca e prende operários, Novos Rumos*, CEDEM-ASMOB, 01.01.60, nº 045, pp. 01 e 06.



Grevistas da CMTC presos em 24.12.1959. *Novos Rumos*, CEDEM-ASMOB, 01.01.1960, pg. 07.

Nesta altura, é preciso ressaltar o comedimento das avaliações de *Novos Rumos* em relação ao Governo Carvalho Pinto. Nas eleições de 1958, o PCB apoiara Adhemar de Barros. No final de julho de 1959, o jornal publicou artigo assinado por Ramiro Luchesi que afirmava que o *Plano de Estabilização Monetária*, pró-FMI, colocado em prática pelo Governo Federal tinha seus efeitos negativos agravados em São Paulo pelos constantes aumentos de tarifas de serviços públicos (transporte ferroviário, passagens de trens suburbanos, telefonia, energia elétrica) decretados por Carvalho Pinto. O Prefeito Adhemar, na Prefeitura de São Paulo, com seus aumentos das tarifas de ônibus e de impostos, também promovia, de acordo com *Novos Rumos*, uma política que acentuava a carestia no seio da população trabalhadora. O artigo destacou a gravidade das ações da Força Pública contra os grevistas ferroviários da Paulista e contra os moradores de Caieiras.<sup>169</sup> Entretanto, foi apenas depois da repressão à greve da CMTC em dezembro de 1959 que o jornal passou a fazer referência ao governo “janista” de São Paulo como “reacionário” e “antipopular”.

---

<sup>169</sup> *Prestes: apoio a Adhemar e luta contra o entreguismo, Última Hora*, 27.08.1958, Arquivo do Estado pg. 03; *São Paulo mobiliza-se para convenção contra carestia. Novos Rumos*, CEDEM-ASMOB, nº 23, 31.07.1959, pg. 05, *op. cit.*

Na edição seguinte à que tratara da ação policial contra os motoristas da CMTC, o jornal apontava que o funcionalismo estadual não tinha perspectiva de aumento de salário a despeito do constante encarecimento do custo de vida. A situação era especialmente grave na Força Pública com os baixos salários para oficiais e praças (“baixos” principalmente em comparação com os “apaniguados” da polícia civil). Enquetes tinham revelado que mais de 50% dos soldados e dos cabos praticamente não consumiam leite e carne. Entre os oficiais, as reclamações eram também contra os critérios de promoção: de capitão para cima, qualquer subida de posto dependia diretamente do governador, imperando o critério político, não de competência. Tudo isso tinha arrastado centenas de oficiais e soldados a um movimento generalizado de protesto, cujas manifestações públicas ensejaram prisões e processos.<sup>170</sup>

Essa situação se apresentaria de forma explosiva onze meses depois, em novembro de 1960, quando 250.000 trabalhadores entraram em greve por aumento de salário, sob liderança de metalúrgicos e gráficos. Pararam mais de 7.000 fábricas na Capital e em Santos, abarcando cerca de 50% da força de trabalho empregada na indústria paulista. *O Estado de S. Paulo* e o *Diário Popular* - em consonância com *Novos Rumos* - apontaram como causa do movimento o acentuado encarecimento do custo de vida provocado pela política econômica do governo federal.<sup>171</sup>

Por volta do dia 08, as greves operárias tinham se encerrado, com obtenção de resultados favoráveis a seus apelos. Foi quando se iniciou a greve nacional conjunta de trabalhadores dos portos, da marinha mercante e das ferrovias, debelada graças à atuação das Forças Armadas que ocuparam estações ferroviárias e outros pontos estratégicos. Nesta altura (dia 10/11), o governo federal discutia abertamente a

---

<sup>170</sup> *Janismo governa contra o povo. Novos Rumos*, CEDEM-ASMOB, 08.01.60, nº 046, pp. 07.

<sup>171</sup> *250 mil trabalhadores em greve em São Paulo: aumento de salários. Novos Rumos*, CEDEM-ASMOB, nº 088, 10.11. 1960, pg. 06; *Protesto tardio. O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 01.11.1960, pg. 03; *Greves e desajustes sociais: reflexos diretos da condenável e falsa política desenvolvimentista. Diário Popular*, Arquivo do Estado, 10.11. 1960, pg. 01. O volume do Arquivo do Estado de S. Paulo com as edições de novembro de 1960 do *Ultima Hora* não estava disponível para consulta na época em que esta pesquisa foi realizada.

possibilidade de decretar o estado de sítio enquanto, em São Paulo, o Governo do Estado via-se diante de uma situação difícil na Força Pública.

Conforme *O Estado de S. Paulo*, no dia 08, um grupo de oficiais tinha ido, sem autorização superior, à Assembléia Legislativa para defender aumento salarial e verbas para a corporação. Não se tratava de um fato isolado, pois,

Os comandantes das unidades participaram dos debates, por ocasião das últimas crises (sic) ocorridas na Força Pública, mas, de um tempo para cá, os coronéis abstiveram-se de discutir o assunto. As reivindicações vêm sendo levantadas por oficiais subalternos, capitães, sargentos e soldados diretamente ao Comandante Geral.<sup>172</sup>

No dia 11, o Governador conferenciou com os principais comandantes da Força, ficando acertado o envio de projeto à Assembléia Legislativa que viabilizasse a resolução dos problemas então discutidos. Quatro oficiais tinham sofrido punição por se dirigir publicamente aos deputados. O DOPS foi colocado de prontidão para acompanhar os acontecimentos. No dia seguinte, havia informação de que panfletos e manifestos “de origem estranha à oficialidade” circulavam nos quartéis, onde a situação era tensa, pois 66 oficiais tinham redigido um documento de apoio aos colegas punidos que, enquadrados em princípio em “infração disciplinar leve” pelo comando da Força Pública, receberam depois ordem de prisão (com abertura de processo por indisciplina grave) por decisão direta do Governador. O policiamento em torno da sede do DOPS foi reforçado, o mesmo acontecendo no Palácio dos Campos Elíseos que passou a ser vigiado por soldados armados com fuzis-metralhadoras.

Ao longo do dia 12, os jornalistas não conseguiram confirmar a prisão de todos os doze oficiais que foram à Assembléia Legislativa, nem que os bombeiros também teriam se juntado aos protestos. Às 20h00 desse dia, um emissário do Palácio do Governo chegou ao quartel-general da Força Pública (onde estavam os oficiais que lideravam o

---

<sup>172</sup> O alheamento da oficialidade superior aos reclamos da tropa parece perfeitamente compatível com a prevalência do critério político nas nomeações para as patentes mais elevadas, conforme relatado por *Novos Rumos* onze meses antes.

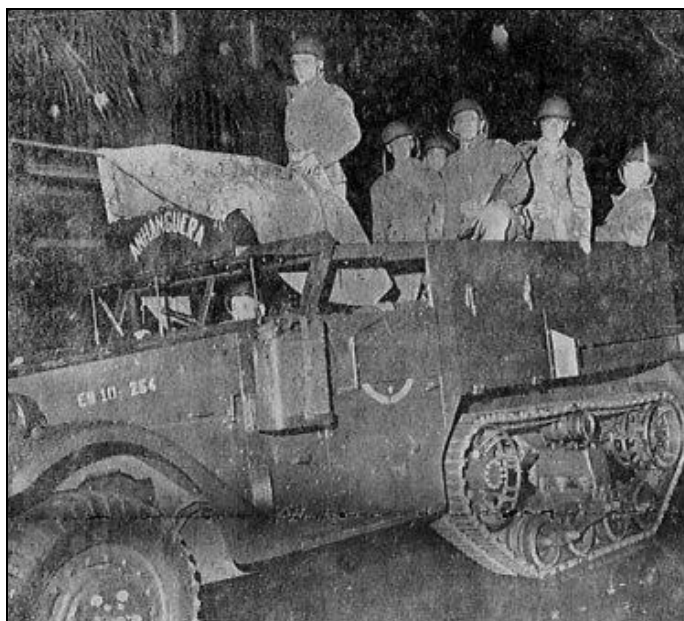
movimento) para informar que os aumentos salariais seriam concedidos somente depois de estudos que considerassem também o pessoal civil. As demais reivindicações deveriam ser encaminhadas por escrito pelos oficiais que poderiam retornar às suas unidades - sem caracterizar quebra de disciplina. Diante disso, os oficiais manifestaram descontentamento e decidiram permanecer no quartel-general até que o Governador decidisse enviar mensagem à Assembléia Legislativa propondo aumento para a milícia. Também exigiam que o Comando da corporação emitisse um boletim afirmando que não houvera desonestidade na atitude de se dirigir aos deputados, pois eles teriam se limitado a apresentar reivindicações “justas e de toda a classe”. Quanto aos soldados, cabos e sargentos que os seguiam, os oficiais ordenaram que se dirigissem para suas casas para não sofrer punições. Diante da resistência dos subalternos, a ordem somente foi cumprida ao custo de severo enquadramento.

Enquanto isso, oficiais vindos de Campinas recusaram-se a voltar para sua cidade, optando por ficar na Capital à espera do desfecho dos acontecimentos, perfazendo um grupo de cerca de 200 oficiais postados no quartel-general à espera de uma solução satisfatória. Este número significava 18% da oficialidade que, estando ali presente, deixava a maior parte da corporação sem seus comandantes diretos (capitães e tenentes), enquanto muito outros oficiais permaneciam em seus postos à espera de um chamado telefônico para se reunir ao grupo. Ainda naquela noite, uma comissão de oficiais dirigiu-se ao Palácio dos Campos Elíseos para prosseguir com as negociações, mas não foi recebida. Nesse ínterim, realizaram-se novos encontros de Carvalho Pinto com seus assessores e com a alta cúpula da Força Pública, dos quais resultou a decisão de remeter um projeto de lei de caráter financeiro ao Poder Legislativo que previa a possibilidade do Governador conceder aumentos para a milícia através de decreto.

Nos primeiros minutos do dia 13, o Comandante Geral da Força Pública requisitou tropas federais. Por volta de 01h30, o Quartel general estava cercado por soldados do

Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Barro Branco (da própria Força Pública) e por duas unidades do Exército.<sup>173</sup>

Sem oferecer resistência, 170 oficiais foram presos e imediatamente removidos para Taubaté e Sorocaba. Também foram presos oito oficiais que, por volta das 02h00, tinham ido ao Palácio dos Campos Elíseos para tentar avistar-se com o Governador. Às 03h00, com a situação já sob pleno controle, Carvalho Pinto aceitou o pedido de demissão do comandante da Força Pública e se dirigiu ao Quartel general ainda na madrugada para dar posse ao oficial indicado pelo II Exército, General Altair Franco Ferreira. Por medida de precaução, tropas e tanques do Exército foram posicionados em alguns pontos da cidade de São Paulo:<sup>174</sup>



*Diário Popular*, Arquivo do Estado, 14.11.1960, pg. 01.

---

<sup>173</sup> *Crise na Força Pública: reunião em Palácio hoje. O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 10.11.1960, pg. 18; *Cuida o Governo dos problemas da Força Pública, O Estado de São Paulo*, 12.11.1960, pg. 11; *Oficiais da Força pública pleiteiam imediato reajuste, O Estado de São Paulo*, 13.11.1960, pg. 24; *Solidária com oficiais presos toda a polícia de São Paulo, Novos Rumos, CEDEM-ASMOB*, nº 90, 18.11.1960, pg. 04.

<sup>174</sup> *Restabelecida a ordem na Força Pública. Diário Popular*, Arquivo do Estado, 14.11.1960, pg. 01.



Essa história em particular não se encerrou neste episódio, pois prontamente foi desencadeado, dentro da corporação, um movimento de solidariedade aos oficiais punidos. *Novos Rumos* mostra que, em 1961, a luta desdobrou-se em passeatas pelas ruas de São Paulo apoiadas pela população.

Em tudo isso, destaca-se a costumeira violência com que forças policiais lançavam-se contra as manifestações operárias. Na pasta “Cajamar” da “Delegacia do Interior” do DOPS (*OP 1709*), preservada no Arquivo do Estado, há registro das ações do pelotão da Força Pública destacado para a ocupação de Cajamar a partir de agosto de 1962. Em seu arsenal, constavam “fuzis ordinários”: expressão militar para *fuzis aos quais é possível acoplar baionetas*. Em Perus, ainda hoje, algumas pessoas afirmam ter visto uma metralhadora (ou alguma coisa parecida) instalada no alto de um dos silos da Fábrica de Cimento durante a greve de 1962-1963. Nada que, na verdade, seja motivo de surpresa, à vista dos casos elencados.

Conforme veremos adiante, documentos enviados pelo sindicato de Perus, pela FNT e apoiadores ao Governo do Estado em 1962 apontam uma suposta discrepância entre as atitudes da Chefia do Poder Executivo (compreensão, disposição para o diálogo) e as ações repressivas (por vezes muito violentas) praticadas pelo DOPS e pela Força Pública em Perus e Cajamar.

Ora, é evidente que o enfrentamento do movimento operário constituía-se num item rotineiro da pauta de trabalho de Carvalho Pinto; e Perus não era o primeiro caso em que o Governador se vira diante de um grupo de trabalhadores que fora pleitear a encampação de uma empresa privada, como pudemos ver no caso da greve de 1959 na Paulista.

Portanto, as suaves palavras de conciliação poderiam significar tanto a proximidade de um acordo aceitável para o movimento quanto uma tentativa de desviar atenção de um violento golpe de força em preparação nos bastidores. O sindicato de Perus estava recebendo, na verdade, o mesmo tratamento conferido aos demais sindicatos e à

própria oficialidade da Força Pública no momento em que resolveu rebelar-se. Este era o jogo, tais eram os riscos do sindicalismo sob Carvalho Pinto.

## **Capítulo V. Trabalhadores de Perus e Santo André por uma alternativa cristã no movimento operário (1959-1960).**

### **5.1. Os “queixadas” vão a Santo André**

Às 06h00 da manhã de 13 de março de 1959, a indústria química Rhodia, de Santo André, e a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus entraram em greve simultaneamente, abarcando um total superior a 3.000 de trabalhadores. Em Perus, a pendência eram os constantes atrasos de pagamento. Dois dias depois, a questão estava resolvida. Na Rhodia, os operários recusaram a proposta patronal de reajuste salarial para valores entre 25 e 75 cruzeiros por hora trabalhada; pediam mais 04 cruzeiros por hora sem distinção de cargo.

Um dos destaques da paralisação da Rhodia era a presença do Padre Afonso Birk que, portando batina, participava intensamente de todas as atividades dos grevistas, tal como fizera durante a greve da Cerâmica Mauá, encerrada exatamente no dia em que a Rhodia e Perus paralisaram atividades. Natural de Porto Alegre, estava há cinco meses em Santo André. Seu interesse pela causa operária vinha do tempo em que estudou teologia em São Leopoldo, RS. Em 1957-1958, estivera no Rio de Janeiro, onde fizera estágio prático entre trabalhadores. Fazia parte do secretariado nacional da JOC e viera para São Paulo com o objetivo de participar do movimento sindical. Na Rhodia, o Padre Afonso fazia questão de explicar que agia com o apoio do Bispo D. Jorge Marcos.

Em 21.3, o *Jornal de Santo André* publicou matéria “grevistas da Rhodia pedem a colaboração do poder público” que noticiava que uma comissão de operários, liderados pelo padre Afonso, estivera na Câmara Municipal da cidade para entregar ao Presidente da instituição um ofício assinado pelo presidente do sindicato dos têxteis,

pelo Padre Afonso e mais três pessoas. O documento pedia auxílio para negociar com a empresa e, em resposta, foi constituída uma comissão formada pelo Bispo D. Jorge Marcos e por vereadores com a finalidade de atuar nas negociações visando uma solução definitiva para a greve. A Câmara Municipal também aprovou uma ajuda de 500.000 cruzeiros aos grevistas. No dia 03 de abril, em assembléia, 1.500 grevistas rejeitaram a proposta patronal de aumento de Cr\$ 2,50. Quatro dias depois (26º de paralisação), a greve encerrou-se com vitória dos trabalhadores.

Maria Blassioli Moraes apresenta a greve como marcada por intensa disputa entre os ativistas do PCB e da Igreja pela direção do movimento. Dentre os últimos, é interessante destacar a presença dos sindicalistas de Perus que, pouco depois do encerramento da paralisação, foram homenageados num ato público no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, juntamente com o Padre Afonso e com o Pacto de Unidade Intersindical do ABC.<sup>175</sup>

Todavia, a grande intervenção “queixada” no ABC paulista foi o apoio à paralisação da Tecelagem Santo André. Tratava-se de uma empresa na qual 80% dos 439 funcionários era formado por meninas de 14 a 16 anos que não recebiam o salário mínimo vigente na região do ABC, enquanto os demais trabalhadores tinham seus direitos constantemente desrespeitados. Os operários reclamavam das freqüentes paralisações da fábrica (geradas por constantes desarranjos nas máquinas) e das condições de higiene: faltava água para beber, tomar banho e até mesmo para dar descargas nos sanitários. A gerência estava a cargo do Grupo Guilherme Giorgi, proprietário de quatorze fábricas de tecidos. Para o início da greve em abril de 1959, a razão final foram as atitudes de desrespeito e intransigência do industrial Cesar Giorgi (também reputado como “mau patrão”, como se vê na próxima foto) que teria chamado

---

<sup>175</sup> A cobertura das greves da Rhodia e de Perus (março de 1959) pelo *Ultima Hora* está registrada nas edições de 13.03, pg. 06; 14.03, pg. 06; 26.03, pg. 07; 04.04, pg. 05; 08.04, pg. 08 e 06.05, pg. 11. Ver também Moraes, 2003, pp. 171-172. Todas essas edições foram consultadas no Arquivo do Estado.

os operários de vagabundos e afirmado que preferia fechar a fábrica a atender suas reivindicações.<sup>176</sup>

Iniciado no dia 19 de abril de 1959, o movimento despertou enorme simpatia junto à população de Santo André e a trabalhadores de todo o Estado que doaram gêneros materiais e dinheiro para que os grevistas resistissem ao prolongamento da greve. Passeatas nas áreas centrais de Santo André e na cidade de São Paulo tornaram-se atividades privilegiadas, junto com os “comícios” e “comandos de arrecadação”.



Passeata dos grevistas da Tecelagem Santo André. *Novos Rumos*, CEDEM-ASMOB, 28.08.1959, n.º 27, pg. 03.

O exemplo de luta dos tecelões sensibilizou os trabalhadores de Perus. Assim, no dia 27 de maio, cerca de 50 “queixadas” embarcaram no trem de subúrbio rumo a Santo André, onde compareceram à assembléia dos grevistas para oferecer meia tonelada de

---

<sup>176</sup> *Novos Rumos*, CEDEM-ASMOB, 28.08.1959, n.º 27, pg. 03.

alimentos e um empréstimo de 100.000 cruzeiros, retirado de seu fundo de greve. Dr. Mario tomou a palavra para afirmar que solidariedade se faz com atos concretos, não com discursos. O empréstimo dos “queixadas” (sem juros e sem prazo de amortização) foi seguido de vários outros até que, por volta do dia 18 de junho, aproximadamente 500.000 do total de 01 milhão de cruzeiros arrecadados tinham vindo de Perus.<sup>177</sup> Números que merecem atenção, pois, ao contrário do que ocorrera na paralisação de Perus em 1958, os grevistas da Tecelagem Santo André realmente chegaram ao estágio de necessitar de auxílio material para prosseguir em sua luta, tal como ficou documentado no Fundo Mario Carvalho de Jesus.<sup>178</sup>

Em 27 de maio, D. Jorge Marcos foi procurado por um dos donos da Tecelagem que pediu sua interferência para que a greve acabasse. O Bispo respondeu que esse objetivo seria alcançado com o atendimento das reivindicações operárias. No dia seguinte, em audiência na Junta de Conciliação e Julgamento de Santo André, a empresa alegou que não tinha dinheiro suficiente para pagar o que os trabalhadores exigiam. Os representantes dos grevistas declararam, então, que a paralisação seria suspensa caso isso fosse provado e, em ofício do Sindicato dos Têxteis de Santo André, indicaram o contador e economista Joaquim Monteiro de Carvalho (vereador de São Paulo muito ligado aos “queixadas”) como seu perito.<sup>179</sup>

Em 08 de julho, o *Jornal de Santo André* noticiava que

Perto de dois mil operários percorreram anteontem à tarde as ruas do centro da capital em passeata de solidariedade aos 500 operários da Fiação e Tecelagem Santo André há 80 dias em greve por aumento de salários. **A maioria dos trabalhadores constituía-se de trabalhadores da Companhia de Cimento “Portland” de Perus, que suspenderam os serviços especialmente para participar da manifestação dos grevistas de Santo André.** (...) À frente da passeata viam-se dirigentes sindicais e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Santo André, Sr. Trajano José das Neves,

---

<sup>177</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 27.05.1959, pg. 11, 29.05.1959, pg. 11 e 18.06.1959, pg. 13.

<sup>178</sup> *Fome e dívidas não assustam os grevistas: resistência heróica depois de dois meses. Ultima Hora*, s. d., AEL-MCJ, Caixa “Sindicato dos Têxteis do ABC”.

<sup>179</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 29.05.1959, pg. 11; 30.05.1959, pg. 11.

que representou o bispo D. Jorge Marcos de Oliveira, da Diocese de Santo André.<sup>180</sup> [grifos meus, ES].

Um bom indício da intensidade da participação das lideranças “queixadas” é o fato do nome do Padre Afonso desaparecer fontes consultadas à medida que a greve prosseguiu.<sup>181</sup> No campo dos ativistas ligados à Igreja Católica, quem é referido com frequência é Mario Carvalho de Jesus, os “queixadas” (sempre no coletivo, sem dar nomes específicos) e, cada vez menos, o Bispo de Santo André.

A continuação da greve na Tecelagem adentrou a um período em que a greve geral contra a política econômica do Governo Juscelino Kubitschek tornava-se tema cada vez mais freqüente nos discursos das lideranças sindicais. No começo de julho de 1959, o Pacto de Unidade Intersindical ameaçou desencadear uma greve do 01 milhão de operários que trabalhavam no Estado de S. Paulo em solidariedade aos portuários de Santos, então em seu 40º dia de paralisação grevista contra mandado judicial da Companhia Docas que visava impedir seu reenquadramento profissional como trabalhadores marítimos. Nessa mesma época, os marítimos manifestaram-se nacionalmente em apoio aos grevistas de Santos, despertando receios no Governo Federal de que a greve geral paulista realmente poderia ocorrer e se estender por todo o país. Nesse contexto, a Companhia Docas recuou, optando por reconhecer o reenquadramento dos portuários santistas.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup> Moraes, 2003, pg. 174.

<sup>181</sup> Entre o final da greve na Rhodia e o início da greve na Tecelagem, houve uma importante greve nas companhias de ônibus Santo André S. A. e Capuava S. A. (ambas sob a mesma administração), em cujo noticiário os nomes do Padre Afonso e de D. Jorge Marcos aparecem com frequência. D. Jorge, inclusive, chegou a ser apontado como líder do movimento pelo *Ultima Hora: Bispo lidera greve em Santo André: cessação só com aumento de salário* (UH, Arquivo do Estado, 23.04.1959, pg. 09). Os condutores em greve criaram uma comissão de representantes (tal como os paredistas da Rhodia) sem, todavia, que o padre integrasse-a. Dessa maneira, o desaparecimento do nome do Padre Afonso no noticiário da greve da Tecelagem Santo André parece resultar de uma melhor articulação dos dirigentes sindicais comunistas.

<sup>182</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 11.05.1959, pg. 15; 02.06.1959, pg. 02; 03.06.1959, pg. 02; 05.06.1959, pg. 02; 05.06.1959, pg. 02.

Resolvida a questão de Santos, o “perigo” não tinha passado, pois, nas semanas anteriores, a solidariedade aos grevistas da Tecelagem Santo André tornara-se o mote alternativo para a greve geral em São Paulo. Em todo o Estado ou, ao menos, no ABC onde, no começo de julho, sete sindicatos tinham convocado assembléias gerais preparatórias à paralisação regional. Em 25 de junho, *Ultima Hora* afirmou em manchete que a greve geral em Santo André seria o começo da reação operária em São Paulo. Por sua vez, o Pacto de Unidade Intersindical aprovou resolução indicando às categorias profissionais a realização de assembléias que discutissem medidas concretas de apoio aos grevistas de Santo André. Por fim, também no começo de julho, o Governador Carvalho Pinto entrou em contato com o Ministro do Trabalho para informar que a greve geral do ABC em solidariedade aos tecelões andreenses era uma possibilidade real.<sup>183</sup>

A aproximação desse momento crítico foi acompanhada pela instauração de um embate aberto entre “queixadas” e comunistas, significativo a ponto de merecer uma matéria específica do *Ultima Hora*. O jornal esclarece que não era a “parede” em si mesma que vinha provocando a “posição apaixonada dos sindicalistas”, mas “movimentos que se dão à margem da greve, sob a forma de solidariedade”. Em reunião do Pacto de Unidade Intersindical, Salvador Romano Losacco (deputado federal pelo PTB de São Paulo), presidente da entidade, disse que Paulo Mazargão (Secretário do Trabalho de Jânio Quadros, mantido por Carvalho Pinto) utilizava a estrutura da Secretaria para “dividir e anarquizar os sindicatos”, e teria sido um dos responsáveis pelas recentes greves na Prefeitura de São Paulo e na CMTC. Disse mais: “o movimento grevista na Fiação e Tecelagem Santo André não terminou até agora por injunções políticas”, citando como “um dos políticos insufladores da greve o advogado Mario Carvalho de Jesus, bem como o vereador Monteiro de Carvalho”. Luis Firmino de Lima (Secretário Geral da Federação dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem no Estado de S. Paulo) afirmou que o empréstimo dos “queixadas” aos

---

<sup>183</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 09.06.1959, pg. 02; 12.06.1959, pg. 11; 18.06.1959, pg. 06; 25.06.1959, pg. 06; *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 01.07.1959, pg. 14; 02.07.1959, pg. 12.



grevistas de Santo André era na base de 10% de juro ao mês. Também foi dito que “é da técnica do Secretário do Trabalho manter acesos movimentos grevistas que devem ter solução no Palácio dos Campos Elíseos”.<sup>184</sup>

Afirmações nesse tom significam, naturalmente, que os militantes comunistas tinham perdido o controle da greve em Santo André, e conferiam aos “queixadas” o *status* de força politicamente hegemônica no movimento.

Na mesma matéria, o pronunciamento de Losacco foi contestado pelo sindicalista Gabriel Grecco, Vice-Presidente do Pacto, para quem estas colocações punham em risco a própria existência da unidade sindical. Acrescentou que “a missão de um sindicalista não é a de delatar”, como fizera Losacco ao entregar relatório ao Prefeito Adhemar de Barros no qual tinha apontado nominalmente os cidadãos que seriam os responsáveis pelas paralisações do funcionalismo: o Secretário Paulo Mazargão, o vereador Joaquim Monteiro de Carvalho e um servidor municipal.<sup>185</sup> Para a mesma reportagem, Mario Carvalho de Jesus afirmou que julgava que havia acordo quanto à condução da paralisação em Santo André, pois tanto ele como Losacco tinham comparecido a uma audiência na Delegacia Regional do Trabalho dias antes para tratar do assunto, junto com membros do Pacto de Unidade Sindical de São Paulo e do ABC, e o presidente do PUI ficara calado. De qualquer modo, como entendia que “na hora da luta, todos devem estar unidos”, Dr. Mario convidou Losacco a comparecer a uma assembléia na qual seria decidida a data da paralisação geral de solidariedade no ABC.

O relatório 52Z-0-11.083 (*Inf. 30-Z-161-2*) do DOPS igualmente relata a atuação dos “queixadas” no ABC. Numa assembléia geral dos trabalhadores químicos de Santo André, em 22 de junho, Dr. Mario teria dito que

Meus amigos, pelo que acabo de ouvir, certo estou de que no ABC não há líderes sindicais. Porém, em Perus, isso não acontece, pois, queiram ou não o Sr. Abdalla e a

---

<sup>184</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 12.06.1959, pg. 11.

<sup>185</sup> O pronunciamento de Losacco, portanto, foi mais um episódio relacionado com a aliança que os comunistas de São Paulo mantinham com Adhemar de Barros desde a eleição de 1947.

Polícia, os “queixadas” (...), no próximo dia 06, paralisarão suas atividades, isto porque o era exigido pelos trabalhadores do ABC, e farão por cumprir essa ordem. Os “queixadas”, no dia 06 de julho, em piquetes virão ao ABC e farão paralisar todas as indústrias, demonstrando a vocês que existem condições para a eclosão de uma greve. (...). Vocês se mantenham firmes e não vão na conversa fiada dos que se intitulam dirigentes sindicais, pois a vitória será de vocês custe o que custar, doa a quem doer.

Ainda segundo o mesmo documento, numa assembléia dos metalúrgicos do ABC realizada no dia 03 de julho, um porta-voz do PCB teria tomado a palavra para dizer que não existiam, naquele momento, condições propícias para uma greve geral, “ocasião em que Mario Carvalho de Jesus atirou os grevistas ali presentes contra o orador que, além de vaiá-lo, chegaram a agredi-lo com alguns pontas-pé”. Outro tumulto teria ocorrido quando o presidente do sindicato declarou que os metalúrgicos eram contrários à greve geral. “Irritadíssimo”, o Dr. Mario teria então gritado que a greve geral seria deflagrada “quisessem ou não, com os mil trabalhadores de Perus e ele próprio”.<sup>186</sup>

A narrativa policial deve ser vista com muitas reservas, pois, para esta assembléia dos metalúrgicos, o relato inicia com a afirmação inverossímil de que “o marginado,<sup>187</sup> usando da palavra, procurou por todos os meios tumultuar o ambiente”, assertiva que define o tom como a atuação do Dr. Mario seria descrita no restante do texto. De qualquer modo, o discurso comunista e o relato do DOPS convergem ao mostrar os “queixadas” como porta-vozes dos tecelões em greve.

---

<sup>186</sup> Arquivo do Estado, Acervo do DOPS, setor de “Ordem Social”. Esse prontuário traz elementos inverossímeis, como um relato de que o primeiro empréstimo de 100.000 cruzeiros dos “queixadas” para os tecelões em greve teria ficado retido pelo presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santo André por ordem do “PCB” (aspas do texto original), pois tais empréstimos seriam “emanados dos patrões e não de trabalhadores para trabalhadores”. Nesse mesmo sentido, o “PCB” teria decidido desmascarar Mario Carvalho de Jesus, em razão da descoberta de que o dinheiro não vinha do fundo de greve, mas da “Frente Nacional do Trabalho” que o teria recebido de Jânio Quadros, para quem o Dr. Mario trabalharia politicamente. O DOPS afirma ainda que os “queixadas” tinham prometido incendiar a casa do “bandido” Guilherme Giorgi (um dos donos da Tecelagem paralisada) quando invadissem Santo André para promover a greve geral, tal como ocorreria recentemente em Niterói com os proprietários do “Grupo Carreteiro”. Os discursos de Salvador Losacco e Luis Firmino de Lima são indícios de que esse tipo de afirmação tosca e provocativa não necessariamente originava-se nos meios policiais.

<sup>187</sup> “Marginado” é a maneira como os policiais do DOPS referiam-se aos cidadãos objeto de relatórios.

Segundo Maria Blassioli Moraes, o acordo que encerrou a greve na Tecelagem teria sido negociado entre o Prefeito de Santo André e seu vice com o proprietário da Tecelagem, informação não divergente da extensa matéria publicada por *O Estado de S. Paulo* acerca da convenção que finalizou a greve, assinada no Palácio dos Campos Elíseos, com intervenção direta do Governador Carvalho Pinto.<sup>188</sup>

## **5.2 – A (principal) greve de 1959 em Perus<sup>189</sup> e as conquistas de 1960 e 1961**

Em maio de 1959, os “queixadas” denunciaram publicamente que a Companhia de Cimento vinha demitindo trabalhadores com 09 anos de casa, antes que atingissem os 10 anos exigidos pela lei em vigor na época para se conquistar estabilidade no emprego. Além disso, os novos funcionários estavam sendo contratados através da empresa COPASE, o que implicava que não integravam formalmente a categoria cimenteira, a despeito de realizarem as mesmas funções. Uma das implicações era que o imposto sindical desses trabalhadores não poderia ser recolhido pela entidade representativa dos “queixadas”, enfraquecendo-se. No começo do mês seguinte, as sistemáticas demissões de trabalhadores com 09 anos de firma foram objeto de audiência de conciliação na Delegacia Regional do Trabalho, sem avanços anotados pela imprensa.<sup>190</sup>

Em agosto de 1959, 80 trabalhadores às vésperas de completar os dez anos foram demitidos sem justa causa. Face à recusa da direção da empresa em pagar as indenizações devidas, a assembléia dos trabalhadores deliberou greve em quarenta e

---

<sup>188</sup> *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 15.07.1959, última página do primeiro caderno. Moraes, 2003, pp. 174-175.

<sup>189</sup> A greve de fevereiro de 1959 em Perus não é tratada por Dr. Mario em seus principais escritos. No Fundo Mario Carvalho de Jesus, “Greve de 1959” é a ocorrida em setembro.

<sup>190</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 21.05.1959, pg. 11 e 03.06.1959, pg. 11.

oito horas caso essa posição fosse mantida. Em resposta, “J. J.” Abdalla desafiou publicamente os operários a ir à greve.

No dia 31 de agosto, a fábrica foi paralisada às 6h00 horas da manhã, mas logo chegaram caminhões sob escolta policial com operários de outras fábricas do Grupo Abdalla, enviados para que a “Perus” continuasse funcionando. Dr. Mário relata que, ao se dirigir para Perus de carro, o veículo em que viajava foi interceptado por José João Abdalla em pessoa, acompanhado de dois irmãos e três desconhecidos. Todos estariam armados. De revólver na mão, Abdalla teria feito ameaças de morte para o advogado que, junto com dois acompanhantes (o vereador Monteiro de Carvalho e o jurista Caio Bruno di Donato) decidiu retornar para São Paulo. Dr. Mário escreveu posteriormente que não quis registrar ocorrência policial para deixar caracterizado que não guardava rancor contra o empresário.<sup>191</sup>

Acompanhados por um jornalista e pelo deputado André Franco Montoro, Dr. Mário e seus companheiros vieram por outro caminho para Perus, onde já corria a notícia de sua morte. Franco Montoro foi o único autorizado a entrar na fábrica, constatando que a tentativa de recolocá-la em funcionamento fracassara por completo. Montoro foi recebido por seu colega José João Abdalla que manifestou desejo de pagar as indenizações. Comunicado o posicionamento à assembléia que se realizava na sede do sindicato, Dr. Mário quis saber dos demitidos se preferiam o dinheiro, ou retornar ao trabalho. Como apenas um declarou que preferia a indenização, os trabalhadores decidiram permanecer em greve por sua volta, bem como exigiram uma convenção que garantisse a presença do sindicato nos atos de contratação e demissão de mão-de-obra. Passada algumas horas, a empresa cedeu.<sup>192</sup>

O texto do acordo, assinado por Abdalla e pelo presidente do sindicato, estabelecia o cancelamento dos avisos prévios de demissão, exceto para os 10 trabalhadores que, por escrito, tinham manifestado na assembléia sua preferência por receber as

---

<sup>191</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 49-51.

<sup>192</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 51.

indenizações. Para estes dez funcionários, o acordo previa pagamento integral dos ressarcimentos a que tinham direito legal. Existindo necessidade de contratar novos funcionários, a empresa ouviria preliminarmente o sindicato que, em cinco dias, iria enviar a relação dos demitidos desde o dia 1º de janeiro de 1959, para os quais ficou estabelecida prioridade para contratação. O sindicato seria igualmente ouvido nos atos de demissão, “a fim de ser assegurada a boa harmonia entre as partes”. A firma também se comprometeu a não designar funcionários de “empresas estranhas” para trabalhar em quaisquer serviços destinados à Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, tais como a (expressamente citada) extração de calcário. Por último, ficou convencionado que a greve não acarretaria quaisquer prejuízos econômicos ou punições para os trabalhadores.<sup>193</sup>

Dessa maneira, o sindicato operário “passou a ser um elemento de destaque na própria dinâmica da empresa, não no sentido do seu gerenciamento, mas na defesa do interesse do trabalho”,<sup>194</sup> situação que seria reforçada por outras conquistas em 1960 e 1961.

Pouco depois, o sindicato conquistou a *primeira regulamentação do salário-família* (direito previsto na Constituição de 1946, não regulamentado) *em todo o país*, bem como a inclusão de um *Fundo da Casa Própria* no acordo salarial homologado em 1960.

Foi nessa época que

Numa demonstração de que não estávamos apenas reivindicando verbas salariais, mas que tínhamos preocupações com a produtividade, com a dignidade do homem, com o respeito que devia haver na fábrica, propusemos à direção da PERUS a instituição de um prêmio-coletivo crescente, desde que a produção de cimento ultrapassasse a média de 450.000 sacos por mês. A proposta era irresistível. Foi acolhida no acordo salarial de

---

<sup>193</sup> Cópia do acordo coletivo assinado em 1º de setembro de 1959 está em AEL-MCJ, pasta “Greve de 1959”.

<sup>194</sup> Gonçalves, 1989, pp. 54-55, *op. cit.*

1960. A produção melhorou em alguns meses. Se não cresceu mais, é porque não havia manutenção na fábrica. Sugerimos, ouvidos os operários e encarregados, a adoção de medidas que, introduzidas, poderiam melhorar a produção. Não fomos compreendidos. Acharam que era “ingerência” em área estranha à nossa missão. Mesmo assim, os trabalhadores, motivados, cuidaram melhor da produtividade. A produção em alguns meses cresceu, mas Abdalla negou-se ao pagamento do prêmio-coletivo. (...) Pacientemente insistimos no ano seguinte. Aquelas promessas [prêmio coletivo e fundo de moradia] foram ratificadas no acordo de 1961, mas novamente o empregador (...) deixava de cumprir o prometido.<sup>195</sup>

O acordo de 1961 estipulava multa para a empresa, a partir do 10º dia útil do mês, em caso de atraso no pagamento dos salários. Essa informação é indispensável para se entender a seguinte afirmação de Dr. Mário:

A melhor demonstração de boa vontade do Sindicato ocorreu nesse período [depois da assinatura da convenção de 1961], quando, estando o pagamento atrasado, os dirigentes sindicais resolveram emprestar um milhão de cruzeiros (antigos) ao “mau patrão” para completar a folha de pagamento, evitando-se assim uma greve (Jesus et alii, 1977, pg. 54, grifos meus).

Podemos acrescentar que esta greve seria, muito provavelmente, considerada legal pela Justiça do Trabalho. Na “*breve avaliação de 1954 a 1961*” de seu documento de 1977, Dr. Mário, além do crescimento excessivamente rápido do grupo, aponta outros aspectos problemáticos na situação instaurada entre os trabalhadores da Perus às vésperas do grande movimento de 1962:

- A ausência de uma “assessoria pedagógica capaz de alertar os trabalhadores contra o envolvimento do capitalismo”;
- “A política de divisão” levada a cabo pelo “mau patrão” que se mostrava “demasiado generoso diante de algum pedido de algum dirigente do Sindicato”.

---

<sup>195</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 53 e 54.

Aliás, numa reunião realizada no final de 1961 com dirigentes da companhia, um deles teria dito aos representantes presentes do sindicato, com ênfase, que “sabemos que os senhores estão divididos”.

Em 1980, Dr. Mário seria um pouco mais claro:

A gente combatia o capitalismo. Mas havia certa ingenuidade em achar que a gente poderia conseguir cogestão e participação nos lucros e na propriedade. Eu pensava que isso era possível. Eu acreditava na sinceridade de alguns cristãos e empregadores. Hoje, eu duvido plenamente. Trata-se de uma luta de classes, onde uns exploram e outros são explorados. Então, realmente, a conclusão é que temos que descobrir formas de fazer um socialismo brasileiro.<sup>196</sup>

Tudo convergiria, portanto, para a idéia da “imaturidade” ou de “posição equivocada” da liderança operária.

Porém, há que se observar que, quanto mais fossem adiados a execução do fundo de moradia e o pagamento pelos ganhos de produtividade, tanto maior seria o *passivo social* da empresa para com os próprios funcionários. Além disso, a colocação em prática de um plano de medidas técnicas elaborado pelos operários significava um reforço nada desprezível de sua posição perante o aparato de administração e controle que os confrontava permanentemente no dia-a-dia, conferindo a suas atitudes o status e o sentido de resistência política.

No fundo, deve ter sido algo semelhante aos ciclos de discussão de propostas de melhorias junto à base da empresa, palestras, implantação de algumas sugestões, etc. - seguidos do progressivo retorno do autoritarismo das chefias - inerentes a quaisquer projetos de reestruturação do trabalho, como a “qualidade total” dos dias atuais. Um termo de comparação mais próximo do contexto estudado foram as experiências de *reorganização das normas técnicas de trabalho* (“*job enrichment*”) da década de 60 nos

---

<sup>196</sup> FNT, março de 1980, p. 43-44.

Estados Unidos e na Europa. André Gorz aponta de forma lapidar o limite dessas iniciativas:

As condições de êxito das experiências de ampliação e enriquecimento das tarefas permaneceram não generalizáveis até agora. Cada uma delas – e só existem algumas dezenas em todo o mundo – teve que ser longamente preparada. Cada uma exigiu uma seleção rigorosa dos participantes; de início, na base do voluntariado; em seguida, da cooptação. Em suma, a fórmula obteve sucesso na medida em que se limitava a grupos de operários que tinham uma “atitude positiva” para com o trabalho. **Não há exemplo de uma classe operária combativa, insubmissa e politizada ter sido recuperada graças aos melhoramentos (aliás, reais) das condições e do ambiente de trabalho que a recomposição das tarefas, sempre acompanhada da evicção dos chefes menores e controladores, permite realizar.** Pelo contrário em locais onde (...) a luta operária contra a organização capitalista do trabalho resultou em exigências e formas *autônomas* de organização dos trabalhadores (...) não só o patrão não fez concessões “democráticas”, mas tudo empreendeu para quebrar a autonomia e a resistência operárias... O sentido das novas formas de organização não despótica do trabalho depende, portanto – como o sentido de qualquer reforma – da relação de forças que presidiu sua introdução. Se instituídas sem entusiasmo, por iniciativa do patrão, para prevenir ou desativar uma resistência operária difusa e atomizada (absenteísmo, indolência, abandono, falhas), elas podem ser rentáveis para o capital e consolidar sua hegemonia, ao menos por um tempo... Se for imposta pela base, como resultado de um afrontamento, abre uma brecha no sistema de dominação do capital; aliás, esse afrontamento só tem sentido se ultrapassar o âmbito da fábrica. [*grifos meus, ES*].<sup>197</sup>

Portanto, a hipótese explicativa que parece corresponder melhor aos fatos é que não houve nada como “ilusão” ou “falta de assessoria pedagógica” na decisão de emprestar dinheiro à empresa para que não ocorresse greve em dezembro de 1961. Ao contrário, é mais provável que a atitude do sindicato tenha reforçado a sensação de que quem realmente ditava o que ocorreria da fábrica eram os trabalhadores.

---

<sup>197</sup>Gorz, 1989, p. 87-8, *op. cit.*



## Capítulo 6 – O grande assalto aos céus: a greve de 1962 <sup>198</sup>

### 6.1. A greve de 1962: considerações gerais

A extensão e a riqueza da documentação relativa à “parede” operária iniciada em 14 de maio de 1962 na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, bem como a própria singularidade do movimento, demandam uma discussão preliminar acerca de critérios para construção do relato. Dentre outros motivos, por conta dos termos da decisão da Justiça do Trabalho que, em 1969, reintegrou parte dos grevistas a seus postos na condição de participantes de uma greve legal cujo início foi determinado no dia 14 de maio de 1962. Temos, assim, um caso provavelmente único no mundo: sete anos e quatro meses de paralisação trabalhista! Esta deliberação significou a derrota da posição defendida pela empresa, para quem a paralisação findara em 21 de agosto de 1962, data da operação “fura-greve”.

Há evidentes dificuldades de enquadrar essa trajetória nas acepções mais comuns de “greve”, como as inscritas no Dicionário Houaiss:

1. *Cessação voluntária e coletiva do trabalho, decidida por assalariados para obtenção de benefícios materiais e/ou sociais, como melhoria das condições de trabalho, direitos trabalhistas etc., ou ainda para se garantirem as conquistas adquiridas que, porventura, estejam ameaçadas de supressão;*
2. *Cessação temporária e coletiva de quaisquer atividades, remuneradas ou não, em protesto contra determinado ato ou situação (específica ou relativa à sociedade como um todo); parede. Por exemplo: greve de estudantes.*

---

<sup>198</sup> “Assaltantes do céu”: expressão usada por Karl Marx para se referir aos participantes da Comuna de Paris.

Seguindo nos marcos do senso comum, teríamos que acrescentar à definição que, se a cessação do trabalho é “voluntária” em seu início, também o será em seu final. Num caso extremo de greve encerrada de maneira violenta pelo recurso à repressão armada, é mais ou menos claro que - em tese - todos os grevistas tratariam de voltar às atividades cotidianas na empresa ou haveria demissões de, ao menos, parte deles. Entretanto, como sabemos, o trabalho na Perus foi retomado, ainda que muito precariamente, a partir de 21 de agosto de 1962 com o “fura-greve” de uma parcela da categoria, sendo que a reintegração de 1969 acabaria deliberada pela Justiça Trabalhista justamente porque aos operários tidos como “indesejáveis” pelo patrão não fora dada chance de “furar”, como também não houve desligamento formal do emprego através de baixa de contrato em suas Carteiras de Trabalho. Nos meses seguintes, o quadro funcional foi recomposto através de novas contratações. De sua parte, os trabalhadores que afirmavam permanecer em greve acabaram arrumando empregos enquanto as disputas no âmbito judicial prosseguiam. Por outro lado, os “fura-greve” e os operários contratados para substituir os “queixadas” promoveram paralisações em 1965 e em 1967 que se constituíram em movimentos distintos da resistência iniciada em maio de 1962.

Diante disso, sem negar a validade de tratar a epopéia de 1962-69 como um único e contínuo movimento, é preciso delimitar a “Greve de 1962” (objeto desse capítulo) para facilitar a análise de alguns aspectos do processo.

Para tanto, o melhor critério é dado pela centralidade da idéia, dentro do movimento operário de Perus, de que *greve não é um momento de ficar em casa parado, mas sim de contínua mobilização*. Nessa perspectiva, não se torna arbitrário considerar que a “Greve de 1962” ora estudada encerrou-se com o final da “greve de fome” realizada no Largo São Francisco (janeiro de 1963) porque, mais ou menos a partir deste momento, não mais se observavam manifestações de massa características do movimento tanto em Perus/Cajamar como no Centro da cidade de São Paulo. Daí em diante, a resistência aos despejos nas vilas operárias da Companhia e o enfrentamento de cortes

de água e de luz determinados por J. J. Abdalla tornaram-se as formas de luta predominantes. Ações coletivas que tiveram o mérito de consubstanciar a continuidade real do movimento iniciado em 1962, cujos ritmos e dinâmicas permitem caracterizar um período distinto dos acontecimentos havidos entre maio de 1962 e janeiro de 1963.

Delimitada a amplitude temporal, o critério adotado para distinguir etapas na “Greve de 1962” (tal como acima definida) é a velha distinção entre greve “econômica” (focada na defesa de interesses corporativos) e greve “política” surgida no momento em que

Interesses econômico-corporativos superam o círculo da própria classe e, por meio de concessões e alianças, devem apresentar-se como vetores de direção moral, econômica, jurídica para todas as classes e grupos explorados e oprimidos.<sup>199</sup>

Nessa ótica, é pertinente distinguir uma fase essencialmente “econômica”, iniciada com a greve conjunta de diversos sindicatos em 14 de maio de 1962 e encerrada com o lançamento da luta pela encampação da Companhia em 14 de julho seguinte através da publicação na grande imprensa paulistana do manifesto “*As razões da justa greve da Perus*”. Até este momento, o foco da ação operária em Perus eram as reivindicações apresentadas ao Tribunal Regional do Trabalho, situação que não foi alterada em sua essência pelo acordo em separado firmado, após 32 dias, entre Abdalla e os outros sindicatos inicialmente envolvidos na paralisação conjunta das fábricas administradas pelo grupo CIBRAPE. Um indício em favor de que tal divisão não é externa ao objeto de estudo está na atitude do jornal *O Estado de S. Paulo*, em cujas páginas somente na etapa “política” é que a paralisação de Perus transitou de pequenas notas para matérias redigidas com espaço destacado e em maior grau de detalhamento.

Dentro da fase “política”, uma mudança obviamente muito drástica ocorreu com a operação “fura-greve” em 21 de agosto. Nesse dia (o centésimo em greve), alterou-se uma característica basilar da situação até então enfrentada pelos grevistas:

---

<sup>199</sup> Pereira Neto, Murilo Leal. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno” Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política. (1950-1964)*. São Paulo, SP: s. d., 2006, USP, Dissertação de Doutorado em História, pp. 395.

Não houve repressão, nessa fase inicial, durante 99 dias. Houve um acompanhamento pela polícia, mas sem repressão. Por incrível que pareça, até 21 de agosto havia certa amizade entre grevistas e policiais, que eram em número muito grande, mas se entrosavam com os grevistas; vinham brincar de pingue-pongue na sede do Sindicato, e jogavam peteleco nas horas de folga.<sup>200</sup>

Como veremos, os agentes do DOPS não entendiam que a situação em Perus e em Cajamar estivera tranqüila até este dia. Os relatórios a seus superiores hierárquicos, em dissonância com o depoimento acima reproduzido do sindicalista João Breno Pinto, falam da pequenez e da insuficiência de efetivo policial. Na transição de uma fase para outra da greve, 21 de agosto ficaria marcado como um dia de violenta ação policial, a partir do qual uma sistemática e constante pressão do DOPS e da Força Pública abateu-se sobre os operários que permaneceram na “parede”.

Contudo, como que para marcar que o movimento não fora dissolvido, os grevistas promoveram, de imediato, diversas demonstrações de massa em Perus e no Centro de São Paulo, enquanto as conversações com o Governo do Estado em prol da encampação não sofreram solução de continuidade. Nestas semanas, foi muito clara a atitude da FNT e do Sindicato de não hostilizar o Executivo Estadual e de ressaltar uma pretensa incongruência de posturas entre o Governador e as forças policiais destacadas para Perus e Cajamar. Esse quadro alterou-se nos primeiros dias do mês de dezembro de 1962 através de uma primeira greve de fome promovida diante do Palácio do Governo, nos Campos Elíseos; seguida por uma negativa peremptória do Governador Carvalho Pinto à desapropriação. A fase inicial da greve de fome foi debelada por uma violenta arremetida policial algumas horas depois de iniciada; e se deslocou para o Largo São Francisco onde prosseguiria por cerca de um mês até a cassação do *habeas-corpus* preventivo que possibilitara sua retomada.

---

<sup>200</sup> PINTO, João Breno. *Depoimento: a descoberta da não-violência na greve da “Perus”* in Jesus et alii, 1977, pg. 37.

A partir daí, acabaram as manifestações no Centro de São Paulo (tão características do movimento) e o foco da resistência deslocou-se para a cobrança de indenizações tidas como aceitáveis pelos grevistas, com a luta operária refluindo para contornos predominantemente econômicos.

O Governador seguinte, Adhemar de Barros (empossado em 31 de janeiro de 1963), ainda tentaria intermediar algum tipo de acordo entre “queixadas” e Abdalla, mas a intransigência do “mau patrão” inviabilizou todas as tratativas. Essa atitude daria partida à etapa seguinte da resistência dos “queixadas”, fora dos limites cronológicos deste capítulo.

A divisão acima postulada pode ser questionada com base na idéia (defendida nesta dissertação) de que a disputa pelo controle da Companhia era o ponto de discórdia fundamental entre J. J. Abdalla e o movimento operário peruense-cajamareense em 1960/62: se, abaixo do plano dos fatos imediatamente visíveis, esta era a verdadeira razão do embate começado em 14 de maio, a conclusão lógica seria que a greve fora “política” desde seus primeiros instantes. No entanto, retornando à citação do texto de Pereira Neto, no ponto em que este menciona a

Distinção entre o momento político em que interesses econômico-corporativos se apresentam como gerais, mas apenas em relação à classe social (...) do momento político em que interesses econômico-corporativos superam o círculo da própria classe...

Parecerá pertinente afirmar que somente na etapa da luta pela encampação é que a resistência operária tornou-se “política” tanto para os trabalhadores de Perus e de Cajamar quanto em relação à sociedade mais ampla, o que faria da divisão proposta razoavelmente próxima dos fatos relatados.

## 6.2. A primeira etapa da Greve: cristãos e comunistas contra Abdalla

O ato formalmente desencadeador da greve de 1962 foi um ofício datilografado no formulário padrão de comunicado interno da CIBRAPE, do qual foi consultada cópia na qual estão estampados os dizeres “com cópia para o DOPS”:

São Paulo, 10 de maio de 1962.

À Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus e Grupo Industrial Abdalla – CIBRAPE  
– Rua Boa Vista n.º 74, 4º andar – em mãos.

Prezados Senhores:

Depois de sofrer toda uma série de injustiças, ao longo dos anos, pelo descaso de VV. SS. na maldade aplicação da lei: profundamente desapontados com a deslealdade de VV. SS. para com os compromissos com as decisões de assembléias ratificadas em acordos com VV. SS., nós, dirigentes sindicais abaixo assinados, firmamos um pacto para a defesa dos direitos dos trabalhadores, baseados nas seguintes considerações:

1 – Queremos o respeito da lei, que não foi feita para ser aplicada apenas contra os pequenos. Aceitamos os ensinamentos de todos os juristas e dos homens de média compreensão quando afirmam que a lei deve ser aplicada naturalmente, sem necessidade de recorrer à Justiça do Trabalho. Somente quando uma das partes é desonesta, ou quando se tem dúvidas sobre a matéria, é que vai bater às portas do Poder Judiciário.

2 – Ora, em questão de pagamento de salário, férias, adicional noturno, insalubridade, indenização, nunca pode haver dúvida. A Matemática é uma ciência exata;

3- Por isso, quando VV. SS. deixam de pagar completamente os salários, depois de 1, 2, 3 e 4 meses de atrasos, quando deixam de cumprir acordo, como o celebrado em 2 de abril, na DRT, para o pagamento de salário a partir de dezembro da Usina Miranda, a nossa conclusão só pode ser uma: VV. SS. zombam das leis e querem fazer da Justiça do Trabalho um biombo para toda sorte de fraudes. A nossa revolta cresce porque VV. SS. demonstrando exuberância financeira, estão sempre comprando terras, fazendas, gado, minas, prédios, construindo fábricas.

CONCLUSÃO: nós prometemos unir forças para ver VV. SS. sem cumprir a lei. Vamos seguir o exemplo dos companheiros da 'Perus', com eles do nosso lado. Vamos seguir o exemplo de unidade recentemente dado pelos trabalhadores santistas.

4 – Demonstrando a lealdade que raramente vimos nos atos de VV. SS., nós lhe apresentamos casos concretos que testarão a nossa unidade:

5 – PIRAJUÍ: rompendo todos os entendimentos realizados na DRT, na última terça-feira, a despeito dos pagamentos em atraso, da Usina Miranda, VV. SS. dizem que não podem prometer mais do que Cr\$ 400.000,00 por dia, quando a sua dívida vencida vai acima de Cr\$ 22.000.000,00;

6 – PERUS: rompendo contrato de reajuste salarial, que determinava a formação de acordo para casa própria dos trabalhadores de Perus e Cajamar, VV. SS. estimularam o espírito individual pagando-lhes, às ocultas, no escritório de São Paulo, aquela verba fraternalmente conseguida através de soberana assembléia dos trabalhadores. São VV. SS. que desejam provar nossa unidade. Pois bem, vamos experimentá-la.

#### 7 – REIVINDICAÇÕES:

A – desejamos o pagamento integral, vigente, de todos os trabalhadores da Usina Miranda, dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, bem como promissórias da importância total da Usina, para caucionarem execução dos futuros pagamentos; promissórias emitidas pela Usina Miranda e avalizadas pela lei, [por] 1 diretor de VV. SS., e [por] 1 nome da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação...

B – desejamos também o pagamento de todas as férias vencidas (...) recebendo em caução outra promissória de Cr\$ 6.000.000,00, como consta da ata lavrada na DRT

C – desejamos o pagamento de toda a verba da casa própria, de outubro de 1960 a maio de 1962, para os trabalhadores de Perus, e não apenas até setembro de 1961, como VV. SS. fizeram para alguns desses trabalhadores. (... ILEGÍVEL).

D – Desejamos o pagamento de todo o acordo coletivo, de outubro de 1961 a maio de 1962, a todos os trabalhadores, diretamente a eles;

PRAZO: todas as reivindicações até aqui apresentadas já são de pleno conhecimento de VV. SS., devem ser [atendidas] até o próximo dia 14 de maio, segunda-feira.

E – INSALUBRIDADE – desejamos o pagamento dos 10% previstos na Portaria 31, com efeito retroativo, para todos os trabalhadores por ela contemplados:

‘Operações relacionadas com serviços não-eventuais, expostos a poeira decorrente da industrialização de cimento (atividades de extração de matéria-prima, britagem, calcinação, clinquerização, ensacamento, transporte, manutenção...)’.

PRAZO: sabendo que os cálculos devem ser realizados e que a verificação da relação dos trabalhadores que tiverem direito à taxa de insalubridade, concedemos o prazo de 30 dias para tal levantamento e respectivo pagamento.

Concluimos, dizendo que nada mais queremos do que a lei determina, e renovamos o nosso propósito, o nosso juramento, de defender até o extremo de nossas forças, os nossos irmãos trabalhadores, acima de 10.000, todos vítimas das artimanhas de VV. SS.

Atenciosamente.

Luiz Tenório de Lima – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação

Argemiro José dos Santos – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Pirajuí

Domingos Alvarez – Presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de S. Paulo

João Breno Pinto – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo

Silvestre Bozzo – Presidente do Sindicato [dos Trabalhadores] da Indústria de Papel e Papelão de São Paulo (grifos do texto original)<sup>201</sup>

No mesmo dia em que esse ofício foi assinado (10 de maio de 1962), um grupo de dirigentes sindicais de categorias empregadas por Abdalla - acompanhados pelo Dr. Mario Carvalho de Jesus - esteve na redação do jornal *Última Hora* para informar ao jornalista Itamaraty Martins (responsável pela coluna diária “Movimento Sindical”), a constituição de um “dispositivo anti-Abdalla”, centrado na exigência do cumprimento da lei. A proposta era realizar levantamentos de todos os direitos dos trabalhadores

---

<sup>201</sup> Arquivo do Estado, DOPS. 50A-115-67.



violados pelo empresário para, em seguida, exigir seu cumprimento com base na legislação aplicável a cada caso.<sup>202</sup>

Não havia, portanto, nenhuma reivindicação comum além do “cumprimento da lei”, nem uma definição *a priori* de quais empresas iriam efetivamente paralisar-se, além da Usina Miranda e da Cimento Portland Perus, caso as reivindicações não fossem atendidas até a data limite dada a CIBRAPE: 14 de maio seguinte. Outro aspecto característico era a aceitação da vigilância do movimento pelas forças policiais, perceptível na atitude de dar uma satisfação prévia ao DOPS.

O início da greve em Perus foi assim relatado por João Breno Pinto:

Essa greve só chegou a ser deflagrada depois de tentar entendimentos com o Delegado Regional do Trabalho e com a própria empresa. Como a coisa não ia pra frente, oficiamos à empresa, pedindo uma resposta concreta em 48 horas, senão íamos à medida extrema que era a greve no dia 14 de maio, às 6 horas da manhã. No dia 14 de maio, às 3 da manhã, a empresa foi ocupada por 200 policiais... Os que estavam trabalhando abandonaram o trabalho, e os que estavam fora não quiseram mais voltar. Entrou então na fase da tramitação legal, na Delegacia Regional do Trabalho e em Assembléias da categoria.<sup>203</sup>

Ou seja, a ocupação policial da usina na madrugada de 14 de maio praticamente forçou a greve a se iniciar antes do prazo dado pelos sindicatos coligados.

A indefinição do rol de empresas de Abdalla que paralisariam atividades, por outro lado, explica porque, três dias depois, *O Estado de S. Paulo* estampou em suas páginas a matéria *Alastra-se greve de Perus*. Nela, vemos que os trabalhadores da Usina Miranda, em greve há três dias, não recebiam salários desde janeiro anterior. Dois mil trabalhadores estavam parados, no setor industrial e agrícola. E, no dia anterior, mais uma usina tinha aderido: Companhia Japy, uma tecelagem de Jundiaí. As outras firmas

---

<sup>202</sup> Grupo Abdalla: pacto para exigir direitos. *Última Hora*, Arquivo do Estado, 11.05.1962.

<sup>203</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 37.

paralisadas, além de Perus, eram: Pedreira Perus<sup>204</sup> e Companhia de Papel e Papelão de Americana. Os atrasos no pagamento de salários iam de um a quatro meses. Ainda segundo *O Estado*, no dia seguinte, os sindicatos iriam a Campinas e Americana para tentar parar outras fábricas de Abdalla. O mesmo diário noticiaria, pouco depois, que os cerca de quinhentos trabalhadores da Tecelagem Japy, além do pagamento dos atrasos, reivindicavam salário-família e instalação de refeitório e de creche anexos à empresa. No dia 20 de maio, a Câmara Municipal de Jundiaí aprovou projeto do Prefeito que concedia aos grevistas da Japy uma ajuda de Cr\$ 50.000,00.<sup>205</sup>

Nos dias seguintes, conforme noticiado pelo *Estado* e por *Última Hora*, o Ministro do Trabalho, André Franco Montoro tentaria - sem sucesso - intermediar uma solução negociada para a greve. Nada que o impedisse de comparecer no dia 26 de maio à sede da FNT para assinar convênio que previa criação de uma Cooperativa da Casa Popular.<sup>206</sup> No dia 28 de maio, uma passeata promovida pelos sindicatos em greve, com cerca de 600 pessoas, percorreria o Centro da Capital, terminando em frente à sede do jornal *Última Hora*, sob forte acompanhamento da Polícia Civil e do DOPS. Nessa fase da greve, o Palácio do Governo do Estado, nos Campos Elíseos, estava fora do roteiro das manifestações.<sup>207</sup>

No dia 31 de maio, um informe conjunto dos sindicatos dos trabalhadores das firmas paralisadas (Cimento, Cal e Gesso de São Paulo; Têxtil de Jundiaí; Papel e Papelão de São Paulo, Alimentação de Pirajuí) e da FNT relatava a continuidade da situação de descumprimento da lei que motivara a greve, e desafiava o Grupo Abdalla a

---

<sup>204</sup> Aqui, há certa confusão da parte dos jornalistas: em Perus e Cajamar, a empresa de mineração era independente da Fábrica de Cimento somente do ponto de vista formal. Aliás, valeria lembrar que o sindicato operário iniciara-se nas pedreiras nos anos 1920 e, *depois*, expandiu-se para a indústria e para a ferrovia. Além disso, havia o caso particular da COPASE, em Cajamar: uma indústria de *papel* em construção cujos trabalhadores eram representados pelo sindicato dos operários do cimento. A COPASE também tinha entrado em greve no dia 14 de maio.

<sup>205</sup> *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 17.05.62, pg. 13; 18.05.62, pg. 11; 19.05.62, pg. 12; 20.05.62, pg. 26.

<sup>206</sup> *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 23.5.1962, pg. 09 e 26.5.1962, pg. 09; *UH*, 21, 24 e 26.05.62.

<sup>207</sup> Arquivo do Estado, DOPS, 50A-115-69.

comparecer à Delegacia Regional do Trabalho no dia 04 de junho, às 15h00, para uma negociação efetiva.<sup>208</sup>

Em 02 de junho, *Última Hora* publicou carta aberta dirigida a Abdalla, de autoria de Dom Jorge Marcos de Oliveira, Bispo de Santo André, intitulada “*Pague os salários atrasados*”.

Permita-me falar em nome de 3.500 trabalhadores que construíram grande parte de sua fortaleza econômico-financeira e que estão em greve, agora, depois de quatro meses vividos pelos operários da Usina Miranda na espera humilhante dos salários que V. Exa. deixou de pagar.

Como deputado federal, representante do povo paulista, V. Exa. jamais poderia dar espetáculo tão triste e deprimente, transformando-se em veículo da fome que dominou a mesa dos seus empregados e que legitima toda revolta à procura da justiça.

Até quando, Deputado, terá V. Exa. coragem de contemplar seus trabalhadores vivendo de migalhas?

Não tenha ilusão. Nenhuma prosperidade é estável quando alicerçada na miséria, fruto da injustiça.

**Ouçã o clamor que sobe aos céus e que poderá descer como vingança sob a forma da tirania ateísta.** Termine a greve, deputado, sem subterfúgios, atendendo às justas reivindicações de seus trabalhadores, todas elas fundadas na ‘Mater et Magistra’, o maior documento social do século. (grifos meus, ES).

O cumprimento da lei como anteparo a uma revolta baseada no mesmo clamor de justiça entendido como legítimo pelo Bispo. O fantasma da “tirania ateísta” como uma possível conseqüência da ira popular tripudiada. E, em decorrência, um apelo perpassado por algo próximo a um chamado ao bom senso “antes que fosse tarde demais...” Acreditava Dom Jorge Marcos que a situação do país era assim tão frágil (e

---

<sup>208</sup> Arquivo do Estado, DOPS, 50A-115-70.

tão simples de encaminhar politicamente), ou ele estaria apenas carregando nas cores ao direcionar sua retórica para Abdalla?

Em sua resposta, publicada em vários órgãos da grande imprensa em 06 de junho, Abdalla negou que houvesse quaisquer atrasos de pagamentos para com seus empregados, atribuindo a situação vigente na Usina Miranda aos “*empreiteiros de greves, muito ligados a V. Revdma.*”, que teriam levado os operários a não firmar um acordo que garantiria recebimento normal dos salários. O empresário fez acusações pessoais ao Bispo (referidas na resposta dos sindicatos, adiante). A parte mais substancial de sua resposta viria ao final de seu documento:

5. Ainda devemos dizer-lhe, Senhor Bispo, que os bens que possuímos representam acumulação de honrado e incessante trabalho realizado por três gerações. Desenvolvemos novas atividades econômicas e vimos assegurando emprego a milhares de trabalhadores, com pagamento de salários iguais senão superiores aos pagos pelas empresas congêneres. Nenhum dos nossos empregados tem motivos para sentir necessidades a não ser quando, fortemente pressionados pelos agitadores profissionais associados a V. Revdma, por espírito de rebeldia e subversão, negam-se ao recebimento dos próprios salários.

6. Para finalizar, cumpre-nos dizer que, ao tratar de problemas tão delicados, afastou-se V. Revdma, não só da realidade dos fatos, como, ainda, dos ensinamentos magistrais contidos na encíclica ‘Rerum Novarum’, de cujo texto nos permitimos reproduzir estes sábios ensinamentos:

‘É difícil, efetivamente, precisar com exatidão os direitos e os deveres que devem, ao mesmo tempo, reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho. Por outro lado, o problema não é sem perigos, porque não poucas vezes homens turbulentos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens’.<sup>209</sup>

---

<sup>209</sup> Arquivo do Estado, DOPS, 50A-115-92. O mesmo documento pode ser consultado na caixa “Greve de 1962 e 1967” do AEL-MCJ.

J. J. Abdalla está no mesmo campo ideológico de Dom Jorge ao assinalar a difícil delimitação de obrigações de cada parte no pacto buscado por capital e trabalho, assim como ao apontar a riqueza de sua família como fruto de “trabalho honrado” gerador de empregos para tantos operários (nos marcos da “função social” das empresas, referida em outros contextos). Nega, no entanto, que ele, J. J. Abdalla, descumprisse os deveres que lhe caberiam como proprietário de capital. Com nega a existência de um problema estrutural (a “prosperidade alicerçada na miséria”, de Dom Jorge Marcos), de modo que não entra no debate das nefastas conseqüências (a “tirania ateísta”) do enfrentamento inadequado dos descontentamentos sociais. A alternativa explicativa de Abdalla para a situação vigente em suas fábricas, extraída da “*Rerum Novarum*” e repetida ao longo de seu texto, é bastante simples: tudo seria fruto de “subversão” premeditada da parte de “agitadores profissionais”.

A atitude dos dirigentes comunistas nessas circunstâncias foi, no mínimo, curiosa. Detentores do controle dos demais sindicatos envolvidos nesta greve (conforme Dr. Mario repetiria tão enfaticamente nos anos seguintes), e possíveis representantes da alternativa da “tirania ateísta”, aparentemente preferiram – a julgar pelo seu silêncio - deixar que o debate público sobre a greve restringisse-se ao “cumprimento da lei” e aos termos em que capital e trabalho deveriam se compor. Portanto, a réplica dos quatro sindicatos em greve à resposta de Abdalla a Dom Jorge, divulgada para a grande imprensa em 07 de junho, foi dominada por denúncias de descumprimento de acordos da parte da CIBRAPE, nos termos da apuração pública da “verdade”.

Deputado Abdalla, V. S. está acostumado a zombar dos homens, das leis e das instituições. É reptado a responder **se é ou não verdade** o que vamos afirmar em relação a cada uma das cinco fábricas paralisadas há mais de vinte dias: (...).

1. **Não é exato** que, no dia 02 de abril, V. S. prometeu pagar os salários em atraso, desde dezembro de 1961, pelo processo administrativo 606.449/62 na Delegacia Regional do Trabalho? V. S. cumpriu a promessa, deputado?

2. **Não é verdade** que, no dia 8 de maio, nos reunimos novamente na Delegacia Regional do Trabalho para insistir no cumprimento do acordo feito e não honrado 36 dias antes?
3. **Não é certo** que V. S., pelo seu representante, através de nova promessa, propôs pagar uma média de Cr\$ 750.000,00 por dia, até liquidar os salários em atrasos no montante de Cr\$ 23 milhões de cruzeiros?
4. **Não é verdade** que seu representante concordou com a emissão de promissórias a favor da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, para caucionar a promessa de pagamento, porque ninguém mais acreditava nas suas promessas verbais ou escritas?
5. **Não é exato** que, demonstrando extrema boa vontade, o presidente da mesa redonda da D. R. T. se dispôs a nos acompanhar até o escritório de V. S. para emissão de notas promissórias?

(...).

Não nos damos ao trabalho de responder à sua citação da ‘Rerum Novarum’ porque V. S. continua sendo o homem velho que se apegava à letra que mata, e não ao espírito que vivifica. Terminamos, deputado Abdalla, comunicando-lhe que a nossa disposição de luta é a mesma, já demonstrada algumas vezes, e que agora é renovada pelo juramento que fizemos em Perus, no dia 05 do corrente, na Assembléia Geral de trabalhadores:

‘Sentimos que o nosso empregador, o deputado Abdalla, quer nos dividir para nos esmagar. Nós juramos lutar até o fim; até que as nossas justas reivindicações, fundadas na lei e na doutrina social cristã, bem como as dos nossos companheiros da ‘Copase’, da ‘Usina Miranda’, da ‘Japy’ e da ‘Fábrica de Papel Carioca’ sejam atendidas. Prometemos honrar as nossas palavras, as nossas famílias e a classe operária. Juramos que poderemos morrer nessa luta, mas não voltaremos ao trabalho como escravos derrotados’.<sup>210</sup>

Além do retrato das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do Grupo Abdalla, esse documento é interessante pelo juramento de resistência dos operários de Perus, no qual é preciso frisar a referência à tentativa de divisão entre os grevistas que Abdalla

---

<sup>210</sup> AEL-MCJ, caixa “Greve de 1962 e 1967”, pasta “Documentos Diversos”.

estaria realizando nesta altura dos acontecimentos. Não se tratava de afirmação vazia, pois efetivamente, um acordo com três sindicatos foi celebrado pela CIBRAPE uma semana depois, deixando a greve isolada em Perus e na COPASE.

De próprio punho, Dr. Mario anotou que fora procurado em sua residência, num final de semana, pelo “Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de S. Paulo” <sup>211</sup> que, cabisbaixo, teria afirmado que os operários das demais fábricas não tinham mais condições de prosseguir em greve e, portanto, fora assinado um acordo em separado. Perguntado por que os operários de Perus ficaram de fora, Tenório de Lima teria afirmado que “*Abdalla quer acabar com os ‘queixadas’*”. Dr. Mario afirma que, logo em seguida, teria ficado sabendo, por “fonte idônea”, que Abdalla afirmara:

‘Eu sou a lâmpada e os empregados as mariposas; um a um virão a mim e eu os destruirei.’  
, 212

Vinte e sete anos depois, o historiador Adilson José Gonçalves registraria a opinião, presente na FNT e no movimento dos “queixadas”, de que, ao realizar o acordo em separado, o PCB estaria com

A intenção de destruir as lideranças diferenciadas [que despontavam na Perus]. Tal fato marcou o relacionamento dos militantes com os do Partido Comunista, pois estes sindicatos eram a ele vinculados. <sup>213</sup>

Entretanto, num *Caderno de Formação* da FNT editado em 1980, lemos que foi J. J. Abdalla quem tomou a iniciativa de procurar os líderes das outras fábricas para o acordo à parte e que

---

<sup>211</sup> **Luiz Tenório de Lima.** Ver “*Vinte e dois anos de luta sindical na Perus*” (texto elaborado por Dr. Mario que se constitui no principal relato do movimento dos “queixadas” em 1963-1974, integrante do livro *A Firmeza Permanente*, de 1977). Uma dificuldade para a leitura desse escrito é que algumas pessoas são citadas nominalmente quando realizam coisas positivas e, depois - nos momentos em que suas atitudes não são vistas como abonadoras – tornam-se anônimas ou (como no caso de Tenório) são inseridas no texto sem enunciação de identidade.

<sup>212</sup> Jesus et alii, 1977, pp. 58-59.

<sup>213</sup> Gonçalves, 1989, pp. 72-73.

**Alguns** destes dirigentes eram ligados ao Partido Comunista. O fato de terem feito um acordo com o patrão, separado do sindicato de Perus, abandonando assim um compromisso assumido pela assembléia dos trabalhadores, marcou o relacionamento da FNT com **setores do Partido**. (grifos meus, ES).

A seqüência imediata do mesmo relato é bastante esclarecedora:

As bases dessas fábricas não foram consultadas por esses dirigentes sindicais e o próprio sindicato de Perus soube do acordo apenas no dia seguinte.

Nós ficamos sabendo do acordo em separado numa assembléia nossa, através do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar e Álcool em Pirajuí. A nossa assembléia era às 9 horas da manhã. Ele veio à assembléia e, como a conhece o cara, a gente percebeu que havia alguma coisa de errado, ele estava com algum problema. Então, um pequeno grupo chamou-o de lado e perguntou: qual é o problema que está havendo? Aí, ele falou: 'ih, rapaz. Nem te conto.' E falou do acordo, que tinha sido [fechado] na noite anterior. Mas, ele não contou toda a história... Terminou nossa assembléia. Quando foi mais ou menos meio-dia, chegou uma comissão de trabalhadores de Jundiáí, pedindo que a gente fosse à assembléia deles à noite, porque eles não estavam confiando na direção [do sindicato] deles que tinha contado a história de um acordo... [A mesma comissão perguntou] se a gente estava sabendo do acordo. Então, a gente contou a verdade: que a gente não estava sabendo do acordo e nem tinha sido convidado. À noite, nós fomos à assembléia da Japy. E lá deu um bororó desgraçado. (Breno)

*A reação das bases mostrava como a atitude dos dirigentes da Japy da Miranda e da Carioca tinha sido de cúpula.*

O pessoal disse que não ia voltar a trabalhar sem resolver o caso da Perus. E apertaram os dirigentes para que contassem o que realmente houve. Os caras se viraram, se viraram, e acabaram não contando a história real. Mas, nós tínhamos um esquema preparado pra ir pra assembléia. Porque a gente percebeu que ali havia mesmo traição. Então, a gente foi com um esquema preparado e **aconselhou o pessoal da Japy a voltar para o trabalho**, e dissemos que havia muitos meios de ajudar a gente. E um dos meios seria voltar, obedecendo às lideranças deles e nos



ajudar financeiramente ou participando das nossas passeatas. E, assim, o pessoal acatou, e não acatou muito satisfeito. (Breno)

Três dias depois do acordo, a Usina Miranda ainda não tinha voltado a trabalhar. **Teve que ir uma comissão de Perus pedir pro pessoal voltar a trabalhar**, dando sua ajuda de outras formas. João Breno explica essa atitude do sindicato de Perus:

Se nós fôssemos partir para incentivar o pessoal para agüentar firma, nós não contaríamos com nenhuma das alianças citadas. Seria um troço totalmente difícil porque (...) nós já estávamos fisicamente desgastados; aí, teria que assumir Jundiaí, Pirajuí e Carioca: cairia toda uma coordenação em cima de nós e contra as lideranças. Iria aumentar muito mais o trabalho e nós não tínhamos condição de assumir isto. E tá na cara que, aí, a liderança passaria a nos bombardear de outra maneira... Ficou uma posição simpática. E com essa atitude posteriormente chegamos a obter uma cópia do acordo em separado através dessas mesmas lideranças, e que foi junto no processo na Justiça do Trabalho.

Na realidade, foram feitos dois acordos entre o patrão e os dirigentes da Japy, Usina Miranda e Carioca. O primeiro, pondo fim à greve e atendendo as reivindicações; o segundo era confidencial e estendia o prazo para pagamento do salário, contrariando assim a lei e anulando uma conquista dos trabalhadores. Este segundo acordo autorizava os trabalhadores a pararem o serviço, ganhando os dias de paralisação, caso o pagamento não saísse no prazo combinado. Muitas vezes, depois, o pagamento atrasou nessas fábricas, mas nem sempre os operários tinham condição de parar o serviço, embora o acordo confidencial autorizasse. As diretorias dos sindicatos não divulgaram o acordo confidencial.

A lei define como prazo de pagamento até o décimo dia útil de trabalho de cada mês, e nesse caso **os dirigentes sindicais traíram suas próprias categorias**:

- Ao fazer um acordo sem consultar suas bases;
- Ao aceitar o acordo até mesmo contra o mínimo que as leis trabalhistas garantem ao trabalhador;
- Ao fazer um acordo confidencial e só comunicar às suas categorias meses depois;

- Com tal atitude, desmobilizaram as bases, tirando-lhes no momento a sua combatividade organizada numa luta concreta. (grifos meus, ES).<sup>214</sup>

O problema fundamental das afirmações acima é que apenas com a **Greve de 1967, em Perus**, é que se consolidou no país jurisprudência no sentido de que atrasos nos salários são questões *coletivas* passíveis de motivar paralisação considerada legal, com pagamento dos dias parados e de multa percentual. Antes disso, a Justiça do Trabalho aceitava somente a instauração de processos *individuais*, de bem pouca eficácia; e a inclusão de prazos limite para pagamento em convenções trabalhistas dependia de pressões de movimentos por empresa ou categoria profissional.

Portanto, os dirigentes comunistas, ao invés de abdicarem do “*mínimo que as leis trabalhistas garantem*”, comandaram um avanço importante, neste aspecto. Há, sem dúvida, muito discernimento na afirmação de que os operários que gozavam de tal prerrogativa dificilmente teriam condições de fazê-la toda vez que houvesse atrasos. Porém, em retrospecto, devemos lembrar que nem os “queixadas” encontraram um artifício jurídico que se mostrasse melhor para enfrentar a questão, antes ou depois de 1967.

Por outro lado, se as diretorias dos três sindicatos mantiveram suas categorias no desconhecimento do “acordo secreto” por meses (note-se: acusação consignada *dezoito anos depois dos acontecimentos*), como explicar esta reportagem publicada pelo *Ultima Hora* no dia 18 de junho de 1962, segunda-feira, dois dias depois de Luiz Tenório de Lima anunciar o acordo em separado ao Dr. Mário?

#### **Trabalhadores de Abdalla vencem: greve permanece apenas na Perus e COPASE**

Trabalhadores da Fábrica de Papel Carioca (São Paulo), Fábrica Japy (Jundiaí) e Usina Miranda (Pirajuí), pertencentes ao Grupo Abdalla, aceitaram proposta patronal, dando fim à greve que há várias semanas sustentavam. O acordo prevê pagamento dos 33 dias parados, não punição dos paredistas, **pagamento de salário até o 12º dia útil de cada**

---

<sup>214</sup> FNT, 1980, pp. 16-20.

**mês, após o que, não recebendo, os operários poderão parar o trabalho.** Para a Usina Miranda, o aumento será de 47% a partir de 1º de julho.

Permanecem em greve, agora, apenas os trabalhadores da Perus e da Copase e que estão em seu 37º dia de paralisação. A chegada dos campeões do mundo, ontem, obrigou ao adiamento da audiência de conciliação... Enquanto isso, **os grevistas vitoriosos nas outras unidades Abdalla, através de arrecadações, levantaram 365 mil cruzeiros de fundos, para sustentação das paredes que ainda continuam. Essas arrecadações continuarão até atingir um milhão.**

Ao mesmo tempo, os trabalhadores da Usina Miranda prometem não camelar a moagem de cana se a greve de Perus não for resolvida de modo honroso nos próximos trinta dias.

Reunião

Os diretores dos sindicatos da União Sindical Anti-Abdalla programaram uma reunião conjunta para amanhã, às 9 horas, em Perus, para traçarem novos planos de luta. Esse plano inclui obtenção de fundos e alimentos em favor dos operários da Perus, uma vez que os representantes patronais declararam, no último sábado, a cinco dirigentes sindicais que não farão qualquer entendimento com aquele sindicato de classe. (grifos meus, ES).

Portanto, o que haveria de “secreto” no acordo com Abdalla? Por outro lado, um mês depois, 19 de julho, *Ultima Hora* anunciaria que o objetivo fora atingido: *Povo ajuda grevistas de Perus: mais de um milhão em donativos*. Como os sindicatos de orientação comunista desencadearam a campanha com os 365.000 cruzeiros acima referidos, a parcela do milhão de cruzeiros oriunda dos movimentos sociais liderados pela corrente certamente não foi desprezível, e provavelmente contribuiu para que o acordo em separado findasse qualificado com o termo “honroso” num dos principais manifestos dos “queixadas”.<sup>215</sup>

Uma fonte obrigatória para o entendimento do acordo em separado é o processo aberto pela Justiça do Trabalho, a pedido do Grupo Abdalla, contra os operários que continuaram em greve a partir do dia 21 de agosto de 1962. Para comprovar a tese

---

<sup>215</sup> “As razões da justa greve da Perus”, visto adiante.

(vitoriosa) do tratamento discriminatório da empresa para com os “queixadas”, Dr. Mario convocou para depor, na qualidade de testemunhas de defesa, os presidentes dos sindicatos que tinham celebrado acordo com Abdalla em junho de 1962, ou lhes solicitou declarações por escrito, incorporadas aos autos. Note-se que, no processo em questão, o advogado dos operários de Perus não recorreu à prerrogativa legal de apresentar ressalvas às afirmações dos sindicalistas. Assim, suas falas ficaram formalmente credenciadas pela defesa como “expressão da verdade”.

Luiz Tenório de Lima declarou que fora procurado por Abdalla e seu advogado na sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação para estudar um acordo que pusesse fim à greve, excluídos de antemão os sindicalistas de Perus porque, com estes, o deputado não queria acordo nenhum. Tenório teria insistido, sem sucesso, na tentativa de convencer o empresário a atender as reivindicações dos “queixadas”. Os dirigentes dos três sindicatos foram, em seguida, convocados para diversas reuniões entre Tenório e os advogados de Abdalla. Argemiro José dos Santos, presidente do Sindicato de Pirajuí, acrescentou que José João Abdalla tinha uma “questão pessoal” com a “turma de Perus”, inclusive o advogado do sindicato. Após várias conversas,

Fizemos, então, um acordo **depois de consultar os dirigentes dos trabalhadores de Perus** e as respectivas assembleias, sendo que todas as nossas reivindicações foram atendidas, inclusive o pagamento dos dias de greve. **Os dirigentes do sindicato da Perus não quiseram impedir o acordo...** [grifos meus, ES],

Pois acreditavam que o atendimento das demandas das outras categorias tornaria mais fácil o atendimento de suas próprias. Silvestre Bozzo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Celulose, manifestou-se de forma muito semelhante, afirmando que a consulta aos sindicalistas de Perus fora feita porque havia

um pacto conjunto e que “os empregados de Perus aconselharam as demais fábricas a aceitarem os termos deste acordo”.<sup>216</sup>

No mesmo sentido, um ofício do Sindicato de Perus dirigido aos sindicalistas de Santos, datado de 09 de julho de 1962, salienta que

Foi graças à união dos trabalhadores das 05 fábricas do mesmo consórcio, paradas em 15 de maio, que conseguimos fazer acordo da Fábrica de Papel Carioca, em S. Paulo, da Fábrica de tecidos Japy, de Jundiaí, da Usina Miranda, de Pirajuí, cujos companheiros voltaram ao trabalho depois de 32 dias de greve, ganhando 22 dias como de efetivo trabalho e 10 dias como sendo de férias coletivas. **Voltaram ao trabalho de comum acordo conosco e nos prometeram ajudar no prosseguimento da nossa luta.** [grifos meus, ES].<sup>217</sup>

Conseqüentemente, as acusações de “traição” e de “acordo secreto” mostram-se tão inconsistentes quanto a sugestão de que o PCB teria fechado acordo com Abdalla para golpear a “alternativa” sindical cristã que supostamente estaria despontando em Perus.

### 6.3. O julgamento do TRT em 02 de julho de 1962

Em 27 de junho, o *Ultima Hora* publicou a seguinte matéria:

TRT propôs 20%: paralisação em Perus completa 45 dias

Segunda-feira [próxima, 02.07], o Tribunal Regional do Trabalho julgará o processo em que estão interessados os grevistas (45 dias de heróica parede) e os empregadores da Cia. de

---

<sup>216</sup> *Processo nº 1752/62* pp. 883-887, 976-986 e 1176-1178. Cópia integral preservada no AEL/MCJ, na caixa “*Processo dos Estáveis*”.

<sup>217</sup> AEL-MCJ, Caixa Dossiê “*Greve de 1962*”. Redigido em Santos, o ofício é assinado por José Giraud Gil e Manuel Leão, representantes dos grevistas de Perus enviados para aquela localidade a fim de angariar ajuda. Nota publicada na coluna sindical de *Ultima Hora* em 10.07.62 (Arquivo do Estado) menciona os dois sindicalistas, registrando que o Fórum Sindical de Debates de Santos hipotecara apoio irrestrito aos paredistas.

Cimento Portland Perus. Em audiência realizada ontem, o Sr. Décio de Toledo Leite, juiz-presidente do Tribunal Regional do Trabalho, formulou a seguinte proposta conciliatória que será objeto de deliberação, votação secreta, dos trabalhadores de Perus, Cajamar e Gato Preto:

1º - Reajuste salarial de 20%, com antecipação, calculado sobre os salários vigentes;

2º - Pagamento das diferenças constantes do item primeiro a partir de 1º de junho de 1962, data da instauração do dissídio;

3º - Compensação ou conversão em férias dos dias de greve até o máximo de vinte dias;

No que diz respeito à casa própria (contrato violado pelo empregador), o juiz-presidente do TRT fez um apelo para que 'as partes encontrem uma solução honrosa, para que os empregados de Perus possam usar daquele benefício'.

Falando à reportagem, o Sr. João Breno Pinto, Presidente do Sindicato (...), que nos visitou em companhia do padre Hamilton José Bianchi, do advogado do sindicato, Dr. Mario Carvalho de Jesus, e de trabalhadores, salientou:

Estamos devidamente preparados para a resistência, até a vitória, contra os métodos do mau patrão que só viola as leis e a pessoa humana.

O movimento seguia firme, portanto. Na data referida, o TRT recusou-se a analisar as reivindicações dos trabalhadores por 04 votos contra 03. Porém, como salientou o Dr. Mario Carvalho de Jesus, somente um juiz ordenou retorno ao trabalho.<sup>218</sup> A indefinição acerca da pauta operária e da situação em Perus, conseqüentemente, teve continuidade.

A reação imediata das partes envolvidas ficou registrada num relatório do DOPS elaborado com a participação do investigador Roberto Quass. Em tom praticamente jornalístico, é afirmado que os trabalhadores tinham marcado assembleia para a manhã do dia seguinte, 03 de julho, para tratar do assunto. Consultado, Dr. Mario Carvalho de Jesus declarou que esperava negociar com os representantes patronais várias das

---

<sup>218</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 59.

reivindicações, principalmente a da casa própria do trabalhador. O representante do empregador, Dr. Negreiros, por sua vez, afirmou que a empresa “não irá demitir empregados, preferindo esperar um pouco mais para consolidar a paz social em Perus”.

219

No dia seguinte, 03.06, todavia, conforme relato do DOPS, foi distribuído em Perus e Cajamar o seguinte panfleto:

#### COMUNICADO

Tendo em vista o julgamento do E. Tribunal Regional do Trabalho, em 2 do corrente mês, que sequer tomou conhecimento do Dissídio por julgar totalmente improcedentes as reclamações levantadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, cumpre à Diretoria da Empresa esclarecer aos seus trabalhadores que, acatada com o maior respeito a sentença proferida pela Justiça, nos termos da lei, a Diretoria considera como da sua obrigação tomar todas **as providências que entender como necessárias à disciplina, respeito e ordem**, visando o bem-estar geral e a eficiência do Trabalho. Em conseqüência:

1. **A Diretoria dará conhecimento aos trabalhadores, por escrito, dos Chefes que forem escolhidos para cada Seção em todos os Setores e Departamentos da Fábrica.** Qualquer desrespeito porventura cometido contra as determinações e ordens dos chefes será considerado falta grave, nos termos e para os fins previstos pela Legislação Trabalhista;
2. Será considerada ilegal e punível qualquer tentativa feita por grupos, associações, inclusive classistas, no sentido de menosprezar ou sabotar a hierarquia prevista no item acima;
3. **No uso de seu legal poder de comando, a Empresa reorganizará todas as Seções da Fábrica** dentro das normas atinentes à Reorganização do Trabalho. Não serão levadas em conta situações privilegiadas ou conveniências pessoais;

---

<sup>219</sup> Arquivo do Estado, DOPS, 50A-115-72.

4. As dúvidas que possam surgir na aplicação dos itens acima serão estudadas e solucionadas por funcionários que, para esse fim, serão especialmente designados pela Diretoria. Estes funcionários terão poderes para realizar acordos, fixar diretrizes e praticar tudo que for necessário à tranqüilidade dos Trabalhadores e à cooperação geral que deve existir entre todos para se conseguir bom rendimento e paz social;
5. À vista dos acontecimentos que são de conhecimento geral e que ocasionaram enormes e injustos prejuízos para a Companhia, **ficam suspensos todos os atos de liberalidade anteriormente concedidos**. As doações ou benefícios cancelados poderão, entretanto, ser restabelecidos quando a Diretoria considerá-los dentro das possibilidades da Empresa. Será concedida, no entanto, gratificação natalina correspondente a um ordenado integral na forma da lei votada pelo digno Diretor Presidente desta Empresa, o Sr. Deputado Federal Dr. José João Abdalla;
6. Respeitados os interesses do Serviço, a Diretoria estabelece que, na contratação de mão-de-obra, serão aproveitados, preferencialmente, os filhos de Trabalhadores; e na falta destes, os elementos componentes das famílias dos empregados que sempre cuidaram, com dedicação e honestidade, do desenvolvimento dos legítimos interesses da Empresa.
7. Não será permitido o ingresso, nas **propriedades e dependências** desta Empresa, de pessoas notoriamente estranhas à categoria profissional que pretendam pregar movimentos subversivos.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND PERUS

A DIRETORIA

São Paulo, de julho de 1962. <sup>220</sup> (grifos meus, ES).

Esse extraordinário documento merece várias observações:

- a) Independentemente de sua legalidade, a proibição de “pessoas notoriamente estranhas à categoria” (item 07) pode ser considerada uma atitude natural e

---

<sup>220</sup> Arquivo do Estado, *DOPS 50A-115-73*.



esperada, face às circunstâncias concretas. No entanto, como abrangia as *propriedades* da Companhia, sua eventual aplicação a ferro e fogo implicaria na instauração de uma variante privada de um regime policial nas vilas operárias da Fábrica de Cimento em Perus e, mais ainda, em Cajamar, onde aproximadamente dois terços da área sob jurisdição do Município pertenciam a Abdalla;

- b) A garantia de contratação de filhos de operários (item 06) é assegurada com mais clareza para as famílias tradicionalmente fiéis à empresa. Combinando este ponto com o cancelamento das “liberalidades” (item 05) formulado com a ressalva de que a firma poderia retomá-las conforme suas possibilidades, é possível inferir que o empresário almejava a instauração de um sistema de exclusão e distribuição de recompensas que restaurasse seu domínio sobre a mão-de-obra empregada;
- c) No mais, a reorganização completa do esquema de trabalho, a troca de todas as chefias, a restauração da hierarquia e a imposição de disciplina em novo padrão significavam a recuperação do controle do processo produtivo pelo empresário e sua estrutura de comando.

Se a leitura acima estiver correta, este panfleto de Abdalla é a demonstração da tese central da presente pesquisa, defendida desde o mestrado:

O estilo de gestão na Perus a partir de 1951 teria tido, paradoxalmente, o efeito de estimular o florescimento do saber operário e de forçar os trabalhadores a lutar por medidas tendentes a instaurar uma **dualidade de poder dentro da companhia**. A hierarquia de comando, provavelmente, ficou tão desgastada pelo cumprimento das “ordens superiores” que as bandeiras da competência técnica e das medidas em prol da empresa teriam passado da direção superior para os operários. A força do movimento viria desse embate, associada à articulação de toda a comunidade operária através da luta feminina e ao efeito multiplicador advindo da postura da liderança construída desde os primórdios da Perus. Liderança que, ainda que empiricamente, foi capaz de dar

centralidade e forma política à resistência no cotidiano do trabalho na via da construção de uma prática que se descobriria pautada pelos princípios da Não-Violência muitos anos depois.<sup>221</sup>

Conforme já apresentado nesta dissertação, a CIBRAPE (empresa *holding* do Grupo Abdalla) é sistematicamente descrita pelas fontes como operadora de um esquema de sonegação de impostos e gestão temerária, avesso a qualquer sistema limitador de sua voracidade. Se isso for de fato verdade, a resistência operária na Companhia de Perus deveria parecer-lhe especialmente desafiadora e inaceitável. Nessa linha de raciocínio, a greve iniciada em 14 de maio deve ter sido entendida por Abdalla como o supremo desafio na medida em que arriscava estender ao conjunto de seu grupo econômico a progressiva imposição de limites de difícil superação a partir do próprio interior das empresas. Assim, os sindicalistas de Perus estavam corretos ao entender que, ao celebrar acordo com os trabalhadores de outras fábricas – e surpreendentemente *cumprindo* rigorosamente o estipulado – o empresário, na verdade, preparava-se para esmagar sua principal fonte de problemas.

Ou seja, a ação patronal é o melhor indicador de que, em 1960/1962, os “queixadas” tinham instaurado na Companhia um **poder operário** à imagem e semelhança da descrição de Eric Hobsbawm:

Nesse particular, a Inglaterra era absolutamente excepcional... As indústrias básicas do país – por diversas razões – se desenvolveram menos pela substituição da maquinaria por trabalho humano que por um casamento de operações manuais com energia a vapor. Em todas as grandes indústrias da antiga ‘oficina do mundo’ – a do algodão, a da mineração, a da metalurgia, a da construção de maquinaria e de navios (...) – existia um núcleo de organização sindical baseado principalmente nas ocupações e nos ofícios, sobretudo com a capacidade de se transformar em sindicalismo de massas. Entre 1867 e 1875, os sindicatos adquiriram realmente status legal e privilégios de tal alcance que nem os mais militantes dos empregadores nem os juízes conseguiram reduzi-los ou aboli-los até a década de 1980. A organização sindical não estava simplesmente presente e aceita; era

---

<sup>221</sup> Siqueira, 2001, pg. 149. Grifos do texto original.

poderosa, especialmente no local de trabalho. Esse excepcional e mesmo único poder operário criaria, no futuro, problemas crescentes para a economia industrial britânica; e, na verdade, mesmo durante o nosso período criou grandes dificuldades para os industriais que desejavam mecanizá-la ou administrá-la. Antes de 1914, os industriais malograram nos casos mais decisivos...<sup>222</sup>

Mantendo as “operações manuais” na frase principal de Hobsbawm, mas trocando “energia a vapor” por “eletricidade” e “óleo combustível”, teremos uma boa descrição da brutalidade do trabalho imperante na Fábrica de Cimento e em suas pedreiras; trabalho guiado por conhecimentos empíricos situados além das possibilidades de assimilação por engenheiros e administradores. “Saber operário” reforçado na direta proporção em que o maquinário sucateava: quanto mais primitivo e ultrapassado, mais fora de compreensão pelos técnicos superiores mais jovens. Como observaram os técnicos do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo,

É perceptível a existência de certa rotatividade nas funções... Bastante significativo é que mesmo os que se especializavam em determinada função demonstravam conhecer todo o processo de produção do cimento... A fábrica aparece como o local de aprendizado, a escola onde, com o passar dos anos e com o acúmulo de experiências, o trabalhador melhorava seu desempenho, aprendia todo o processo de produção de cimento e onde o bom forneiro - no entender do Sr. Augusto - aprendia a distinguir o desajuste no seu andamento pela cor da fumaça que saía dos fornos.<sup>223</sup>

Alguma coisa nesse mesmo sentido é também detectável em relação à Estrada de Ferro Perus-Pirapora. Última estrada de ferro de bitola estreita (60 cm) em atividade no Estado, a maioria das locomotivas da EFPP foi comprada das congêneres paulistas à medida que fechavam, de maneira que há pouca repetição de modelos. Enquanto isso, progressivamente desaparecia a oferta de peças de reposição no mercado. Tais

---

<sup>222</sup> Hobsbawm, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 3ª edição, pp. 175-176. Grifos meus, ES.

<sup>223</sup> DPH (Departamento do Patrimônio Histórico). *Parecer Técnico – STLP e STCP - ao processo de tombamento da Área da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus*. São Paulo, Agosto de 1992, Prefeitura Municipal de São Paulo, pp. 29-30.

circunstâncias obrigaram os operários a realizar diversas adaptações nas máquinas que chegavam, bem como a desenhar e moldar grande número de componentes. Foram tão bem sucedidos nesta tarefa que a ferrovia pôde operar normalmente até “Toninho” Abdalla decidir fechá-la. <sup>224</sup> Apesar disso, a aplicação do conceito de “saber operário” para o caso da Companhia de Cimento Portland Perus demanda algumas ressalvas:

1. Não se deve perder de vista o caráter essencialmente primitivo e brutal do trabalho na Companhia, ilustrado pelos cortes e pelos remendos grosseiros facilmente observáveis nas latarias das locomotivas da ferrovia cimenteira e pelas adições de elementos de outras máquinas que desfiguraram vários veículos de tração sem lhes propiciar ganhos evidentes de desempenho;
2. A questão do “saber operário” em Perus deve ser entendida à luz da greve de 1958 (quando os chefes decidiram aderir à paralisação nas primeiras horas) e, principalmente, levando em conta o retumbante fracasso de Abdalla em pôr a fábrica em funcionamento durante a “parede” de setembro de 1959, depois de desafiar os operários a confrontá-lo. Foi justamente a derrota colhida na tentativa de reativar a usina valendo-se de trabalhadores de outras fábricas que instaurou o referido quadro de dualidade de poder. E é muito significativo que a primeira medida listada no “Comunicado” de 03 de julho de 1962 para restabelecer a disciplina na Companhia seja a revisão do quadro de chefias, donde é possível inferir que importante parcela dos chefes e encarregados tinha perdido a confiança dos dirigentes ou, em termos mais claros, não eram mais tidos

---

<sup>224</sup>A hipótese do florescimento do saber operário na Perus inspirou-se em Gorz, Castoriadis e em *No avesso das teclas: virtuosos e concertistas da sinfonia (sempre) inacabada do trabalho*, dissertação de Mestrado em História pelo IFCH/UNICAMP de Diana Gonçalves Vidal cujos resultados foram apresentados em comunicação ao I Encontro Regional de História Oral Sul/Sudeste de 1995. O estudo enfoca uma fábrica de pianos em Curitiba na qual operários e direção apresentam versões muito distintas do suposto caráter “artesanal” da empresa, elaborações técnicas bem articuladas cuja análise revela uma disputa pelo controle da tecnologia e dos ritmos de trabalho que desembocou num conflito grevista em 1986 cuja dinâmica é inexplicável do ponto de vista da análise das reivindicações sócio-econômicas colocadas em pauta.

como confiáveis na tarefa de manter em funcionamento a estrutura de controle e comando;

3. O “Comunicado” também permite inferir a identificação, pela direção da Companhia, de gente “confiável” entre os grevistas (“famílias dos empregados que sempre cuidaram, com dedicação e honestidade, do desenvolvimento dos legítimos interesses da Empresa”). Assim, não deixa de ser um tributo à competência dos operários de Perus que José João Abdalla, para retomar as atividades na usina em agosto de 1962, tenha recorrido a estes funcionários, não a gente trazida de fora, como atabalhoadamente tentara em 1959;
4. Não foi possível identificar nenhuma causa “estrutural” que obrigasse inexoravelmente Abdalla a conspirar contra a persistência da situação de dualidade de poder na Companhia de Cimento; do mesmo modo que não se vislumbrou um ponto de não-retorno nos embates em Perus, a partir do qual um eventual recuo pelo empresário tenha se colocado fora de seu rol de opções.
5. Pelo lado dos operários em greve, o manifesto de lançamento da campanha pela encampação era claro ao afirmar que “ou o abastado empregador atende às nossas reivindicações ou o governo desapropria a fábrica”. Portanto, um acordo contingencial com a Companhia não estava, em princípio, descartado.

Assim, a intransigência de José João Abdalla constituiu-se no fator determinante para a continuação do movimento até os extremos para os quais derivou: de recurso tático para denunciar o “mau patrão” visando propiciar melhores condições para se obter algum tipo de acordo (como ocorrera em Perus nos últimos dias da paralisação de 1958, quando o sindicato também falara em desapropriação), a campanha pela

encampação desta vez foi forçada a evoluir na direção de uma autêntica luta pela desapropriação da Companhia.

#### **6.4. Os trabalhadores dividem-se: “queixadas” versus “pelegos”**

Conforme o *Relatório* 233, de 13.06.62, assinado pela Subchefia de Ordem Social do DOPS, nesse mesmo dia, a Companhia distribuiria o documento abaixo em Perus, Cajamar e Gato Preto e para diversos sindicatos.<sup>225</sup>

---

<sup>225</sup> Arquivo do Estado, DOPS, “Ordem Política”, *Dossiê Mario Carvalho de Jesus*.

# A GREVE NA FÁBRICA DE CIMENTO PERUS

Em face da greve deflagrada em nossa Fábrica sob notória instigação e mando da chamada "Frente Nacional do Trabalho" (entidade ilegal porquanto não enquadrada nas Leis Brasileiras que disciplinam a Organização do Trabalho), desejamos prestar aos nossos colaboradores, freqüentes, amigos e ao povo em geral os seguintes esclarecimentos:

1 — Os salários dos nossos empregados são pagos rigorosamente em dia. O promovido movimento paredista eclodiu às 6 horas da manhã de 14 de Maio último, sendo que os salários de Abril haviam sido pagos, na maior observância à Lei, dois dias antes, ou seja a 12 do mês de Maio, (o décimo dia útil).

2 — Pagamos, aos nossos Trabalhadores, os mais altos salários, de todo o Brasil, para a Categoria. Nenhuma outra fábrica de cimento, ao que é do conhecimento geral, paga tanto quanto a Perus que, empregando cerca de 1.100 empregados, tem folha de pagamento orçando pela casa dos vinte e seis milhões de cruzeiros mensais, o que corresponde ao salário, médio mensal, de vinte e cinco mil cruzeiros por empregado. O aluguel cobrado aos empregados que ocupam casas de nossa propriedade (cerca da metade) oscila entre vinte a cinquenta cruzeiros mensais, incluídos, neste aluguel, o fornecimento de energia elétrica e água encanada. A todos os empregados e aos seus familiares é ministrada assistência médica gratuita por dois médicos e oito enfermeiros, em apropriados ambulatórios. As nossas instalações industriais possuem, em anexo, restaurantes, vestiários e banheiros. Fornecemos, outrossim, condução gratuita para os locais de trabalho; e, também, nos domingos e feriados, para jogos de futebol e outras distrações. A totalidade dos trabalhadores está segurada contra acidentes no trabalho. Todos recebem as férias em tempo próprio, gratificações de Natal, bonificações sobre a produção e salário mínimo acima do que, por Lei, é determinado. Fazemos, em síntese — disto nos orgulhamos — tudo quanto o mais liberal empregador nacional pode fazer em relação ao melhor cumprimento dos seus deveres legais e aos que advêm dos Ensinamentos Cristãos, abstraidos conhecidos farisaismos. (Conferir dados e documentos, não contestados, existentes no processo 92/62, Secretaria do TRT).

3 — Em sã consciência, leal e decentemente, nenhum dos nossos trabalhadores tem algo para reclamar. Entraram nesta inteliz greve sem saber porque. E, ainda não sabem dos seus motivos.

A greve, como nas vezes anteriores, foi-lhes determinada sob a coação de advogados e políticos que nada entendem dos legítimos interesses dos trabalhadores. Mas, desprezível minoria (aproximadamente 100 terroristas) largamente favorecidos pela subversão que vêm promovendo a mando de conhecido Escritório de Advocacia, por vezes dito "Frente Nacional do Trabalho", organizaram-se em "piquetes" de natureza especialíssima. Sempre conduzidos pelos mentores da greve, são "fortes" em tudo: desde a difamação pessoal e injúrias até a pura e simples subversão da Ordem e da Lei. (Conferir com os dados e documentos existentes no Processo 92/62, Secretaria do TRT).

4 — A greve foi decretada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cai

e Gêso de S. Paulo (desde 1958 sob ostensivo e ilegal jugo da "Frente Nacional do Trabalho") sob o fragilíssimo pretexto de solidariedade aos empregados de determinada empresa, pertencente a outra categoria profissional e localizada em distante município. Esses trabalhadores, no entanto, já há muito tempo conciliaram-se com os patrões e retornaram ao serviço.

5 — Quando já programada a greve em todos os seus detalhes, e, principalmente, depois de maliciosamente deflagrada esta, foi que os seus mentores, apressada e desajeitadamente, organizaram lista com as mais absurdas exigências que se possa imaginar e a cujo ditatorial atendimento desde logo condicionaram o retorno ao trabalho! Estas disparatadas "reivindicações", no entanto, vão desde a demissão dos trabalhadores da Perus que não obedecem a Ditadura instaurada pela dita "Frente Nacional do Trabalho", até ao pedido de desapropriação da Fábrica para posterior entrega da mesma aos elementos da sua escolha, que a tanto chega a capacidade de mistificação da matreira "Frente Nacional do Trabalho"!

6 — Suscitado o Dissídio Coletivo pelo referido Sindicato, sob as ordens da F.N.T., foi julgado, a 2 do corrente mês, pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho.

Tão manifestamente ilegais, desconexas e impraticáveis apresentaram-se as "reivindicações" tão desajeitadamente formuladas pelos mentores da greve, que o E. Tribunal Regional do Trabalho sequer pôde tomar conhecimento do Dissídio, dada a visível ilegalidade e improcedência das mesmas!

7 — À vista do julgamento em tela, feito por um dos mais altos e ilustres Tribunais do Poder Judiciário Brasileiro, a greve tornou-se implícita e formalmente ilegal, porquanto foi deflagrada sem causa ou razão, apenas por motivos fúteis ou inconfessáveis, mas com enorme dano para toda a coletividade nacional.

8 — A Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus, embora sempre aberta às idéias de conciliação, não pode transigir na defesa de princípios que lhe são sagrados. Não pode aceitar, em hipótese alguma, que a sua vida econômica e a liberdade dos seus trabalhadores venham a ser dirigidas e controladas pelo referido escritório de advocacia, por vezes rotulado como "Frente Nacional do Trabalho".

9 — A Perus firmemente defenderá os seus direitos, usando de todas as garantias e prerrogativas que a Lei lhe autoriza. A sua causa é a de toda a indústria brasileira (ameaçada por onda de greves sem precedentes), maximé a produtora de artigos essenciais à Defesa Nacional e bem estar público, como ocorre no caso. Esta causa não nos pertence: é de ordem pública, do Povo Brasileiro.

S. Paulo, 11 de Julho de 1962

Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus

Desde o início da greve, a empresa dirigira-se à opinião pública em geral através de matérias pagas na grande imprensa. Agora, falava diretamente para seus operários e para o meio sindical, disputando espaço com o sindicato dos “queixadas” e com a FNT. Ressalta as condições de trabalho e moradia que oferece com o objetivo de enfatizar a ausência de motivos para a continuação da greve. Portanto, tudo seria fruto das ações de uma minoria, os “cem terroristas favorecidos pela subversão da FNT”, responsáveis por uma greve “programada” e “maliciosamente deflagrada”, isto é, que não fora objeto de uma deliberação pelo conjunto dos funcionários. Existia, naturalmente, o “fragilíssimo pretexto da solidariedade aos empregados de outra empresa, pertencente à outra categoria profissional e localizada em outro município”; mas mesmo isso fora resolvido, pois trabalhadores e patrões já tinham se conciliado. Em seguida, o julgamento pelo TRT, na visão da Companhia, atestaria a ilegalidade e a improcedência da greve. Sua continuação “por motivos fúteis ou inconfessáveis”, já estaria provocando “enormes danos à coletividade nacional”. Nessas condições, a empresa não poderia abrir mãos de “princípios sagrados” e direitos garantidos em lei, tendo-se tornado bastião de “toda a indústria brasileira ameaçada por uma onda de greves sem precedentes”. Não foi possível identificar quaisquer ocorrências reais, nesta altura dos acontecimentos ou em momento anterior, às quais a firma pudesse estar se referindo ao incluir no rol das “disparatas reivindicações” a demissão dos trabalhadores que não concordavam com a “ditadura” supostamente instaurada pela FNT na categoria.

Em retrospectiva, é cabível inferir que a empresa conseguira extrair algumas lições das greves de 1958 e 1959, pois, de um lado, estava sabendo se posicionar melhor perante a opinião pública. Semanas antes, tivera a ousadia de responder a Dom Jorge Marcos recorrendo ao próprio ideário da doutrina social cristã reivindicado pelos sindicalistas de Perus, e Abdalla só aparecera para rebater o manifesto do Bispo de Santo André, dirigido diretamente a ele. No mais, permaneceu ausente da cena pública. Essa preocupação parece estampada no panfleto de 13 de julho, no qual é dito que os trabalhadores das outras empresas conciliaram-se após 32 dias de greve com “os



patrões” (plural abstrato), não com “ele”, Abdalla, a despeito de este ter-se dirigido pessoalmente aos dirigentes sindicais com quem se compusera. Ainda no campo da disputa de opinião, é significativo que a Companhia esgrimisse, no referido panfleto, os argumentos dos males causados à “coletividade nacional” pela greve e da sua própria postura de defender “princípios sagrados” em defesa da “indústria brasileira”, indo além do tradicional discurso da “subversão” por elementos estranhos ao meio operário.

Anos depois, os sindicalistas de Perus falariam num “plano diabólico” orquestrado por Abdalla para derrotar a greve e o folheto em consideração, nessa perspectiva, realmente antecipa alguns elementos da operação “fura-greve” de agosto de 62. O argumento de que a “parede” iniciara não em razão de reivindicações da categoria cimenteira, mas em “solidariedade” aos trabalhadores de outras fábricas, tornou-se alegação fundamental no processo de demissão que a empresa abria contra os paredistas. O discurso da greve deflagrada sem consulta ao conjunto dos operários seria repetido pelos operários que “furaram” a paralisação. Ficou faltando acusar os dirigentes sindicais de “comunistas”, mas dessa tarefa se encarregaria a deputada Conceição da Costa Neves dali a alguns dias, em discursos sintonizados com o folheto de 13 de julho.

Em 14 de julho de 1962, foi publicado manifesto com *As razões da justa greve da Perus*:

Após 32 dias de justa e pacífica paralisação, os trabalhadores de 03 fábricas fizeram honroso acordo (...) com o atendimento total das reivindicações, pagando ainda o empregador os dias de greve, sendo 10 como férias coletivas e 22 como se os trabalhadores tivessem realmente trabalhado. Além disso, o mau pagador assinou um acordo que autoriza os trabalhadores a pararem o serviço se o pagamento não sair até o 12.º dia útil.

Mas o “mau patrão” não quis acordo com os trabalhadores da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus e da Companhia Paulista de Papel e Celulose (...). O Tribunal [Regional] do Trabalho, por quatro votos contra 03, se recusou a examinar nossas

reivindicações, sob a alegação de que o nosso acordo salarial só vence em setembro. Porém, em outras ocasiões tem o mesmo Tribunal apreciado processos semelhantes (...).

A nossa sorte está lançada: o deputado Abdalla tem o Banco do Brasil à sua disposição; nós temos a fé que nos levou a jurar “não voltaremos como homens derrotados”. Ou o abastado empregador atende às nossas reivindicações ou o governo desapropria a fábrica (art. 41 § 16, da Constituição Federal). Se você não estiver a serviço do rançoso capitalismo, ajude-nos com a sua palavra, o seu protesto.<sup>226</sup>

O manifesto afinava-se com declarações de D. Jorge Marcos de Oliveira que, no dia 06 de julho, reunira-se com sindicalistas e religiosos na sede da FNT para coordenar a “grande resistência dos cristãos contra o mau patrão”.<sup>227</sup>

Em 16 de julho, ocorreu concentração em prol da encampação da Companhia de Cimento em Perus que contou com pronunciamento do deputado Franco Montoro que saíra do cargo de Ministro do Trabalho dias antes. Teófilo Ribeiro de Andrade Filho,<sup>228</sup> presidente da Caixa Econômica Estadual também tomou a palavra: dizendo-se amigo do Dr. Mario desde os tempos de faculdade, colocou-se à disposição da FNT e dos grevistas. Segundo *Ultima Hora*, o padre José Bianchi aproveitou a ocasião para declarar para todos os presentes que “a Frente Nacional do Trabalho não é ilegal como pretende o mau patrão (...). Se fosse ilegal, o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota não teria escrito que ela, a FNT, é uma alvorada de esperanças. Essa greve é justa e cristã e conta com a nossa solidariedade”. Outra autoridade presente foi o vereador Joaquim Monteiro de Carvalho, então ocupante do cargo de Secretário das Finanças do Prefeito Prestes Maia. Segundo o DOPS, Monteiro de Carvalho falou “violentamente, discorrendo no sentido de que se os comerciantes da localidade (...) cortassem os créditos dos empregados em greve, deveriam agir os

---

<sup>226</sup> Jesus et alii, 1977, p. 59-61.

<sup>227</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado 06.07.1962, “Ronda dos Sindicatos”, coluna de Itamaraty Martins.

<sup>228</sup> Teófilo Ribeiro de Andrade Filho fora membro da Vanguarda Democrática e era um dos membros do PDC no governo de Carvalho Pinto. Elegeu-se deputado federal por este partido em 1962. Em 1969, tornou-se o primeiro presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Cf. Coelho, 2003, pp. 211 e 228.

Ver também <http://www.tcm.sp.gov.br/instituc/instalacao07.htm>

grevistas contra eles com depredações, saques e outras represálias”, termos não confirmados pela reportagem do *Ultima Hora* que assinala que o Secretário afirmou que Abdalla “está desafiado para um debate público. Tenho os documentos na mão para provar que ele é caloteiro. Não paga aos operários e nem ao governo”.<sup>229</sup>

É difícil acreditar que o Secretário de Finanças do Município de São Paulo tenha se pronunciado publicamente do modo descrito pelos agentes do DOPS. A questão que atribuíram a seu discurso já fora abordada pela coluna de Itamaraty Martins no *Ultima Hora* do dia 07 de julho anterior (“*Comerciantes cortam créditos de grevistas*”) que reproduz entrevista do presidente do sindicato de Perus, João Breno, segundo o qual “alguns comerciantes de Cajamar e Gato Preto cortaram o crédito dos trabalhadores (...). Pela fome tentam esmagar uma greve cristã. Mas um cristão não é um moleirão como muitos patrões pensam. É de luta e de briga e vamos quebrar o cerco da fome”.

Segundo o Dr. Mario, Abdalla teria aconselhado os comerciantes de Perus e de Cajamar a cortarem o fornecimento de gêneros alimentícios para os grevistas, acrescentando que “os comerciantes sempre foram os grandes cabos eleitorais de Abdalla. Não todos. Sempre há os Cirineus nos momentos difíceis”, como foi o caso de um dono de padaria de Perus que, por dois meses, permitiu que seu forno fosse operado por dois padeiros “queixadas”. Isto tornou possível que, em meio a tantas dificuldades, os grevistas comessem do “melhor pão” (aspas do Dr. Mario), fabricado a partir de trigo vindo dos Estados Unidos e doado pela Igreja Católica.<sup>230</sup>

As figuras míticas convocadas nesta passagem pelo Dr. Mario são muito fortes no imaginário cristão. O “pão” é “o *pão-nosso de cada dia*” da oração ensinada por Jesus. O mesmo pão que o Messias dividiu entre seus Apóstolos na Última Ceia, convertido

---

<sup>229</sup> *Autoridades e grevistas fazem comício em Perus. Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 17.07.62. Ver também o relatório do policial José Antonio Cezar, de 17.07.62, e o relato dos agentes Mario Bazak e Oscar Medeiros, de 18.07.62. Arquivo do Estado, Acervo do DOPS, *Dossiê Mario Carvalho de Jesus*. Os dois últimos policiais acrescentaram que as ameaças de depredação foram repetidas por diretores do sindicato e que, caso viessem a se concretizar em atos, “o Posto Policial, que possui apenas dois homens, não poderá efetuar a cobertura do policiamento”.

<sup>230</sup> Jesus et alii, 1977, pp. 63 e 67.

(no ritual católico) em Seu corpo na cerimônia que antecede a das hóstias. Cirineu é personagem presente no martírio de Cristo, quando

Os soldados temiam que Ele morresse antes de ser crucificado. No caminho do Calvário *'encontraram um homem de Cirene, chamado Simão, a quem obrigaram a levar a cruz'* (Mateus 27,32). Simão Cirineu não pôde impedir a morte de Jesus, mas, carregando a Cruz *'aliviou suas dores'* provocadas pela pesadíssima cruz.<sup>231</sup>

Portanto, nessa visão, os grevistas em sua luta reviveriam a saga e os sofrimentos de Cristo e de todos aqueles que tiveram sua fé colocada à prova nas mais difíceis situações, num contexto simbólico em que o suplício é pensado como procedimento que, na liturgia romana, purga as almas dos pecadores e prepara os crentes para a salvação eterna.

É importante ressaltar a presença de evangélicos de diversas denominações no meio “queixada”. Um significativo grupo de líderes sindicais era de presbiterianos, como Gino Rezaghi. E o Padre Bianchi foi o primeiro a destacar a participação de membros da Assembléia de Deus e da Igreja Presbiteriana dentre os operários que construíram em mutirão a nova Casa Paroquial em Cajamar. Sidney Fernandez Cruz, presidente do sindicato nos anos 80, assinalou que a Congregação Cristã do Brasil tinha um grupo especialmente combativo de “queixadas” que se orgulhava de ter um único caso de “fura-greve” em suas fileiras.<sup>232</sup> A ação evangélica funcionava como reforço fundamental à matriz cristã do movimento, conferindo autenticidade à qualificação de “ecumênicas” - estampada nas celebrações religiosas realizadas no decorrer das paralisações. O tema do martírio de Cristo revivido pelos trabalhadores, portanto, pôde ser recorrentemente tratado nas lutas de Perus.

---

<sup>231</sup> *Eu vos Aliviarei! Eu serei vosso Cirineu!* In *Boletim Diocesano*, Pastoral das Comunicações, Ano 08 - Número 113 - Abril de 2005, Diocese de Franca. Texto disponível em <http://www.diocesefranca.org.br/boletim/abr2005/bd-notpsaude.html>

<sup>232</sup> Siqueira, 2001, pp. 174-175.



João Breno Pinto, presidente do sindicato, fala da luta dos trabalhadores de Perus ao Cardeal Motta, após Via Sacra pelas ruas de São Paulo. Novembro de 1962. *Jesus et allii*, 1977, pg. 34.



*Bispos pedem justiça para trabalhadores de Perus. Última Hora*, Arquivo do Estado, 09.12.1966. <sup>233</sup>

O problema do fornecimento de gêneros alimentícios foi abordado de outra maneira pelos agentes do DOPS. No *Relatório 278*, de 20.07.62 (classificado como 50A-115-81), é possível ler que

Foi enviado para o Sindicato, em forma de abaixo-assinado pelos comerciantes de Perus (15 assinaturas) um convite para uma reunião na sede do Clube Esportivo Portland às 20 horas do dia 18 do corrente.

---

<sup>233</sup> Matéria jornalística preservada nas Pastas *Recortes de Jornais* do AEL/MCJ.

À hora marcada, compareceram os comerciantes, o que não foi feito pelos representantes do Sindicato. Na ausência destes, decidiram os comerciantes discutirem sozinhos o assunto que os levava a convocar aquela reunião, e que trata do fornecimento de gêneros aos grevistas da fábrica de cimento. Assim, ficou assentado que iriam suspender o crédito à maioria dos seus fregueses que devem os fornecimentos que lhes foram feitos durante o período em que se encontram em greve. (...) Justificam essa suspensão pelo fato de não poderem saldar os seus fornecedores e que os mesmos estão deixando de vender-lhes as mercadorias que necessitam.

Fui informado pelo Sr. João Machado, comerciante que conta com 82 fregueses grevistas, que, se o crédito fosse suspenso, ele estaria sujeito à invasão de seu estabelecimento.

Essa reunião foi motivada pelo fato de que, alguns dias atrás, quando recorreram ao Sindicato, serem levados, aquele comerciante e mais o Sr. José Carvalho, à Frente Nacional do Trabalho. [Onde], após o Dr. Mario Carvalho de Jesus lhes sugerir que vendessem ou hipotecassem seus bens, lhes foi proposto conseguirem a cada um o empréstimo de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) pelos senhores Monteiro de Carvalho e Franco Montoro, do Banco do Estado, se comprometendo o Sr. Monteiro de Carvalho a endossar esse empréstimo. Foram-lhes também fornecidas as fórmulas para ser requerido esse empréstimo.

Não foi aceita por eles essa condição, porquanto seriam os responsáveis por aquela importância, o que lhes colocaria em condições piores ainda. Acham que qualquer importância que recebam deva ser computada como amortização das dívidas de seus fregueses, sócios do Sindicato e grevistas, cabendo a responsabilidade de saldar ao Sindicato e não a eles.

Essa história foi conferida com o Dr. Teófilo Ribeiro de Andrade Filho (1922-) já citado, Presidente da Caixa Econômica Estadual naquele momento, em entrevista realizada no dia 22 de agosto de 2008.<sup>234</sup> Afirmou que nada no sentido assinalado acima lhe chegou ao conhecimento e que, de qualquer forma, a operação aventada não poderia realizar-se em razão da inexistência de garantias exigidas em lei para a consignação de contratos. Além disso, durante sua gestão, empréstimos pessoais não foram realizados pela instituição, inclusive os voltados para compra de moradia. A Caixa Econômica Estadual concentrava-se em financiar projetos de saneamento básico e de pavimentação realizados por prefeituras ou outros entes públicos. Houve também empréstimos para projetos de alguns colégios religiosos que apresentam as devidas garantias.

O único auxílio aos grevistas que o Dr. Teófilo declarou que pôde providenciar foi obtido por meio de gestões junto a produtores rurais de sua cidade, São João da Boa Vista, interior de São Paulo, os quais enviaram alimentos por meio de caminhão diretamente para Perus.

Não foi possível identificar nenhuma outra fonte informativa que tratasse da reunião de comerciantes, exceto por um relatório anterior do DOPS que informa que o encontro ocorreria na noite do dia 18 de julho (já referido) e pela entrevista citada a seguir.

Ainda a respeito do boicote promovido pelo comércio local, foi bastante interessante o relato de Nelson Aparecido Bueno de Camargo, filho de “queixada”, com 14 anos de idade em 1962. O pai do Sr. Nelson foi um dos muitos operários que arrumaram outro

---

<sup>234</sup> Nos anos 1940, Teófilo Ribeiro de Andrade Filho fora companheiro de Mario Carvalho de Jesus no grupo de ativistas da JUC na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Relatou que, depois de formado, tornara-se um dos coordenadores da Juventude Operária Católica na cidade de São Paulo, num período em que a JOC realizou uma intensa campanha de sindicalização que lhe permitiu indicar alguns membros numa chapa que derrotou os pelegos nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Em seguida, foi contratado por este sindicato, tendo conseguido muito prestígio como advogado encarregado de acidentes do trabalho. Foi um dos fundadores da Vanguarda Democrática em 1948. Na década de 50, tornou-se 2º vice-presidente do PDC em São Paulo e conselheiro da OAB, da Associação dos Advogados e do Instituto de Direito Social. No final de 1953, durante seis a sete meses, foi emergencialmente guinado à condição de primeiro chefe de gabinete do Prefeito Janio Quadros.

emprego enquanto prosseguia o processo judicial que resultou na volta dos grevistas que gozavam de estabilidade. Nelson Aparecido afirmou que seu pai fez acordo com o comerciante que fornecia gêneros para sua família no sentido de, sempre que possível, realizar o pagamento de parte da dívida acumulada. Assim que obteve outra ocupação, o pai de Nelson passou a realizar pagamentos todo mês até quitar os débitos. Nelson Aparecido recorda-se que a maioria dos comerciantes realmente decidiu boicotar os grevistas e, inclusive, que diversos deles participaram da operação “fura-greve”, chegando a trabalhar durante cerca de quinze dias na fábrica de cimento até que se garantiu um número mínimo de operários para manter a usina em funcionamento. Essa atitude se explicaria pelo fato de que os comerciantes, com ou sem boicote, vinham tendo muitos prejuízos com o prosseguimento da paralisação. Assim, a iniciativa de se engajar no “fura-greve”, na visão desses pequenos empresários, era um modo de recolocar seus negócios na normalidade.<sup>235</sup>

Por conseguinte, a inferência cabível é que os posicionamentos dos comerciantes de Perus e Cajamar decorriam, fundamentalmente, menos de seu suposto caráter conservador, muito mais dos problemas concretos que enfrentavam. O verdadeiro problema do sindicato, nessa ótica, era a impossibilidade de dar qualquer solução minimamente aceitável para as reais demandas do comércio diretamente ligado ao abastecimento das famílias grevistas. Assim, além de não estabelecer um quadro mais amplo de alianças na região onde a paralisação ocorria, foi gerado um enorme vazio social e político que seria imediatamente ocupado pela campanha liderada por Conceição da Costa Neves. Outra conseqüência clara foi a acentuar a necessidade de mobilizar grevistas para que fossem pedir auxílio em portas de fábrica, arrecadar fundos nas barracas montadas pelo sindicato no Centro da cidade, ou trabalhar em atividades artesanais coordenadas pelo comando de greve. Para este aspecto em particular, o problema é que a deputada Conceição provavelmente dizia a verdade ao afirmar que muitos operários sentiam-se humilhados ao pedir dinheiro para outros trabalhadores:

---

<sup>235</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Nelson Aparecido Bueno de Camargo ao autor em 24.08.2008.



em julho de 1962, como ainda veremos nos relatórios do DOPS, já era perceptível um acentuado desgaste entre os paredistas.

Os relatos policiais integrados ao *Dossiê Mario Carvalho de Jesus* traçam um quadro alarmante do ponto de vista de seus redatores, pois os efetivos policiais de Perus e Cajamar (três/quatro soldados em cada localidade) eram tidos como insuficientes em face dos problemas constatados e da possibilidade de um possível agravamento da situação.

As dificuldades começariam no próprio efetivo policial. Relatório do dia 23.07 aponta que, num momento de embriaguez, membros da Força Pública em serviço em Gato Preto, liderados por um cabo, tinham dado diversos disparos para o alto na noite do dia 21. Os donos da pensão onde os soldados estavam hospedados disseram a um investigador do DOPS que os policiais viviam constantemente bêbados porque o conhaque, a cachaça e o vinho que bebem eram postos na conta da companhia de cimento, de modo que não havia meios de se recusar a servi-los. Igualmente problemática era a postura de Ramiro dos Santos, Subdelegado de Cajamar. Os investigadores anotaram em 13 de julho que Ramiro era empregado da Companhia desde 1947 (quando tinha 18 anos), e que era “grande amigo e colaborador dos diretores do sindicato (...), pois a ele é filiado”. O Subdelegado não tomava conhecimento das queixas dos “chamados ‘pelegos’, isto é, operários contrários à greve. Tem ele aceitado todos os atos de violência praticados pelos grevistas e seus líderes”.<sup>236</sup> Mas, quais “violências” seriam essas?

Os policiais informaram em 18.07 que, no dia 16, *um funcionário da firma*<sup>237</sup>,

À disposição do Banco Interestadual e do Escritório Central (organizações ligadas), por volta das 9 horas, já dentro do pátio da estação, [quando] foi abordado e intimado a

---

<sup>236</sup> Arquivo do Estado, Relatório 304, de 13.08.62, classificado no acervo do DOPS como 50A-115-95. Trata-se da mais antiga referência documental à divisão de “queixadas” e “pelegos” encontrada por esta pesquisa em documentos de época.

<sup>237</sup> Nesta dissertação, exceto pelas personalidades com projeção pública, os nomes de trabalhadores mencionados nos relatórios do DOPS foram deliberadamente omitidos.

comparecer à sede do sindicato. Recusou-se, mas, coagido, foi levado para o Sindicato sob palavras ofensivas como 'pelego', 'puxa-saco' e outras. Interpelado, quiseram dele saber se estava conduzindo pagamentos para os empregados no se que se refere aos 05% da Casa Própria (dinheiro descontado dos empregados) que o Sindicato se acha no direito de receber e não os funcionários. Respondeu que sim e que continuaria fazendo, desde que seus colegas o solicitassem, embora estivessem temerosos de represálias porque o Sindicato colocou elementos no Escritório Central, à Rua Boa Vista, para saber quem estava recebendo e chamá-los à sede do Sindicato a fim de aplicar vexames. Os elementos apontados pelo Sr. (...) como autores de coação foram os grevistas (...) e outros que não foi possível apurar.

Segundo o *Relatório 283*, de 24.07, um operário relatara que também comparecera ao escritório do Grupo Abdalla, na Rua Boa Vista, para receber os 05% da casa própria e que antes, no dia 19.08, por volta de 18,30 horas, fora ameaçado por um diretor do sindicato que lhe teria falado “não vá receber; por causa desses que vão receber é que não ganhamos a greve”. O operário teria dito que iria “receber o que era dele e, portanto, que tinha direito”. Em resposta, o tal diretor do sindicato teria insistido que não fosse, “pois que o caso era de vida ou morte”. O operário declarou também que

Em sua casa costuma haver reuniões de elementos que querem voltar ao serviço; que, diante desse fato, o sindicato escalou pessoas para ficarem, diariamente, vigiando sua residência.

No mesmo Relatório está dito também que os grevistas, tendo à frente os elementos mais combativos, tinham “reforçando a vigilância” em vários logradouros de Perus, Cajamar e Gato Preto visando, com isso, “impedir que qualquer operário venha para São Paulo a fim de receber dinheiro da diretoria da indústria”. O operário que teria fornecido essas informações também ressaltou que “os dirigentes sindicais estão portando armas, entre as quais revólveres e facas”.

O *Relatório 294*, de 07 de agosto, em itens específicos, afirma que, em Cajamar,

3 – Grevistas promovem ameaças. Tem havido muita agitação por parte dos grevistas que belicosamente provocam os elementos não grevistas e suas famílias, tendo até resultado

em agressões que estão sendo atendidas pela Subdelegacia; esta, porém, não pode dar cobertura ideal em virtude do número insuficiente de policiais (um cabo e dois soldados). Os grevistas, açulados pelos dirigentes sindicais, chegam até mesmo a ameaçar de morte os que não participam da 'parede'. Soubemos que muitos grevistas andam armados e impedem a passagem de pessoas aos escritórios da firma, e o fazem exibindo cassetetes; impedem, ainda, o livre trânsito dos veículos nas estradas locais, pois em **todas as entradas e passagens principais contam com piquetes reforçados com numerosos grevistas que em ocasiões de incidentes se tornam perigosos.**

4 – Agravando-se dia a dia a situação em Cajamar e Gato Preto. A presença dos investigadores é reclamada quer pelos dirigentes da empresa como também pelo policiamento da Força Pública sempre que há incidentes nesses locais. A situação está se agravando ali de modo assustador. [Grifos meus, ES].

Os grevistas preocupavam os agentes também por outras razões, como se nota no Relatório do dia 23 de julho, no qual é afirmado que o Dr. Mario assegurara que, à hora que quisesse, poderia trocar todo o policiamento mantido pelo DOPS na região, declaração depois propalada em Gato Preto por diretores do sindicato. No *Relatório* 332, de 1º de setembro, relativo a uma concorrida missa ocorrida no dia anterior em Perus, o único aspecto destacado no discurso do Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira foi que ele teria afirmado que era amigo dos três candidatos a governador e que deveria levar aos mesmos a proposta de extinção do DOPS.

É preciso cuidado com vários aspectos do relato policial, como o suposto porte de armas brancas ou de fogo por dirigentes do sindicato. Essa informação é atribuída a certo operário, ou simplesmente é dito que “*soubemos que muitos grevistas andam armados*”. Base informativa muito frágil, ainda mais se lembrarmos que polícia pode revistar e prender. Outra fraqueza é a notória predisposição a considerar qualquer afirmação destemperada como prelúdio de tumultos e violência, bem expressa pelo tom alarmista e conspirativo adotado pelos investigadores.

De qualquer maneira, exagerada ou não, a descrição feita pelo DOPS é de Cajamar e Perus efetivamente tomados por piquetes capazes de deter um “fura-greve” dentro da

Estação Ferroviária e conduzi-lo à força para que dessem explicações na sede do sindicato. Piquetes que, em Cajamar, controlavam todos os pontos estratégicos de acesso e passagem, caracterizando a existência de um verdadeiro “poder operário”, propiciador de tantas ocorrências que a meia dúzia (literalmente) de policiais nas duas localidades tornara-se impotente para contê-las.

Na altura dos acontecimentos relatados, o “poder operário” assinalado destinava-se precipuamente a manter sob controle o segmento regional da classe trabalhadora. Para entender essa situação, foi muito útil o depoimento do professor Irineu Lameira Belchior,<sup>238</sup> segundo o qual

A greve de 1962 estoura numa perspectiva de terminar rápido, até porque tinha a Carioba também estava paralisada. Dizem que o Abdalla estava ressentido de sua derrota em 1958. Ele queria acabar com os “privilégios” que os operários tinham e ter as rédeas da empresa [de volta] porque não poderia contratar ninguém: **os operários é que contratavam através de sorteio** [enfático]. Ele resiste nos tribunais. E havia uma expectativa de que a greve duraria pouco: as pessoas estavam na euforia da greve de 1958, quando saíram fortalecidas; havia o Prefeito [Garrido], havia o Padre [Bianchi]... O advogado [do sindicato] tinha um carisma muito grande. Os operários se entusiasmaram e criaram uma expectativa de que em breve tudo seria resolvido. E a greve foi de um mês e não terminou; dois meses e não terminou, três meses e não terminou. E o Abdalla começou a minar a resistência através daquelas pessoas que gostavam dele fazendo convites a determinados operários para que voltassem a trabalhar. As pessoas iam à noite às casas de operários que eles julgavam ser mais influenciáveis, que estavam fraquejando ou que não participavam de assembléias. Muitos entraram na greve porque a maioria decidiu e [estavam] com medo. Estavam parados, mas não havia uma unanimidade. O

---

<sup>238</sup> Filho de “queixada”, Irineu Lameira Belchior nasceu em Cajamar no dia 14 de outubro de 1948. Seu pai foi um dos numerosos protagonistas anônimos responsáveis pela pujança e pelo sentido de luta por justiça que animavam o movimento. Em sua entrevista, o prof. Irineu destacou que seu pai tinha uma preocupação especial em explicar para os filhos tudo que estava ocorrendo naquela época. Irineu formou-se em Letras e se tornou professor de inglês e diretor de escola estadual em Cajamar, função na qual se aposentou. Exerceu os cargos de vice-prefeito (1977-1982) e vereador (1997-2000, 2001-2004 e 2005-2008) em sua cidade. Em 2006, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, coordenou a elaboração do livro “*Câmara Municipal de Cajamar – trajetórias e lutas*” (dados adiante na Bibliografia) tendo fornecido uma parte essencial dos documentos utilizados. Portanto, seu relato apóia-se em lembranças pessoais e num trabalho de preservação da memória que veio realizando ao longo de sua vida.

Abdalla começou a fazer convites **direcionados** [enfático] através de seus representantes – seus chefes. Iam à casa dos operários e falavam “olha, o homem que você volte a trabalhar... **Mas não quer fulano!**” [enfático]

P - Isso era falado claramente?

Sim. “Ele quer que você volte, mas você está aí perdendo tempo...” E o que acontece? Começou-se a organizar um movimento de retorno através dos então classificados como “pelegos”. Quando ficou fortalecido em termos de números, eles acabam entrando e o Abdalla - como deputado federal - manda a polícia vir, e a polícia dá cobertura para que as pessoas entrem na fábrica e saiam da fábrica. E se começa, então, a fazer piquete na porta da fábrica. Daí, há uma repressão muito grande. Há um momento em que o caminhão tanque da polícia militar joga água e areia nos manifestantes joga areia [nos manifestantes].

P - Existia alguma coisa como “lideranças pelegas” e, principalmente: quando tinha assembléia, alguém falava contra a decisão do sindicato?

Que eu me recorde, não; porque a direção do sindicato tinha uma força muito grande e as pessoas tinham medo de se posicionar. E era um momento histórico muito forte de revanchismo: quem se posicionasse contra, era a favor de Abdalla... Então, as pessoas tinham medo de serem classificadas como “pelegas”.

P - Tinha esse clima?

É. Tanto assim que, quando se chamava alguém de “pelego”, as pessoas brigavam. Essa classificação era [algo] muito forte. Houve brigas, desavenças entre famílias: elas não queriam ser chamadas de “pelegos”. De “queixadas”, todo mundo se orgulhava. Porque “pelego” era sinônimo de fraqueza, de estar sendo dominado pelo patrão. Então, nas assembléias, quem ia – e o meu pai era um dos que iam – ia consciente que tinha que lutar contra o patrão. Quem não ia era porque, implicitamente, estava fraquejando. Isso é uma questão natural que também hoje acontece em qualquer empresa: se você fizer uma assembléia, a maioria vai, a minoria não vai e estes só vão a reboque. Agora [no caso da greve de 1962], eles foram a reboque durante noventa dias. Depois... Não houve uma liderança que se destacasse dos “pelegos”. O que acontece? Havia uma subordinação através das **chefias** [enfático] que iam visitar: “olha, volta... O seu cartão vai estar na

chapeira!” Quando os “queixadas” percebem isso, começam a fazer os piquetes para que ninguém fure. Aí, há repressão policial. (...)

P - Eu vi uma foto na “Firmeza Permanente” de um piquete de mulheres, cada uma com um pau...

Então, aí começou a haver um movimento de mulheres dos “queixadas”. Movimento de pressão. O Dr. Mario avança: “olha, as mulheres também têm que participar”. Era um envolvimento maior - não só do operário, mas de toda a família - para ver se terminava logo a greve. E essas mulheres também vão fazer o piquete.



Piquete de mulheres. Cajamar, maio de 1962, cf. Jesus et alii, 1977, pg. 45.

P - Mas, chegou a haver violência efetivamente?

Chegou a haver violência quando veio a polícia!

P - E de operário para operário?

Ah, houve muita briga (...). Claro, porque havia famílias em que o pai era “queixada” e o filho era “pelego”. Então, criou-se uma desunião muito grande e [surgiram] inimizades pessoais. Meus padrinhos eram portugueses e eram “pelegos”: **meu pai proibiu que a gente fosse à casa dos meus padrinhos.** [enfático]. Minha mãe não ia mais, e era uma convivência **diária** [enfático]: a minha irmã ia dormir na casa dos meus padrinhos porque tinha uma madrinha que era solteira... Dormiu lá dos três aos dez anos. E meu pai cortou

imediatamente: “você não vai mais dormir lá!” Houve traumas familiares, desavenças familiares, agressões físicas, pessoas que tinham participação religiosa muito intensa deixaram de ter... Teve toda uma divisão da comunidade que foi se refletindo [em diversas outras esferas] e se diluindo com o tempo. Mas, demorou mais de vinte anos para se conseguir isso. [grifos do texto original].

A resposta do DOPS a esta situação é descrita no *Relatório 277*, de 20 de julho de 1962. O investigador responsável por sua redação informa que tinha

Mantido contato com diversos grevistas, **inclusive os que estão colaborando com o sindicato e que formam as comissões arrecadoras de recursos junto às portas de indústrias**, principalmente no município da Capital (...). Nesses contatos, mostram-se os grevistas dispostos a entrarem independentemente do Dr. Mario C. de Jesus e dos representantes do sindicato em entendimento com o Dr. Abdalla, a fim de tentarem um possível acordo baseado nas seguintes condições:

1 – Pagamento dos dias de greve.

Condições: em parcelas mensais.

Razão: por julgarem que a greve se prolonga por não ter encontrado até agora boa vontade do patrão.

2 – A devolução dos 05% no próprio escritório da fábrica.

3 - 10% de insalubridade.

Condições: após estudo do órgão técnico competente.

4 – A contratação de novos elementos para tomarem as vagas dos que falecerem e que se aposentarem, bem como de um engenheiro para o lugar do que foi dispensado quando terminou o contrato que fez com a firma.

5 – Estabelecimento do horário de pagamento ou pagamento das horas de espera quando este se processa fora do horário, ou melhor, à noite.

Razão: evitar ou compensar a espera por várias horas que se obrigam os trabalhadores a esperar na portaria.

6- Regularizar o reajuste, digo, situação de 70 trabalhadores que trabalham nos eucaliptos e não são registrados.

Dispensam o reajuste que pleiteavam em forma de 20% de adiantamento sobre o dissídio coletivo. [Grifos e sublinhados meus, ES]

Ou seja, enquanto o sindicato mobilizava em piquetes os trabalhadores e familiares aparentemente mais engajados na resistência grevista justamente para manter sob controle os operários tidos como “pelegos”, o esforço clandestino de solapamento estendera-se, a esta altura dos acontecimentos, para o próprio cerne da organização estruturadora da “parede”.

Mas não era apenas junto à base do movimento que o trabalho desenvolvido pelos agentes do DOPS prosseguia com espantosa eficácia, como se pode denotar de um documento “confidencial” intitulado “*informes colhidos junto ao Dr. Mario Carvalho [de] Jesus, referentes aos meios que está usando para o prosseguimento da greve na Perus*”, de 12 de julho de 1962. O relatório destaca que o conjunto dos membros e apoiadores ativos da FNT estava mantendo “constantes contatos” para angariar gêneros de primeira necessidade e dinheiro para preservar o “*status quo*” da greve, inclusive o Dr. Mario Carvalho de Jesus “que não larga o telefone nesse afã”.<sup>239</sup>

Segundo o informe “confidencial”, Dom Jorge Marcos de Oliveira (que no momento estava acamado) tinha se comprometido a se avistar com o Governador do Estado para lhe solicitar gêneros de primeira necessidade para os grevistas tão logo se restabelecesse, acrescentando que o mesmo pedido poderia ser realizado por meio de carta. Dr. Mario fizera visita ao Fórum Sindical de Debates, de Santos, ocasião em que dirigentes trabalhistas da localidade tinham se comprometido a arrecadar Cr\$ 1.000.000,00 em apoio à greve de Perus. A arrecadação de ajuda material e monetária também estava sendo feita por elementos da FNT no ABC, em Sorocaba e em outros lugares. Padres vinculados ao órgão que representava em São Paulo a *Aliança para o*

---

<sup>239</sup> Arquivo do Estado, Acervo do DOPS, *Dossiê Mario Carvalho de Jesus*.



*Progresso* teriam conseguido uma doação de 1.000 quilos de arroz o feijão. Nos dias seguintes, Dr. Mario seguiria para Jundiá para conversar com os dirigentes patronais da Indústria de Produtos Cica, com os quais dizia manter “boas relações” (aspas do documento do DOPS). O objetivo era obter destes senhores a aprovação para que seus funcionários retirassem vales na importância de 200,00 a 500,00 cruzeiros em caráter de empréstimo para o Sindicato de Perus que, depois, lhes faria restituição.<sup>240</sup>

Domingos Alvarez (dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) viera à sede da FNT para entregar cheque de 500.000,00 cruzeiros a título de empréstimo para a manutenção da paralisação em Perus, enquanto Argemiro José dos Santos (presidente do sindicato dos operários da Usina Miranda, de Pirajuí) tinha estado constantemente na FNT: o relatório do DOPS dava como certa a informação de que a greve naquela fábrica seria retomada nos dias seguintes.<sup>241</sup>

Todas as fontes convergem, conseqüentemente, para compor um quadro de nítida divisão entre os trabalhadores que não se traduzia em debates abertos nas reuniões e assembléias do sindicato. Instaurou-se, desse modo, um cenário paralelo às ações promovidas pela entidade representativa da categoria. Entidade que claramente ignorava ou avaliara mal a dimensão de muitas coisas que estavam acontecendo, ao passo que (pelo que podemos ver agora) as forças policiais estavam inteiradas

---

<sup>240</sup> *A aquisição de auxílio vindo dos trabalhadores pelos canais “oficiais” da empresa* – ao contrário de, por exemplo, promover arrecadação nos portões de fábrica com o apoio do respectivo sindicato – é mais uma evidência de que o tom eventualmente anticapitalista dos discursos dos sindicalistas democrata-cristãos focava-se nos alegados excessos do sistema, na perspectiva de instaurar um suposto quadro de equilíbrio entre capital e trabalho. No mesmo sentido seria pertinente entender a doação oriunda da *Aliança para o Progresso*, programa para a América Latina do governo dos Estados Unidos que se constituiu numa das respostas do imperialismo à Revolução Cubana vitoriosa em 1959. O objetivo da Aliança era justamente “enfrentar o comunismo” no continente pela promoção do desenvolvimento das “sociedades democráticas”. Não foi possível confirmar, por outras fontes, nem o empréstimo dos funcionários da Cica de Jundiá nem a doação da Aliança para o Progresso.

<sup>241</sup> O apoio do Fórum de Debates Sindicais e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, bem como a “constante” presença do presidente do sindicato de Pirajuí junto à FNT evidenciam, mais uma vez, que a “traição” dos demais sindicatos que iniciaram a greve, supostamente orquestrada por dirigentes comunistas, é uma construção ideológica dissonante do curso concreto da greve de 1962.

adequadamente a respeito dos mesmos fatos desde, no mínimo, os meados de julho de 1962.

### **6.5. Conceição da Costa Neves assume a liderança dos “pelegos”**

Na segunda quinzena de julho, entrou em cena Conceição da Costa Neves (PSD), deputada que logo passou a protagonizar estrondosas discussões no plenário da Assembléia Legislativa contra Roberto Cardoso Alves, parlamentar identificado com os sindicalistas. Nesta época, a deputada ocupava a Presidência da instituição e, nas eleições proporcionais daquele ano, seria reeleita com a maior votação dentre os postulantes a esta Casa em todo o Estado.

Na condição, conseqüentemente, de prestigiada liderança parlamentar, a deputada conduziu intensa campanha de agitação contra os grevistas em Perus e Cajamar. O principal mote eram acusações de “comunismo” contra os sindicalistas. Essa postura é explicável, em parte, pelo tom acentuadamente anticomunista da campanha de Adhemar de Barros como candidato a governador. Conceição, aliás, colaborara com Adhemar ao denunciar (em junho/julho de 1962) que recebera ameaças de morte dos comunistas e, independentemente da veracidade da acusação, ao passar a andar sob escolta de policiais armados. Nesse contexto, a cruzada promovida pela deputada contra os sindicalistas tinha a particularidade de *já* *never* *to* *defend* *Abdalla*, mantendo o foco de discurso nas ações (reais e supostas) dos “queixadas”, como ficou registrado, por exemplo, na entrevista concedida por Valquiria Aparecida de Freitas Mesquita Silva em setembro de 2006.

Geógrafa e historiadora, nascida e residente em Cajamar, atualmente aposentada como professora, Valquiria empregou-se muito jovem na função de escriturária na Prefeitura de Cajamar, logo que Antonio Garrido tomou posse como primeiro prefeito da

cidade em 1960, numa época em que o funcionalismo municipal resumia-se a ela e a outro servidor. Em 1962, ficou em situação delicada na Prefeitura, pois seu pai e seu futuro esposo revelaram-se “pelegos”. Ainda assim, dois anos depois, com a posse do novo prefeito, era vista como pessoa ligada à antiga administração. Nas décadas de 1980 e 1990, tornou-se liderança regional da APEOESP e foi uma das professoras que enfrentou a repressão policial nas ruas durante o Governo Fleury, período em que também teve intensa participação no movimento pela revitalização da Estrada de Ferro Perus-Pirapora para o turismo cultural e ecológico.

Sobre a atuação de Conceição da Costa Neves em 1962, a professora Valquiria afirmou que acompanhava os embates na Assembléia Legislativa entre ela e Roberto Cardoso Alves através do Diário Oficial e que considerava a deputada muito “competente” em suas ações, acrescentando que

Se ela [Conceição] fosse defensora de Abdalla – naquela época o Dr. José João Abdalla era considerado “o mau patrão” – e ela seria deputada defensora de não pagamento de impostos, de desvios financeiros, etc. E eu não via Conceição, na época, como defensora **desse** [enfática] “mau patrão”. Mas, ela defendia a causa dos operários nessa situação de greve. Ela era pixada como a favor de Abdalla. Por quê? Porque defendia aqueles operários que, por uma série de circunstâncias, voltaram a trabalhar por necessidade. E quem voltou a trabalhar não eram, necessariamente, operários a favor de Abdalla; era a própria circunstância: precisavam trabalhar! Teve aqueles que acharam que Dr. Mario poderia pagar as contas, ia dar comida... Mas, aqueles mais “pés no chão” eu vejo pelo meu pai: nós estudávamos em colégio particular naquela época, tínhamos compromisso. **Não dava** – como se diz? – **para ficar parado esperando pela marmita do Dr. Mario.** (...)

P - Vamos falar disso...

Ilustrando a situação, por que Conceição defendia aquele operário que decidiu voltar a trabalhar? Ele tinha direito a voltar a trabalhar. Houve uma situação em que porta da fábrica teve que ser aberta. Era uma opção. Dr. Mario canalizou de tal maneira que ninguém voltaria. Aí, teve um impasse político: o governo estadual não era nem a favor, nem contra. E foi Conceição que deu respaldo político para que os operários que

quisessem voltar a trabalhar. Eram dois pesos: Roberto Cardoso incentivando a continuação da greve, de um lado, e Conceição pela volta ao trabalho, de outro lado (...).

P - Você não vê, então, Conceição como alguém que defendia as falcatruas de Abdalla.

Eu particularmente, não. Meu olhar não era de uma Conceição envolvida com a politicagem. Eu a via como uma pessoa realmente imbuída de bons princípios. Se ela foi conivente com Abdalla em alguma coisa? [pausa] Ela parecia ser transparente! Que não teria alguma ligação com o Abdalla, embora Dr. Mario sempre quisesse passar uma imagem dela como corrompida. Pelo que eu via naquela época, eu não sentia isso. Vamos falar assim: depois que passa, seu olhar é pouco mais apurado com as coisas e, talvez, eu tenha deixado passar detalhes e ser mais crítica.

P - O que você consegue enxergar de característica comum no pessoal que voltou a trabalhar em 1962? Existia, por exemplo, uma liderança “pelega” oposta à liderança “queixada”?

**Não havia líder entre os voltaram a trabalhar** [enfática]. Eu vejo assim: cada um na sua, dentro das suas necessidades. Vou falar em nome da minha família: não quer dizer que a gente compactuava com as atitudes do Abdalla, uma pessoa que não pagava imposto, uma série de coisas... Não compactuávamos com isso. Mas, por uma necessidade e questão de razão (...). É doloroso. Eu tive um tio grevista que era tão radical e duas tias... A família ficou dividida: meu pai trabalhando, meus tios na greve. É uma situação triste. No aniversário da Vovó, a família toda - filhos, netos e bisnetos - se reunia. Mas, durante um bom período, embora a família se reunisse, havia medo de falar alguma coisa e magoar alguém.

Este testemunho compõe, junto com os documentos já apresentados, um quadro no qual o discurso anticomunista direcionado contra as ações dos sindicalistas cumpria a dupla funcionalidade de estimular a divisão no meio operário e de manter a figura de Abdalla fora de cena, fazendo de Conceição da Costa Neves a expressão pública do trabalho subterrâneo de solapamento da greve realizado por agentes do DOPS, pelas chefias comprometidas com o “mau patrão” e por “pelegos” com algum nível de ativismo. Nesta triangulação, os contatos entre trabalhadores insatisfeitos com a greve e policiais estão demonstrados nos documentos do DOPS já tratados. Quanto à

comprovação – se ainda pudesse haver dúvidas - da articulação entre a deputada e a repressão política da época, será suficiente a confrontação entre dois registros:

1. O prontuário 52Z-0-11.083 (espécie de “ficha corrida” de Dr. Mario no DOPS, citado em capítulos anteriores);
2. “*Atividades de Mario Carvalho de Jesus*”, extenso texto publicado por ordem de Conceição da Costa Neves no *Diário Oficial do Estado de S. Paulo* como anexo à ata da sessão de 29 de agosto de 1962.<sup>242</sup>

O segundo documento é a repetição - no estilo e em termos exatos, sem nenhuma sutileza - de extensos trechos do primeiro, sob o qual pairava a classificação de “sigiloso”.

A concatenação entre deputada, “pelegos” e forças policiais seria denunciada pelos sindicalistas - depois dos acontecimentos relatados no corrente capítulo - como parte de um “plano diabólico”<sup>243</sup> arquitetado por Abdalla. Sem dúvida nenhuma, há que se concordar que o deputado engendrou suas ações ao longo da greve de 1962 com base numa rigorosa avaliação de seus próprios erros nos anos precedentes.

A consulta ao acervo do DOPS permite, agora, acompanhar a execução do “plano diabólico” a partir do período que antecedeu à percepção de sua existência pelos líderes do sindicato.

---

<sup>242</sup> *Diário Oficial do Estado de S. Paulo*, Poder Legislativo, 31 de agosto de 1962, páginas 19 a 21.

<sup>243</sup> Mais uma vez, o apelo ao imaginário religioso: de “*cristão contra o mau patrão*” ou “*cristão contra o tubarão*” para cristão contra o próprio Demônio. Demônio que realiza a encarnação das forças do mal (anticristãs), personificado na pessoa de Abdalla. Note-se a similaridade entre a figura do “tubarão” (designação popular para o açambarcador que se apodera de bens alheios por meios fraudulentos e ardilosos) e a do “mau patrão”, empresário que não cumpre o suposto papel social a ele atribuído. O “diabo”, nesse quadro, representa a fusão das designações anteriores. Através de ambas as vias de convergência para o “demônio”, realizam-se denúncias do *desequilíbrio dentro da ordem desigual*, com Abdalla pretensamente apropriando além do limite aceitável pelo preciso motivo de descumprir a missão que lhe competiria como empresário.

A primeira grande aparição de Conceição da Costa Neves ocorreu em 02 de agosto, quinta-feira, num comício realizado no cinema de Perus. Até este dia, o policiamento destacado regularmente para Perus e Cajamar era mínimo: três ou quatro soldados em cada localidade. Em 02 de agosto, porém, forte esquema policial tomou conta de Perus, impedindo a ocorrência de quaisquer incidentes. Segundo o DOPS, Mario Carvalho de Jesus, Franco Montoro e Joaquim Monteiro de Carvalho tentaram neutralizar a palestra da deputada, convocando uma reunião paralela no sindicato exatamente no mesmo horário. Apesar disso, a assistência que lá compareceu foi “diminuta”. Nesse ínterim, segundo os relatórios policiais, cerca de 800 pessoas acompanharam a palestra de Conceição, contabilizadas as que estavam dentro do cinema junto com as que ficaram no lado de fora. Diante das duzentas pessoas que conseguiram adentrar ao recinto, lotando-o, a parlamentar

Esclareceu aos presentes (...) que os malandros Mario Carvalho de Jesus e outros elementos da ‘Frente Nacional do Trabalho’ insuflam e agitam os trabalhadores para entrarem em greve, a fim de, posteriormente, negociarem seu retorno ao trabalho recebendo, nessa oportunidade, vantagem pecuniária. Tanto é verdade, disse, que exhibia naquele momento a conta corrente dos membros do sindicato, no total de cinco milhões de reais, depositados no Banco Interestadual desta Capital.<sup>244</sup> A malandragem e o despudor eram de tal monta que os malandros nunca permitiam que os operários, em comissão, parlamentassem com o Dr. Abdalla; isso com o único escopo de não acabarem com a indústria de greve em Perus. ‘Eles vivem em palacetes em São Paulo’, continuou a deputada, ‘comem do melhor, aqui comparecem em carros do último tipo, enquanto os senhores não têm onde morar, comem o pão que o diabo amassou, andam de subúrbio e não têm vintém na Caixa Econômica’. (...). ‘Para embair os operários, os malandros mandavam os operários pedir esmolas na Capital, e solicitar ao Governador alimentos, assim dando a impressão de falta de meios para mantê-los em greve’.

Repetia-se o discurso anticomunista em termos parecidos com os anteriormente empregados por Abdalla. A novidade era a agregação das acusações de corrupção e de enriquecimento ilícito, contrapondo os “malandros” que viveriam no luxo aos

---

<sup>244</sup> A “prova” é suspeita porque este banco era de propriedade de J. J. Abdalla.

operários que “comem o pão que o diabo amassou”. Novamente, não se tratava de palavras utilizadas em vão porque, semanas depois, seria formalmente apresentada denúncia criminal contra os dirigentes dos sindicatos nos termos empregados pela deputada que finalizou seu discurso afirmando que

Irá esperar segunda-feira, às 10 horas, na Rua Boa Vista, no escritório do Dr. Abdalla, os operários que queiram retornar ao trabalho e, pessoalmente, estará em Perus à frente desses operários, para que os mesmos retornem ao serviço. ‘Saibam os malandros que agora chegou o fim deles’, uma vez que ela, pessoalmente, assumirá o comando dos operários que realmente queiram volver às suas atividades diárias. ‘Não permitam que os membros da Frente façam o acordo, pois é nessa hora que eles levam o deles’. Essa vantagem pecuniária representa o suor e o sacrifício dos operários enganados, para alimentar a greve. [grifo e sublinhado do texto original]<sup>245</sup>

O sindicato acusou o golpe. No dia seguinte, 03 de agosto, uma sexta-feira, ofício da entidade foi endereçado à deputada, convidando a participar da assembléia do dia 08 seguinte. A escrita verte em primeira pessoa, com assinatura do Dr. Mario e referendo formal de João Breno Pinto. Contradizendo, sem saber, a informação registrada pelo DOPS de que estivera em Perus na noite anterior, o advogado afirma que acabara de chegar de Brasília, momento em que se inteirara da convocação da deputada para que os funcionários voltassem ao trabalho, e lhe fora informado que “Vossa Excelência (...) disse que os operários eram vítimas de maus conselheiros (...), chegando mesmo a tachar-nos de comunistas”. Dr. Mario afirma que também lhe chegara ao conhecimento que a parlamentar reclamara sua presença na reunião para que pudesse interpellá-lo, motivo pelo qual se colocava à disposição tanto para ser inquirido quanto para expor “as razões da justa greve” com a certeza de que, caso estivesse “em busca da verdade”, a deputada ainda acabaria se alinhando “ao lado dos injustiçados, vítimas do rançoso capitalismo, causador do comunismo”. Em prol desta afirmação, Dr. Mario relembra que Conceição estivera em Perus no ano de 1957, quando Abdalla tentara forçar a transferência de um grupo de operários para uma unidade de seu

---

<sup>245</sup> *Relatório s/ nº*, de 03.08.62 (50A-115-91) e *Relatório 291*, de 03.08.62 (50A-115-90).

conglomerado financeiro situada no interior de São Paulo. Ainda segundo Dr. Mario, naquela oportunidade, junto com outros parlamentares, a deputada convencera-se da justeza da posição do sindicato pelo exame da situação real e, em consequência, teria endereçado adjetivos a Abdalla que “naturalmente, eu não preciso aqui repetir”.<sup>246</sup>

O tom diplomático e as amenidades deste ofício não foram suficientes para que a deputada alterasse o curso de suas ações. Em 06 de agosto de 1962, segunda-feira (data anunciada por Conceição da Costa Neves na grande reunião do cinema de Perus), na parte da manhã, ocorreu o prometido encontro de Conceição com cerca de 70 operários de Perus que desejavam voltar ao trabalho. A sede da Companhia, localizada na Rua Boa Vista (Centro de São Paulo) abrigou a reunião que contou com a presença de José João Abdalla em pessoa. Segundo relataram dois agentes do DOPS no mesmo dia, a deputada disse que, diante das “provas irrefutáveis contra os procedimentos dos diretores do sindicato”, iria pedir intervenção do Ministério do Trabalho através de abaixo-assinado de associados da entidade, “visando, com isso, pôr fim àquele estado de coisas que se verifica na mencionada indústria”. Conceição teria, então, dirigido sua palavra a Abdalla para lhe apresentar três condições para a volta dos empregados ao serviço:

- Antecipação do 13º salário em face de “despesas dos operários que, voltando ao serviço, iriam receber seus salários somente depois de 30 dias”;
- Continuidade do pagamento do salário-família às esposas e aos filhos dos trabalhadores e
- “III – perdoar grande parte dos operários que tiveram atuação em favor do sindicato, e que o fizeram talvez por não estarem devidamente esclarecidos da situação, o que foi aceito pelo Sr. J. J. Abdalla”.<sup>247</sup>

---

<sup>246</sup> AEL-MCJ, Pasta “Greves de 1962 e 1969”, subpasta “Correspondência”.

<sup>247</sup> Acervo do DOPS, documento 50A-115-93.



Vale recordar que relatório do DOPS do dia 20 de julho anterior já tinha identificado que, fora do campo de visão do sindicato, um significativo grupo de trabalhadores mostrava-se propenso a retornar ao serviço sob certas condições. Confrontando as reivindicações inscritas naquele momento com a fala de Conceição da Costa Neves, temos:

Reivindicações de 20 de julho	Propostas de Conceição da Costa Neves em 06 de agosto
1. Pagamento dos dias de greve em parcelas mensais.	Antecipação do 13º salário
2. Devolução dos 05% no próprio escritório da fábrica.	-
3. Pagamento de 10% de insalubridade após estudo do órgão técnico competente.	-
4. Contratação de novos elementos para vagas dos que falecerem e que se aposentarem.	-
5. Estabelecimento de horário de pagamento que evitasse que os trabalhadores ficassem à espera na portaria.	-
6. Regularização da situação de 70 operários que trabalham nos eucaliptos sem registro.	-
Dispensa de reajuste salarial de 20%.	-
-	Manutenção do pagamento do salário-família
-	"Perdão" de "grande parte" dos grevistas

A "dispensa" de reajuste nos salários foi evidentemente "aceita" por Abdalla. O item 02 (restituição dos valores descontados nas folhas de pagamento para fundo de moradia) já vinha sendo cumprido pela empresa como a finalidade de solapar a greve. Os pontos 04 a 06 eram medidas administrativas que a Companhia poderia assimilar sem custos

adicionais relevantes. O item 03, como formulado, dependia de estudos futuros e, portanto, seu atendimento imediato fora descartado de antemão. Se considerarmos (na linha da fala de Conceição a Abdalla) que o pagamento dos dias parados (item 01) visava exatamente cobrir as despesas dos trabalhadores enquanto não findasse o primeiro período de 30 dias após o retorno ao serviço, será razoável concluir que (dentro dos parâmetros de uma lógica do recuo) este problema específico poderia ser considerado pelos “pelegos” como atendido pela antecipação do 13º salário. A manutenção do salário-família (que, de qualquer maneira, também não implicaria em expansão de gastos pela Companhia) talvez tenha sido percebida por Conceição da Costa Neves e Abdalla como uma necessidade inadiável naquelas circunstâncias. A missão da deputada, portanto, era a de presidir o fechamento de uma negociação que vinha transcorrendo desde, pelo menos, os meados do mês anterior. Quanto ao “perdão” de parte dos grevistas, a implicação lógica de castigar os demais não foi aceita pelos “pelegos”, como veremos adiante.

Voltando ao relato policial, veremos que Abdalla aceitou prontamente os três pontos de Conceição. Esgotado esse ponto, os trabalhadores (cerca de cem a esta altura do evento, segundo os agentes do DOPS) assinaram pedido de intervenção no sindicato elaborado pela deputada que declarou que

Prosseguirá (...) em sua campanha de esclarecimentos visando ao retorno dos operários ao trabalho e, para isso, traçou o seguinte roteiro a ser cumprido: a) programa na TV (possivelmente no canal 5) no dia 08 do corrente, entre 20 e 22,30 horas, com duração de 40 minutos; b) impressão de boletins em que constarão os depósitos dos dirigentes sindicais ligados ao movimento (...); c) pedido de intervenção no sindicato, e que afirma virá de imediato; d) decretada a intervenção e assentada a volta ao trabalho, a deputada Conceição da Costa Neves pedirá providências ao Sr. Secretário de Segurança Pública no sentido de que envie para Perus, Cajamar e Gato Preto elementos da Força Pública para garantia daqueles que queiram trabalhar. No dia do retorno ao serviço, às 5 horas (entrada da primeira turma), a deputada Conceição da Costa Neves, após solicitar as providências de ordem policial, estará presente aos portões da indústria a fim de prestigiar a entrada dos operários (...). Amanhã, dia 7, a deputada Conceição da Costa Neves estará em Cajamar

para prosseguir sua campanha de esclarecimentos, para a qual irá solicitar ao DOPS policiamento volante nas estradas entre Perus, Cajamar e Gato Preto, a fim de que os piquetes tenham suas atividades obstadas pela Polícia.

O essencial dessa discussão chegou ao conhecimento da liderança grevista, como está patente num documento em papel timbrado do sindicato, sem assinatura, preservado na pasta “Documentos Diversos” da caixa “Greve de 1962 e 1967” do *Fundo Mario Carvalho de Jesus* (AEL, UNICAMP). Trata-se de um comunicado à imprensa, reproduzido praticamente em seu inteiro teor pelo *Ultima Hora* nesta matéria:

## AMEAÇADOS DE VIOLENCIA OS GREVISTAS DA "PERUS"

Comunicado da greve dos trabalhadores da Perus, em seu 86.o dia, relata que "80 traidores se reuniram no escritório do deputado J. J. Abdalla, diretor da empresa, juntamente com a deputada Conceição da Costa Neves, a qual falou em nome dos trabalhadores e suas famílias, sendo então, depois de varios entendimentos, oferecido o seguinte pseudo acordo":

1) Não paga a empregadora os dias de greve; 2) antecipa o 13.o mês, abono de Natal); paga o salario-familia durante os 86 dias de greve; 4) os que não concordarem receberão indenização até 20 anos de serviço. Aos que tiverem mais de 20 anos serão afastados até alcançarem o tempo de aposentadoria.

Para denunciar a ação de "pelegos" que não estão portando armas acintosamente, porque se dizem garantidos pela deputada Conceição, estiveram em nossa redação o presidente do sindicato dos grevistas, sr. João Breno Pinto e o advogado Mario Carvalho de Jesus à frente de uma comissão de operarios da Perus. Disseram que a parlamentar garantiu que a fabrica funcionará amanhã e que, como presidenta da Assembleia Legislativa tem à sua disposição a policia de choque.

J. H. 7-8-62.  
Enquanto isso, os paredistas programaram uma passeata para hoje, às 14,30 horas, saindo da Estação da Luz em demanda aos Campos Elísios, para fazer entrega ao governador Carvalho Pinto, de varios pareceres que autorizam a expropriação da Perus.

Dentre as diferenças entre as narrativas dos policiais e dos operários, vale destacar dois aspectos:

- *Mobilização da polícia.* Os agentes do DOPS anotaram que a deputada falara que iria pedir ao Secretário da Segurança Pública a mobilização de efetivo da Força Pública para garantir a integridade daqueles que quisessem retornar ao trabalho, enquanto os sindicalistas assinalaram que a parlamentar, por ser presidente da Assembléia Legislativa, teria garantido que a polícia de choque estava à sua disposição;
- *Data do “fura-greve”.* Na fala policial, a deputada não estabelece nenhuma data precisa; para o sindicato, Conceição teria dito que o retorno ao serviço ocorreria no dia seguinte, quarta-feira, 08 de agosto.

O Poder Legislativo não poderia mobilizar o aparato policial do modo atribuído pelos sindicalistas à fala de Conceição da Costa Neves, pois quem tinha poderes legais para fazê-lo era o Secretário da Segurança Pública (e, acima dele, o Governador do Estado). Portanto, a deputada deveria pedir ao referido Secretário a mobilização da tropa, tal como corretamente escrito pelos agentes do DOPS. E não houve nenhum retorno em massa ao trabalho na data atribuída ao discurso de Conceição pelos grevistas (quarta-feira subsequente, dia 08.08).

Em conseqüência, pela versão do sindicato, a conclusão a tirar é que a reunião no escritório de Abdalla não passara de um blefe, como parece claro nos documentos produzidos pelos sindicalistas nas semanas seguintes, nos quais nada é afirmado acerca da iminência de uma grande operação policial contra o movimento.

Essa conclusão, aparentemente, foi assumida antes mesmo do dia 08, como indica um ofício dirigido ao Governador do Estado, de 07 de agosto, no qual se afirma que Abdalla pretendia isolar a greve de Perus e derrotar os operários pela fome e que

3 – Nas últimas 48 horas, um fato novo surgiu: a deputada Conceição da Costa Neves, arvorando-se de defensora das famílias dos trabalhadores, procurou o deputado J. J. Abdalla, buscando uma solução preparada na penumbra. Esteve em Perus, acolitada por poderoso contingente policial, para provocar os pacíficos trabalhadores. Fez mais a deputada: armou mais de uma dezena de falsos trabalhadores (‘pelegos’) que estão portando armas acintosamente, para provocarem derramamento de sangue, e com isso descobrirem um alçapão para liquidar com a greve...<sup>248</sup>

Nesse dia, formou-se uma grande concentração em frente ao Palácio dos Campos Elíseos para pedir a encampação da usina de Perus. Das escadarias do palácio, o governador Carvalho Pinto declarou para centenas de trabalhadores que procuraria “soluções justas” e que iria estudar a proposta de encampação: “darei ao memorial de vocês a melhor das atenções”. José Bonifácio (candidato de Carvalho Pinto a governador) e Dom Jorge Marcos de Oliveira integravam a comissão que entregou o documento,<sup>249</sup> no qual são destacadas as conseqüências econômicas da paralisação: 2.000.000 de sacas de cimento deixaram de ser produzidas afetando, inclusive, obras integrantes do Plano de Ação de Carvalho Pinto. Os custos de combustível implicados no transporte do produto de outros lugares tinham forçado a elevação do preço da saca para a casa dos 600,00 cruzeiros em São Paulo, enquanto em Belo Horizonte a cotação seguia em Cr\$ 380,00. Em seguida, aparece um item dedicado expressamente à “solução”:

Os suplicantes, apoiados no Direito e na Doutrina Social Cristã, acreditam que a solução do litígio está na desapropriação da fábrica, uma vez que o empregador se recusa, embora podendo folgadoamente, a atender as justas reivindicações. Sindicatos, centros acadêmicos, advogados, representantes de todas as categorias profissionais estão se manifestando favoravelmente à expropriação da fábrica com base nos pareceres dos professores Meirelles Teixeira, Luiz José de Mesquita, Marotta Rangel e Limongi França (...). Sabemos que todo problema jurídico tem mais de uma solução. Por isso, desejamos aquela que é defendida pela doutrina social cristã: **a expropriação, sem estatização**, possibilitando assim a formação de uma **cooperativa de produção**, como assinalam os

---

<sup>248</sup> AEL-MCJ, Pasta “Greves de 1962 e 1969”, subpasta “Correspondência”.

<sup>249</sup> *Pedida ao Governo a encampação da Perus. O Estado de S. Paulo*, 08.08.1962, pg. 11.

pareceres anexos e o professor San Thiago Dantas que, dentro de 48 horas, deverá se manifestar sobre a matéria. [grifos meus, ES].

O dia 07 de agosto ainda seria de muita atividade para os grevistas, pois, Conceição da Costa Neves agendara uma visita a Cajamar à noite. Segundo relatórios do DOPS, a deputada veio escoltada por um grupamento do DOPS comandado por Alcides Cintra Bueno Filho, Delegado Adjunto de Ordem Política. Sua conferência foi prejudicada por uma concentração de “queixadas” nas proximidades que contava com potente aparelhagem de som, posta num volume alto o bastante para dificultar que os presentes entendessem com clareza o que falava. Segundo os documentos policiais, havia mulheres munidas de paus na manifestação grevista que se diziam “dispostas a ‘dar uma lição’ (...) na senhora deputada”. Vários oradores tomaram a palavra, como João Breno Pinto e Padre Bianchi, enquanto prosseguia a palestra de Conceição. Por sua vez, o Dr. Mario teria declarado que no dia seguinte, 09.08, faria comparecer alguns “pelegos” que tinham assinado um pedido de intervenção no sindicato a uma assembléia na qual teriam que provar as acusações. Minutos antes de a deputada encerrar suas considerações, Antonio Queiroz Filho (candidato a vice-governador pelo PDC) e o deputado Roberto Cardoso Alves chegaram a tempo de se pronunciar. Nesse ínterim, Conceição teria se retirado com sua escolta. Pouco depois, um caminhão que viera levar embora os participantes da palestra, protegido por dois soldados da Força Pública no estribo, foi barrado pelos grevistas que tentaram derrubar um dos policiais e chegaram a lhe tomar o cassetete, enquanto um ocupante da carroceria foi “atingido no rosto por uma das violentas pedradas que os grevistas lhes estavam atirando”. O delegado de polícia de Santana do Parnaíba estava presente e, com dificuldade, restituiu o cassetete ao policial. Nessa altura, o Dr. Mario Carvalho de Jesus, acompanhado por João Breno, teria se aproveitado da grande superioridade numérica dos paredistas em face dos policiais presentes (250 contra 09) para dirigir “invectivas indecorosas (...) chegando mesmo a ameaçá-los (...) dizendo que iria mandar os grevistas ‘baixarem o pau’ nos ‘pelegos’ e na Polícia que lhes garantisse a entrada para o trabalho”. A conclusão dos agentes do DOPS, portanto, era que

Em virtude da grande agitação e das ameaças que o sindicato está dirigindo aos pelegos, sendo [que] estes nem podem sair de suas residências, pois temem a própria vida ameaçada, e grande número de grevistas (homens e até muitas mulheres) armados de paus, armas de fogo, foices, machados e facas, centralizando suas forças nos ‘piquetes’ que barram os veículos e impedem o livre trânsito das pessoas contrárias ao movimento ‘paredista’, achamos o policiamento insuficiente para garantir a ordem.<sup>250</sup>

Três dias depois, em 10 de agosto, realizou-se assembléia operária em Perus com o escopo de discutir a proposta de intervenção na entidade mencionada pelo Dr. Mario em 07.08. O grande comparecimento compeliu a reunião a acontecer não no salão principal, mas na rua em frente ao sindicato. Segundo o DOPS, foi feita uma revista pela polícia e, dentro da sede da entidade, teriam sido apreendidos uma garrucha com duas balas, facas e canivetes. Conceição da Costa Neves compareceu junto com “um pequeno grupo de operários contrários ao movimento grevista”, mas foi impedida de falar por conta da interferência do Dr. Mario que lhe teria dito que Abdalla poderia “pagar uma hora na televisão para a senhora”. A ata do encontro foi, dias depois, publicada no *Diário Oficial* a pedido do deputado Roberto Cardoso Alves.<sup>251</sup>

---

<sup>250</sup> DOPS 52-0-11.083, pp. 12-13 e 50A-115-92. Um “*Termo de Declarações*” lavrado em 09.08.62 pelo motorista do referido caminhão na Delegacia de Polícia de Santana de Parnaíba confirma pelo menos uma parte do relato do DOPS acerca do incidente ao final dos dois comícios paralelos, especialmente a tomada do cassetete do policial e o ferimento a um dos ocupantes da carroceria. Ver *Dossiê Mario Carvalho de Jesus*, Arquivo do Estado, Acervo do DOPS.

<sup>251</sup> Cf. DOPS, *Relatório do Delegado Adjunto de Ordem Social*, 10.08.1962, *Dossiê Mario Carvalho de Jesus*; e *Diário Oficial do Estado de S. Paulo*, seção do *Poder Legislativo*, 18.08.1962, pg. 28-29.





Assembléia de 10 de agosto de 1962. No centro, Conceição da Costa Neves. À sua direita, o Dr. Mario Carvalho de Jesus. AEL-MCJ, Série "Fotografias".

Segundo a ata, João Breno Pinto iniciou a assembléia explicando que apenas os membros da categoria e os advogados do Sindicato e dos signatários do pedido de intervenção teriam direito à palavra, impossibilitando que a deputada se valesse de sua eloquência. Relembrou os questionamentos quanto à sua conduta moral que os dirigentes do sindicato vinham sofrendo da deputada Conceição, inclusive através de aparições na TV de grande repercussão e relatou que, dois dias antes, tinha sido intimado pela Delegacia Regional do Trabalho a apresentar, num prazo de 48 horas, defesa contra um pedido de intervenção assinado por 122 trabalhadores. Inspetores do trabalho estavam presentes porque o presidente do sindicato colocara em dúvida várias assinaturas na ocasião em que comparecera à DRT para tomar conhecimento do processo. Na seqüência, foi lida a petição e passado o comando dos trabalhos para o chefe dos fiscais do Ministério do Trabalho para que cada um dos signatários fosse chamado a confirmar ou não sua adesão ao documento. Havia 44 subscritores presentes. O primeiro, Antonio Pereira, não confirmou o pedido de intervenção. A deputada Conceição prontamente lhe perguntou se ele não tinha ouvido-a ler o texto

durante a reunião no escritório de Abdalla. Antonio Pereira disse que sim, mas que não entendera direito e assinou apenas porque outros o fizeram.<sup>252</sup> A maioria dos demais confirmou seu apoio à intervenção. Três se retrataram do pedido durante a assembléia ou pouco mais tarde, no mesmo dia; um quarto disse que assinara um documento em branco no escritório de Abdalla e que não confirmava assinatura porque confiava no sindicato. Um operário que confirmou sua assinatura disse que “passou para o outro lado” porque, tendo deixado de fazer piquete, os companheiros passaram a chamá-lo de “pelego”. Outra figura de destaque foi o enfermeiro Afonso Correa Santana, confirmador do pedido de intervenção ministerial, a quem Dr. Mario lembrou, em sua fala, que a paralisação começara espontaneamente na madrugada de 14 de maio em face da ocupação da fábrica por forças policiais e que, a partir das 11h00 da manhã daquele dia, tinha sido o próprio Santana quem secretariara a assembléia que decretou greve, ocasião em que o enfermeiro discursara como um intransigente defensor de que o movimento deveria encerrar-se somente com o atendimento integral das reivindicações.

Essa explicação era necessária porque um dos pontos principais do discurso e da petição dos “pelegos” era que a paralisação fora decretada à revelia da categoria e que, por ser *em solidariedade* à greve na Usina Miranda (não por reivindicações próprias), perdera sentido depois que os operários daquela empresa compuseram-se com Abdalla. Dr. Mario teve, também, a preocupação de expor em detalhes o histórico das principais decisões acerca do uso dos recursos do fundo de greve da categoria desde sua formação, explicando que sempre se fizera movimentações pelo banco de Abdalla por questão de transparência e, portanto, era em decorrência dessa decisão que a deputada Conceição pudera apresentar extratos de tudo que fora realizado. Aberta a palavra, o advogado que representava os proponentes da intervenção não quis se

---

<sup>252</sup> Trata-se de Antonio Maria Pereira Filho, atualmente falecido, trabalhador que “furou” a greve em 21 de agosto e que ocuparia a presidência do sindicato de 1965 a 1973.

manifestar, e apenas Gino Rezaghi e outro trabalhador ainda ocuparam o microfone, ambos para falar em prol do movimento.<sup>253</sup>

Esta assembléia confirma, portanto, as informações prestadas por Irineu Belchior e Valquiria Aparecida de Freitas Mesquita Silva no sentido de que inexistia um grupo de operários “pelegos” que pudesse verdadeiramente comportar-se como liderança alternativa à direção “queixada”. Embora o sindicato tivesse que despende tempo e energia para acompanhar a tramitação processual do pedido de intervenção, parece claro que seus dirigentes tinham bons motivos para considerar (nesse momento) que as iniciativas de Conceição e de Abdalla tinham sido neutralizadas nos aspectos essenciais. Assim, enquanto os “pelegos” não foram capazes de produzir nenhum fato digno de nota nos dez dias seguintes, o próximo lance de impacto, em 13 de agosto, originou-se dos sindicalistas que desafiaram publicamente a deputada a provar as acusações ou a renunciar ao seu mandato.<sup>254</sup>

Cinco dias depois, em 18 e 19 (sábado e domingo), o *IV Encontro Sindical Nacional*, reunido em São Paulo e o *II Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático*, realizado na mesma data na cidade do Rio de Janeiro, aprovaram moções em prol da encampação da usina de Perus. Mario Carvalho de Jesus integrou a mesa de encerramento do evento na Capital paulista.<sup>255</sup>

---

<sup>253</sup> Pouco depois, foi apresentada denúncia-crime contra os dirigentes sindicais por malversação de recursos que acabou arquivada a pedido do Ministério Público em julho de 1964 porque o exame da escrituração evidenciou que não houvera apropriação indébita ou qualquer outro ilícito penal e que todas as decisões importantes e todas as prestações de contas tinham sido regularmente aprovadas pelos trabalhadores em assembléia. Cf. *Promotor pede arquivamento do processo da “Perus”, O São Paulo*, 19.07.64, matéria preservada nas pastas “Recortes de Jornal” do AEL-MCJ.

<sup>254</sup> *Grevistas de Perus desafiam deputada: prove ou renuncie! Última Hora*, 13.08.1962, “Recortes de Jornal”, AEL-MCJ.

<sup>255</sup> A presença do Dr. Mario no debate final do IV Congresso é assinalada pelo DOPS, 52Z-0-11.083, pg. 13. A aprovação de resoluções em prol da desapropriação da Companhia está consignada no *Relatório sobre a greve dos trabalhadores da Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus, até a presente data*, documento de 16.05.1963 guardado na Pasta “Dossiê Greve de 1962 e 1962” do AEL-MCJ. O IV Congresso formalizou a constituição do Comando Geral dos Trabalhadores, congregando organizações como a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Na terça-feira subsequente, dia 21 de agosto, *O Estado de S. Paulo* saiu às ruas estampando na página 15 a matéria *Debate sobre a encampação da Cia. Perus* que informava que o sindicato de Perus convidara o Sr. San Thiago Dantas (recém saído do cargo de Ministro das Relações Exteriores no governo parlamentarista) para debater a encampação da Fábrica de Cimento com dirigentes sindicais. Também é assinalado que “*Hoje, às 14h30, uma Comissão de presidentes de Federações de Trabalhadores e dirigentes sindicais irá aos Campos Elíseos pedir ao Chefe do Executivo Paulista a desapropriação da Cia. de Cimento Perus.*” Também já estava pronto para distribuição, com data de 21 de agosto de 1962, o folheto *A justa greve na “Perus” – 100 dias*:

O poderoso grupo industrial ‘Cibrape’, comandado pelo Dr. J. J. Abdalla, deputado federal, pretende esmagar 1.300 famílias, trabalhadores da Fábrica de Cimento Perus e da Cia. Paulista de Papel e Celulose, os quais foram obrigados a entrar em greve em 14 de maio de 1962, depois de esgotados todos os recursos.

O mau empregador, embora possa e deva atender a justas reivindicações fundamentadas no Direito e na Doutrina Social Cristã, preferiu abrir processos-crime (dois) contra diretores do Sindicato e seu advogado, julgando que com dinheiro consegue tudo.

O capricho do duro empregador impediu que cerca de 2.000.000 de sacos de cimento fossem produzidos. Por isso, o seu preço passou de Cr\$ 380,00 para quase Cr\$ 600,00 o saco.

Para resolver o problema, só existe uma saída: a **desapropriação da fábrica**, solução recomendada pelos juristas – alguns deles profundos conhecedores da doutrina social cristã – professores J. H. Meirelles Teixeira, Santiago Dantas, Luiz José de Mesquita, Vicente Marotta Rangel, Rubens Limongi França. (...)

---

Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, além de organizações paralelas como o Pacto de Unidade e Ação e o Fórum Sindical de Debates. O primeiro “Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático” aconteceu em São Paulo em 23 e 24 de julho de 1961, com forte apoio dos governadores Carlos Lacerda e Carvalho Pinto, cf. *Novos Rumos*, nº 124, 21.07.1961, pg. 06. Tal como o “II Encontro”, tratava-se da articulação dos pelegos mais notórios que, pouco depois, seriam agraciados pela Ditadura Militar com inúmeras nomeações para cargos de interventor em entidades sindicais. Ver também [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/O\\_movimento\\_sindical\\_urbano\\_e\\_o\\_CGT.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT.asp)

- Ao lado dos dirigentes sindicais, profissionais liberais, estudantes, trabalhadores de todas as categorias já aderiram à única solução: **a desapropriação da Fábrica Perus.**

- Dê-nos também sua adesão, assinando a parte destacável desse apelo, encaminhando a sua adesão à Rua Rego Freitas, 554, ou deixando-o com as comissões de trabalhadores da 'Perus', localizados com faixas na **Praça da Sé**, no **Largo São Bento**, na **Praça do Patriarca**, na **Praça do Correio**, na **Praça Ramos de Azevedo**, na **Praça Clovis Beviláqua**, defronte à Cúria Arquidiocesana. [grifos do texto original] <sup>256</sup>

## 6.6. A operação “fura-greve”

No 100º dia de paralisação foi realizada a operação “fura-greve”. Acompanhada da polícia, a deputada Conceição da Costa Neves pessoalmente comandou a investida, tal como prometera no começo de agosto. Segundo João Breno, nesse dia

Mobilizaram todo o esquema policial existente lá, e também o de fora, porque chegaram com brucutus, naquela época uma novidade, e o que tinha de mais moderno para dispersar a multidão. O bairro foi acordado às 5 horas da manhã com um desfile de viaturas de todas as espécies. Eles distribuíam volantes esclarecendo o lado da empresa, chamando os operários grevistas de vagabundos, dizendo que o Sindicato era de comunistas e ladrões, que queriam levar todo mundo à ruína, inclusive o bairro, e que as donas de casa deveriam forçar seus filhos, vizinhos e maridos a voltarem ao trabalho. E com isso eles conseguiram botar a fábrica em funcionamento. Foi aí que começou a repressão e a caça a todo aquele que fosse grevista. Prendiam, batiam, processavam, enfim era todo tipo de perseguição. <sup>257</sup>

---

<sup>256</sup> AEL-MCJ, Caixa *Dossiê Greves de 1962 e 1967*, Subpasta *Correspondência*.

<sup>257</sup> Depoimento registrado in Jesus et alii, 1977, pg. 38.



“Brucutu” em Perus, 21 de agosto de 1962. *Ultima Hora*, 22.08.62, Arquivo do Estado

Os policiais foram de casa em casa atrás de grevistas. O “furo da greve” foi repetido uma semana depois em Cajamar com a ocupação pela polícia do clube operário e com a expulsão do Padre Bianchi da casa onde residia. Os líderes sindicais foram denunciados por incitamento e corrupção enquanto os demais trabalhadores que permaneceram em greve eram processados por insubordinação e abandono do trabalho.

O efetivo policial foi reforçado drasticamente, como podemos ver na próxima tabela que trata apenas do contingente escalado em Cajamar, cidade onde antes da greve serviam um cabo e dois soldados rasos.

Local	Data e nº de policiais					
	19.01.1963 (sábado)	10.01.1963 (quinta-feira)	(?)	03.01.1963* (quinta-feira)	13.12.1962 (quinta-feira)	11.12.1962 (terça-feira)
Escritório de Cajamar	04 soldados	01 tenente 01 sargento 05 soldados	02 sargentos 01 cabo 13 soldados	01 tenente 01 sargento 02 cabos 09 soldados	04 soldados	02 sargentos 01 cabo 12 soldados
Britador	02 soldados	02 soldados	02 soldados	02 soldados	02 soldados	02 soldados
Compressor	02 soldados	02 soldados	02 soldados	03 soldados	03 soldados	02 soldados
COPASE	01 cabo 03 soldados	01 cabo 03 soldados	01 cabo 03 soldados	02 cabos 03 soldados	01 cabo 03 soldados	01 cabo 03 soldados
Casa de Pedra	02 soldados	02 soldados	02 soldados	01 soldado	02 soldados	02 soldados
Escritório de Gato Preto	01 cabo 02 soldados	01 cabo 02 soldados	01 cabo 03 soldados	02 cabos 03 soldados	01 cabo 03 soldados	01 cabo 03 soldados
Funções especiais	01 tenente comandante	-	-	01 soldado motorista 02 soldados na "escolta do trem"	01 tenente comandante 01 soldado motorista 02 soldados na "escolta do trem" 06 soldados para substituição de posto 02 sargentos rondantes 01 cabo rondante	01 tenente comandante
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>30</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>30</b>

(\*) Escala para toda a primeira quinzena de janeiro de 1963. <sup>258</sup>

Em 03 de janeiro de 1963, a relação de armamento e munições entregues ao efetivo policial em Cajamar (além das armas normalmente portadas por cada soldado) foi:

- 06 "F. O." (Fuzis Ordinários) <sup>259</sup> com sabre e bainha
- 60 Cartuchos de "F. O."
- 25 Bombas de efeito moral
- 25 Bombas de gás lacrimogêneo
- 02 Bolsas de lona
- 01 Metralhadora INA
- 01 Carregador de INA
- 20 Cartuchos 45-M4 <sup>260</sup>

Nessas condições, ocupados todos os pontos estratégicos pela Força Pública e promovida uma sistemática violência contra os trabalhadores em greve, os piquetes desapareceram da paisagem regional. Em Perus, foi impedido acesso de caminhões de gás a residências de "queixadas" situadas dentro do perímetro da Fábrica. Em Cajamar,

<sup>258</sup> Tabela montada conforme Acervo do DOPS, Delegacia do Interior, Pasta "Cajamar".

<sup>259</sup> Fuzil Ordinário é aquele no qual se encaixa baioneta.

<sup>260</sup> Acervo do DOPS, Delegacia do Interior, Pasta "Cajamar".

o clube operário (instituição independente da Companhia) permaneceria sob ocupação policial por meses, a despeito de ordens judiciais no sentido de liberá-lo. O Padre Bianchi, além de expulso da residência que ocupava, foi ameaçado na frente de operários por policiais que lhe disseram que iria apanhar com borracha e ser submetido a “strip-tease”.<sup>261</sup>

Ou seja, as pressões que antes se faziam contra os “pelegos”, tinham se voltado (com muito mais intensidade) contra os “queixadas”. Nesse contexto, o Tenente Wilson, comandante do pelotão da Força Pública, tornou-se personagem central durante algumas semanas até ser destacado para outra localidade, conforme se pode depreender desta carta aberta dos “pelegos” ao Governador em Exercício:

Vimos à presença de V. Excia a fim de esclarecer o seguinte:

A greve da Cia. Perus já terminou; nós os trabalhadores, já estamos trabalhando e produzindo normalmente, mas a paz social e a segurança pessoal de cada um de nós continua sendo ameaçada pelo grupo terrorista, encabeçado pelo comunista agitador profissional, presidente da Frente Nacional do Trabalho, Mario Carvalho de Jesus e [pelo] auxiliar dele, o Vigário Hamilton Bianchi. Nossa paciência já esgotou e já estamos cansados de ter pavor das constantes ameaças dos ‘queixadas’, que estão hipnotizados pelos agitadores acima mencionados.

Antes de mais nada, vimos protestar categoricamente contra a substituição do Tenente Wilson, da Força Pública, exigida por aqueles agitadores. (...) Quem merece a proteção do Governo do Estado de S. Paulo? Os que trabalham honestamente para o bem do Brasil e suas famílias ou os “queixadas” terroristas que constantemente ameaçam de morte os trabalhadores dizendo: ‘Esperem que Dr. Mario C. de Jesus tire o Tte. Wilson e aí vai correr sangue de ‘pelegos’. É sob essas ameaças que vivemos há quase quatro meses. Permanecemos tanto tempo calados, porque o Tte. Wilson tornou-se um símbolo de segurança e paz em Cajamar. Embora já tivesse havido agressões de ‘queixadas’ que resultaram em ferimentos graves, o Tte. Wilson soube, sem apelar para a violência, controlar a ordem.

---

<sup>261</sup> *Depoimento de Hamilton Bianchi, Processo dos Estáveis*, pg. 1033, AEL-MCJ.



Nós sabemos por que Mario Carvalho de Jesus garantiu a substituição do Tte. Wilson e prometeu colocar um 'dele'. É porque o Tte. Wilson explica aos 'queixadas' a situação verdadeira, e semeia desta maneira, a dúvida entre essa massa do povo hipnotizada e envenenada pela propaganda comunista e promessas falsas, tais como a elevação de salários de cada operário a Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil cruzeiros) men-sais após a encampação. O Tenente Wilson só e unicamente tentava esclarecer a realidade aos 'queixadas', mas nunca investiu contra a integridade física de quem quer que seja, mesmo quando insultado pessoal e publicamente na sua honra de oficial e na sua idoneidade moral, pelas mulheres 'queixadas', Mario C. de Jesus, Padre Bianchi e outros. (...)

O nosso intuito é esclarecer que a greve dos trabalhadores da Perus que foi julgada improcedente pela Justiça do Trabalho se degenerou em movimento comunista puro e aberto, pois o Vigário Hamilton Bianchi, coagido pelo Mario C. de Jesus, converteu a Igreja Católica em um palanque, pregando pelo alto-falante e nós todos ouvimos, o ódio aos patrões, a necessidade de fazer revolução, **tomar a Indústria de Perus e entregá-la aos operários, para abrir precedente no país**. Será que V. Excia não sabe que este padre, em seus discursos usa vocabulário de baixo calão? Não é digno de ser chamado padre aquele que pelo microfone da Igreja amaldiçoa os que foram trabalhar e que arma as mulheres e crianças de paus.

Ex.mo. Sr. Governador do Estado de S. Paulo, será que V. Excia permitirá que as calúnias, injúrias e mentiras de um grupo de malfeitores vençam a verdade, tão fácil de ser averiguada? Será que trabalhadores amedrontados não merecem ser respeitados e protegidos? Não basta que junto a suas esposas e filhos estejam privados, pelo Padre Bianchi, do privilégio de rezarem na Igreja, de assistirem a missas? É preciso ainda tirar-lhes fé na Justiça? (...) [Grifos meus, ES].<sup>262</sup>

A questão do possível precedente que se caracterizaria ao desapropriar a fábrica de cimento para "entregá-la aos operários" será retomada adiante. De imediato - fora o renovado destaque conferido no discurso dos "pelegos" ao Padre Bianchi no papel de liderança grevista – é preciso ressaltar que os ódios e ressentimentos tão bem

---

<sup>262</sup> *Manifesto dos Trabalhadores em serviço na Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus ao Ex.mo. Sr. Governador do Estado de S. Paulo em exercício, Des. Joaquim de Sylos Cintra*, publicado no Diário da Noite em 26.9.1962. 223 pessoas assinaram este documento, do qual há cópia no arquivo do sindicato da categoria, em Perus.

retratados no documento acima não impediam que um significativo segmento dos trabalhadores abrigados sob a rubrica de “pelegos” tomasse uma atitude solidária em relação aos “queixadas”.

Esta questão foi pioneiramente abordada no meio acadêmico por Adilson José Gonçalves, para quem a solidariedade de classe não fora totalmente rompida pelos “pelegos” em seu acordo com Abdalla, pois a condição para que fossem aceitas as vantagens oferecidas pelo empresário era que os benefícios fossem estendidos a todos os operários e que não houvesse demissões. A empresa, porém, não cumpriu o prometido, cristalizando a divisão no meio dos trabalhadores.<sup>263</sup>

Nos primeiros dias de setembro de 1962, uma comissão de operários acompanhada pelo médico da Fábrica de Cimento, Dr. Milton.<sup>264</sup> Conforme este último registrou em seu depoimento, como testemunha de defesa, no processo aberto pela Companhia contra os grevistas, o grupo avistou-se com José João Abdalla para pedir o retorno dos trabalhadores que não tinham sido reintegrados ao serviço. O empresário teria respondido que a questão saíra de seu âmbito de competência, estando entregue ao DOPS. Perguntado sobre os membros da tal comissão, mencionou Onofre Mariano Freitas, Antonio Carvalho e Afonso Correa de Santana.<sup>265</sup>

Este último era o enfermeiro que se notabilizara por ter secretariado a assembléia que deliberara a greve e proferido um discurso radical na ocasião para, depois, se tornar signatário do pedido de intervenção no sindicato. Trabalhou na Companhia de Cimento de 1952 a março de 1963 e, no “*Processo dos Estáveis*”, vamos encontrá-lo como testemunha qualificada pela defesa. Em seu depoimento, esclareceu que trabalhou

---

<sup>263</sup> Gonçalves, 1989, p. 89, *op. cit.*

<sup>264</sup> O Dr. Milton Ferreira Neves foi o primeiro vice-prefeito do Município de Caieiras (1960-1969, duas gestões seguidas) e prefeito da mesma cidade de 1989 a 1992. Ganhou enorme reputação em Perus e nas localidades próximas porque durante muitos anos – numa época em que toda a região era vista como isolada e distante por causa das dificuldades de transporte - foi praticamente o único médico à disposição dos moradores de forma permanente, atendendo sempre com competência e dedicação.

Ver [http://www.icaieiras.com.br/index\\_pt.php?programa=historia/historia/prim\\_prefeito.php](http://www.icaieiras.com.br/index_pt.php?programa=historia/historia/prim_prefeito.php) e <http://www.cajamarnet.com.br/?exibe=texto&id=1324>

<sup>265</sup> *Processo dos Estáveis*, pp. 973-975, AEL-MCJ.

normalmente durante a greve e que participava do movimento em horário fora de seu expediente. Tido como líder entre os trabalhadores, declarou que José João Abdalla prometera às cerca de 100 pessoas com quem se encontrara em seu escritório no começo de agosto de 1962 que todos os trabalhadores retornariam ao serviço, à exceção dos diretores do sindicato e daqueles que tinham tomado parte ativa na paralisação.

O mesmo depoente esclarece que, no dia 21 de agosto de 1962, voltaram 90 a 100 empregados “velhos” (isto é, vinculados anteriormente à empresa por contrato de trabalho) junto com 50 a 60 “novos”. Em 22 de agosto, mais 40 “velhos”. Até dia 31.8, outros 50 “velhos” retornaram enquanto 200 “novos” foram contratados, o que perfaz um total de 250 a 260 “novos” e de 180 a 200 empregados “velhos”. O último número está razoavelmente próximo aos 223 signatários do manifesto “pelego” publicado no *Diário da Noite* (há pouco citado) e deve ser considerado um indicador de adesão relativamente alta ao “furo” da greve na Fábrica de Cimento, em Perus, pois Afonso Correa de Santana, nesse depoimento à Justiça do Trabalho, refere-se apenas à unidade fabril da Companhia, onde declarou que havia 560 empregados antes da paralisação iniciar-se.

Segundo afirmou, depois do “fura-greve”, Santana recebeu três listas das mãos do Superintendente da Companhia: a primeira com os operários que não poderiam retornar em hipótese alguma, a segunda dos que podiam e a terceira com aqueles que demandavam estudo caso a caso. Procurado por trabalhadores impedidos de voltar à rotina normal na empresa em princípios de setembro de 1962, o enfermeiro entendeu que era necessário constituir uma comissão para pedir o retorno de todos a Abdalla. 18 pessoas tomaram parte na iniciativa, tendo recebido a resposta negativa citada pelo Dr. Milton, acima. Posteriormente, outras pessoas procuraram Abdalla com o mesmo fito, tais como o Juiz de Paz de Perus, alguns comerciantes e o Comendador Fiorelli

Pecciccaco. Para este grupo, o empresário teria prometido alguma solução. Porém, depois, nada viabilizou.<sup>266</sup>

O Sr. Afonso Correa de Santana afirmou também que comparecera a uma reunião na sede do Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro, em outubro de 1962. Estavam presentes dez pessoas, dentre as quais Mario Carvalho de Jesus, a diretoria do sindicato, o jurista Antonio Cesarino Junior, o advogado da Companhia de Cimento, um membro do gabinete do Ministro e o Sr. Antonio Pereira Lima, representante dos trabalhadores que tinham retornado ao serviço e se posicionavam pela reintegração de todos os colegas. Novamente, não foi obtida solução devido à acirrada recusa da parte da empresa. No mesmo dia, houve reunião menor, a portas fechadas, com Dr. Mario, Cesarino Junior, Dr. Negreiros (advogado de Abdalla), Antonio Pereira Lima e o representante do Ministro. Afonso Correa de Santana enfatizou que tinha havido promissores contatos entre as pessoas citadas antes da viagem ao Rio de Janeiro, e que todos para lá se dirigiram na perspectiva de subscrever acordo que resolvesse a situação dos grevistas.<sup>267</sup>

---

<sup>266</sup> Fiorelli Pecciccaco: destacado empresário de Perus. Foi presidente da Sociedade Amigos nos anos 60. Seu nome foi posteriormente conferido a uma das principais avenidas do bairro.

<sup>267</sup> *Processo dos Estáveis*, pp. 980-983. AEL-MCJ. A presença de Antonio Pereira Lima nas reuniões no Ministério do Trabalho é significativa. No livro ata do Sindicato dedicado às eleições, este cidadão aparece como diretor eleito em 1941, presidente da entidade em 1946, candidato derrotado em 1952 e 1954, delegado ao Conselho de Representantes da Federação eleito no ano de 1958 e suplente da Diretoria empossada em 1960. No *Processo 61/63-A*, do Tribunal Regional do Trabalho, consta como líder dos operários de Perus que, tendo pedido intervenção no sindicato e “furado” a greve, tentaram firmar acordo salarial na Justiça Trabalhista em janeiro de 1963 à revelia da diretoria “queixada”. Não foi possível nem identificar as razões pelas quais rompeu com a liderança do sindicato, nem localizar referência documental a este trabalhador com data posterior a 1963.

## 6.7. Setembro/outubro de 1962: encampação à vista

As reuniões no Ministério do Trabalho em outubro, referidas por Afonso Correa de Santana, conferem com o noticiário do *Ultima Hora* que anunciou o chamamento pelo Ministro do Trabalho dos advogados do Sindicato e da empresa para uma mesa redonda no Rio de Janeiro na edição de 24.10.1962.<sup>268</sup> O fato dos encontros no Rio de Janeiro terem discutido o retorno dos grevistas como uma possibilidade real sinaliza que as pressões pela encampação jamais perderam o caráter de recurso tático para obter conquistas sócio-econômicas junto ao “mau patrão”.

Para que essa situação se construísse, o primeiro passo importante fora a pronta resposta no dia do “fura-greve”, 21 de agosto, quando os grevistas se encaminharam em massa a uma manifestação de protesto defronte ao Palácio dos Campos Elíseos. Segundo o *Ultima Hora* do dia seguinte, mais de 1.000 pessoas estavam presentes. O *Estado de S. Paulo* registrou que os trabalhadores reivindicaram a encampação da Companhia de Cimento e de suas subsidiárias, assim como providências para coibir as arbitrariedades policiais. O Governador em Exercício, desembargador Sylos Cintra, garantiu que a encampação já estava sendo estudada por elementos do governo - conforme ordenara Carvalho Pinto antes de se licenciar para participar da campanha eleitoral - e que determinaria providências ao Secretário de Segurança Pública no sentido de que os policiais moderassem sua ação.<sup>269</sup>

A violência policial, porém, não foi amainada, conforme se verifica em diversos documentos, como este comunicado do Sindicato do dia 27 de agosto de 1962:

---

<sup>268</sup> *Pinheiro Neto convocou mesa redonda entre “queixadas” e patrões da Perus.* *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 24.10.62, pg. 10.

<sup>269</sup> *Perus: apelo dos operários ao governo.* O *Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 22.08.62, pg. 09. No dia seguinte, outra matéria deste jornal confirma que o Departamento Jurídico do Estado dava continuidade aos estudos a respeito da proposta de desapropriação da fábrica de cimento de Perus e que o Estado e a Municipalidade estavam em vias de executar as dívidas do conglomerado empresarial de Abdalla: *Perus: em estudos a desapropriação*, pg. 12.

Estiveram hoje, pela manhã, nos Campos Elíseos, os dirigentes sindicais de Perus, acompanhados pelos deputados Franco Montoro, Paulo de Tarso, Vereadores Monteiro de Carvalho e Molinha Junior, e [pelo] presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto. Depois de ouvir os excessos policiais relatados pela comissão, o Sr. Governador Sylos Cintra declarou que a polícia garantia o direito dos que quisessem trabalhar, mas não podia a polícia ir buscar trabalhadores em suas residências, fato denunciado pelos membros da comissão e por eles presenciado nessa madrugada. O Sr. Governador acrescentou que reconhecia o direito de formação de piquetes colocados à distância e que poderiam tentar persuadir os que tentassem furar a greve.

O mesmo documento relata a morte de Fernando Priske, operário que tinha “furado” a greve e estava trabalhando além da jornada normal e fora de suas atividades regulares; episódio que motivou passeata fúnebre dos colegas que permaneceram paralisados.<sup>270</sup>

No dia seguinte, 28 de agosto, nova manifestação diante dos Campos Elíseos para acompanhar a audiência que Sylos Cintra durante a qual Roberto Cardoso Alves reclamou que fora detido no dia anterior por 04 agentes do DOPS ao tentar entrar na Fábrica de Cimento. Foi igualmente denunciado que os policiais estavam portando metralhadoras e continuavam indo de casa em casa para forçar os grevistas a voltar ao trabalho. O Governador em Exercício comprometeu-se a transferir o comandante do destacamento (Tenente Wilson), no dia seguinte, mas, novamente, a promessa não seria cumprida.<sup>271</sup>

Em 07 de setembro, os presidentes do Sindicato e da FNT; o Prefeito, o Vigário e o Presidente da Câmara Municipal de Cajamar, representantes de seis entidades estudantis, mais o vereador Monteiro de Carvalho, entregaram a Sylos Cintra a *Interpelação de centros acadêmicos e trabalhadores ao governador do Estado de S. Paulo no dia da Proclamação da Independência*, extenso ofício que assinala em suas primeiras linhas que o povo “sofre toda espécie de privações e provocações, e vê que a

---

<sup>270</sup> AEL-MCJ, caixa “Greve de 1962 e 1967”, pasta “Documentos Diversos”.

<sup>271</sup> DOPS, documentos 50A-115-105 e 50A-115-101. Somente no dia 12 de setembro seguinte é que o *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, pg. 11, registraria a retirada do Tenente Wilson da região.

máquina estatal está montada a serviço do mau patrão e fraudador dos contribuintes dos cofres públicos, o deputado federal J. J. Abdalla”. Entretanto, declarando conhecer a “integridade moral do primeiro magistrado de São Paulo”, os subscritores assumem o propósito de demonstrar que o Governador em Exercício era, naquele momento, “vítima de desobediência de seus subordinados”. Para tanto, relatam, dentre outras coisas, que:

2- Tantos foram nossos protestos, as mesmas idas a palácio, acompanhados de deputados de vários partidos, que V. Excia mandou publicar no Diário Oficial dos dias 28 e 30 de agosto – primeira página – duas notas: a primeira assegurando o direito de greve e o direito de trabalho aos que livremente quisessem entrar na fábrica. Acrescentou V. Excia verbalmente à comissão que o procurou, que reconhecia a legitimidade do piquete, que poderia usar da persuasão diante do fura-greve em potencial. Dava assim V. Excia o melhor atestado do respeito à Constituição que, infelizmente, os agentes do DOPS desconhecem ou fazem questão de violar sistematicamente, porque não toleram grupos superiores a 03 pessoas, mesmo a 500 metros da fábrica em Perus. **A segunda nota divulgada no Diário Oficial dizia que V. Excia tinha determinado ao Departamento Jurídico do Estado a viabilidade da encampação (...)**

3 – Os fatos provam que as ordens de V. Excia (...) não foram cumpridas (...) por que:

a) Policiais da Força Pública e do DOPS, em veículos da empregadora ou do governo, ficam num vaivém, durante o dia, pelos arredores da sede do sindicato e nas ruas de Perus adjacentes, com exclusivo intuito de provocar pacíficos trabalhadores, procurando com mil ardis a eclosão de um conflito. (...)

d) A sede do sindicato foi invadida por agentes do DOPS, sob a alegação de que as contas do Sindicato não estariam certas. Tudo aconteceu porque a rábula patronal, não conseguindo a intervenção no Sindicato por parte do Ministério do Trabalho, não teve pejo em servir-se do DOPS para, mais uma vez, violar a Constituição, o Código de Processo Penal e o próprio Código Penal. Perguntamos se V. Excia conhece o dispositivo legal que autoriza a invasão pura e simples, sem qualquer intimação prévia, sem mandado judicial, de domicílio ou de sindicato, sob a vaga alegação de que as contas estariam erradas? Isso quando o Ministério do Trabalho, único órgão competente para apurar as contas, julgou-as boas. (...)

[5]. O Sr. Secretário de Segurança foi hoje vítima de infeliz pronunciamento feito ao professor Monteiro de Carvalho, no palanque oficial da parada de Sete de Setembro, ao declarar-lhe que a greve da 'Perus' tinha terminado e que os políticos estão fazendo 'encenação'. (...).

8 - Finalmente, queremos saber a que conclusões chegou o Departamento Jurídico do Estado a respeito da desapropriação da 'Perus' (...) Aproveitamos o ensejo para esclarecer que são destituídas de fundamento as insinuações mandadas espalhar pelo próprio empregador a respeito das reservas de matéria-prima nas pedreiras de Caja-mar. O fato pode ser facilmente esclarecido, consultando os órgãos competentes. Mas, os trabalhadores que trabalham na pesquisa do solo sabem que a pedra necessária ao fabrico de cimento tem a sua base numa profundidade superior a 700 metros. Várias são as pedreiras, apenas pequena parte até hoje foi completamente explorada. (...) Se a resposta do Departamento Jurídico do Estado for negativa, queremos saber quais são as razões que invalidam os pareceres dos eminentes juristas que já se pronuncia-ram a favor da viabilidade da desapropriação da fábrica.<sup>272</sup>

Portanto, instaurara-se em Perus e Cajamar um quadro de ilegalidade e truculência, oriundo da suposta “desobediência” à orientação do Governador em Exercício pelas forças de segurança; Governador a quem se apela não mais no sentido de conter os policiais, mas para que - recorrendo à sua noção de justiça e de equilíbrio - resolva a pendência de fundo por meio da desapropriação da Fábrica de Cimento. Existe, assim, uma máquina policial repressora incontrolável, mancomunada como o “mau patrão”, e um núcleo de governo passível de sensibilização através de um processo de pressão e diálogo.

Na verdade, não caberia apontar nenhum equívoco da parte da liderança “queixada” ao proceder dessa maneira porque, como já vimos em capítulo anterior, durante a gestão de Carvalho Pinto (um governo que tinha entre suas principais marcas a de “resolver greves”), o recurso à extrema violência contra os movimentos sociais não excluía

---

<sup>272</sup> AEL-MCJ, caixa “Greve de 1962 e 1967”, pasta “Documentos Diversos”. Os trechos suprimidos nesta citação são os que tratam de aspectos já abordados, como a permanência do Tenente Wilson e a ocupação do clube operário.



necessariamente a possibilidade de retomada das negociações em algum momento adiante para que o Governador aparecesse como a liderança responsável pelo encaminhamento final das pendências. Assim, nessa conjuntura em particular, uma ação precitada no nível do discurso – como a de responsabilizar de maneira contundente o Executivo Estadual por tudo que a polícia fazia - poderia relegar a mobilização ao isolamento e à derrota com uma facilidade especialmente acentuada. Por outro lado, não é necessário recorrer a teorias em ciência política para sustentar afirmações de conhecimento geral, perceptíveis por qualquer cidadão sem grandes esforços, como os fatos de que os diversos setores da administração pública tendem a funcionar conforme automatismos ditados por uma lógica particular e que é muito comum que equipes de governo sejam perpassadas por disputas internas, muitas vezes públicas e ferozes.

Nada disso, evidentemente, torna factível a idéia de que o Governador Sylos Cintra tenha se tornado uma vítima impotente da máquina policial. O episódio da rebelião da Força Pública em novembro de 1960 (mencionado mais atrás nesta dissertação) foi inserido exatamente com o propósito de ilustrar que um governo bem articulado e representativo das principais forças sociais de sua época - isto é, competente nos aspectos basilares do ofício que pretendeu abraçar – pode impor-se à “máquina” estatal em momentos críticos, caso realmente o deseje e tenha se preocupado em reunir condições para isso. Portanto, se, no limite, Sylos Cintra não tivesse apoios políticos suficientes para determinar outro rumo ao Secretário de Segurança Pública em relação à greve de Perus, tal impotência seria motivo de responsabilização tanto quanto uma eventual concordância de sua parte. Afinal, ele detinha os poderes de Governador, ainda que passageiramente. Por que não tomou a simples medida de solicitar aos seus auxiliares diretos que datilografassem a ordem de demissão do Secretário e de toda a cúpula policial para que ele pudesse assiná-la e mandar publicar? Medo da repercussão que isto provocaria? Retrucar que um ocupante temporário (e não eleito) dos Campos Elíseos deveria furtar-se de interferir no modo como o titular estruturara a

gestão remete, novamente, a questões de conveniência (e vontade) política, não a impossibilidades reais.

Nesse caso concreto, está claro que a liderança “queixada” identificou corretamente que havia uma questão em disputa e tratou de agir do modo que lhe pareceu mais eficaz na situação que se apresentava. Assim, para averiguar mudanças que tenham ocorrido em meados de setembro de 1962, é preciso examinar o ofício há pouco reproduzido à procura de elementos novos e substanciais, ignorando tudo que diga respeito a meras considerações de tática política. Merecem análise, nessa ótica, três aspectos:

1. As reclamações dos sindicalistas acerca das “insinuações”, espalhadas por Abdalla, acerca da pequenez das reservas de calcário da Companhia de Cimento que transformariam a encampação numa medida lucrativa para o empresário. Mais uma vez, os executores do “plano diabólico” estavam um passo à frente, colocando em pauta uma questão para a qual o sindicato e a FNT não tinham se preparado. Conforme já vimos no Capítulo II (*A Fábrica*), as afirmações em resposta - de que existia matéria-prima para mais século e meio de operação fabril e que as reservas iniciavam-se 700 metros abaixo do nível do solo (reproduzidas do discurso dos operários ligados diretamente à extração de minério) - eram intrinsecamente muito frágeis a despeito do impacto positivo que parecem ter provocado nos segmentos progressistas da opinião pública.<sup>273</sup> É elemento da maior importância o fato de esse assunto ter sido trazido ao debate neste momento por iniciativa do patrão, em contraste com a campanha de agitação desenvolvida em Perus e Cajamar que nivelara os sindicalistas cristãos ao patamar de desordeiros subversivos. Tal mudança de tática é um excelente indicador de que a paralisação de Perus entrara definitivamente para a pauta política do Estado depois da operação “fura-greve”. A mesma alteração de

---

<sup>273</sup> “Queixadas” desmentem Abdalla: Perus tem reservas de pedra para 150 anos! Última Hora, Arquivo do Estado, 15.09. 62, pg. 10.

conduta implica no reconhecimento de que, no cenário mais amplo, havia alas importantes da sociedade que não poderiam ser neutralizadas com eficiência através do discurso anticomunista de Maria da Conceição da Costa Neves. Vale observar que, da maneira como se colocaram, os novos argumentos da Companhia retiravam das discussões a questão da viabilidade legal da desapropriação, reduzindo-a a mau negócio para os cofres públicos.

2. A presença de tradicionais entidades estudantis na condição de subscritoras do documento entregue a Sylos Cintra: Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (Medicina - USP), Grêmio Politécnico, Centro Acadêmico XI de Agosto, C. A. Sedes Sapientiae, C. A. Filosofia da USP, C. A. Filosofia São Bento.

Nessa época, a Juventude Universitária Católica (JUC) era a força majoritária dentro do movimento estudantil, no plano nacional. Estudantes e professores de medicina davam plantão em Perus para prestar atendimento aos grevistas enquanto colegas de diversos cursos eram presenças constantes nas passeatas dos “queixadas” pelo Centro da cidade. *Ultima Hora* registrou como a solidariedade estudantil foi decisiva, nessas semanas, junto com o empenho de grandes professores de Direito, para que fossem conseguidas mais de 150.000 assinaturas para um memorial pela encampação da Companhia de Cimento. Os três candidatos a governador (José Bonifácio, situação; Adhemar de Barros e Janio Quadros), aliás, eram signatários do documento.<sup>274</sup>

3. A nota no *Diário Oficial do Estado* em que Sylos Cintra “tinha determinado ao Departamento Jurídico do Estado a viabilidade da encampação” (item 02 do ofício).<sup>275</sup>

---

<sup>274</sup> Ver, por exemplo, *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 18.09.62. Pg. 12. Este mesmo jornal registrou a promoção de outro abaixo-assinado, desta vez *contra* a desapropriação. A iniciativa é descrita como restrita a “pelegos” de Perus e Cajamar e, de qualquer forma, não teve repercussão significativa.

<sup>275</sup> Essa afirmação incorporou-se às histórias contadas acerca da greve de 1962, pois, quinze anos depois, o Dr. Mario escreveu que o Governador em Exercício tinha mandado “proceder a estudos que

Na verdade, no *Diário Oficial*, nada aparece escrito em termos tão incisivos ao longo do mês de agosto de 1962. Uma primeira nota fora publicada no dia 28.08, 1ª página (*Departamento Jurídico do Estado estuda a encampação da “Perus”*), e registra um encontro do Governador em Exercício com os deputados federais Franco Montoro e Paulo de Tarso, mais Joaquim Monteiro de Carvalho, Dr. Mario, Padre Bianchi e o Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto. Além da informação estampada no título, Sylos Cintra declarou que a Procuradoria Fiscal estava tomando providências para obrigar a Companhia de Cimento a saldar seus débitos com o Estado e que a polícia estava atuando em Perus e Cajamar unicamente com o objetivo de manter a ordem, “sem violência”, para que fosse garantido o direito de trabalho e de greve. No dia 30.08, em outra nota de 1ª página, é informado que estava “em estudos uma fórmula para resolver a questão da Perus”, afirmando-se “desautorizado qualquer ato de violência” com destaque. A próxima referência a Perus foi publicada na 1ª página da edição de 22 de setembro de 1962:

O Governador do Estado em exercício, sensível aos aspectos de ordem social suscitados pela pretendida desapropriação da Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus, após ouvir seus assessores e atento, também, aos demais aspectos de ordem jurídica, econômico e técnica que o problema apresenta e às repercussões no interesse público e nas atividades econômicas, resolve:

Admitir, em princípio, a possibilidade que se chegue à solução expropriatória, pela forma que se revelar mais adequada, desde que se verifique, em concreto, a viabilidade da medida pelo exame de todos os seus aspectos legais, econômicos, técnicos e financeiros;

Determinar aos órgãos competentes do Governo o imediato levantamento de dados e o estudo dos aspectos acima mencionados, de sorte a permitir, dentro do mais breve prazo, decisão final sobre o assunto.

É imprescindível advertir que os termos dessa nota são provisórios e condicionais; incompatíveis com a idéia de que a viabilidade da encampação de Perus tenha sido

---

concluíram pela viabilidade da desapropriação da Perus pelo governo estadual”. Ver Jesus et alii, 1977, pp. 69-70.

determinada de modo cabal pela mesma autoridade em data anterior. O documento foi publicado no dia seguinte a uma audiência concedida pelo Governador em Exercício aos grevistas. Segundo o *Ultima Hora*, de posse do parecer dos titulares dos órgãos de governo envolvidos e de estudo efetuado pelo Departamento Jurídico do Estado, Sylos Cintra decidira assumir “posição definida” (termos do *Ultima Hora*) e, para tanto, convocara os sindicalistas. Diante destes e do Procurador-Geral do Estado, Dr. Hélio Helene, o Governador em Exercício teria se manifestado “sensibilizado com os aspectos de ordem social suscitados pela pretendida desapropriação da Perus”. Em seguida à reunião, falando a este jornal, o Secretário de Justiça “confirmou a disposição do Governador” destacando que, não obstante a “gravidade do problema e as dificuldades de ordem jurídica” (Perus seria a primeira empresa particular “não consagrada ao uso público” a ser desapropriada em São Paulo), os setores da administração encarregados do problema esperavam chegar a uma conclusão definitiva até o começo de outubro. Quanto aos operários em greve,

As comemorações da vitória tiveram início na porta do Palácio, tão logo o grupo de grevistas que ali se concentrou recebeu a notícia satisfatória. Imediatamente, foram enviados emissários a Perus e Cajamar para levar a grande notícia à massa dos operários os quais a comemoraram na sede do sindicato e no pátio da Igreja de Cajamar. Chorando e aos gritos de “viva o sindicato” e “viva o nosso trabalho”, os grevistas festejaram até as primeiras horas do dia de hoje o primeiro passo da vitória.

A prudência de ao *Ultima Hora* ao registrar o encontrou não se limitou à menção do “primeiro passo”, pois o periódico intitulou a matéria de *Encampação da Perus: Sylos anuncia decisão em 15 dias*.<sup>276</sup> Algo parecido ocorreu aos policiais que viram os acontecimentos imediatamente seguintes, registrados no *Relatório 354 da Subchefia de Ordem Social*, do DOPS, de 24 de setembro de 1962:

Após as notícias divulgadas na sexta-feira, dia 21 do corrente, pelo rádio e televisão, sobre o pronunciamento ‘admissível a expropriação da Perus pelo governo estadual’ os grevistas ou ‘queixadas’ residentes em Cajamar e Gato Preto passaram a manifestar-se com

---

<sup>276</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 22.09.1962, pg. 07.

entusiasmo, pois entenderam que a Fábrica Perus havia sido encampada pelo governo do Estado de S. Paulo.

Cerca das 21,30 horas do dia 21, os dirigentes do sindicato chegaram a Cajamar soltando grande quantidade de rojões e fogos de artifício e, dirigindo-se à Igreja local, promoveram uma palestra.

Entre os que falaram, destacamos o Dr. MARIO CARVALHO DE JESUS que disse, entre outras coisas, o seguinte:

'A encampação da Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus foi realizada, só faltando para ultimá-la completar alguns estudos de ordem técnico-jurídica pelos assessores do governo estadual. Portanto, hoje obtivemos finalmente a tão esperada grande vitória. Queixadas! Como nos avizinhamos da grande festa eleitoral, tenho certeza que o Governador Sr. Carvalho Pinto e seu candidato, Sr. José Bonifácio, apregoarão que foram eles os autores que conquistaram a encampação de Perus, com o objetivo evidente de obterem votos. Mas, vocês, "queixadas", sabem que esta grande vitória foi conquistada por nós mesmos, com a nossa grande luta de cento e trinta dias de greve, e o trabalho que já estamos fazendo desde 1958. A encampação já está no papo. Agora partirei também para outros grandes objetivos, para o ABC, São Paulo, Jundiaí e onde houver operários para defendê-los dos patrões. Meu próximo passo é fundar nosso próprio jornal. Já estou trabalhando para fundar outro sindicato em Jundiaí e outras coisas que não convém falar aqui'.

Essas foram as principais palavras de Mario Carvalho de Jesus, que falou cerca de 40 minutos, após o que o Padre Bianchi, vigário local, também focalizou 'a grande vitória da expropriação da Perus'.

O Prefeito local, Sr. ANTONIO GARRIDO, e o Presidente da Câmara, vereador GINO REZAGHI, bem como o presidente do sindicato de Perus, Sr. JOÃO BRENO, percorreram Cajamar na 'perua' da Prefeitura local, soltando rojões até as 24 horas, perturbando as residências dos 'pelegos', ou seja, os trabalhadores que estão exercendo suas funções na fábrica da 'Perus'.

O clima social em Cajamar está tenso, pois os ‘pelegos’ são sendo achincalhados pelos ‘queixadas’, e ainda mais após os acontecimentos do dia 21 do corrente, citados acima. (grifos e letras garrafais conforme o texto original).<sup>277</sup>

Face notícias da “admissibilidade” da desapropriação, há evidente contraste entre o entusiasmo dos trabalhadores e a atitude policial: “*entenderam* que a Fábrica Perus havia sido encampada pelo governo do Estado de S. Paulo”. Desse ponto em diante, a onda de entusiasmo ganha ainda mais forças com o discurso do Dr. Mario (“*a encampação já está no papo*”, com advertência de que o fato seria apropriado politicamente pelo Governador titular e seu candidato) e segue agregando energias que são, finalmente, descarregadas sobre os “pelegos”.

Se houve engano nessas atitudes, o erro não se restringiu aos grevistas porque, em 24 de setembro, noticiou-se que, a partir da declaração do Governador em Exercício, dezenas de caminhões passaram a se dirigir à Fábrica de Perus para levar grande quantidade de equipamentos para local ignorado. A ocorrência foi denunciada pelos sindicalistas junto ao Palácio de Governo, pois as condições de trabalho e produção num futuro próximo certamente seriam afetadas.<sup>278</sup>

No dia seguinte, 25.09, *Ultima Hora* noticiava que San Tiago Dantas, ex-ministro das Relações Exteriores, voltara a se manifestar favoravelmente aos grevistas de Perus, encaminhando documento à FNT no qual lembrava que o débito da Companhia de Cimento junto à Fazenda do Estado tornava possível abater parte da indenização expropriatória e que a desapropriação podia fazer-se sobre as ações, não sobre o patrimônio da empresa. Dantas manifestou, também, posicionamento favorável à transformação da fábrica de cimento numa cooperativa em moldes já idealizados pelos

---

<sup>277</sup> Arquivo do Estado, Acervo do DOPS. Documento 50A-115-108.

<sup>278</sup> Encampação apavora mau patrão: desviadas as máquinas da Perus. *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 24.09.62, pg. 12.

operários que, nos dias seguintes, iriam estruturar o projeto que apresentariam ao Governo do Estado de S. Paulo.<sup>279</sup>

Em 27.09, quinta-feira, 137º dia da greve, realizou-se uma “longa assembléia” dos paredistas, à qual comparecera Cesarino Junior que declarou que “cada vez que entro em contato com vocês, sinto que a vitória está mais próxima. E, agora, a vitória será com a entrega da fábrica aos trabalhadores, através de uma cooperativa de produção”. A tal respeito, conferenciou durante 45 minutos o Dr. José Dominguez Ruiz, especialista em cooperativismo apresentado como o advogado que ajudara a fundar o sindicato em 1939. Frei João Batista dos Santos, fundador da UNILABOR, tomou a palavra para falar acerca dessa experiência de “comunidade de trabalho”, principiada em 1954, onde “todos são tratados não apenas pelo que produzem, mas tendo em vista as aptidões e encargos familiares”. Frisou que todos os homens são dotados de inteligência, de modo que “todos podem contribuir com uma parcela de responsabilidade na comunidade [do trabalho], ao contrário da empresa capitalista, onde poucos mandam e desmandam, cabendo ao operário obedecer, mesmo que a ordem lhe pareça errada”. Finalizadas as exposições, foi deliberada a constituição de uma cooperativa de produção dos operários em mais uma semana.<sup>280</sup>

O documento que registra essa assembléia também informa que a Secretaria de Viação, órgão encarregado dos aspectos técnicos da desapropriação, concluíra que as reservas de calcário em Cajamar eram suficientes para sustentar a produção por mais “algumas dezenas de anos”<sup>281</sup> contando tanto com as jazidas conhecidas como com a possibilidade de localizar outras novas. Ficariam, assim, afastadas as dúvidas que Abdalla tentara disseminar “junto às autoridades e aos meios universitários” no sentido de que a encampação seria um bom negócio para ele. Outro aspecto digno de menção

---

<sup>279</sup> *Perus: novas violências da polícia contra os “queixadas”*. Última Hora, Arquivo do Estado, 25.09.62, pg. 12.

<sup>280</sup> *Comunicado no 137º dia de greve da “Perus”*. AEL-MCJ, Caixa “Greve de 1962 e 1967”, pasta “Documentos Diversos”.

<sup>281</sup> “Algumas dezenas de anos” de vida útil das reservas de calcário, posicionamento mais sensato que o século e meio propalado pelo sindicato.



é que tinha sido agendado para o sábado seguinte, 29.09, um encontro dos grevistas com o Presidente João Goulart em Catanduva (interior de São Paulo), com a expectativa de que o principal mandatário do país facilitasse a inscrição da cooperativa de produção no Ministério da Agricultura e autorizasse o Banco do Brasil a financiar o empreendimento que se faria em Perus, sob supervisão do Governo do Estado.

No dia e local marcados, uma comissão de sindicalistas acompanhada por Cesarino Junior foi recebida pelo Presidente que ouviu o relato dos trabalhadores e explicou que nada fizera a respeito porque desconhecia o que se passava. Pediu um relatório detalhado e prometeu apurar as responsabilidades acerca dos acontecimentos em Perus e Cajamar. No dia 02 de outubro, outra comissão viajou para o Rio de Janeiro para entregar o documento solicitado por Goulart, esperando a tomada de alguma medida para que o Governo do Estado resolvesse logo a questão. Lá chegando, o Mario Carvalho de Jesus e Cesarino Junior ouviram o Presidente prometer que faria “tudo para que esta luta pacífica de vocês termine com a vitória, porque o movimento de Perus é hoje um símbolo nacional”. O dossiê entregue na oportunidade foi posto aos cuidados do Chefe da Casa Militar, general Albino Silva.<sup>282</sup>

No dia 12 de outubro, foi noticiado que Dr. Mario mantivera contato telefônico com João Goulart que teria se comprometido a encaminhá-lo à sua Casa Militar para acertar proteção de tropas federais aos grevistas. Segundo o advogado, “ninguém se sente seguro em Perus e Cajamar. Quando não são os soldados da Força Pública, que ainda insistem em levar à força os ‘queixadas’ a furarem a greve, são os agentes do DOPS que atacam os operários”.<sup>283</sup>

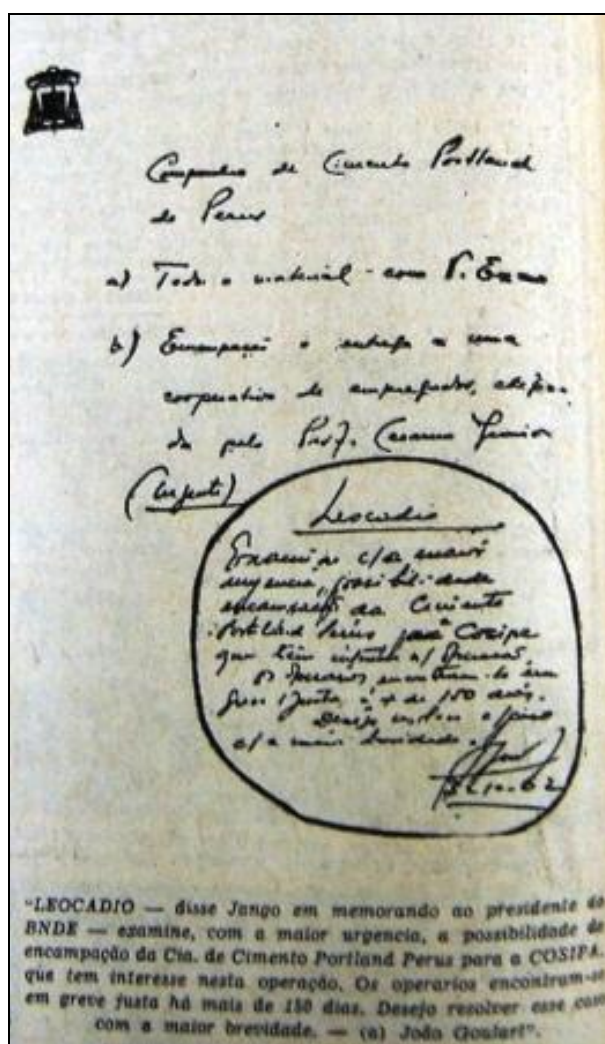
No dia seguinte, em “*Queixadas*” *aproximam-se da vitória: apoio de Jango e BNDE para encampação da Perus*, *Ultima Hora* tornava público que a direção deste banco estava estudando a possibilidade de financiar a desapropriação da Companhia de Cimento em favor da COSIPA (empresa na qual o governo federal era majoritário). O assunto foi

---

<sup>282</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 28.08.62, pg. 12; 01.10, pg. 12; 02.10, pg. 10; 03.10, pg. 13.

<sup>283</sup> *Idem*, 12.10.62, pg. 10.

tema de uma entrevista à imprensa de mais de três horas, na qual o presidente do BNDE, Leocadio Antunes, explicou que não anunciara anteriormente suas intenções em relação a Perus devido ao receio de desagradar o Presidente Goulart. Antunes pretendia fazer levantamento completo da situação da empresa, com base no qual estudaria os meios de entrar em acordo com os proprietários. Tudo seria feito com cuidado para evitar que, “ao tentar desfazer uma injustiça”, o governo cometesse “outra maior” (sic).<sup>284</sup>



Despacho de Jango para o presidente do BNDE. *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 13.10.62, pg. 08.

<sup>284</sup> Idem, 13.10.62, pg. 08.

Ainda em outubro, *Ultima Hora* registraria outros contatos dos sindicalistas de Perus com membros do Governo Federal, mas no Ministério do Trabalho, não no BNDE. Os assuntos foram o indicativo de intervenção no sindicato vindo da DRT de São Paulo e, depois, uma “proposta conciliatória” vislumbrada pelo Ministro do Trabalho e discutida nas reuniões relatadas pelo “pelego” Afonso Correa de Santana em seu depoimento à Justiça Trabalhista, aquelas nas quais não saiu acordo porque José João Abdalla simplesmente não autorizou que se fizesse.<sup>285</sup>

Portanto, as únicas questões relativas a Perus em torno das quais o Governo João Goulart assumiu compromisso realmente *público* (ou seja, diante da imprensa ou por escrito),<sup>286</sup> dependiam ou da concordância de Abdalla (que não quis); ou do Governo de São Paulo que deveria manifestar intenção de querer financiamento federal para a encampação da Companhia de Cimento, mas também não se pronunciou de forma pública e oficial. E que empenho se poderia esperar de um governo que, na frente de repórteres, deixara entender que considerava *a desapropriação da Companhia de Cimento uma injustiça eventualmente maior do que aquela que Abdalla infringira aos seus trabalhadores?* Jango não ficaria como boa recordação nos registros dos “queixadas”. Mas, de que promessa descumprida se poderia legitimamente criticá-lo se, do encontro em Catanduva, sequer foi feita uma foto para publicação em jornais ou para registro em arquivo ao contrário de, por exemplo, Franco Montoro?

---

<sup>285</sup> Ver pp. 240-242 desta dissertação.

<sup>286</sup> O possível envio de tropas federais para proteger os grevistas - ainda que tenha sido realmente discutido e acertado entre o Dr. Mario e o Presidente – restringiu-se a uma conversa particular cujos termos não foram confirmados por fonte devidamente credenciada por Goulart.



O deputado André Franco Montoro solidário aos sindicalistas de Perus, em reunião na sede da FNT no dia 26.05.1962. Dr. Mario Carvalho de Jesus está à esquerda do deputado. À sua direita, de braços cruzados, o Padre Bianchi.  
AEL-MCJ, Fotografias Série 10.<sup>287</sup>

## 6.8. Os “queixadas” entram em greve de fome

Caracterizado o fracasso das gestões junto ao Governo Federal por volta do dia 25 de outubro, daí para diante os contatos com o Governo do Estado relatados pela imprensa também se tornaram pouco freqüentes e sem resultados expressivos no restante de outubro e ao longo de todo o mês seguinte.

Novembro foi um mês em que as lideranças “queixadas” tiveram que desviar suas energias para as tentativas de desalojá-los do sindicato. Em outubro, houvera eleições, e uma chapa “pelega” fora facilmente derrotada. Maiores obstáculos foram os criados

---

<sup>287</sup> A data do evento está assinalada em Jesus, Mario Carvalho de. *“Perus”: os “queixadas” resistem às artimanhas do Grupo Chohfi-Abdalla em Cajamar*. São Paulo, SP: edição por diversas entidades, 1983, pg. 54.

pela Delegacia Regional do Trabalho que se recusou a receber as urnas - deixando-as sob guarda do *Ultima Hora* – e, depois da apuração, propôs intervenção ao Ministro do Trabalho. A Força Pública ingressou na história invadindo a sede do sindicato. Nada disso impediu que os “capitães da greve” acabassem vitoriosos em uma nova eleição e que o prédio central da entidade fosse retomado das tropas policiais em meados de novembro.<sup>288</sup>

No “Dia da Bandeira de 1962” (19 de novembro), o sindicato e a FNT trouxeram a público um volante significativamente intitulado “Direito a uma solução” que retratava a quebra de continuidade das discussões a respeito de Perus nas esferas estadual e federal de governo e trazia uma questão bastante pertinente: “quem terá coragem de enfrentar o mau patrão?”<sup>289</sup>

Em 26.11, uma comissão de grevistas foi recebida em Porto Alegre pelo Governador Leonel Brizola que prometeu realizar gestões junto ao Governo Federal para que a Companhia de Cimento fosse desapropriada de acordo com os estudos realizados pelo BNDE. Brizola também se comprometeu a doar um caminhão de arroz e a transportar para Perus todos os gêneros que a comissão arrecadasse junto ao povo gaúcho (o Bispo Auxiliar da capital autorizara a JOC e a Ação Católica Operária a angariar alimentos para as famílias que participavam da “greve justa”). No dia 28.11, os sindicalistas contataram o deputado federal Almino Afonso, líder do PTB (partido de João Goulart) na Câmara Federal, para que também tomasse medidas para que os estudos do BNDE sobre Perus tivessem conseqüências efetivas. Em 30.11, o deputado visitou os líderes dos trabalhadores em greve, comprometendo-se a atuar conforme solicitado.<sup>290</sup>

---

<sup>288</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 17.11.62, pg. 07.

<sup>289</sup> Documento preservado no *Processo 61/63 do TRT de São Paulo*. Esse expediente foi localizado pela historiadora Larissa Rosa Correa (doutoranda pela UNICAMP) em suas pesquisas no Arquivo do TRT paulistano. Cópia digital do mesmo foi gentilmente cedida para esta dissertação.

<sup>290</sup> *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 27.11.62, pg. 11; 28.11, pg. 11 e 01.12, pg. 09.

A quebra de continuidade dos contatos acerca da encampação da Companhia com o Governo do Estado ficou definitivamente caracterizada num ofício ao sindicato de Perus sem data (mas com anotação manuscrita que indica a época: novembro de 1962). O Secretário de Justiça e Negócios do Interior, Justino Maria Pinheiro, afirma no documento que a divisão de governo da qual ele era titular tinha sido designada pelo Governador para funcionar como órgão intercessor visando “obter um acordo justo e honroso entre as partes em dissídio”. Para que este trabalho (que já estava sendo feito) pudesse prosseguir

Desejamos contar com a boa vontade tanto da empresa como dos empregados, cada parte fazendo concessões nas suas pretensões. Fazemos, por isso, um apelo aos inte-ressados para que permaneçam em atitude pacífica e de respeito às autoridades, por-que somente em um clima de ordem será possível realizar o que é desejo geral, isto é, a pacificação, de acordo com o interesse das partes.<sup>291</sup>

Não foram localizadas alusões claras a tal posicionamento no noticiário. De qualquer forma, iniciativas importantes voltaram a realizar-se com freqüência a partir da virada de novembro para dezembro. No dia 28.11, o Diretório Regional Partido Democrata Cristão de São Paulo deliberou apoio aos grevistas de Perus, encarregando um grupo de parlamentares recém eleitos de levar o assunto ao Governador Carvalho Pinto. No dia 1º de dezembro, um sábado, *Ultima Hora* informou que, em razão do “descaso” a que tinham sido relegados pelas autoridades, os grevistas decidiram destacar voluntários para que realizassem uma greve de fome em frente ao Palácio dos Campos Elíseos. A manifestação deveria começar na terça ou na quarta-feira seguintes, dias 04 ou 05. No dia 02.12, domingo, *O Estado de S. Paulo* noticiou que parecer do Departamento Jurídico do Estado encaminhado ao Secretário havia desaconselhado a desapropriação da Companhia Perus, em razão de<sup>292</sup>

---

<sup>291</sup> Ofício preservado na Caixa “*Greve de 1962 e 1969*”, pasta “*Correspondência*”.

<sup>292</sup> *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 29.11.1962, pg. 19 e 02.12.62, pg. 24. *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 01.12.62, pg. 09.

Não se configurar caso de desapropriação por interesse social, à vista da lei federal que regula o assunto. Quanto à desapropriação por interesse público, com o objetivo de exploração das minas e jazidas de que a empresa é concessionária, os estudos realizados não permitem caracterizar essa utilidade pública, razão pela qual - conclui - torna-se desaconselhável a medida, inclusive pelos riscos patentes de invalidação judicial.

Em resposta, um grupo de grevistas compareceu ao Palácio dos Campos Elíseos na segunda-feira, 03.12, onde foram recebidos pelo Chefe da Casa Civil, com quem deixaram ofício pedindo atendimento de suas reivindicações. Feito isso, instalaram-se às 15h00 na frente do Palácio, de onde foram presos e retirados com violência pelo DOPS por volta da meia-noite.<sup>293</sup> Na manhã do dia 05, o Governador Carvalho Pinto recebeu a comissão de parlamentares do PDC, composta por Franco Montoro, Plínio de Arruda Sampaio (recém eleito deputado federal), Joaquim Monteiro de Carvalho, Secretário de Finanças da cidade de São Paulo, e pelo vereador Moraes Neto. Segundo *O Estado de S. Paulo*, ante a comissão e os secretários de Justiça, Fazenda e Segurança, o Governador discorreu sobre as medidas adotadas ao longo do movimento grevista e ressaltou a absoluta impossibilidade de desapropriar a “Perus”, apoiando-se em pareceres do Departamento Jurídico do Estado; situação que explicaria diretamente aos grevistas.

A mesma matéria registra uma Via Sacra realizada pelos “queixadas” pelas ruas de São Paulo na tarde do mesmo dia. Dr. Mario declarou, então, aos jornalistas que tinha obtido um *habeas corpus* que permitia a retomada da greve de fome em frente aos Campos Elíseos. No entanto, em razão de recomendação do Governador e da reunião por este marcada, as manifestações tinham sido transferidas para Perus e Cajamar.<sup>294</sup> O novo encontro dos grevistas com Carvalho Pinto foi assim descrito por *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 08 de dezembro:

---

<sup>293</sup> *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 04.12.62, pg. 18, 05.12.62, pg. 13. *Ultima Hora*, 04.12.62, pg. 11.

<sup>294</sup> *O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 06.12.62, pg. 18.

O Governador Carvalho Pinto recebeu ontem, pela manhã, em seu gabinete, uma comissão de representantes dos trabalhadores da fábrica de cimento Perus. O advogado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, Sr. Mario de Jesus, comunicou ao Chefe do Executivo o propósito dos operários não retornarem ao trabalho, solicitando os seus ofícios junto ao proprietário da empresa a fim de que sejam os trabalhadores indenizados do que lhes é devido.

Acentuou o Sr. Mario de Jesus que os grevistas não encontram mais ambiente favorável de trabalho com os que permaneceram em seus postos, assim como com a direção da empresa e o pessoal do escritório. Dessa forma, concordavam com a indenização, desde que paga integralmente e dentro daquilo que a lei lhes faculta.

Por seu turno, o Governador discorreu sobre os esforços da administração para resolver as pendências trabalhistas e, exemplificando, mencionou que ocorreram cerca de dois mil movimentos grevistas em seu governo e que foram resolvidos harmoniosamente. No caso dos trabalhadores da Perus, com a sinceridade que sempre usou, disse o Governador que a matéria fugiu à sua competência, afeta que está aos órgãos federais da Justiça do Trabalho.

Não obstante – prosseguiu – o governo, desde o início do movimento, determinou aos Secretários da Justiça e do Trabalho que fizessem todas as gestões de sua alçada, que é limitada, para o encontro de uma solução satisfatória. Essas gestões prosseguem já sem qualquer interferência do governo, naturalmente, nas atribuições da Justiça e do Ministério do Trabalho que são os órgãos competentes para a solução definitiva da pendência.

#### Nota dos trabalhadores

Em nota do presidente e do advogado do Sindicato, se consigna que “os empregados se mostraram dispostos a receber a indenização integral, acompanhada dos dias de greve, tudo com aumento de 60% a partir de 1º de outubro, bem como o abono de Natal e o aviso prévio. O Sr. Secretário da Justiça, encarregado da mediação, ficou de entrar em contato com o empregador”.

Informa ainda a nota que os trabalhadores hoje “esperam avistar-se com o Presidente João Goulart para saber do andamento dos estudos que mandou proceder a respeito da



desapropriação da 'Perus' em 03.10.62, em despacho em que qualifica a greve dos trabalhadores de 'justa'".<sup>295</sup>

Exceto pela nota dos operários, *O Estado* repetiu os termos essenciais do mesmo texto publicado neste dia no *Diário Oficial*, pp. 01-02. *Ultima Hora* nada noticiou a respeito da reunião. Outros detalhes constam dos registros policiais do evento, nos quais ficou anotado que “aguardando uma definição, os grevistas se postarão numa praça pública, dia e noite (o fato não se daria em frente ao Palácio do Governo devido à sensibilidade do Chefe do Executivo)”.<sup>296</sup> Ou seja, mesmo com Carvalho Pinto tendo rejeitado sua bandeira fundamental, colocando-os face à iminência da derrota, os sindicalistas de Perus preocupavam-se em dimensionar cautelosamente as atitudes que tomariam em relação ao Governador.

O comedimento e a correção dos grevistas no episódio provavelmente contribuíram para que sobre a figura de Carvalho Pinto recaísse julgamento bastante negativo por uma significativa parcela da opinião pública paulista, como é cabível inferir a partir matérias publicadas nas primeiras páginas das edições do *Diário Oficial* de 19 e 22 de dezembro daquele ano, e em 05 de janeiro de 1963.

Na primeira, é reproduzido um comunicado da Secretaria de Justiça na qual se diz enfaticamente que não tinham qualquer fundamento recentes notícias republicadas na imprensa acerca da “*omissão do Governo do Estado e sua ação em favor do empregador*” no caso de Perus. O texto segue insistindo que, ao contrário disso, “o governo não se tem mostrado alheio ao litígio”, embora este fosse da competência da Justiça Trabalhista, não do Estado.<sup>297</sup> Tanto assim que a Secretaria de Justiça, em colaboração com a Delegacia Regional do Trabalho, já tinha identificado um ponto

---

<sup>295</sup> Idem, 08.12.62, pg. 10. Não foram achados registros de alguma audiência do Presidente Goulart com os grevistas realizada posteriormente a esta data. Portanto, as gestões junto à esfera federal em prol da desapropriação - ao que tudo indica - também se encerraram em definitivo nesta altura da greve.

<sup>296</sup> Acervo do DOPS, *Dossiê Mario Carvalho de Jesus*, relatório de 07.12.1962.

<sup>297</sup> É evidente que - se assim realmente fosse - o Governador deveria ter-se negado a discutir a encampação tão logo recebeu pedido nesse sentido, passando então a considerar se deveria ou não intermediar uma solução negociada.

comum em torno do qual acreditava que seria possível um acordo entre as partes envolvidas. E acrescenta:

De outro lado, é inteiramente infundada e injusta a alegação de que o Governo teria agido com parcialidade. Depois de ter contribuído para resolver amigavelmente inúmeros dissídios e greves, com alto espírito de justiça e no sentido de estabelecer a necessária harmonia entre empregadores e empregados, não seria nesse caso que o Governo faltaria aos ditames que se impõem para a justa solução dos problemas sociais.

Para o caso de Perus, no entanto, o restante do texto não aponta fatos ou ações que sustentassem a rejeição da segunda crítica, de forma que a narrativa aproxima-se mais de admiti-la do que de refutá-la.

Na matéria subsequente, o Secretário de Justiça procura acompanhar a vertente de raciocínio do comunicado anterior ao dizer que a tentativa de intermediação decorria de “altos propósitos de mediação [do governo], uma vez que não lhe cumpria intervir em assunto afeto ao órgão judiciário competente”.<sup>298</sup> A novidade apresentada é que o governo propusera às partes aquilo que considerava a “solução ideal”: o retorno dos trabalhadores com pagamento de uma indenização, a título de auxílio, segundo o tempo de serviço de cada um e de acordo com determinados limites.<sup>299</sup>

---

<sup>298</sup> Contradição insanável no nível do discurso, pois, acompanhando o sentido estrito destas palavras, deveríamos concluir que a procura de “soluções amigáveis” para os conflitos trabalhistas (que o Governo Carvalho Pinto dissera que buscara durante a sua gestão) era uma intromissão sistemática em esfera que não era de sua competência institucional.

<sup>299</sup> O encaminhamento descrito no *Diário Oficial* para a questão de Perus é confirmado pelos registros do AEL-MCJ, pasta “Correspondência” da Caixa “Greves de 1962 e 1967”. No dia 11 de dezembro, o sindicato encaminhara ofício à DRT apresentando as condições para a solução da greve nos dois cenários propostos (reintegração ao trabalho ou indenização). Dez dias depois, 21.12, ofício do Secretário de Justiça informava ao sindicato a posição de Abdalla que: (1) considerava a readmissão impossível e (2) estabelecia uma escala de valores a título de “auxílio” que concederia aos demitidos. Ressaltando que não possível obter melhor proposta, o Secretário solicitava posicionamento acerca dessa proposição patronal. Nesse ínterim, *Ultima Hora* (Arquivo do Estado) registrou em 14.12 (pg. 11) o comparecimento de José João Abdalla à DRT para se inteirar da proposta do sindicato. No dia 27, pg. 02, foi noticiada recusa dos grevistas em aceitar a abdicação dos direitos dos operários estáveis, com pagamento de 300 mil cruzeiros para estes trabalhadores e de nenhuma indenização para os demais. A edição de 28.12 (Arquivo do Estado), pg. 02, menciona a rejeição de proposta anterior apresentada pelo “mau patrão” por intermédio do Secretário de Justiça.

Em 05 de janeiro de 1963, o Secretário da Justiça avisa que comunicara por escrito ao Governador que não fora possível fechar um acordo nem na base do retorno dos trabalhadores ao serviço, nem em termos de indenização. Diante disso, o sindicato de Perus propusera a fundação de uma “comunidade do trabalho” nos moldes da Unilabor que incorporaria os operários até que a pendência judicial junto a Abdalla fosse resolvida. Para se poder julgar a viabilidade da proposição, o Governador do Estado dera um despacho com base no qual foi constituída uma comissão formada por Mario Carvalho de Jesus, Frei João Batista dos Santos (fundador da Unilabor) e por Oscar Barreto Filho, professor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e eminente especialista em Direito Comercial.

Enquanto seguiam essas articulações, desde o dia 14 de dezembro, um grupo de “queixadas” estava postado no Largo São Francisco em greve de fome. Houve parada apenas para as comemorações sacras de Natal.



Quarto dia sem se alimentar. *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 17.12.1962, pg. 01.



Crucifixo mantido no Largo São Francisco durante a greve de fome. *Última Hora*, Arquivo do Estado, 19.12.1962, pg. 10.

Repetia-se em escala maior, na cidade de São Paulo, a comoção social provocada em Santos pela greve de fome dos estivadores não sindicalizados no mês anterior, com as mesmas cenas trágicas de definhamento, desmaios e condução apressada de operários em situação mais grave para atendimento médico. Da experiência de Santos (não aludida pelos “queixadas” em momento nenhum) aparentemente foi deduzida a necessidade de promover revezamento entre os participantes do suplício do Largo São Francisco, ao invés de todos se postarem por tempo indeterminado em jejum, como fizeram os portuários. Assim, depois de jejuar até o ponto em que a continuação da própria vida ficava em xeque, os grevistas saíam para se recuperar. Feito isso, tomavam de volta o lugar dos companheiros que os tinham substituído.



Estudante solidariza-se com o movimento diante da barraca da greve de fome. Dezembro de 1962. Jesus et alii, 1977, pg. 69.

Um poema de autoria desconhecida, deixado na barraca da greve de fome, iria se tornar um texto clássico das lutas de Perus:

#### MENSAGEM DE FOGO DOS 'QUEIXADAS'

Somos 1.200 vagabundos de Deus.  
A fome dá energias desconhecidas.  
A face do filho na soleira do lar,  
À espera do leite, do pão e do carinho,  
Nos dá uma força de vendaval.  
A mão do milionário roubou nosso sossego.  
O Carpinteiro nosso irmão  
Sentiu há dois mil anos  
O peso do mesmo punho de ferro.  
Os poderosos tão fortes e impiedosos  
São frágeis ante o olhar altivo da história.  
Nossos mortos são sementes mortas.  
Aqueles sementes bíblicas que frutificam.  
Nosso clamor, nossa angústia,  
São como ondas inúteis,  
Batendo nos rochedos palacianos.  
E nós, 'Queixadas' da 'Perus',  
Dos mais humildes trabalhadores da Nação,  
Deixamos nossa mensagem.  
De fé e de certeza. Limpa e serena.  
Em torno do Cristo vivo, batalharemos.<sup>300</sup>

<sup>300</sup> Há cópia desse documento na sede do sindicato, em Perus.

A presença permanente da cruz e a menção ao “irmão carpinteiro” de dois mil anos atrás são inequívocas: os trabalhadores reviviam o sofrimento do Cristo martirizado tanto pela condição social (pobre e operário) quanto pelo enfrentamento do “punho de ferro” dos poderosos que se “fragilizam” defronte à História materializada nos testemunhos de fé dos supliciados:

No jejum, o participante pacientemente espera e ora para que o causador do jejum – empregador ou autoridade – reveja a sua posição de iniquidade e se liberte dos demônios que o cercam.<sup>301</sup>

## 6.9. O desfecho

Focando estritamente pelo ponto de vista da funcionalidade política,<sup>302</sup> é patente que a greve de fome foi uma resposta muito oportuna a alguns problemas concretos que o movimento estava enfrentando.

Havia o desgaste das famílias operárias produzido pelo comprometimento de suas condições de sobrevivência advindo de meses em greve. Existia a deterioração, como forma de luta, das próprias passeatas de “queixadas”: pelo que é possível entrever na cobertura diária do *Ultima Hora*, essas demonstrações tinham se tornado eventos quase rotineiros, sem grande impacto ainda que cumprissem extenso roteiro pelo Centro de São Paulo. Além disso, em dezembro, as faculdades estavam em fechamento das atividades anuais, e delas certamente não seria realista esperar que ainda produzissem fatos políticos de repercussão apreciável.

---

<sup>301</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 70, nota 14.

<sup>302</sup> Ou seja, deixando fora de consideração tudo que diga respeito à autenticidade das convicções de fé dos grevistas.

Tudo foi devidamente maximizado pela greve de fome que:

- (a) Requeria um número pequeno de ativistas para sua execução;
- (b) Era uma novidade no cenário paulista que apelava de modo muito forte para os bons sentimentos de qualquer pessoa, para além de questões de ordem eminentemente política;
- (c) Colocava à prova o cerne da política praticada por Carvalho Pinto. Um governante que, nos derradeiros dias de mandato, fazia questão de estampar no *Diário Oficial* que a administração que presidia priorizara os “valores cristãos”.<sup>303</sup>

Seja por estas, seja por outra razão, o problema de Perus surgiu em conversas do Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Motta, com Carvalho Pinto nos primeiros dias de 1963. De acordo com a imprensa, o Governador confidenciara ao Cardeal sua “justa preocupação e magnânima iniciativa em busca de uma solução para a tão prolongada greve em Perus”. No dia 06.01, D. Motta dirigiu um *Apelo Pastoral* a Abdalla e aos “queixadas” para que novamente tentassem uma “conciliação cristã e patriótica” sob a mediação do Governador.<sup>304</sup>

No dia 08 de janeiro, o *Diário da Noite* noticiava o ingresso na cena da greve de Luiz Menossi, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Imobiliário (à qual o sindicato dos “queixadas” era filiado). Menossi era ministro classista no Tribunal Superior do Trabalho e ativo membro do “Movimento Sindical Democrático”. Segundo o texto jornalístico, Menossi recebera delegação de poderes do Dr. Mario Carvalho de Jesus (que o procurara) para que fizesse gestões visando alcançar uma solução em Perus. O Ministro afirmou que buscava uma solução que contemplasse tanto os operários da Companhia que estavam trabalhando como os que

---

<sup>303</sup> *Meu Governo foi sempre atento à preservação dos valores cristãos. Diário Oficial do Estado*, 01.01.1963, pg. 01.

<sup>304</sup> *Cardeal faz apelo: harmonia na Perus. Última Hora*, 07.01.1963. AEL-MCJ, “Recortes de Jornal”.

tinham permanecido em greve. Uma de suas primeiras iniciativas foi declarar que o Governo do Estado poderia colaborar através de empréstimo do Banco do Estado de S. Paulo para Abdalla, medida que lhe propiciaria meios para bancar um acordo com os trabalhadores. O Ministro também explicou que a Federação não agira anteriormente porque, em princípio, quem deveria intervir na questão era o próprio sindicato de Perus.

305

No dia 09.01, à tarde, foi realizada uma mesa redonda na DRT a pedido de Menossi, com a presença do advogado da Companhia, Dr. Negreiros, do Dr. Mario Carvalho de Jesus, do professor Cesarino Junior e Sebastião Fernandes Cruz, vice-presidente do sindicato. A reunião foi interrompida para que ambos os lados fizessem consultas em particular a seus pares. Retomados os trabalhos, Menossi e Mario Carvalho de Jesus declararam que se estabelecera tal clima de concórdia que era preciso mais tempo para conversações. Por conta disso, ficou acertada nova reunião para dia 15 subsequente. Conforme a ata, o representante do sindicato credenciou, nesta altura, Luis Menossi para que entrasse em entendimentos com a empresa com base numa pauta de reivindicações discutida nesta reunião. A reportagem do *Ultima Hora* que relata esta reunião também registra que, no mesmo dia, os “queixadas” anunciaram a suspensão da greve de fome como prova de confiança na disposição do governo do Estado de resolver o litígio. Dr. Mario declarou que o Governador deixara claras suas intenções por intermédio das iniciativas do Secretário de Justiça. A solução poderia ocorrer pela via de um empréstimo bancário à Companhia para pagamento das indenizações por demissão que já atingiam a casa de meio bilhão de cruzeiros. Também poderia ocorrer pelo apoio técnico e financeiro à criação das cooperativas operárias.<sup>306</sup>

Quinze anos depois, em 1977, Dr. Mario descreveu o desfecho da greve de fome de uma forma totalmente diferente. Nada fala das discussões acerca da “comunidade do

---

<sup>305</sup> *Viabilidade de solução: o caso dos trabalhadores da “Perus”*. AEL-MCJ, “Recortes de Jornal”.

<sup>306</sup> *Ata de Reunião, 09.01.1963. Processo 61/63 do TRT de São Paulo*. Ver também “Queixadas” suspendem greve de fome como prova de confiança no governo. *Ultima Hora*, 10.01.1963. AEL-MCJ, “Recortes de Jornal”.



trabalho”, afirmando que, no começo de janeiro, o Tribunal de Justiça suspendera o *habeas corpus* que garantia a permanência dos grevistas no Largo São Francisco. “A polícia, então, ao menos teve a delicadeza de nos pedir para terminarmos o ato público de fé. Não utilizou a violência”.<sup>307</sup>

No dia 12 de janeiro, a comissão de estudos da “comunidade do trabalho” entregou os resultados finais ao Secretário de Justiça. O projeto baseava-se nos princípios da encíclica “*Mater et Magistra*”. A Unilabor, tomada como experiência referencial, foi apresentada como caso particular de uma fórmula que já fora colocada em prática (com sucesso) em diversos países como solução para os conflitos entre o capital e o trabalho. Seriam empregados os 1.100 trabalhadores em greve de Perus, dos quais cerca de metade era de profissionais qualificados. Propunha-se a criação de dez cooperativas nos ramos de construção civil, produção agrícola, serralheria, oficinas mecânicas, carpintaria, olaria, fundição e oficina elétrica, dentre outras modalidades (poderia haver mais de uma por segmento). A fundação poderia ocorrer de imediato, pois a subscrição de um capital simbólico seria suficiente para que as cooperativas adquirissem personalidade jurídica. Os apetrechos imprescindíveis ao trabalho dos cooperados deveriam ser adquiridos por meio de empréstimo garantido por penhor industrial, ou conforme outro procedimento indicado pelos técnicos do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (órgão do governo federal).<sup>308</sup>

Em 15 de janeiro, o *Correio Paulistano* informava que o processo das “comunidades do trabalho” estava nas mãos do Governador para que ele tomasse decisão. Não foi achado nenhum texto jornalístico ou documento produzido pelo movimento operário de Perus que registre o que o Carvalho Pinto fez daí em diante. Parece evidente que o Governador limitou-se a engavetar o pedido sem trazer o assunto a público. Para esta atitude, são pertinentes duas explicações básicas:

---

<sup>307</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 71.

<sup>308</sup> Perus: estudos sobre comunidade do trabalho. O Estado de S. Paulo, 13.01.1963, pg. 11. AEL-MCJ, “Recortes de Jornal”.

- Não é redundante lembrar que o Governo Estadual recentemente tivera que administrar as repercussões negativas das decisões que tomara acerca da questão de Perus em 1962. Deste modo, para o caso de estar propenso a recusar o pedido, o Governador talvez não quisesse originar um fato político cujas conseqüências provavelmente tomariam parte do precioso tempo que lhe restava de mandato (sairia em 30 de janeiro). Carvalho Pinto encerrava seu governo prestigiado: o Presidente Goulart já o havia convidado para o Ministério da Fazenda; reuniões em sua homenagem estavam acontecendo em vários pontos do Estado. Por que tumultuar essa agenda? <sup>309</sup>
- Outra ordem de considerações que possivelmente pesou na decisão do Governador foi o fato (trazido para o conhecimento público pelo *Ultima Hora*) de que, justamente naqueles dias, vislumbrara-se uma nova possibilidade de acordo dos grevistas com Abdalla. Aliás, o governo estava sendo demandado de modo diferente naquele momento, pois também se tornara fato público que o empresário pretendia obter empréstimo do Governo do Estado para bancar uma solução com os paredistas.

Não estava claro, portanto, que a pendência deveria ser obrigatoriamente resolvida pelo apoio do Estado à formação das “comunidades do trabalho”, de forma que se tornara compreensível e razoável que o Governador decidisse permanecer à espera do avanço dos acontecimentos.

Na mesa redonda do dia 15, Luiz Menossi leu para os presentes um ofício a ele endereçado por Abdalla, datado de 14 de janeiro, em que apresentava sete pontos para firmar acordo com os operários. O Ministro também expôs as linhas gerais das tratativas que Abdalla vinha mantendo junto ao Banco do Estado de S. Paulo para

---

<sup>309</sup> *Comunidade Operária na Perus: Carvalho Pinto vai decidir. Correio Paulistano*, Arquivo do Estado, 15.01.1963, pg. 10. Foram conferidas todas as edições deste jornal e de *O Estado de S. Paulo* em janeiro de 1963 no Arquivo do Estado. O volume correspondente a este mês da coleção do *Ultima Hora*, preservada na mesma instituição, não estava disponível para consulta.

conseguir uma “certa importância” que seria repassada aos trabalhadores que não retornassem ao serviço. As consignas de Abdalla eram:

1. Concessão de aumento de 60% sobre os salários vigentes em 30.10.1961 a todos os “nossos empregados”;
2. Restituição aos trabalhadores dos 5% para Casa Própria descontados em folha de pagamento;
3. Pagamento pelos ganhos de produtividade apurados a partir de 1º de outubro de 1961;
4. Pagamento de adicional de insalubridade, uma vez que seja apontada pela fiscalização do Ministério do Trabalho;
5. Vigência retroativa do novo acordo de 01.11.1962 a 30.09.1963;
6. Pagamento das diferenças do aumento salarial nas folhas de pagamento ordinárias de fevereiro a maio de 1963;
7. “A empresa verificará, em suas seções, a situação da mão-de-obra, aproveitando a seu critério empregados que abandonaram o trabalho”.

Tomando a palavra, o Dr. Mario Carvalho de Jesus manifestou contentamento pelo início da mediação realizada por Menossi, pois, pela primeira vez, reivindicações da paralisação eram reconhecidas pelo empregador. No entanto, o principal ponto da greve – retorno ao serviço ou pagamento das indenizações por demissão – não tinha sido tratado. Prosseguindo, pôs em questão o item 07: os grevistas não tinham abandonado seus empregos, mas aguardavam decisão do TST em dissídio coletivo

provocado pela paralisação que promoviam. Nessas condições, o sindicato pedia 48 horas para definição de posição em assembléia.

Ainda no dia 15, no período da noite, Menossi, o Delegado Regional do Trabalho e dois deputados da Frente Parlamentar Nacionalista (Francisco Lage e Adão Nunes) participaram de concorrida assembléia na sede do sindicato de Perus durante a qual foi rejeitada a cláusula 07, aceitando-se os demais pontos. No dia seguinte, 16 de janeiro, os trabalhadores que estavam em serviço realizaram assembléia específica. Segundo o *Diário da Noite*,

Reuniram-se ontem no refeitório da Fábrica de Cimento 'Perus' os operários da empresa que retornaram ao trabalho (cerca de 300), a fim de discutir a contraproposta do empregador. Esta estabelece um reajustamento de 60%, com compensação, devolução das importâncias descontadas para efeito de construção da casa própria, pagamento do adicional de insalubridade, etc. A contraproposta, porém, inclui um item (7º) prejudicial aos grevistas. A assembléia aceitou a contraproposta patronal, excluindo este último item. Anteriormente, os operários ainda em greve haviam tomado a mesa atitude.

À reunião de ontem, estiveram presentes os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, padre Francisco Lage e Adão Nunes, bem como o Sr Luiz Menossi (ao centro), presidente da Federação da categoria profissional, que aparecem na foto [abaixo]. Tanto a assembléia dos grevistas como a dos não-grevistas autorizou aqueles parlamentares e o Sr. Luiz Menossi a prosseguirem nos entendimentos com o Sr. J. J. Abdalla.



Luiz Menossi com deputados nacionalistas na assembléia dos “pelegos” de 16.01 em Perus.  
*Diário da Noite*, 17.01.1963. AEL-MCJ, “Recortes de Jornal”

No dia 17, o sindicato oficiou à DRT solicitando uma nova mesa redonda para obter esclarecimentos sobre o item 07 de Abdalla, reafirmando as considerações do Dr. Mário Carvalho de Jesus, já reproduzidas.

Fica patente, deste modo, que - na esfera da política pública – estabelecera-se um clima de reconciliação entre “queixadas” e “pelegos” que confluíram para um mesmo posicionamento, tal como ocorrera durante as conversações realizadas em outubro de 1962 na sede do Ministério do Trabalho.

Entretanto, fora do campo de visão das duas assembléias, no dia 18 de janeiro, Luiz Menossi assinou novo ofício da Federação a Abdalla a respeito das condições para estabelecimento de acordo da “Cia. Brasileira de Cimento Portland de Perus com seus empregados e demais elementos vinculados a ela”.

Menossi menciona a concordância dos empregados da Companhia em relação a todos os pontos, com exceção do sétimo, para o qual propunha a seguinte redação:

A empresa verificará em suas seções a situação da mão-de-obra, dirimindo as dificuldades que se apresentarem de comum acordo com a Diretoria do sindicato representativo dos empregados.

Em acréscimo, é dito que:

**Os demais itens foram aprovados pela assembléia dos trabalhadores**, como já tivemos oportunidade de fazer ver a V. Excia, verbalmente, não restando, assim, mais nenhum dissídio quanto à situação dos **ditos empregados em serviço**. [grifos meus, ES].

Portanto, os “empregados e demais elementos vinculados à Companhia” resumiam-se aos funcionários que estavam trabalhando, excluídos os “queixadas”.

Em 24 de janeiro, o deputado José João Abdalla assinou resposta a Luiz Menossi na qual manifestava concordância com os pontos apresentados, declarando em vigor o acordo salarial; posicionamento nitidamente relacionado com uma notícia publicada nesse mesmo dia por *O Estado de S. Paulo*: o Ministro declarara aos jornalistas que desistira das tentativas de mediar uma solução em Perus, mencionando colegas sindicalistas que, anteriormente, já o teriam aconselhado a não intervir na questão por causa do acirramento dos ânimos das partes envolvidas. A matéria reproduz as reclamações do Ministro acerca da atitude dos dirigentes “queixadas” que reagiram com muita irritação quando souberam que ele, Menossi, tinha pedido um empréstimo de 200 milhões de cruzeiros ao Banco do Estado de S. Paulo. Ora, as lideranças do sindicato anteriormente tinham explicado a Menossi que seria preciso pelo menos meio bilhão para pagar as indenizações devidas aos grevistas em caso de demissão coletiva. O Ministro não negou tal informação à reportagem; e afirmou que apenas se limitara a fazer aquilo que lhe fora pedido pelo deputado Abdalla. De sua parte, o Delegado Regional do Trabalho declarou que ainda tentaria um acordo.<sup>310</sup>

---

<sup>310</sup> “*Dirigente sindical desiste da mediação na greve da ‘Perus’*”. *O Estado de S. Paulo* Arquivo do Estado, 24.01.1963, pg. 13.

De fato, em 29 de janeiro, a DRT convocou nova mesa redonda entre o sindicato e a empresa para 30.1. No dia seguinte, 31, os acontecimentos desta reunião tornaram-se públicos. João Breno Pinto declarou à imprensa que os sindicalistas passaram a desconfiar de Luiz Menossi a partir do momento em que este viera à mesa redonda acompanhado dos “pelegos” de Perus e que lhe chegara ao conhecimento de que ele fundara um sindicato de forma duvidosa apenas para se manter como dirigente sindical. Dr. Mario Carvalho de Jesus disse em acréscimo que Menossi fez uma ata da assembléia dos “fura-greve” registrando a “aprovação” da proposta de José João Abdalla. Ressalte-se que, neste caso específico, “fez” está claramente empregado no sentido de “forjou”.<sup>311</sup>

No sábado seguinte, 02 de fevereiro, *O Estado de S. Paulo* publicou entrevista de Luiz Menossi na qual é tecida uma série de críticas ao modo como a greve de Perus fora conduzida, chegando este a dizer que o movimento não terminava porque disso dependia a sobrevivência da FNT.<sup>312</sup> A celeuma ocupou páginas dos grandes jornais durante algumas semanas, com grande repercussão nos meios sindicais. Um debate público entre o Dr. Mario e Luiz Menossi chegou a ser marcado, mas acabou não acontecendo.

O exame do *Processo 61/63*, do TRT de São Paulo (2ª Região),<sup>313</sup> permite conferir parte dessas afirmações. Nas atas das mesas redondas de 09 e 15 de janeiro, estão listadas diversas pessoas, mas nenhum “pelego” de Perus. À mesa redonda do dia 30.1, compareceram somente o Dr. Benedito Prado Negreiros, pela Companhia, e João Breno Pinto, assistido pelo Dr. Mario, pelo sindicato. O Delegado Regional do Trabalho, José Walter Loureiro Coimbra, informa que o representante da empresa viera um pouco

---

<sup>311</sup> *Graves acusações a Ministro do Superior Tribunal do Trabalho. O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 31.01. 1963, pg. 10.

<sup>312</sup> *Ata de Reunião, 15.01.1963* e documentos seguintes. *Processo 61/63 do TRT de São Paulo*. Obs.: os números das páginas estão incompreensíveis nesta parte dos autos. Veja também carta do Dr. Mario Carvalho de Jesus a *O Estado de S. Paulo*, datada de 02.02.1963, guardada na Caixa *Greve de 1962 e 1962*, pasta *Correspondência* do AEL-MCJ.

<sup>313</sup> No Estado de S. Paulo, atualmente existem dois Tribunais Regionais do Trabalho: o 2º, sediado na Capital, e o 15º, em Campinas.

mais cedo para dizer que concordava com a remessa do processo à Justiça do Trabalho do jeito que estava. Do lado do sindicato, foi pedido um prazo de 24 horas para juntada de documentos e considerações em face do “acordo” (aspas do texto original) celebrado entre a empresa e a Federação por meio de Menossi. O Delegado deferiu a solicitação.

No processo, consta cópia da ata da assembléia dos “pelegos” realizada em 16 de janeiro. São descritas duas reuniões: uma em Perus, no Restaurante da Fábrica de Cimento, e outra em Cajamar. Na primeira parte, consta a aprovação da proposta de Abdalla, excluído o item 07, “que deveria ficar a cargo de solução entre o sindicato e o patrão”. A seguir, foram nomeados os membros da comissão que assinaria acordo com a empresa: Antonio Pereira Lima, Afonso Correia Santana e Atílio... (ilegível). No trecho correspondente à reunião em Cajamar, consta aprovação da proposta patronal nos mesmos termos, mas somente Menossi aparece indicado para assinar o acordo com a empresa. Mais adiante, Antonio Pereira Lima encabeça uma petição datada de 12 de fevereiro de 1963 em nome dos operários que tinham participado da assembléia do dia 16.1. O documento afirma que estes trabalhadores entendiam-se rompidos com o sindicato, e que tinham decidido encaminhar à Justiça, por meio da Federação, um pedido de dissídio à parte dos grevistas porque o acordo coletivo estava expirado e que a entidade representativa da categoria nada fizera para suprir essa lacuna.

A dissonância disso tudo com a reportagem do *Diário da Noite* a respeito da reunião de 16 de janeiro é flagrante. Portanto, ou houve uma grande encenação nesse dia, ou a documentação subsequente realmente não corresponde ao que fora discutido na ocasião, conforme apontado na época pelo Dr. Mario Carvalho de Jesus.

Em meio ao desgaste gerado pela realização desse debate junto à opinião pública, houve uma tentativa de recorrer ao novo Governador, Adhemar de Barros, para que intermediasse uma solução junto a J. J. Abdalla. O deputado e os sindicalistas foram chamados ao Palácio de Governo. O empregador não teria querido avistar-se com os



trabalhadores e não tinha proposta a oferecer. Dias depois, foram oferecidos 20% das indenizações; proposta que, no entender do Dr. Mario, implicava em subestimar a capacidade de resistência dos grevistas. Por fim, os dirigentes sindicais disseram aos trabalhadores que deveriam procurar outro emprego enquanto prosseguiram os processos na Justiça.<sup>314</sup>

A “greve de 1962”, no sentido adotado por esta dissertação, estava encerrada.

#### **6.10. Mas, enfim, por que a Fábrica de Cimento não foi desapropriada em 1962?**

Qualquer solução para este assunto começa pelos motivos de não ter havido um acordo da empresa com o sindicato no período compreendido entre maio de 1962 e fevereiro de 1963.

A resposta é óbvia. A greve iniciou-se espontaneamente na madrugada de 14 de maio de 1962, antes do prazo final para resposta dado pelos sindicatos coligados a Abdalla, em resposta à ocupação policial da usina de cimento. Não é demais frisar: foi a direção da empresa que desencadeou a greve, não os trabalhadores reunidos em assembléia.

A partir daí, diversas vezes repetiu-se o mesmo enredo: um promissor esboço de acordo era produzido em conversações dos intermediadores com o comando de greve e com a assessoria jurídica da empresa, mas invariavelmente vinha o veto ou uma exigência descabida da parte de Abdalla para que nada resultasse desses esforços.

A própria paralisação e seu prolongamento por tempo indeterminado, portanto, decorreram da vontade implacável de Abdalla de se ver livre dos transtornos que, pela sua ótica, os trabalhadores tinham criado em sua fábrica.

---

<sup>314</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 71.

Numa greve na qual o patrão portou-se como o principal artífice, a seqüência de acontecimentos transparece nitidamente uma diferença fundamental entre as mobilizações operárias de 1958-1961 e a greve de 1962-1963. Nos anos mais recuados, o sindicato mostrara mais discernimento nas ações da cena pública e estava mais bem articulado nos bastidores; em 1962-63, a situação invertera-se: José João Abdalla esteve sempre um passo adiante dos sindicalistas, pois nitidamente fora capaz de aprender com os próprios erros nos embates anteriores.

A segunda parte da resposta diz respeito a porque as “comunidades do trabalho” não foram concretizadas por Carvalho Pinto em janeiro de 1963. Outra obviedade: a intervenção do Ministro Presidente de Federação Luiz Menossi realizada nesta exata época teve o condão de interromper as gestões em prol da criação das cooperativas operárias num momento crítico e de atrair a liderança operária para um jogo que se revelou uma trama de falsidades. Como resultado, a greve de Perus (que assumira a aparência de alguma coisa que nunca se resolveria), sofria o desgaste adicional de se ligar a uma polêmica extremamente desagradável entre as lideranças sindicais, setor que deveria apoiar o movimento, não causar-lhe transtornos graves.

Antes disso, a intervenção policial no “fura-greve” de 21 de agosto não apenas não liquidou a “parede”, como a trouxe para o centro da cena política desencadeando um grande movimento social em prol da encampação liderado por professores de Direito e entidades estudantis universitárias. De maneira semelhante, a recusa de Carvalho Pinto em determinar a desapropriação da Companhia gerou tal reação em diversos segmentos progressistas de sua base política que a cooperativa operária pensada para gerenciar a fábrica expropriada chegou-lhe às mãos no formato do projeto das “comunidades do trabalho”. Em anos anteriores de seu mandato, a violência policial usada contra mobilizações operárias criara condições para que acordos pudessem ser modelados sob sua batuta (não esqueçamos que Carvalho Pinto era um governo que “resolvia greves”). Geralmente eram greves dirigidas por comunistas, corrente política fora do rol de articulações da base política e social do governo paulista; ao passo que,

em Perus, tratava-se de reprimir com brutalidade um setor da classe trabalhadora que se articulava com a hierarquia católica, com os principais líderes da Democracia Cristã de São Paulo e com a JUC, força majoritária no movimento estudantil dentro e fora do Estado. Esta diferença talvez não tenha sido entendida pela equipe de governo enquanto dissabores sérios não foram colhidos.

Nessa perspectiva, a intervenção de Luiz Menossi livrou o Governo do Estado das conseqüências (potencialmente difíceis de administrar) que viriam de uma eventual resposta negativa às “comunidades do trabalho”. Na cobertura noticiosa de janeiro de 1963 realizada por *O Estado de S. Paulo* e pelo *Correio Paulistano*, é patente que, dentre os assuntos a que estava obrigado a responder publicamente, a greve de Perus constituía-se na única questão que ainda incomodava o governo em final de mandato. Com isso resolvido, não havia nada mais que impedisse Carvalho Pinto de focar energias nos passos seguintes de sua carreira política, comparecendo às cerimônias em que seria homenageado e pensando no que faria como Ministro de Estado.

Mas, como Menossi foi alçado à posição estratégica a partir da qual pôde golpear tão eficazmente o movimento de Perus?

Não se pode deixar de frisar que a paralisação estava já bastante fragilizada nas primeiras semanas de 1963. As passeatas de “queixadas” pelas ruas de São Paulo já tinham perdido força em todos os sentidos. Com a greve de fome, as ações mais visíveis do movimento reduziram-se a um pequeno grupo de decididos voluntários, e mesmo estes não poderiam continuar a agir dessa forma a partir do momento em que o *habeas corpus* que lhes permitia jejuar em praça pública foi sido cassado pelo Tribunal de Justiça. Os relatos das dificuldades vivenciadas pelas famílias grevistas indicam que a ajuda material enviada em solidariedade tinha definhado de maneira apreciável. Assim, até mesmo uma iniciativa mal dimensionada, ainda que decidida de boa-fé, poderia trazer resultados muito danosos.

O *Fundo Mario Carvalho de Jesus* tem um dossiê dedicado a Luiz Menossi. Nele é possível encontrar um documento com a síntese do processo DRT-116.820/69 no qual diligências determinadas pelo Delegado Regional do Trabalho, a pedido de 08 sindicatos, teriam permitido demonstrar o estranho modo como Luiz Menossi teria continuado na Federação depois que de sua derrota, em 1959, nas eleições para o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Menossi teria conseguido emprego numa empresa fabricante de pincéis, com data retroativa (informação que aparece confirmada pela própria companhia) para cumprir o prazo de dois anos de serviço numa categoria profissional exigido por lei como condição para se tornar dirigente sindical. Em seguida, foi constituída uma associação profissional que, mais à frente, converteu-se no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Escovas e Pincéis. Essa manobra teria sido viabilizada pela complacência da autoridade competente, à época, para coibir essa espécie de abuso. A mesma documentação mostra que o Dr. Mario tornou-se advogado dos sindicatos que faziam oposição a Luiz Menossi dentro da Federação. O mais grave caso registrado diz respeito a denúncias de corrupção relacionadas à construção da colônia de férias em Mongaguá, sul do litoral paulista, que levaram o sindicato de Perus a se desfiliar da entidade federativa.<sup>315</sup>

Não cabe ao presente estudo discutir os méritos dessas acusações. Não há base documental para pôr em debate as motivações da conduta no mínimo desastrosa de Menossi em janeiro de 1963 e, na verdade, nada disso é realmente importante, pois o problema real estava no sindicato de Perus: nessa exata época, já não existiam elementos relevantes que, pela perspectiva do Dr. Mario e de seus companheiros, tornariam desaconselhável a convocação de uma figura envolta no tipo de polêmica assinalado para um papel tão importante?

A resposta é “sim”. Em agosto de 1958, *Ultima Hora* publicou matéria a respeito da discussão provocada por Menossi quando acusou Salvador Losacco de interferência

---

<sup>315</sup> *Esclarecimentos sobre o gracioso vínculo empregatício do Sr. Luiz Menossi* e registros seguintes do Dossiê destinado ao Presidente Ministro no AEL-MCJ.

indevida na eleição do sindicato dos trabalhadores da construção civil (a entidade, segundo o relato acima, da qual Menossi seria apeado em 1959). Como resposta, Losacco afirmou que:

Desejo fazer um desafio ao Sr. Luiz Menossi. Primeiro, declaro que não sou profissional do sindicalismo. Sou presidente da Federação dos Bancários de São Paulo e do Paraná, sou vice-presidente da Federação Nacional dos Bancários, sou presidente do Pacto de Unidade Intersindical, fui presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. Apesar de acumular todos esses cargos, SOU LIGADO À PRODUÇÃO, não sou profissional do sindicalismo. Exerço os mandatos que os bancários e os trabalhadores me deram; no entanto, trabalho diariamente no Banco do Brasil. Meu desafio ao Menossi não é para que ele faça o mesmo, trabalhando como operário na construção civil. Meu desafio é outro: quero ver se o Sr. Menossi, deixando de ser eleito para qualquer cargo de representação sindical e para a Justiça do Trabalho, quero ver se ele, nessas condições, volta para a condição de pedreiro da construção civil. (...) Duvido que Menossi iria ganhar o salário de fome dos operários da construção civil. Menossi está acostumado a levar alto padrão de vida baseado em vencimentos dez ou quinze vezes maiores que o salário mínimo. [tipos garrafais no texto original] <sup>316</sup>

Trocas de acusações como estas tendem a gerar ou realimentar ressentimentos e discussões amargas que não caem facilmente no esquecimento, principalmente porque, no caso em consideração, eram expressões de disputas de grande fôlego que resultariam na formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Movimento Sindical Democrático, a grande congregação dos “pelegos” <sup>317</sup> daqueles anos. Portanto, ainda que por acaso nenhum dos dirigentes sindicais, advogados ou ativistas próximos tenha lido essa matéria em particular (ou a declaração anterior de Menossi nela mencionada), não é admissível pensar que os sindicalistas de Perus não tenham tomado conhecimento, em 1958-1959, de altercações tão sérias entre os presidentes

---

<sup>316</sup> Losacco a Menossi: “não faça do sindicalismo rendosa profissão”. *Ultima Hora*, Arquivo do Estado, 06.08.1958, pg. 12.

<sup>317</sup> “Pelego” no sentido mais corriqueiro de dirigente sindical “moderado”, tendente a se afinar menos com os interesses dos trabalhadores que representa, mais com os dos patrões.

de sua própria Federação e do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), principal agrupamento de sindicatos do Estado.

Também seria muito estranho conjecturar que, aos dirigentes “queixadas”, não tenha ocorrido, por volta de 1959, a questão de como Menossi iria permanecer em seu cargo depois de removido de sua entidade de origem, até porque ele não era figura desconhecida no sindicato: em fevereiro de 1957, fora o polêmico sindicalista quem informara ao jornal *Notícias de Hoje* que os operários da fábrica de cimento de Perus estavam dispostos a ir à greve se a empresa não cumprisse determinados itens de um acordo salarial firmado em setembro anterior. No noticiário relativo à greve de 1958, há também menções esparsas ao Presidente da Federação que indicam que ele não era uma pessoa com quem os “queixadas” nunca tinham contato.<sup>318</sup>

Já vimos atrás que, em 30 de janeiro de 1963, João Breno dissera à reportagem de *O Estado de S. Paulo* que tinha ficado sabendo que Menossi teria constituído uma entidade apenas para se manter como dirigente sindical.<sup>319</sup> Ora, no contexto acima descrito, como teria sido possível que uma coisa de tamanha gravidade, envolvendo uma personalidade tão familiar, já não tivesse pelo menos gerado a sensação de que havia algo mal esclarecido acerca do Ministro?

Alçá-lo à condição de principal articulador do movimento em janeiro de 1963 foi, em consequência, uma atitude temerária. Os acontecimentos nas semanas seguintes comprovaram que as lideranças “queixadas” deveriam ter levado mais a sério as críticas feitas pelos comunistas a Menossi.

-o0o-

---

<sup>318</sup> *Operários de Perus recorrerão à greve. Notícias de Hoje*, 09.02.1957, pg. 04. CEDEM-ASMOB.

<sup>319</sup> *Graves acusações a Ministro do Superior Tribunal do Trabalho. O Estado de S. Paulo*, Arquivo do Estado, 31.01. 1963, pg. 10.

Falta examinar diretamente os possíveis motivos da decisão de Carvalho Pinto de se negar a proceder à desapropriação da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.

Como vimos, era basicamente correta a argumentação do sindicato e da FNT de que a encampação da Fábrica permitiria a oferta, no principal mercado consumidor do país, de cimento a preços bastante inferiores aos praticados pelas demais indústrias do ramo. Podemos, agora, no presente, fazer a ressalva de que os preços reais do produto (descontada a inflação) tinham sido artificialmente elevados na segunda metade da década de 1950 em 30 a 40%. Deste modo, os custos de obras públicas e o preço para o consumidor final em São Paulo seriam sensivelmente reduzidos e teria sido possível uma apreciável racionalização de custos e procedimentos com o estabelecimento de uma parceria pública entre a Fábrica de Cimento encampada e a COSIPA, caracterizando-se a “utilidade pública” e o “interesse social” estipulados pela Constituição de 1946 como requisitos para desapropriações.

O aspecto frágil foi o assinalado por Abdalla: a Companhia dispunha de reservas de matéria-prima limitadas, questão que não foi respondida à altura pelos sindicalistas com os argumentos de que a ocorrência mineral iniciava-se a 700 metros abaixo do nível do solo e que haveria pedreiras ainda não exploradas, de forma que a usina poderia operar por mais um século e meio. Isso não era verdade. Porém, as 150 mil assinaturas ao memorial da encampação indicam que, a segmentos importantes da sociedade da época, essa questão não pareceu decisiva ou, pelo menos, Abdalla não conseguiu propalar o argumento de uma maneira suficientemente convincente. De fato, podemos ver em retrospecto que a Fábrica de Cimento poderia funcionar de modo adequado não pelos 100 anos assegurados pelos sindicalistas, mas durante tempo suficiente para justificar sua desapropriação.

Também em retrospecto, é preciso assinalar que esta limitação técnica surgiu em meio a debate público, estimulado por um numeroso grupo de eminentes juristas que

apresentara pareceres e fizera manifestações importantes a favor dos “queixadas” durante a greve em Perus.

Em contraste, ao receber os resultados definitivos dos estudos do Departamento Jurídico do Estado, o Governador Carvalho Pinto restringiu-se a citar sumariamente que, no parecer, a desapropriação fora desaconselhada por ambas as hipóteses previstas na Constituição em vigor (utilidade pública e interesse social). Nada mais foi submetido à apreciação pública. E, conforme já ressaltado mais de uma vez, não foi possível localizar o parecer no setor dos documentos ainda não processados do Arquivo do Estado de São Paulo.

Essa limitação não impede de observar que, ainda que o estudo do Departamento Jurídico tenha realmente se pautado por questões técnicas e jurídicas (isto é, sem ingerências da vontade do governo), Carvalho Pinto não quis expor-se a um debate fora de seu rigoroso controle, no qual especialistas prestigiados em todo o Brasil saberiam sabatiná-lo acerca dos aspectos verdadeiramente técnicos do problema. Portanto, a despeito do discurso governista em contrário, não há como não concluir que a decisão final foi política. “Política” no exato sentido de que não foram trazidos ao debate público elementos que permitissem caracterizá-la como opção imposta pela constatação indiscutível de obstáculos insuperáveis.

Para avançar a discussão para além desse ponto, foi fundamental o testemunho do Dr. Teófilo Ribeiro de Andrade Filho, Presidente da Caixa Econômica Estadual na época dos fatos relatados, cujo compromisso pessoal com a luta dos grevistas de Perus chegou ao ponto de fazê-lo trocar alterações com o Secretário da Segurança Pública, Virgílio Lopes da Silva, na frente de Sylos Cintra, Governador em Exercício naquele momento.

Dr. Teófilo fez questão de ressaltar que não houve um evento específico em que lhe foram explicitamente revelados os reais motivos pelos quais a desapropriação fora



recusada. Em todo caso, pelo que ele pôde perceber naqueles tempos, havia duas ordens fundamentais de considerações.

### I. A questão da relevância econômica.

Na entrevista, Dr. Teófilo foi lembrado da desapropriação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, obra do mesmo Governador, ocorrida em 1961, na seqüência de uma série de greves dos ferroviários empregados (nisso se assemelhando muito a Perus). A Paulista foi uma empresa cuja encampação demandou um volume muito maior de recursos do que seria necessário para que a Fábrica de Cimento passasse para o patrimônio do Estado. Por que, então, esta última não teve o mesmo destino?



Malha da Companhia Paulista em 1961. Cf. [http://members.tripod.com/ferrovias/cpef\\_mapa1961.htm](http://members.tripod.com/ferrovias/cpef_mapa1961.htm)

O depoente afirmou que as situações eram bem diversas:

- a) *A Paulista era essencial ao Estado* (e Perus, não: havia outras fornecedoras de cimento). A malha rodoviária de São Paulo era muito menor do que hoje, de

modo que a sobrevivência de muitas cidades dependia dessa ferrovia que funcionava como um agente indutor do desenvolvimento.

b) *O Governo do Estado estava sem saída em relação à Paulista.* As tarifas estavam congeladas em razão da política econômica federal enquanto os salários e os insumos fornecidos subiam de valor. Nesse quadro, os diretores da empresa não permitiriam que houvesse falência. Antes disso, porém, os ramais deficitários seriam progressivamente desativados, o que causaria enormes prejuízos ao povo e ao Estado de S. Paulo.

## **II. As conseqüências sociais da desapropriação de Perus.**

Dr. Teófilo afirmou que, naquele contexto político, esta medida “seria praticamente impossível porque abriria precedente de conseqüências imprevisíveis”. Consumada a encampação de Perus, o “precedente” aberto seria que *os trabalhadores pediriam a desapropriação das empresas toda vez que não se entendessem com os seus patrões.* O depoente ressaltou que esse receio era característico de uma época em que havia “radicalismos de ambos os lados” e estava em curso a Guerra Fria.

Conferindo novamente a documentação pesquisada, foi possível constatar que a idéia de “precedente” - naquela época e em termos parecidos - realmente integrava as discussões relativas a Perus.

Assim, no *Manifesto dos Trabalhadores em serviço na Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus ao Exmo. Sr. Governador do Estado de S. Paulo em exercício, Des. Joaquim de Sylos Cintra*, publicado no *Diário da Noite* em 26.9.1962, (já citado), os “pelegos” de Perus afirmam que a greve se convertera em movimento comunista porque, dentre outras coisas

O Vigário Hamilton Bianchi, coagido pelo Mario C. de Jesus, converteu a Igreja Católica em um palanque, pregando pelo alto-falante e nós todos ouvimos, o ódio aos patrões, a

necessidade de fazer revolução, **tomar a Indústria de Perus e entregá-la aos operários, para abrir precedente no país.** [grifos meus, ES]

Documento aparentemente mais representativo é a sentença do Juiz Alfredo Oliveira Coutinho no processo de demissão coletiva dos grevistas aberto pela Companhia em 1962. Proferida em primeira instância no dia 14 de julho de 1964, deu ganho de causa à empresa, justificando tal posição da seguinte forma:

Por outros caminhos, pretendendo, agora, tomar de assalto a propriedade privada da requerente, pretendendo uma iníqua e inconstitucional encampação dos bens industriais e acessórios da requerente, para lhes ser entregue pelo Governo do Estado, a fim de serem explorados por uma inefável “Cooperativa de Produção” a ser por eles organizada; que positivamente não se trata mais de reivindicação trabalhista, mas de clara e bem delineada sublevação que atenta contra os postulados constitucionais; que para tanto saem agora os requeridos pelas ruas da cidade, nas horas de maior movimento, em ruidosas passeatas em que se fazem acompanhar de seus familiares — mulheres e crianças — visando sensibilizar a opinião pública que desconhece os fatos reais, mas sempre propensa a se condoer dos humildes. (...) Comprovado está que nos autos que efetivamente pretenderam os requeridos, através do procedimento da absurda greve, forçar o Poder Público, forçar o Poder Público a encampar a requerente. **Certo é que quase chegaram à encampação pretendida**, apesar de absolutamente ilegal. Não seria possível que uma greve inteiramente ilegal levasse o Poder Público ao confisco da propriedade particular. Tanto mais grave é essa última falta, pois pretendiam os requeridos (...) através da violência, usurpar a propriedade privada. Mais uma vez foram os requeridos pessimamente aconselhados pelos maus políticos, pelos maus governantes, os quais lhes acenavam com a possibilidade de uma encampação ilegal e antipatriótica. **Vencedora, por absurdo, e estivéssemos ainda no Governo derrubado e, diariamente teríamos a declaração de novas greves, visando outras encampações, e a conseqüente entrega de propriedade privada aos empregados.** [grifos meus, ES] <sup>320</sup>

Parece aceitável, em conseqüência, concluir que o verdadeiro motivo do Governo Carvalho Pinto ter recusado a encampação de Perus foram considerações dessa

---

<sup>320</sup> Jesus, Mario Carvalho de. *A greve da Perus nos tribunais*. São Paulo, SP: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1967, pp. 68-89.

natureza: ao contrário de promover o reequilíbrio nas relações entre patrões e seus operários, a vitória da greve supostamente geraria uma onda de subversão que colocaria em xeque a ordem estabelecida no país através de um incontrolável efeito de contaminação.

## Capítulo 7 – O movimento de Perus depois da greve de 1962-1963

### 7.1. Os “pelegos” na direção dos “queixadas”

Como vimos, em janeiro/fevereiro de 1963, consumou-se a derrota do movimento pela desapropriação da Companhia para que os próprios operários gerissem-na por meio de uma cooperativa de produção. Contudo, parafraseando a linguagem militar, os trabalhadores tinham sofrido séria derrota, mas a “guerra” contra o “mau patrão” ainda estava longe de ter sido perdida.

Restava expulsá-los das vilas operárias de Perus e Cajamar, e disto Abdalla não se mostrou capaz, nem mesmo recorrendo ao corte de fornecimento de água e energia elétrica durante semanas a fio. O processo de demissão dos grevistas prosseguiu na Justiça, e a cobertura de *O Estado de S. Paulo* preservada nas caixas “Recortes de Jornal” do *Fundo Mario Carvalho de Jesus* registra com eloquência a firmeza com que os trabalhadores mantiveram-se articulados até a reintegração dos operários estáveis à Companhia em 1969. Os trabalhadores que não gozavam do instituto da estabilidade em 1962 tiveram suas readmissões negadas pela Justiça do Trabalho e não seriam contemplados pelas indenizações pagas em 1974. Nada disso implicou, porém, em sua expulsão das vilas operárias de Perus e Cajamar. Ao contrário: ainda nos dias de hoje, uma grande parte das residências de trabalhadores da Companhia nem foi retomada pelos sucessores de Abdalla nem teve sua situação patrimonial regularizada de algum outro modo.

Em 1964, o sindicato de Perus sofreu intervenção tão logo o Golpe de março/abril foi perpetrado. Dr. Mario foi prontamente demitido, mas pôde continuar como advogado dos grevistas denunciados por Abdalla na Justiça. Houve nova eleição no sindicato, da qual os “queixadas” não foram autorizados a participar pelo Ministério do Trabalho. Em

agosto de 1965, com a intervenção encerrada e já com uma chapa única de “pelegos” empossada, os “fura-greve” de três anos antes e os novos operários promoveram uma nova paralisação na Fábrica de Cimento contra a volta dos atrasos de pagamento. A greve foi derrotada, mais uma vez com concurso da polícia. Diversos diretores e operários de base foram demitidos.

Pouco depois, o presidente do sindicato, Antonio Maria Pereira Filho (“pelego” em 1962), ignorando advertência direta do Delegado Regional do Trabalho, procurou o Dr. Mario para pedir sua volta à função de advogado da entidade. Não foi decisão fácil. Tornou-se preciso reunir em assembléia os operários excluídos da Companhia que fizeram uma pergunta direta ao Dr. Mario: “o senhor vai defender os ‘pelegos’ que nos traíram?” Em resposta, o advogado registrou que,

Pacientemente, João Breno e eu demonstramos que a principal causa do que tinha acontecido estava no sistema econômico e político. Era o capitalismo. Os trabalhadores eram vítimas. Sabendo que os homens se agitam e Deus os conduz, fizemos duas romarias de Perus a Pirapora, percorrendo mais de 30 km e pedindo a Deus que iluminasse os julgadores do nosso processo. Retornei ao sindicato em setembro de 1965.<sup>321</sup>

Em relação a este momento específico, o advogado escreveria que

Confesso que, em setembro de 1965, ao recomeçar a atividade de advogado do Sindicato, apesar do receio da maioria, senti que havia um bom grupo. Não eram muitos. Cerca de dez ou doze, número mais que suficiente para um lento trabalho de base. O Presidente do Sindicato, como disse, mostrava-se às vezes reticente, mas eu atribuo as suas vacilações ao seu temperamento. Tive inúmeras demonstrações de confiança até 1971-1972.<sup>322</sup>

---

<sup>321</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 73.

<sup>322</sup> Idem p. 75, *op. cit.*

Houve mais do que uma contratação individual, pois, desse momento em diante, “pelegos” e “queixadas” estavam reconciliados, como fica evidenciado nesta matéria publicada por *O Estado de S. Paulo* em 24 de agosto de 1968:

A partir de 19 horas do próximo domingo, os eleitores de Cajamar estarão reunidos na Associação Atlética Cimento Portland. Motivo: escolha dos candidatos a prefeito da cidade, que tem 02 mil eleitores e cuja maior fonte de renda é a fábrica de cimento.

Os operários queriam que o candidato fosse o Dr. Mario Carvalho de Jesus. Mas, ele não quis. Queriam que fosse o Padre Hamilton Bianchi, o ‘padre da greve’. Mas, o bis-po da Diocese, Dom Gabriel, disse que não ficaria bem.

O candidato da preferência dos operários sairá pela ARENA, após uma prévia com vo-to secreto, em que cada votante precisa mostrar seu título de eleitor ao vereador Joa-quim Monteiro de Carvalho que vai presidir a votação.

Antonio Maria Pereira Filho, presidente do Sindicato dos Operários da ‘Perus’, conta quais são os candidatos, além dele: Garrido<sup>323</sup>, Gino<sup>324</sup>, Lazinho – trabalhadores da ‘Perus’ – e Osvaldo, do SESI. Esses são, segundo Antonio Maria, os candidatos mais chegados aos operários. Além deles, João Fosco, Waldemar farmacêutico e Juvenal barbeiro; talvez também o Waldomiro. O segundo mais votado da lista será candidato a vice.<sup>325</sup>

Tudo muito claro: o presidente “pelego” do Sindicato transita com destaque em uma convenção partidária dominada por lideranças “queixadas” e presidida por Joaquim Monteiro de Carvalho, vereador paulistano que se tornara o parlamentar que mais constantemente acompanhou o movimento de Perus desde 1958. O encontro tinha a incumbência de definir o nome que substituiria os preferidos de todos: o Dr. Mario

---

<sup>323</sup> Antonio Garrido, primeiro prefeito de Cajamar (1960-1964), “queixada”.

<sup>324</sup> Gino Rezaghi, “queixada”, vereador em 1960-1964 e primeiro Presidente da Câmara Municipal de Cajamar.

<sup>325</sup> *Perus, a menor votação*. Texto reproduzido por Schneider, Marília. *Câmara Municipal de Cajamar: trajetórias e lutas*. São Paulo, SP: Porto de Idéias, 2006, pg. 99.

Carvalho de Jesus (que optara pelo MDB) e o Padre Hamilton Bianchi, apontados pelos “pelegos” em 1962 como os principais líderes da greve.<sup>326</sup>

Antonio Maria Pereira Filho é mencionado em relatório do DOPS datado de 26 de fevereiro de 1973 como um dos membros da comissão interventora no sindicato que fora nomeada pelo Ministério do Trabalho. Em 1968, os policiais registraram sua participação na “greve de Osasco”.<sup>327</sup> Para este mesmo ano, consta sua presença em “reuniões de caráter subversivo (...) orientadas pelo clero de esquerda e [por] vários outros elementos subversivos ligados a comunistas” que discutiram uma atuação conjunta nas eleições seguintes do sindicato dos marceneiros, cuja diretoria fora deposta pelo regime instaurado em 1964. Nas eleições da Federação sindical à qual o sindicato de Perus era filiado, realizadas em 1969, Antonio Maria Pereira Filho foi o candidato da oposição contra o continuísmo de Luiz Menossi. No Boletim *Ecclesia*, nº 214, de 13 de abril de 1973, Pereira Filho aparece assinando, com o Dr. Mario Carvalho de Jesus, um “Apelo de Operários ao Cardeal Arcebispo”, documento que o DOPS preservou em seus arquivos provavelmente para registrar a afinidade entre os dois líderes.<sup>328</sup> Como Presidente do Sindicato, Antonio Maria Pereira Filho assinou o pedido de falência judicial da Companhia que, aprovado, foi respondido pelo Governo Federal com a intervenção na empresa em 1973.

Portanto, a reconciliação entre as lideranças “queixadas” e a direção “pelega” que emergiu em 1965 foi bastante profunda.

---

<sup>326</sup> Antonio Garrido foi o candidato aprovado na convenção. Nas eleições, foi o mais votado a prefeito, mas perdeu para a soma das sublegendas do MDB cajamarense que, conforme permitia a legislação da época, lançara os três candidatos a que tinha direito, contra somente um único da ARENA. Em 1972, Garrido foi finalmente reeleito como prefeito.

<sup>327</sup> Provavelmente, trata-se de referência à greve na metalúrgica COBRASMA, na qual a FNT teve uma significativa participação.

<sup>328</sup> Arquivo do Estado, DOPS, 50A-2-883, 50A-2-881, 52Z-0-7056 (Inf. 52Z-0-1778).



Nesse quadro, no começo de 1967, o sindicato entrou com recurso junto ao TRT para garantir o pagamento de multa por cada dia de pagamento atrasado e o direito de promover greve até que este se efetivasse. Era uma inovação da maior importância, pois, até então, a Justiça do Trabalho só aceitava recursos individuais, excluindo a questão dos dissídios coletivos. Numa sessão vista como “tumultuada” pela imprensa, os juízes aceitaram a proposta, arbitrando uma multa de 3,3% por cada dia atrasado após a data convencionada, o 10.º dia útil de cada mês. Os magistrados deliberaram ainda que caso

O salário e a multa não forem pagos até o dia 20 subsequente ao mês vencido, os trabalhadores poderão, assistidos pelo Sindicato, paralisar o serviço, e só a ele retornarão após terem recebido o salário e a multa, também computados os dias em que estiveram parados.<sup>329</sup>

Os trabalhadores notificaram o TRT de sua disposição de ir à greve e cumpriram todas as exigências da Lei de Greve em vigor. Gonçalves ressalta que - embora a rigor desnecessários do ponto de vista estritamente jurídico - todos os cuidados possíveis foram tomados para que não ficasse nenhum pretexto para a intervenção policial. Iniciada a greve, instaurou-se um quadro insólito. Denúncias de *O Estado de S. Paulo* de que a greve estaria sendo furada com a ajuda das forças públicas de segurança foram acompanhadas de firmes manifestações da hierarquia católica em apoio aos paredistas. Nessas condições, o Governador Abreu Sodré telefonou para o Presidente do TRT durante audiência com representantes dos trabalhadores em greve para informar que estava colocando à disposição do Tribunal todo o aparato policial que fosse preciso para a garantia da sentença proferida a respeito de Perus. Conforme *O Estado de S. Paulo* registrou na época,

Nenhum caminhão entra na fábrica “Perus”, nem dela sai, pois na estrada de acesso... está postado um piquete de cerca de cem operários em greve... O movimento é pacífico e a

---

<sup>329</sup> Ofício do TRT ao Sindicato, 22.03.1967. *O Estado de S. Paulo* saudou esta deliberação como “a maior inovação nos últimos dez anos nas relações entre empregados e empregadores brasileiros.” Cf. Gonçalves, 1989, pp. 140-143.

polícia limita-se a observar os acontecimentos. Ressalte-se que a decisão dos grevistas deles mesmos impedirem o acesso à fábrica, só foi tomada após o DRT e o TRT julgarem nada poder fazer no tocante a obstar diretamente - com o concurso policial - o desrespeito à lei de greve, fato cometido pelo “mau patrão”. E uma vez a decisão tomada, ninguém arredou pé do piquete, nem mesmo para fazer as refeições, que são levadas ao local por esposas, filhos e amigos. A solidariedade da população de Perus à greve é manifesta.

Tal como em 1958 e em 1962, o empenho de diversos setores da Igreja e a ajuda material vinda de diversos pontos do país foram auxílios importantes nos vinte dias de greve vitoriosa.<sup>330</sup>

A greve de 1967, ao restabelecer definitivamente a multa diária por atraso de pagamento, firmou jurisprudência no sentido do reconhecimento da legalidade de greves com essa motivação para o conjunto dos trabalhadores do país. Adilson José Gonçalves está correto, portanto, ao tratá-la como o terceiro grande momento da luta operária em Perus, ao lado das greves de 1958 e 1962.

Um ganho fundamental nesse episódio foi a adesão política ao ideário “queixada” dos operários que se empregaram na fábrica depois das demissões em massa de 1962; “queixadas de segunda geração”, no dizer de Gonçalves.

Todavia, não é admissível ignorar que *1967 foi também uma greve de trabalhadores que tinham se comportado como “fura-greve” em 1962*. Além disso, a paralisação de 1967 foi preparada pela greve de 1965, realizada sem o apoio e assistência da liderança “queixada”.

Outro ponto a destacar é que a bandeira da desapropriação da Companhia para que fosse administrada por uma cooperativa operária fora efetivamente abandonada depois de 1963-64. O “fantasma” dessa luta, contudo, ainda persistiria: a intervenção que o governo militar realizou na Companhia em julho de 1973 foi decretada no dia seguinte à decisão judicial de nomear nova direção para a empresa com a missão de priorizar o

---

<sup>330</sup> Gonçalves, 1989, pp. 144-155.

pagamento das indenizações devidas aos grevistas reintegrados em 1969. Isso foi finalmente realizado em 1974, por obra de interventores que o governo de Brasília nomeara para o lugar do administrador escolhido pela Justiça. O risco de algo parecido com uma administração comandada pelos operários da Fábrica de Cimento foi, assim, definitivamente afastado pela ditadura.

## **7.2. “Pelegos” e “queixadas” rompem novamente**

Em 1973, o Dr. Mario Carvalho de Jesus foi indiciado na Lei de Segurança Nacional por obra, segundo afirma, de Abdalla. Depois disso, em fins de outubro daquele ano, foi demitido pelo presidente do sindicato de Perus. Segundo o advogado, Antonio Maria tomou esta decisão devido a pressões do Delegado Regional do Trabalho que teria ameaçado promover uma intervenção na entidade.<sup>331</sup>

A demissão do Dr. Mario provocou uma autêntica rebelião entre os trabalhadores. Incapaz de controlar a situação que se instaurou, o próprio presidente encaminhou pedido de intervenção no sindicato ao Delegado Regional do Trabalho. Seguiram-se quatro anos de controle ministerial da entidade, cuja sede permaneceu fechada em todo este período. Paralelamente, uma Comissão Permanente dos Trabalhadores de Perus, formada por operários eleitos pelos colegas em assembléia (basicamente “queixadas”) ficou com a função de, na prática, representar a categoria junto às autoridades e ao povo em geral. Por fim, duas chapas se bateram nas eleições do sindicato realizadas em 1977. Os interventores organizaram uma chapa que contava com apoio importante em outras fábricas. Porém, derrotados por 463 votos contra 155,

---

<sup>331</sup> Jesus et alii, 1977, pg. 81.

os “pelegos” de Perus e Cajamar desapareceram como corrente sindical depois disso.

332

Nesse mesmo ano, a Fábrica de Cimento já tinha entrado num colapso de produção da qual definitivamente não se recuperaria. Houve demissões em massa a título de preparar o retorno da empresa ao controle da iniciativa privada, ocorrido em 1980, quando a família Abdalla recuperou a Companhia.

Desse momento em diante, o sindicato organizou a resistência à desativação final de todo o complexo produtor de cimento e contra tentativas de despejos das vilas operárias ocorridas em Cajamar na seqüência do fechamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora e das pedreiras de calcário. A luta pela encampação da Companhia foi retomada em nome da implantação da autogestão operária, e paralisações foram realizadas até 1986.

Entretanto, não se tratava mais do programa de feição democrata-cristã tomado por objeto desta dissertação e, principalmente, o impacto do programa autogestionário de Perus na sociedade e na política de São Paulo foi extremamente inferior à luta pela desapropriação de 1958-1962. Assim sendo, trata-se de uma fase da luta operária regional fora dos marcos cronológicos e temáticos deste estudo.

---

<sup>332</sup> Idem, pp. 81-87.

## Considerações Finais

No plano nacional, vimos que os contínuos aperfeiçoamentos no programa do PDC no sentido de conformá-lo aos posicionamentos clássicos da Democracia Cristã não tiveram correspondência no cotidiano da ação política, nível no qual se observou a fragmentação do partido em correntes as mais díspares que não foram capazes de definir posição conjunta em nenhum episódio crítico da política nacional a partir da crise aberta pela renúncia de Janio Quadros em 1961. No fim das contas, o apoio ao rompimento institucional promovido em 1964 e a adesão à ARENA em 1966 foram as atitudes predominantes entre os membros do partido, em frontal desacordo com a linha “democrática” (e “nacionalista”) adotada nos últimos congressos nacionais da agremiação.

O abandono dos pontos centrais do programa democrata-cristão é bem observável nas questões da participação dos empregados na direção e nos lucros das firmas. Ainda que esta última bandeira tenha sido inscrita na Constituição de 1946 e que seu objetivo, tal como a constituição de uma representação dos trabalhadores junto à direção da empresa (“cogestão”), fosse o de comprometer a mão-de-obra com a preservação da ordem capitalista, o fato é que o empresariado brasileiro, em seu conjunto, jamais foi favorável a tais arranjos, antes ou depois de 1964, e sua defesa por antigos democrata-cristãos tornou-se inócua depois disso. O máximo que se pôde obter foi a garantia de participação de trabalhadores nas diretorias de algumas empresas estatais em São Paulo, experiência que também não prosperou.

Essa situação evidentemente iria se refletir entre os ativistas abrigados na FNT. Mas, antes disso, estes tiveram que passar pela experiência de ver desautorizada pelos acontecimentos uma boa parte das coisas que imaginavam que deveriam ter acontecido em 1962.

Tudo foi feito dentro do campo de articulações políticas da democracia cristã paulista com várias personalidades com quem as lideranças "queixadas" se manteriam ligadas durante muito tempo depois do fim da greve (como André Franco Montoro). Isso significa que, depois dos acontecimentos, não era possível revelar exatamente o que dera errado, sob pena de desmoralizar todo o grupo. Depois de 1962-1963, os sindicalistas de Perus ficaram alquebrados num primeiro momento. Desfechado o Golpe Militar, derivaram por caminhos cada vez mais diversos da democracia cristã, até mesmo porque nada pôde substituir a lacuna deixada pelo fracasso do PDC em nível nacional. Por fim, em 1980, completaram o ciclo, constituindo-se numa corrente de esquerda autogestionária, crítica ao "socialismo real".

-o0o-

Retomando o conjunto do exposto nesta dissertação, vimos a instauração de uma dualidade de poder dentro da Companhia em 1959-1961 e, a se aceitar como críveis os relatórios do DOPS elaborados entre maio e agosto de 1962, seremos levados a pensar que a dualidade de poder dentro da empresa cimenteira derivou para algo próximo a um "poder operário" em Perus e Cajamar nos primeiros meses da greve. Desse ponto em diante, os líderes da Democracia Cristã paulista provavelmente tiveram, em síntese, que explicar a Carvalho Pinto, nos bastidores, que as pressões que os trabalhadores cristãos, aliados aos estudantes, faziam junto aos portões do Palácio dos Campos Elíseos estavam em consonância com a doutrina de Jacques Maritain e dos Santos Padres e, por conseguinte, pautavam-se pelo aprimoramento da ordem e dos valores cristãos.

Se atentarmos para a sistematicidade com que a violência policial fora empregada pela gestão Carvalho Pinto contra as principais mobilizações operárias ocorridas em seu mandato, deveremos concluir que tratativas do tipo aparentemente realizadas pelos líderes democrata-cristãos estavam, em grande parte, fadadas ao fracasso: nos aspectos fundamentais, o tratamento a Perus em nada diferiu qualitativamente do

conferido a qualquer grande luta operária ocorrida em São Paulo durante aquele governo.

Houve a necessidade de protelar respostas em setembro-novembro de 1962 para que o movimento fosse desarticulado na região de origem pelas ofensas físicas e morais cometidas pelo DOPS e pela Força Pública. Foi necessária, em dezembro-janeiro, uma ação política mais sofisticada pautada por tentativas de acordo com Abdalla e pela discussão das “comunidades do trabalho”. Porém, esses cuidados podem ser perfeitamente entendidos como expedientes táticos mais apropriados ao momento, fundamentados em diagnósticos de situação realizados pela equipe de governo assessorada pelo DOPS, seguindo o receituário básico aplicado às greves operárias anteriores. Nada, porém, que mudasse as decisões fundamentais do governo Carvalho Pinto acerca de Perus, governo que em momento nenhum deixou de se pautar pela parcialidade a favor do patrão.

Enquanto isso, os esforços do comando de greve, do Cardeal Motta, do Bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira, de Queiroz Filho, Montoro, Paulo de Tarso e de outros líderes democrata-cristãos prosseguiram no sentido de demonstrar que Perus era um movimento de “Terceira Via” contra a firme convicção do governo Carvalho Pinto (supostamente “baseado em valores cristãos”) de que a greve era – digamos agora - de “Segunda Via”, subversiva, agressora da ordem. Nesse sentido, a extraordinária mobilização estudantil em agosto e setembro, com suas 150.000 assinaturas pela encampação, provavelmente servira para reforçar temores acerca do “precedente” proposto, ao invés de aplacar as resistências.

Aos olhos do Governo Carvalho Pinto (e de João Goulart), conseqüentemente, os trabalhadores cristãos eram, antes e acima de tudo, “trabalhadores” tanto quanto os colegas de classe sob direção comunista.

Caso esta análise esteja correta, fica desautorizada definitivamente a tese de que a resposta negativa à desapropriação da Companhia Brasileira de Cimento Portland

Perus tenha decorrido do caráter “burguês” do Estado. Não apenas porque o mesmo Estado “burguês” expropriou a empresa uma década depois da greve de 1962-1963, mas, principalmente, porque as causas da derrota da encampação nesse momento pertencem ao âmbito da política programático-partidária (não da suposta natureza do Estado) numa conjuntura marcada pelo acirramento de ânimos produzido pela Guerra Fria e, no Brasil, pela crescente instabilidade que daria base à execução da quebra da ordem institucional em março/abril de 1964 que, não é demais recordar, seria apoiada pela liderança “queixada” e pelo segmento majoritário da cúpula da hierarquia católica.

Que as lideranças “queixadas” esperavam um tratamento diferenciado da parte do Governo do Estado e que pensavam que acabariam convencendo as autoridades de suas “boas intenções”, disto não há dúvida possível. Havia um fato anterior que os ajudava a pensar dessa forma: o posicionamento do Governador Jânio Quadros em 1958 que demorou a entrar na cena da greve, mas, quando o fez, fora para deixar evidente que não lançaria a repressão policial contra os paredistas, forçando Abdalla a recuar de seu plano de demissão dos trabalhadores mais ativos. E seria o caso de assinalar que o governo e o Estado dirigidos por Jânio eram tão “burgueses” quanto sob Carvalho Pinto.

A expectativa de tratamento diferenciado foi alimentada pela ausência de repressão policial nos primeiros meses de paralisação e é a única explicação para a surpresa de 21 de agosto de 1962: embora acabassem descobrindo os elementos essenciais das maquinações da deputada Conceição da Costa Neves, os líderes da greve não acreditaram na iminência de uma carga da Força Pública a despeito de Conceição ter dito publicamente que faria gestões nesse sentido junto ao Governo do Estado. Depois de 21 de agosto, a afirmação da suposta contradição entre a repressão policial em Perus e o tom amistoso das audiências no Palácio de Governo aparenta ser mais do que uma atitude pragmática, implicando na manutenção da atitude de considerar que a vitória do movimento viria da combinação de convencimento com pressões dimensionadas de maneira a não ferir susceptibilidades demasiadamente.



Derivou da mesma matriz o erro final do movimento: desmobilizar a greve de fome em 09 de janeiro de 1963 a título de voto de confiança na “boa vontade” do governo que teria então se revelado pelas articulações de Luiz Menossi e do Cardeal Motta.

Em resumo, a despeito de seus próprios gestos de “boa vontade”, os sindicalistas de Perus não foram convincentes em demonstrar que sua greve era um recurso eficaz para a manutenção e aprimoramento da ordem em conformidade com os valores inscrito na Doutrina Social da Igreja Romana, sendo conseqüentemente lançados na vala comum de subversivos junto com seus adversários comunistas.

A crise de identidade filosófico-programática da liderança operária de Perus, daí decorrente, remete a tudo que houve de mais grandioso no movimento de 1962-1963, cujo ponto fundamental foi a contradição entre a moderação das proposições democrata-cristãs e o tom radical que as mesmas assumiram – de fato - ao longo da mobilização operária, questão vislumbrada em teoria aproximadamente na mesma época da greve de Perus por Edward Palmer Thompson em seu estudo sobre a formação da classe trabalhadora inglesa.

Hobsbawm, Gorz e Castoriadis fornecem as demais referências necessárias para se entender o que aconteceu em Perus e Cajamar naqueles meses: uma rebelião operária construída a partir da resistência quotidiana aos desmandos do empresário e de seu aparato de administração, protagonizada por trabalhadores que recusaram os papéis a eles atribuídos pela ordem burguesa. Rebelião que visava eliminar, em favor dos proletários, a dualidade de poder instaurada anteriormente na Companhia recuperando o que havia de mais generoso na tradição cristã.

Carvalho Pinto e seus assessores mais próximos não labutaram em erro, portanto, se de fato pensaram que estavam diante de um movimento revolucionário mais “perigoso”, potencialmente, do que a maioria das lutas populares contra as quais tinham se batido em anos anteriores.

Quanto à real extensão do “perigo”, é bastante provável que a ordem burguesa no Brasil daqueles tempos não fosse tão frágil como as ordens do Governo do Estado (para as tropas policiais) e suas decisões (contrárias às reivindicações dos operários de Perus) deixaram a entender. Mas, enfim, o Governador e sua equipe imediata eram os defensores da “ordem” em plantão naquele momento. A atitude de não arriscar era própria de seu ofício.

O fato de homens tão insensíveis à pregação de Leão XIII, João XXIII, Jacques Maritain e Louis-Joseph Lebret estarem credenciados como o governo “cristão” de São Paulo é mais uma indicação do quanto fracassara a estratégia política da antiga *Vanguarda Democrática*.

-ooo-

Vacilações políticas à parte, o aspecto mais interessante é que as negociações com o Governo Carvalho Pinto chegaram a um ponto intransponível graças, em grande parte, aos próprios acertos do movimento operário de Perus em 1958-1963.

Nesse período, os “queixadas” como um todo (advogado, diretorias do sindicato e o conjunto dos demais operários da Companhia) souberam dar centralidade e forma de luta política à luta “informal” (termo de Castoriadis) realizada no cotidiano de trabalho na Companhia, na esteira dos erros técnicos de operação industrial e das inúmeras atitudes ineptas patrocinadas pelo aparato de direção da empresa.

Admitindo-se que as disputas quotidianas entre direção empresarial e mão-de-obra empregada em torno do conteúdo real da hora de trabalho, do controle técnico dos processos de trabalho e dos padrões de disciplina dentro da empresa são fatos universais sob a ordem capitalista, torna-se evidente que as condições de trabalho vigentes em Perus (e os erros de Abdalla) são insuficientes, por si mesmos, para explicar porque se caracterizou uma situação de dualidade de poder na Companhia que

- ao contrário da situação descrita por Hobsbawm na Inglaterra do final do século XIX - evoluiu para um embate aberto pelo controle da Companhia.

Por tudo que já foi apresentado, parece claro que – no caso concreto de Perus e de Cajamar – a memória da experiência de Boimondau, os debates promovidos por *Economia e Humanismo* em torno da construção de uma sociedade (e de uma economia) solidária e a própria Doutrina Social católica constituem-se nos elementos que (acrescentados à situação muito específica da Fábrica de Cimento) permitiram que aparecessem de forma explosiva as contradições intrínsecas à empresa capitalista apontadas por Gorz e Castoriadis. Mais do que isso, o programa político democrata-cristão – relido e apropriado para seus próprios objetivos pelos operários de Perus e Cajamar – permitiu que (pela ótica exposta por Cornelius Castoriadis em *A Experiência do Movimento Operário*), os “queixadas” acertassem em questões nas quais o conjunto do movimento trabalhista costuma simplesmente se omitir.

A greve de 1962-1963, portanto, foi uma greve “selvagem” no sentido estabelecido por Castoriadis: focada não em reivindicações de cunho sócio-econômico, mas em questões relativas à dinâmica do cotidiano de trabalho. Ou melhor: ultrapassando tudo aquilo que o próprio Castoriadis assinalara na obra acima citada, uma vez que a disputa “informal” foi elevada ao *status* de luta política no plano da política em sociedade. Por outro lado, uma luta pela desapropriação de uma grande empresa com vistas a construir um dia-a-dia de cooperação e de relacionamento ético entre trabalhadores, na via da construção de uma sociedade solidária, estava igualmente muito além não apenas do horizonte do Partido Comunista Brasileiro, mas de grande parte das correntes de esquerda no país.

As lideranças “queixadas” não estavam, porém, dispostas a discutir seu movimento como *a possível materialização de uma via para construção do socialismo e da democracia popular a partir do local de trabalho*, especialmente depois que vieram as acusações de “comunismo” por parte da deputada Conceição da Costa Neves. Seriam

necessárias mais duas décadas de lutas e reflexões para que o sindicalismo “queixada” definisse-se programaticamente pela autogestão operária concebida na perspectiva socialista.

Muito mais não demanda ser dito: a grandeza do movimento dos trabalhadores de Perus em 1958-1963 reside exatamente nessa contradição estrutural entre ação revolucionária e programa político moderado.

## Bibliografia

Ansara, Soraia. *Repressão e lutas operárias na memória coletiva da classe trabalhadora em São Paulo*. São Paulo, SP: PUC-SP, 2000, dissertação de mestrado em Psicologia Social.

Aquino, Maria Aparecida de; Mattos, Marco Aurélio Vannucchi de e Swensson Jr., Walter Cruz (org.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo, SP: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Coleção Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro, volume 01.

Aquino, Maria Aparecida de; Mattos, Marco Aurélio Vannucchi de, Swensson Jr., Walter Cruz e Moraes, Maria Blassioli de. *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político, Famílias 10 e 20*. São Paulo, SP: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Coleção Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro, volume 02.

Aquino, Maria Aparecida de; Mattos, Marco Aurélio Vannucchi de e Swensson Jr., Walter Cruz e Longhi, Carla Reis. *O DEOPS/SP em busca do crime político: Família 50*. São Paulo, SP: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Coleção Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro, volume 04.

Araújo, Camilo Buss. *Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – anos 1950 e 1960*. Florianópolis, SC: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, outubro de 2006, dissertação de mestrado em história.

Arquivo Edgard Leuenroth. *Cadernos AEL: populismo e trabalhismo*. Campinas, SP: IFCH-AEL-UNICAMP, nº. 20/21, 2004.

Arquivo Edgard Leuenroth. *Inventário do Fundo Mario Carvalho de Jesus*. Campinas, SP: IFCH-AEL-UNICAMP, 2004, Coleção Instrumentos de Pesquisa.

Bandeira, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1983. 6ª ed.

Barthes, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1984.

Batalha, Claudio H. M.; Silva Fernando Teixeira da, e Fortes, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

Benevides, Maria Victoria de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964*. São Paulo, SP: Brasiliense: CEDEC, 1989.

Biavaschi, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil (1930-1942)*. São Paulo, SP: Editora LTr e Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

Birck, Afonso José. *Um mundo a construir: o apostolado dos leigos no pensamento de J. Cardijn*. São Paulo, SP: Editora Loyola, 1975, 2ª edição.

Blay, Eva A. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, SP: Nobel, 1985.

Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1979.

Busetto, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo, SP: UNESP, 2002.

Camargo e Silva, Ayrton. *Tudo é passageiro: Expansão Urbana, Transporte Público e o Extermínio dos Bondes em São Paulo*. Campinas, SP [s.d.], PUCCAMP, dissertação de Mestrado em Urbanismo.

Carpintero, Mariza Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

Castoriadis, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

CETESB. *Os vigilantes comunitários como experiência de participação dos moradores em um caso de poluição*. Trabalho apresentado no 12.º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Camboriú, SC, 20 a 25 de novembro de 1983.

Chaia, Vera. *Conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul - SP (1959-1969)*, SP: FFLCH-USP, 1981, tese de mestrado.

Chaves, Marcelo Antonio. *Da periferia ao centro da (o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925 – 1945*. Campinas, SP: UNICAMP, fevereiro/2005, dissertação de mestrado em História Social.

Coelho, Sandro Anselmo. *O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)* in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, SP, v. 23, nº 46.

Corrêa, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos: direitos e Justiça do Trabalho na cidade de São Paulo – 1953 a 1964*. Campinas, SP: IFCH-UNICAMP, texto para qualificação no mestrado em história social do trabalho.

Corrêa, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo – 1953 a 1964*. Campinas, SP: IFCH-UNICAMP, 2007, dissertação de mestrado em História.

Costa, Helio da. *Em busca da memória: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo, 1943-1953*. São Paulo, SP: Página Aberta, 1995.

Coutinho, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária/FINEP, s. d.

CPRM/EMPLASA. *Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de São Paulo*. S. Paulo, 1979, vol. 1.

Dallari, Dalmo de Abreu. *O trabalho integra a condição humana in O avanço da ciência e a utopia do ócio, Caderno 2 Especial de Domingo, 10.03.1996, de O Estado de S. Paulo.*

Dean, Warren, D. *A industrialização de São Paulo, SP, 1880-1945.* São Paulo, SP: DIFEL; USP, 1971.

Decca, Edgar de. *História: História, memória e interpretação.* Exposição proferida durante o II SEAD, Porto Alegre, 1º de novembro de 2005.

Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). *Parecer Técnico – STLP e STCP - ao processo de tombamento da Área da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.* São Paulo, Agosto de 1992, Prefeitura Municipal de São Paulo.

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). *Anuário Mineral Brasileiro,* Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2005.

Duarte, Adriano Luiz. *Classes Populares e Cultura Política no após Guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973.* Campinas, SP: [s.n.], 2002.

EMPLASA. *Plano Diretor de Mineração de Cajamar.* São Paulo: 1982.

Fausto, Boris (Coord.). *O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)* in *História Geral da Civilização Brasileira*, 3.º volume, São Paulo, DIFEL, 1981, 5.ª ed.

Fausto, Boris (Coord.). *O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964)* in *História Geral da Civilização Brasileira*, 4.º volume, São Paulo, DIFEL, 1986, 2.ª ed.

Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

Ferreira, Jorge (org.). *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular, 1930-45.* Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 1997.

Ferreira, Jorge e Reis Filho, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil,* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007, em três volumes: *A formação das Tradições (1889-1945); Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964),* 2007; e *Revolução e Democracia (1964...).*

Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina. *Usos & abusos da história oral.* Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1996.

Fico, Carlos. *Como eles agiam.* Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

Fillippini, Ana Maria e Fernandes, Wesley Martins. *Vozes Operárias.* Trabalho de avaliação semestral em curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da FFLCH / USP, 1992.

Floridi, Ulisse Alessio. *O Radicalismo Católico Brasileiro: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil.* São Paulo, SP: Hora Presente, 1973.

FNT. *A greve da Perus.* São Paulo: Frente Nacional do Trabalho, FNT, maio de 1980. *Cadernos de Formação,* série *Vinte Anos de Luta.*

FNT. *Fundação da FNT*, São Paulo, SP: FNT, março de 1980. *Cadernos de Formação*, série *Vinte Anos de Luta*

Fontes, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Fortes, Alexandre et alii. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

Gonçalves, Adilson José. *“Perus”: a Violência dos Pacíficos - uma nova arma para uma velha luta*. São Paulo, SP: PUC, 1989, dissertação de mestrado em História.

Gorz, André (org.). *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2ª edição, 1989.

Governo Carvalho Pinto. *II plano de ação do governo: 1963-1966*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1962.

Governo Carvalho Pinto. *Plano de ação do governo 1959-1963: administração estadual e desenvolvimento econômico-social*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959.

Grupo J. J. Abdalla. *A falência fraudulenta da Usina Miranda: habeas corpus nº 97.595*. São Paulo, SP: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1968.

Hobsbawm, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988, 3ª edição.

Hobsbawm, Eric e Ranger, T. (org.). *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

Jesus, Mario Carvalho de. *A greve da Perus nos tribunais*. São Paulo, SP: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1967

Jesus, Mario Carvalho de. *“Perus”: os “queixadas” resistem às artimanhas do Grupo Chohfi-Abdalla em Cajamar*. São Paulo, SP: edição por diversas entidades, 1983.

Jesus, Mario Carvalho (org.). *Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal*. São Paulo, SP: JMJ, 1992.

Jesus, Mario Carvalho de et alii. *A Firmeza Permanente*. São Paulo, SP: Loyola-Vega, 1977.

Jesus, Mario Carvalho de & Equipe dos Queixadas (org.). *A Máfia do Cimento*. São Paulo, SP: Edições Loyola, s. d., 2.ª ed. revisada.

Knowlton, Clark S. *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo, SP: Anhambi, 1960.

Lebret, Louis-Joseph. *Manifesto por uma civilização solidária*. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1962.

Lebret, Louis-Joseph. *O drama do século XX: miséria, subdesenvolvimento, inconsciência, esperança*. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1962.

Lebret, Louis-Joseph. *Princípios para a Ação*. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1984, 8ª edição.

Lebret, Louis-Joseph. *Problemas de civilização*. Recife, PE: s. d., 1954.



Lebret, Louis-Joseph. *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente? Problemas fundamentais de nossa civilização*. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1964, 4ª edição revista.

Lebret, Louis-Joseph et alli. *Manifeste d'Economie et Humanisme*. Centres d'Etudes des Complexes Sociaux, 1942.

Lebret, Louis-Joseph. *Manifesto por uma civilização solidária*. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1964, 4ª edição revisada.

Lebret, Louis-Joseph & Suavet, T. *Renovar o exame de consciência*. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1959, 3ª edição revista.

Lopes, Jose Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1986.

Lopes, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ e Marco Zero, 1987.

Lopes, José Sérgio Leite et alli. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

Lopes, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1967.

Lopes, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo, SP: Nacional, 1980. 5ª ed.

Lopes, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo, SP: DIFEL, 1964.

Mainwaring, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.

Maritain, Jacques. *Cristianismo e democracia*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Agir Editora, 1945.

Maritain, Jacques. *Humanismo Integral: uma nova visão da ordem cristã*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1942.

Maritain, Jacques. *O homem e o Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Agir Editora, 1956.

Maritain, Jacques. *Princípios de uma política humanista*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Agir Editora, 1946.

Martins, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *Igreja e movimento operário no ABC, 1954-1975*. São Paulo, SP e São Caetano do Sul, SP: Editora HUCITEC: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

Martins, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo, SP: HUCITEC, 1989, 2ª ed.

Mattos, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945-1964*. Rio de Janeiro, RJ: APERJ/FAPERJ, 2003.

Melero, Roberto Aparecido Lopes. *A indústria cimenteira no Brasil*. São Paulo, SP: USP, FFLCH, tese de mestrado em Geografia Humana, 1996.

Montoro, André Franco. *Memórias em linha reta*. São Paulo, SP: SENAC, 2000.

Moraes, Maria Blassioli. *A Ação Social Católica e a Luta Operária: a experiência dos jovens católicos em Santo André (1954-1964)*. São Paulo, SP: [s.n.], 2003. Dissertação de Mestrado em História pela USP.

Neves, Maria da Conceição da Costa. *Rua sem fim*. São Paulo, SP: Edameris, 1984.

Oliveira, Mônica de. *Militantes operários e operários militantes: a experiência da “integração na produção” na história da Ação Popular – ABC Paulista (1965-1970)*. Campinas, SP: IFCH-UNICAMP, 2005, dissertação de mestrado em História.

Pereira Neto, Murilo Leal. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno” Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política. (1950-1964)*. São Paulo, SP: s. d., 2006, USP, Dissertação de Doutorado em História.

Perrot, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2ª edição, 1992.

Pitts Jr., Montie Bryan. *Forging ethnic identity through faith: religion and the Syrian-Lebanese community in São Paulo*. Nashville, Tennessee: Vanderbilt University, August 2006. (Thesis for the degree of Master of Arts in Latin American Studies).

Prochnik, Victor. *A dinâmica da indústria de cimento no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia Industrial, 1983, dissertação de mestrado.

Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930)*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997, 3ª edição.

Ribeiro, Maria José Ferreira de Araújo. *Memória, Imigração e Educação – Fábrica de Tecidos Carioba: uma vila industrial paulista no início do século XX*. Campinas, SP: FE-UNICAMP, 2005, dissertação de doutorado em Educação.

Rodrigues, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo, SP: Ática, 1990.

Sanctis, Frei Antonio de. *Encíclicas e Documentos Sociais*. São Paulo, SP: Edições LTr, 1971.

Schneider, Marília. *Câmara Municipal de Cajamar: trajetórias e lutas*. São Paulo, SP: Porto de Idéias, 2006.

Schopenhauer, Arthur. *Como vencer um debate sem precisar ter razão*. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 1997.

Silva, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. São Paulo, Santos, SP: HUCITEC e Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

Silva, Fernando Teixeira da et alii. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. São Paulo, SP: CEDEC/GLOBAL, [19-].

Simonsen, Mario Henrique. *A Indústria de Cimento no Brasil e seus custos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, RJ: CONSULTEC, 1967.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo. *Razões do Pedido de Falência da Perus*. São Paulo, SP: 1972, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.

Siqueira, Elcio. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*. Araraquara, SP: [s. d.], 2001, UNESP, dissertação de mestrado em História Econômica.

Souza, Rogério Luiz de. *A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)*. Curitiba, PR: [s. d.], Universidade Federal do Paraná, 2001, Dissertação de Doutorado em História.

Szmrecsányi, Maria Irene de Queiroz Ferreira & Claro, Mauro. *Between capitalism and socialism: a french model of a self-managing network of companies in the brazilian industrialization of the mid-twentieth century*. Comunicado apresentado no XIV Congresso Internacional de História Econômica, Helsinki, Finlândia, agosto de 2006.

Steindl, Josef. *Maturidade e Estagnação do Capitalismo Americano*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, coleção "Os Economistas".

Thompson, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

Thompson, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Antonio Luigi Negro e Sergio Silva, organizadores). Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

Toledo Caio Navarro de (org.). 1964: *visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Unicamp, c1997.

Toledo Caio Navarro de. 1964: *O golpe contra as reformas e a democracia*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004.

Truzzi, Oswaldo M. S. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo, SP*. São Paulo, SP, Brasília, DF: Editora Sumaré/CNPQ, 19991.

Truzzi, Oswaldo M. S. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997.

Valsi, Evanize Pavanelli. *História da Igreja Católica de Perus/SP, Paróquia Santa Rosa de Lima: seus vínculos com a participação popular na visão de sujeitos significativos*. São Paulo, SP: PUC, 1998, dissertação de mestrado em Serviço Social.

Vianna, Luiz Werneck. *O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão* in *Caderno CEDEC*, nº 01, São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1978.

Vidal, Diana Gonçalves. *No avesso das teclas: virtuosos e concertistas da sinfonia (sempre) inacabada do trabalho*. Campinas, SP: s. d., UNICAMP, 1990, dissertação de mestrado em História.